

# **Revista Electrónica Internacional de la Unión Latinoamericana de Entidades de Psicología**

Número 36 – Noviembre 2021  
ISSN – 1870-350X



**Revista Electrónica  
Internacional de la Unión Latinoamericana de  
Entidades de Psicología**

Número 36 – Noviembre 2021  
ISSN – 1870-350X

Evandro Morais Peixoto  
*Editor*

Deives Perez Bispo dos Santos  
Leslie Sechel  
*Editores Asociados*

Ramón Moncho Soto Martinez  
*Coordenador da Comissão Editorial*

Maynara Priscila Pereira Da Silva  
Juliana Bezerra Ignatti  
Juliana dos Santos Corbett  
Universidade São Francisco, Brasil  
*Assistentes editoriais*

<http://www.revistapsicolatina.org/>  
Endereço eletrônico: [editorpsicolatina@ulapsi.org](mailto:editorpsicolatina@ulapsi.org)

Psicología para América Latina está disponível en  
<http://ulapsi.org/portal/revista-psicolatina/>.



**Revista Electrónica  
Internacional de la Unión Latinoamericana de  
Entidades de Psicología**

Número 36 – Noviembre 2021  
ISSN – 1870-350X

**Conselho Executivo:**

Secretária Geral (Paraguai): Carmen Bettina Cuevas  
Herreros

Secretária Tesoureira (Brasil): Ana Ligia Bragueto Costa  
Secretária Administrativa (Cuba): Bárbara Zas Ros

**Conselho Deliberativo:**

**Conselheiros Titulares:**

ULAPSI Argentina: Ana María Isabel Delgado  
ULAPSI Bolívia: Juvenal Alejandro Aguilar Pacheco  
ULAPSI Brasil: Alexandra Ayach Anache  
ULAPSI Chile: Pedro Acuña Mercier  
ULAPSI Colômbia: Rosa Julia Suarez Pietro  
ULAPSI Cuba: Jorge Enrique Torralbas Oslé  
ULAPSI El Salvador: Corina de Fátima Mejía  
ULAPSI Guatemala: Leslie Sechel Vela  
ULAPSI Honduras: Erick Roberto Romero Guerrero  
ULAPSI México: José Rogelio Díaz Salgado  
ULAPSI Paraguai: Franca Estela La Carrubba Abbate  
ULAPSI Peru: Luis Oswaldo Pérez Flores  
ULAPSI Porto Rico: Migna Rivera García  
ULAPSI Uruguai: Carolina Moll Cerizola

**Conselheiros Alternos:**

ULAPSI Argentina: Gabriel Letaif  
ULAPSI Bolívia: Ana Maria Jesus Castro Jimenez  
ULAPSI Brasil: Renan Vieira de Santana Rocha  
ULAPSI Chile: Rodrigo Molina Miranda  
ULAPSI Colômbia: Myriam Ocampo Prado  
ULAPSI Cuba: Teresa Isabel Lozano Pérez  
ULAPSI El Salvador: Doris Ainda Montenegro  
ULAPSI Guatemala: Juan Cristobal Aldana Alfaro  
ULAPSI Honduras: Vanessa Maradiaga  
ULAPSI México: Raquel del Socorro Guillen Riebeling  
ULAPSI Paraguai: a confirmar  
ULAPSI Peru: Jose Carmen Avendaño Atauje  
ULAPSI Porto Rico: Carmen I. Rivera Lugo  
ULAPSI Uruguai: Susana Ferrer Aguiar



# EDITORIAL

Evandro Morais Peixoto

Editor

A União Latino-americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI) tem por finalidade a reunião de associações da área de Psicologia localizadas em países da América Latina. A Revista Psicologia para América Latina é um veículo de divulgação científica mantida por esta instituição com objetivo de promover a comunicação e dar visibilidade aos trabalhos dos psicólogos e investigadores latino-americanos. Em acordo com esses objetivos, o presente número da revista apresenta 13 artigos inéditos de autores argentinos e brasileiros. Os primeiros seis artigos correspondem aos textos vencedores da 1ª Edição do Prêmio Marcus Matruga (ver. <http://ulapsi.org/web/premio/>), ação promovida pela ULAPSI que busca reconhecimento e divulgação do trabalho de coletivos de profissionais e estudantes da psicologia em defesa dos Direitos Humanos na América Latina.

A categoria profissional teve como abertura o artigo intitulado *Políticas sobre Dor na América Latina. O Estado, Organizações e Legados contra Vítimas de Violações dos Direitos Humanos*, de autoria de Fabiana Rousseaux, que descreve o acompanhamento e assistência às vítimas/testemunhas em contextos do julgamento de crimes contra os direitos humanos no território argentino. O coletivo contou com a participação de profissionais de diversos países da América Latina, e o artigo descreve os esforços da planificação e desenvolvimento das ações que resultaram em políticas públicas contra a perpetuação das consequências causadas por crimes contra a humanidade.

Marivete Gesser e Anahí Guedes de Mello são autoras do artigo intitulado *Politizar a deficiência, produzir aleijamentos desde o sul global*, que teve por objetivo relatar o trabalho do Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC. As ações do grupo se concentravam em atividades formativas (ensino, pesquisa e extensão no campo da deficiência com base em uma perspectiva interdisciplinar), produção de materiais para orientação e articulação de redes de pesquisa. Essas ações contribuíram para a difusão da compreensão interseccional da deficiência e do capacitismo, ressignificação da experiência da deficiência e discussão das lutas

anticapacitistas como sendo responsabilidade de todas as pessoas.

*Renascer para Resistir: A Experiência da Escola de Formação Antimanicomial*, é o título do artigo de autoria de Alanna Figueiroa Valentim, Gessica do Carmo de Aquino e Halina Cavalcanti Gouveia. O artigo apresenta a experiência de uma formação política em saúde mental como possível vetor de transformações sociais, mais especificamente propõe a análise da experiência e dos desdobramentos de duas edições da Escola de Formação Antimanicomial da Região Metropolitana de Recife. Os resultados sugerem a potencialidade deste dispositivo para o fortalecimento da luta pela Reforma Psiquiátrica, mostrando-se um modelo passível de adaptação a diferentes contextos em busca do protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental.

Reflexões sobre a socioeducação feminina a partir do conceito de sofrimento ético-político de autoria de Livia Rebouças da Costa e Ilana Lemos de Paiva foi o vencedor na categoria estudente e teve como objetivo analisar a maneira como o sofrimento ético-político, conceito desenvolvido para entender a dialética da exclusão/inclusão, perpassa a vivência de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade no nordeste brasileiro. A partir da imersão no campo de estudo, constatou-se que a reprodução do racismo e do machismo dentro do sistema socioeducativo se engendram como elementos constituintes desse sofrimento na vida das meninas, que, por sua vez, têm suas subjetividades forjadas a partir desse mecanismo.

Bruna Rafaele Rodrigues Campos, Camila Cuenca Funari Mendes e Silva, Isabelle Sinato Pires Pereira, Letícia Passi Batista, Luan Puntel Rui e Marcela Marccondes Leite foram os autores responsáveis pelo artigo *Coletivo Cora Carolina: A Construção de Velhices, Subjetividades e Potencialidades*. Os Autores relatam a experiência de carácter voluntário no ambiente asilar com prática voltadas para idosos institucionalizados. Contudo, com as consequências da pandemia as ações foram estendidas para o ambiente virtual, que permitiu maior abrangência de participação, potencializando a busca constante por uma velhice digna.

O artigo *A Escuta Territorial na Construção de Dispositivos Clínicos em Situações Sociais Críticas* de autoria de Bianca S. Lapa, Marina B. Rogano, Carolina A. Rode, Alexandra W. Nigri, Emília E. Broide, Gabriela Piccinin, Helena B. G. Albuquerque, Jorge Broide, Patrícia B. de Lima, Thiago E. Braga e Ulisses A. M. Neto fecha a sessão dos textos premiados com o relato de experiência de um coletivo de psicologia na construção de um dispositivo clínico público alocado em um centro de assistencial. Os autores relatam as etapas de conhecimento do território, desenvolvimento e implementação do dispositivo, bem como os atendimentos oferecidos em diferentes formatos. O que resultou em espaço potencializador de fala e reflexão aos sujeitos comumente silenciados, promovendo a dignidade às narrativas e histórias desses sujeitos.

Analisar a influência dos estereótipos na tomada de decisão foi o objetivo dos autores Adriana Leopoldina Nunes e Fábio Pinheiro Santos, no estudo intitulado *Cognição social e heurísticas: A influência dos estereótipos na tomada de decisão*. Os autores consultaram um grupo de 30 participantes que responderam a um questionário com descrições de situações. Os resultados sugeriram que a heurística de representatividade, em geral, pode estar presente em diferentes tomadas de decisões, sejam elas em momentos de certeza ou incerteza. Dessa forma, os autores chegam à conclusão de que os indivíduos são influenciados por estereótipos e que isso pode contribuir para compreender os diversos problemas sociais (por exemplo, julgamento, cognição social).

A investigação da percepção de casais evangélicos sobre a decisão de casar-se, além da sua satisfação conjugal, foi objetivo do artigo *Religiosidade e satisfação conjugal: Percepções de casais evangélicos*, de autoria de Morgana Sanderi dos Santos, Susana König Luz e João Lucas Dias-Viana. Foram abordados 5 casais heterossexuais para uma entrevista semiestruturada, sendo possível identificar com os resultados que a religião é um componente que auxilia no enfrentamento de dificuldades e, por consequência, contribui na manutenção do casamento.

Amanda Lays Monteiro Inácio, Adriana Satiko Ferraz e Acácia Aparecida Angeli dos Santos são autoras do artigo *Contribuições da psicologia educacional para o desempenho em leitura PISA*. Sendo um estudo teórico, buscou trazer reflexões acerca das contribuições da Psicologia Educacional para o desenvolvimento da compreensão da leitura. As autoras descreveram que

os aspectos socioeconômicos e culturais são importantes para o desenvolvimento escolar juntamente com a qualificação docente, ambiente apropriado, hábito para leitura e atividades extracurriculares.

Amanda Souza Lopes Barros e Claudimara Chisté Santos, na pesquisa intitulada *Moinhos de sonhos: Projeto de vida no envelhecimento*, analisaram como a construção de projeto de vida poderia ser fundamental para o envelhecimento com qualidade de vida. Oficinas para a intervenção grupal foram realizadas com foco na manutenção da esperança, da fé e da espiritualidade. A partir das observações foi possível compreender que os projetos de vidas podem promover a autonomia no envelhecimento.

As autoras Isabela Cristina de Oliveira e Karina da Silva Oliveira foram responsáveis pelo estudo *Psicologia escolar no terceiro setor: Desenvolvimento de competências educacionais em educadores sociais*, que teve como objetivo o compartilhamento de um processo de intervenção para educadores sociais em uma instituição de terceiro setor. Durante a coleta de informações foram realizadas observações e encontros que resultaram no fortalecimento do enfrentamento de desafios acerca da profissão dos educadores. Entende-se que esse estudo contribuiu para o contexto educacional e para os profissionais.

*Dilemas familiares, fibromialgia e a relação com o grupo de apoio: Estudo de caso* é um artigo que foi desenvolvido por Francieli Cristina de Souza Ferri, Valdilene Wagner e Leonardo Pestillo de Oliveira. Teve como foco a apresentação de um caso de fibromialgia que estava relacionado aos conflitos familiares. Por meio de questionário e entrevistas semiestruturada os autores identificaram que os conflitos familiares estimulavam os sintomas depressivos e os sintomas de fibromialgia. Em contrapartida, observou-se que os grupos de apoio se configuram como recurso útil para a promoção da saúde mental.

Por fim, Andréa Moreira Lima conduziu uma revisão bibliográfica narrativa usando textos clássicos e contemporâneos sobre o campo das epistemologias feministas no artigo intitulado *Epistemologias feministas, psicologia social e pós-colonialismo: aproximações e desafios*. A autora descreve que apesar dos desafios referentes ao gênero, as perspectivas feministas têm auxiliado no crescimento gradativo da representatividade das mulheres na ciência, portanto, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

Desejamos a todos uma excelente leitura!

**Revista Electrónica  
Internacional de la Unión Latinoamericana de  
Entidades de Psicología**

Número 36 – Noviembre 2021  
ISSN – 1870-350X

<b>Políticas sobre Dor na América Latina. O Estado, Organizações e Legados contra Vítimas de Violações dos Direitos Humanos.....</b>	<b>117</b>
Fabiana Rousseaux	
<b>Politizar a deficiência, produzir aleijamentos desde o Sul Global .....</b>	<b>129</b>
Marivete Gesser Anahí Guedes de Mello	
<b>Renascer para Resistir: A Experiência da Escola de Formação Antimanicomial.....</b>	<b>139</b>
Gessica do Carmo de Aquino Halina Cavalcanti Gouveia Alanna Figueiroa Valentim	
<b>Reflexões Sobre a Socioeducação Feminina a partir do Conceito de Sofrimento Ético-Político.....</b>	<b>149</b>
Lívia Rebouças da Costa Ilana Lemos de Paiva	
<b>Coletivo Cora Carolina: A Construção de Velhices, Subjetividades e Potencialidades.....</b>	<b>161</b>
Bruna Rafaelle Rodrigues Campos Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Isabelle Sinato Pires Pereira Letícia Passi Batista Luan Puntel Rui Marcela Marcondes Leite	
<b>A Escuta Territorial na Construção de Dispositivos Clínicos em Situações Sociais Críticas .....</b>	<b>171</b>
Bianca S. Lapa Marina B. Rogano Carolina A. Rode Alexandra W. Nigri Emília E. Broide Gabriela Piccinin Helena B. G. Albuquerque Jorge Broide Patrícia B. de Lima Thiago E. Braga Ulisses A. M. Neto	
<b>Cognição Social e Heurísticas: A Influência dos Estereótipos na Tomada de Decisão.....</b>	<b>183</b>
Adriana Leopoldina Nunes Fábio Pinheiro Santos	

<b>Religiosidade e Satisfação Conjugal: Percepções de casais evangélicos</b> .....	193
Morgana Sanderi dos Santos	
Susana König Luz	
João Lucas Dias-Viana	
<b>Contribuições da psicologia educacional para o desempenho em leitura no pisa</b> .....	205
Amanda Lays Monteiro Inácio	
Adriana Satiko Ferraz	
Acácia Aparecida Angeli dos Santos	
<b>Moinhos de sonhos: projetos de vida no envelhecimento</b> .....	217
Amanda Souza Lopes Barros	
Claudimara Chisté Santos	
<b>Psicologia escolar no terceiro setor: desenvolvimento de competências educacionais em educadores sociais</b> .....	229
Isabela Cristina de Oliveira	
Karina da Silva Oliveira	
<b>Dilemas familiares, fibromialgia e a relação com o grupo de apoio: estudo de caso</b> .....	241
Francieli Cristina de Souza Ferri	
Valdilene Wagner	
Leonardo Pestillo de Oliveira	
<b>Epistemologias feministas, psicologia social e pós-colonialismo: aproximações e desafios</b> .....	251
Andréa Moreira Lima	
<b>Normas para Publicação</b> .....	265

**Revista Electrónica  
Internacional de la Unión Latinoamericana de  
Entidades de Psicología**

Número 36 – Noviembre 2021  
ISSN – 1870-350X

<b>Policies on Pain in Latin America. The State, Organizations and Legacies against Victims of Human Rights Violations</b> .....	117
Fabiana Rousseaux	
<b>Politicizing disability, producing crip thought in the Global South.</b> .....	129
Marivete Gesser Anahí Guedes de Mello	
<b>Reborn to Resist: The Anti-Asylum Training School Experience</b> .....	139
Gessica do Carmo de Aquino Halina Cavalcanti Gouveia Alanna Figueiroa Valentim	
<b>Reflections on Female Socio-Education from the Concept Oh Ethical-Politic Suffering</b> .....	149
Lívia Rebouças da Costa Ilana Lemos de Paiva	
<b>Collective Cora Carolina: The Construction of Oldness, Subjectivities and Potentialities.</b> .....	161
Bruna Rafaele Rodrigues Campos Camila Cuencas Funari Mendes e Silva Isabelle Sinato Pires Pereira Letícia Passi Batista Luan Puntel Rui Marcela Marcondes Leite	
<b>The Use of Territorial Listening in the Creation of Clinical Devices for Critical Social Circumstances</b> .....	171
Bianca S. Lapa Marina B. Rogano Carolina A. Rode Alexandra W. Nigri Emília E. Broide Gabriela Piccinin Helena B. G. Albuquerque Jorge Broide Patrícia B. de Lima Thiago E. Braga Ulisses A. M. Neto	
<b>Social Cognition and Heuristics: The Influence of Stereotypes on Decision Making</b> .....	183
Adriana Leopoldina Nunes Fábio Pinheiro Santos	

<b>Religiosity and Marital Satisfaction: Perceptions of Evangelical Couples</b> .....	193
Morgana Sanderi dos Santos	
Susana König Luz	
João Lucas Dias-Viana	
<b>Contributions from Educational Psychology to Reading Performance in Pisa</b> .....	205
Amanda Lays Monteiro Inácio	
Adriana Satiko Ferraz	
Acácia Aparecida Angeli dos Santos	
<b>Dream Windmills: Life Projects in Aging</b> .....	217
Amanda Souza Lopes Barros	
Claudimara Chisté Santos	
<b>Educational psychology in the third sector: developing educational skills in social educators</b> .....	229
Isabela Cristina de Oliveira	
Karina da Silva Oliveira	
<b>Family Dilemmas, Fibromyalgia and the Relationship with the Support Group: Case Study</b> .....	241
Francieli Cristina de Souza Ferri	
Valdilene Wagner	
Leonardo Pestillo de Oliveira	
<b>Feminist Epistemologies, Social Psychology and Postcolonialism: Approaches and Challenges</b> .....	251
Andréa Moreira Lima	
<b>Submission Guidelines</b> .....	265

**Revista Electrónica  
Internacional de la Unión Latinoamericana de  
Entidades de Psicología**

Número 36 – Noviembre 2021  
ISSN – 1870-350X

- Políticas sobre Dolor en América Latina. El Estado, las Organizaciones y los Legados frente a las Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos. ....117**  
Fabiana Rousseaux
- Politizar la discapacidad, produciendo lisiamientos desde el Sur Global. .... 129**  
Marivete Gesser  
Anahí Guedes de Mello
- Renacer para Resistir: La Experiencia de La Escuela de Formación Antimanicomial. .... 139**  
Gessica do Carmo de Aquino  
Halina Cavalcanti Gouveia  
Alanna Figueiroa Valentim
- Reflexiones sobre la Socioeducación Feminina desde el Concepto de Sufrimiento Ético-Político. .... 149**  
Livia Rebouças da Costa  
Ilana Lemos de Paiva
- Colectivo Cora Carolina: La Construcción de las Vejeces, las Subjetividades y Laspotencialidades. ....161**  
Bruna Rafaele Rodrigues Campos  
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva  
Isabelle Sinato Pires Pereira  
Letícia Passi Batista  
Luan Puntel Rui  
Marcela Marcondes Leite
- Escucha Territorial en la Construcción de Dispositivos Clínicos en Situaciones Sociales Críticas .....171**  
Bianca S. Lapa  
Marina B. Rogano  
Carolina A. Rode  
Alexandra W. Nigri  
Emília E. Broide  
Gabriela Piccinin  
Helena B. G. Albuquerque  
Jorge Broide  
Patrícia B. de Lima  
Thiago E. Braga  
Ulisses A. M. Neto
- Cognición Social y Heurística: Las Influencia de Los Estereos em la Toma de Decisiones ..... 183**  
Adriana Leopoldina Nunes  
Fábio Pinheiro Santos

<b>Religiosidad y Satisfacción Marital: Percepciones de las parejas evangélicas</b> .....	193
Morgana Sanderi dos Santos	
Susana König Luz	
João Lucas Dias-Viana	
<b>Contribuciones de la Psicología Educativa al Desempeño Lectoral en Pisa</b> .....	205
Amanda Lays Monteiro Inácio	
Adriana Satiko Ferraz	
Acácia Aparecida Angeli dos Santos	
<b>Molinos de Sueños: Proyectos de Vida en el Envejecimiento</b> .....	217
Amanda Souza Lopes Barros	
Claudimara Chisté Santos	
<b>Psicología escolar en el tercer sector: desarrollo de habilidades educativas en educadores sociales</b> .....	229
Isabela Cristina de Oliveira	
Karina da Silva Oliveira	
<b>Dilemas Familiares, Fibromialgia y Relación con el Grupo de Apoyo: Estudio de Caso</b> .....	241
Francieli Cristina de Souza Ferri	
Valdilene Wagner	
Leonardo Pestillo de Oliveira	
<b>Epistemologías Feministas, Psicología Social y Poscolonialismo: Enfoques y Desafíos</b> .....	251
Andréa Moreira Lima	
<b>Normas para Publicación</b> .....	265

# POLÍTICAS SOBRE DOLOR EN AMÉRICA LATINA. EL ESTADO, LAS ORGANIZACIONES Y LOS LEGADOS FRENTE A LAS VÍCTIMAS DE VIOLACIONES DE DERECHOS HUMANOS

Fabiana Rousseaux  
Directora de Territorios Clínicos de la Memoria

---

## Resumen

Durante el período 2003-2015, un grupo de profesionales gestamos al interior del Estado Nacional un trabajo inédito, que se centró en acompañar y asistir a víctimas-testigos en el marco de los juicios por delitos de lesa humanidad y los efectos derivados de ello.

*Palabras clave:* Políticas de Estado; Derechos Humanos; asistencia a víctimas; testimonios; testigos; juicios por delitos de lesa humanidad.

## Políticas sobre Dor na América Latina. O Estado, Organizações e Legados contra Víctimas de Violações dos Direitos Humanos

## Resumo

Durante o período 2003-2015, um grupo de profissionais desenvolveu um trabalho inédito dentro do Estado Nacional, que se concentrou no acompanhamento e assistência às vítimas-testemunhas no contexto dos julgamentos de crimes contra a humanidade e os efeitos deles derivados.

*Palavras-chave:* Políticas de Estado; Direitos Humanos; assistência a vítimas; testemunhos; juízos por crimes de lesa humanidade.

## Policies on Pain in Latin America. The State, Organizations and Legacies against Victims of Human Rights Violations

## Abstract

During the period 2003-2015, a group of professionals created an unprecedented work within the National State, which focused on accompanying and assisting victim-witnesses in the framework of trials for crimes against humanity and the effects derived from it.

*Keywords:* State policies; Human rights; Victims assistance; Testimonies; Witnesses; Trials for crimes against humanity.

---

## Introducción

Durante el período 2003-2015, un grupo de profesionales gestamos al interior del Estado Nacional un trabajo inédito, que se centró en acompañar y asistir a víctimas-testigos en el marco de los juicios por delitos de lesa humanidad y los efectos derivados de ello. Para

esa tarea, las banderas de los organismos de Derechos Humanos fueron nuestro legado, produciendo una profunda y novedosa política sobre las huellas que dejó el terror en los lazos sociales y muy particularmente en el modo de desentrañar ese complejo lazo entre el Estado y sus víctimas, creando nuevas herramientas y produciendo un nuevo paradigma sobre los modos de gestionar el dolor. Así, partiendo de las vías que se

abrieron en 2003 al interior de las estructuras gubernamentales, desde la Secretaría de Derechos Humanos del Ministerio de Justicia, organizamos un trabajo en clave de red, que articuló muy tempranamente sus acciones con quienes habían sido referentes teóricos en la región durante las décadas de los 70 y 80, al inaugurar un campo específico que fue el del entrecruzamiento entre la “Salud Mental y los Derechos Humanos”. Figuras de la talla de Fernando Ulloa en Argentina o Marcelo Viñar en Uruguay, junto a múltiples colegas vinculados a los equipos de organismos de derechos humanos, fueron la red de lectura que orientó inicialmente nuestro trabajo en el Poder Ejecutivo.

Vimos sin embargo que tres décadas más tarde, era indispensable repensar algunas prácticas, sobre todo ante el inédito escenario donde el Estado asumía esas políticas de asistencia desde el terreno específico de la salud mental al interior de un Ministerio de Justicia y no de Salud.

En ese sentido y en un cruce de discursos desde lo psi-jurídico, además de los conceptos freudianos con los que se habían formado muchxs de nuestros referentes junto a los saberes provenientes del campo psicosocial, pero también de la teoría freudo-lacanianiana que nos guiaba a muchxs de nosotrxs en su dimensión teórico-clínica, nos permitimos pensar las articulaciones necesarias para instaurar políticas públicas donde el costo no fuera dejar por fuera al Sujeto al que iban dirigidas esas políticas y donde la técnica y las perspectivas burocratizantes del Estado no invadieran todas las prácticas. Esa tensión, entonces, fue nuestro norte. Sin pretender soslayarla, nos basamos en la confluencia respetuosa, interdiscursiva y articulante de todos esos conceptos. Conscientes de la necesidad de sumar colegas de diversas procedencias y recorridos no sólo en el campo clínico, sino también en el campo del compromiso con los derechos humanos, supimos que una política estatal implicaba alojar toda esa diversidad y complejidad.

El Sujeto al que nos queríamos dirigir en la construcción de un espacio común, político, estatal, sostuvo entonces el debate que provenía del interior de las corrientes “psi”. Para pensar la lógica de las políticas públicas era central profundizarlo y acudir a construcciones teóricas que nos permitieran trabajar sobre el dilemático campo de intervención donde se cruzan

muchos discursos y, por ende, muchos modos de pensar al sujeto. Pero esta intervención sobre un tratamiento posible del dolor que estábamos “gestionando”, llegaba varias décadas más tarde de los hechos atroces, y era necesario ampliar las redes con nuevos actores que hasta ese momento no habían formado parte de este campo de intervención. Esos actores sociales eran precisamente los profesionales de la salud mental de los servicios públicos de salud. Nuestro postulado fue que ningún profesional de la salud pública que portara una matrícula otorgada por el Estado se podía seguir sosteniendo en el discurso de exclusión<sup>2</sup> frente a las consecuencias de los delitos de lesa humanidad. Se trataba más bien de un nuevo enlace a la sociedad y, en ese nuevo enlace, el reconocimiento de la afectación que todos y todas *vivimos* –la actualidad es central en la perspectiva temporal lógica y no cronológica que requieren estos crímenes de carácter permanente–, frente a hechos que lesionan a la humanidad en su conjunto y eran parte de nuestra apuesta donde debíamos incluirnos todxs. Apuntamos así –dada la enorme interlocución *transdisciplinaria* que impulsó el Secretario de Derechos Humanos de la Nación, Eduardo L. Duhalde–, a la creación del primer Centro de Asistencia a Víctimas de violaciones de Derechos Humanos en la región, que llevó el nombre de Fernando Ulloa. El mismo estuvo a cargo de Fabiana Rousseaux<sup>3</sup> desde su creación, en 2011, hasta 2014. Anteriormente, en 2007, se había creado el Plan Nacional de Acompañamiento a testigos-víctimas en el marco de los juicios por crímenes de lesa humanidad, desde el cual impulsamos el primer Protocolo de

<sup>1</sup> En torno a este concepto, nos referimos a las políticas de gobierno que intervienen gestionando sobre los diversos modos de tratamiento de las responsabilidades que deben asumir; en este caso “gestionar el dolor” tal como Rousseaux lo ha definido en <https://www.diariocontexto.com.ar/2015/05/15/gestionar-el-dolor/>

<sup>2</sup> Cabe destacar que, para esos años, 2005/2006 aún nos encontramos con colegas del campo de la salud mental que sostenían que los temas de derechos humanos eran asunto de las organizaciones y que ellos no trabajan en los hospitales estas temáticas. Algo que dejaba por fuera del circuito de atención a una innumerable cantidad de sobrevivientes y sus familiares, que varias décadas después aún esperaban ser escuchadxs en los únicos espacios donde podían tener acceso: los servicios hospitalarios de sus localidades.

<sup>3</sup> Directora de *Territorios Clínicos de la Memoria*, a cargo del “Área Subjetividad y Derechos Humanos”, junto a Stella Segado, coordinadora del “Área Memoria y Archivo” y Mercedes Soiza Reilly, coordinadora del “Área Derecho Penal y Derechos Humanos”.

Intervención para el tratamiento de víctimas-testigos<sup>4</sup> en coordinación con la Corte Suprema de Justicia de la Nación. Ese Plan Nacional era el resultado de una experiencia aún previa dentro de la misma estructura ministerial, de capacitación y transmisión de formación a colegas de todo el país desde 2005 que propusieron Rousseaux y Martínez<sup>5</sup> al Secretario de Estado.

El objetivo estuvo centrado, durante ese período, en construir una nueva idea del acto de “acompañar” como instancia de involucramiento del Estado, ampliando la perspectiva netamente psicológica y de sostén individual, para pasar a acompañar al proceso de justicia en sí mismo y en representación del Estado, sin descuidar el caso por caso ante cada juicio que se abría.

Es evidente que el reconocimiento de estos crímenes por parte del Estado durante el lapso 2003-2015, a través de la creación, aplicación y profundización de políticas integrales en materia de Derechos humanos bajo los ejes de Memoria, Verdad, Justicia y Reparación, como así también la realización de juicios por delitos de lesa humanidad en todo el territorio nacional, implicaron el desarrollo de dispositivos inéditos que ejercieron una eficacia simbólica sin precedentes. Estas políticas fueron eje de partida de muchas políticas aplicadas posteriormente en otros países del cono sur y resultó una experiencia modélica.

En otros Ministerios y Secretarías de Estado también se transversalizó la perspectiva reparatoria en la temática, constituyéndose el de la apertura y digitalización de archivos de la Fuerzas Armadas y de Seguridad en otro de los ejes esenciales, articulando la dimensión testimonial con las pruebas archivísticas y utilizando ambos universos memorísticos como prueba en los procesos judiciales desarrollados en todo el país tal como sucedió, por ejemplo, a partir de 2013 desde la Dirección de Derechos Humanos del Ministerio de Defensa a cargo de Stella Segado, enmarcando esa tarea en una coordinación permanente con los archivos de las organizaciones de Derechos Humanos.

<sup>4</sup> [http://www.jus.gob.ar/media/1129154/32-protocolo\\_intervencion\\_victimas.pdf](http://www.jus.gob.ar/media/1129154/32-protocolo_intervencion_victimas.pdf)

<sup>5</sup> Victoria Martínez fue Directora Nacional de Grupos en Situación de Vulnerabilidad de la SDH, instancia de la cual dependían el Programa de Capacitación, el Plan Nacional y posteriormente el Centro Ulloa, cuya dirección estuvo a cargo de F. Rousseaux.

Sin lugar a dudas, la reapertura de los juicios orales, significaron un antes y un después en el terreno de la Justicia argentina, y también en la región. La megacausa denominada “ESMA Unificada”, contó con la comprometida actuación de la ex fiscal ad hoc Mercedes Soiza Reilly; o el reconocido compromiso de la ex jueza María Roqueta<sup>6</sup> quien presidió el tribunal oral que llevó adelante el juzgamiento por el Plan Sistemático de apropiación de niños en Argentina y cono sur. Ambas, han sido distinguidas como figuras destacadas en la lucha por los derechos humanos en la Argentina.

Sin embargo, cuando a partir de la asunción del gobierno neoliberal –en diciembre del 2015– se comenzaron a disolver las perspectivas reparatorias dirigidas a este sector social, gran parte de la sociedad quedó expuesta, y las víctimas de delitos de lesa humanidad ya no podían apelar al lazo construido entre ellos y el Estado bajo la lógica de asunción de responsabilidades en torno a estos delicadísimos y persistentes temas.

#### Apuesta a la Tarea de Transmisión

Es así que, frente al avance de políticas neoliberales en la región, un grupo de colegas<sup>7</sup> que habíamos impulsado esas políticas públicas de asistencia desde el Poder Ejecutivo, como así también desde la custodia e impulso de organización de archivos al interior de las estructuras estatales, y la inmensa tarea de los juicios contra los crímenes de Estado, nos convocamos para rescatar esas marcas, ahora desde fuera del Estado.

Así surge la red de profesionales y activistas Territorios Clínicos de la Memoria. Nuestro objetivo fue pensar cuál era la responsabilidad que nos cabía frente a los nuevos escenarios, donde al impacto que las políticas y discursos negacionistas comenzaban a causar sobre nuestra práctica.

El abordaje de los Derechos humanos necesita del concurso de distintos colectivos y del trabajo interdisciplinar. Psicólogos, antropólogos, arqueólogos, abogados, sociólogos, cientistas políticos, expertos en gestión pública, archiveros, historiadores, forman parte de nuestra red.

<sup>6</sup> Asesora externa del Área Derecho Penal y Derechos Humanos de *Territorios Clínicos de la Memoria*.

<sup>7</sup> Fabiana Rousseaux, Stella Segado y Mercedes Soiza Reilly.

La fuerte experiencia que habíamos desarrollado desde diversos ámbitos estatales, en la construcción de Políticas Públicas en materia de Derechos humanos vinculadas a la memoria, la verdad, la justicia y la reparación, nos permitió construir un espacio de trabajo entre las dimensiones teóricas de los testimonios, los archivos y los juicios. En la intersección entre el psicoanálisis, la clínica, la salud mental, los derechos humanos, el derecho, la archivística, la filosofía —entre otros discursos— apostamos a la tarea de transmisión.

Transmitir una experiencia en términos de legado implica siempre encontrarse con una incógnita y por eso renunciamos a la pretensión de un saber absoluto. Nos interesa sostener una construcción atravesada por nuevos interrogantes que puedan aportar a una tarea colectiva, asistiendo, pero también transmitiendo nuestra experiencia para formar a nuevas generaciones de profesionales en estos temas.

Desde una perspectiva multidisciplinaria y de trabajo en red, en TeCMe asesoramos en políticas públicas enfocadas en derechos humanos, promovemos dispositivos de intercambio en derechos humanos y salud mental, archivos y testimonios; formulamos y desarrollamos espacios de capacitación; desarrollamos programas y proyectos de investigación; producimos contenidos de divulgación, sensibilización y socialización de experiencias; contribuimos a la conformación de redes locales, regionales e internacionales de actores vinculados al ámbito de los derechos humanos; aportamos en los procesos de sistematización de políticas públicas, programas, acciones y agendas en derechos humanos desarrolladas en Argentina y en la región MERCOSUR.

#### Fundamentos en la Nueva Etapa: La In-Disciplina como Norte

¿Las vicisitudes políticas y cambios gubernamentales en nuestros países determinan nuestra práctica? ¿Hasta dónde o hasta cuándo?, como nos preguntó en una entrevista que le realizamos a Marcelo Viñar, en Uruguay, hace muchos años en torno a la insistencia de memoria que practicamos en el cono sur.

La asistencia, el acompañamiento, los debates, los ejes de análisis, ¿quedan trastocados en medio de estos cambios? Para pensar sobre estos interrogantes, en diciembre de 2019, nos reunimos con toda la Red

Nacional de TeCMe y analizamos el nuevo rol que debíamos asumir ante la etapa gubernamental que se abría a partir de ese momento.

Frente a los estragos del (pseudo) discurso capitalista en nuestra época, y especialmente en América Latina, con la emergencia de dispositivos como el *lawfare*, de neofascismos encarnados en líderes de extrema derecha y golpes de Estado que dan lugar a escenarios distópicos en nuestras sociedades, asumimos la ética de la reconstrucción —una y cada vez— de los legados del Nunca Más en nuestro país.

Eso implica un replanteo en torno a las prácticas que tenemos por delante ya que —a pesar del escenario que se abre con el triunfo y retorno de un nuevo gobierno popular que nos convoca a profundizar los procesos democráticos—, pensando este momento actual no sin los 4 años de destitución de derechos provocados por gobierno de Macri, pensamos en las marcas que el proceso latinoamericano imprime y donde es necesario profundizar los legados para saber que las cosas no han quedado como antes. El lugar al que volvemos es otro.

En primer lugar, mantener viva la enseñanza freudiano-lacaniana en la época de la técnica nos interpela a evitar o, más precisamente, a estar advertidos de los peligros que corre su transmisión desde su institucionalización o normalización que, en muchos casos, conduce a la pérdida de su potencial emancipatorio y de la subversión subjetiva. En tal sentido, nuestra práctica se apoya y pivotea no sólo en la producción de un conocimiento interdisciplinario, es decir, del ineludible y necesario diálogo con otros discursos sino también, y de manera prioritaria, hacemos foco en las singularidades de lxs sujetxs que habitan y habitamos los territorios clínicos de la memoria.

¿Por qué Clínicos?<sup>8</sup>

Los DD. HH. son un campo de intervención tomado casi por completo por el discurso colectivo de las incidencias políticas —el discurso jurídico, el discurso psicosocial, entre otros—, que parecen no hacer demasiado lugar al Sujeto que emerge en medio de ese gran territorio social. Nos referimos a un Sujeto siempre fallido, siempre dividido por efecto del lenguaje y que a

<sup>8</sup> <http://tecmered.com/por-que-lo-clinico/>

veces no encaja del todo con las categorías derivadas de las violaciones de DD. HH. que imponen sobre él un “saber hacer” con la verdad de esos hechos e incluso un “saber sufrir”.

Desde la clínica corroboramos que el *problema de la memoria en el territorio de lo íntimo*, se juega de modos muy diversos, y cabe hacer lugar también al entrecruzamiento de la memoria, los DD. HH. y el singular modo de sufrimiento psíquico antes hechos inenarrables. A veces se plasma de un modo dicotómico: si hay colectivo, entonces no hay singular, y viceversa. Una cuestión que atravesó por décadas al psicoanálisis y donde se han introducido articulaciones interesantes sobre estos debates sin embargo no ha sido sencillo despejar a los diversos Sujetos que hay en juego en un territorio tan impactado por lo político, lo social y lo memorístico. Incluso muchas veces es difícil introducir la dimensión de la memoria con la que trabaja el psicoanálisis.

Una de las áreas más fuertes de trabajo de TeCMe es “Subjetividad y Derechos Humanos”, porque los temas ligados a la transmisión de la memoria, el impacto subjetivo de los testimonios frente a violaciones masivas de derechos humanos, entre otros temas, implican un análisis de las consecuencias en las sucesivas generaciones, donde la renegación de lo sucedido—incluso frente a la puesta en marcha del testimonio en los escenarios judiciales por delitos de lesa humanidad como sucedió en nuestro país—, manifiestan un gran esfuerzo memorístico de toda la sociedad, pero donde existe un atravesamiento de múltiples sujetos y, a veces, el sujeto que recuerda no coincide del todo con el sujeto al que dirige sus interpelaciones el derecho penal.

Entre las investigaciones que llevamos adelante, la más clínica se denomina “Genocidio y Filiación”. En este grupo analizamos, cuatro décadas más tarde, los fundamentos jurídicos de quienes apelaron a la justicia para suprimir, sustituir o restituir su identidad. Casos vinculados al terrorismo de Estado donde una parte importante de la generación nacida durante los años 70 tuvo que hacer frente a identidades falsificadas, producto de las apropiaciones de las que fueron víctimas, como así también casos de adopción al interior de los dispositivos del exterminio. Por otra parte, en el mismo marco del genocidio, aunque desde una muy diversa posición en torno a la figura de “víctima”, nos ocupamos de las identidades jurídicas forzadas que

sobrellevan hijos e hijas de genocidas, que provocan una nueva demanda al sistema judicial para promover la supresión y sustitución de esas identidades que importan un linaje mortífero. La ley, entendida aquí en su sesgo ordenador y regulador de los lazos sociales, oficia como instrumento válido que puede hacer lugar a la posibilidad de filiarse a un nuevo nombre. El legado remite a aquello que un sujeto asume como valor de transmisión y en ese sentido está ligado a un acto. La función paterna es siempre encarnada fallidamente, porque de ese modo sostiene el orden genealógico. Pero es en la medida que esa función se responde por un deseo—dado que el padre simbólico es quien ordena las filiaciones y transmite un legado en tanto el sujeto está enlazado al Otro—: restituir la identidad en sus múltiples e inesperados efectos, es restituir el sentido de dignidad al sujeto.

Todas nuestras investigaciones, así como nuestra apuesta de transmisión teórica-clínica pretende situar entonces el *posicionamiento epistemológico* que asumimos, reconociendo al sujeto del inconsciente, al sujeto que habita la intersección vacía entre diferentes discursos como un sujeto deseante. El deseo de saber como un hilo que nos conduce, antes que a una interdisciplina o transdisciplina o multidisciplina, a una *in-disciplina*. Es decir, a cierta relación con los saberes y las disciplinas científicas que no implica su mero rechazo ni tampoco una simple repetición de sus contenidos y metodologías canónicas. Antes bien, implica una apuesta por la invención de lenguas in-disciplinadas que, frente al mandato de la técnica que suprime y anula al sujeto del inconsciente, invitan y son capaces de alojar aquellos legados que nos causan.

En definitiva, tal in-disciplina no es el producto de la sumatoria o agregación de los conocimientos generados en tal o cual disciplina, sino que apunta a la formalización de saberes a partir de los saldos y marcas que ciertas experiencias producen en un sujeto.

En segundo lugar, nuestro trabajo está orientado en y por las inconsistencias, las fallas, del discurso capitalista. Allí donde la técnica parece fallar, no porque el circuito capitalista de por sí falle sino porque es el mismo sujeto dividido el único que lo puede hacer fallar con su decisión y su responsabilidad subjetiva, que no son sino a partir de la(s) inscripción(es) en lazos sociales capaces de causar a los sujetos. Es en esta dimensión

decisiva del sujeto, en su relación compleja y tensionada con el circuito capitalista, donde ubicamos el carácter ineludible de nuestro posicionamiento político.

En tercer lugar, como señala Jorge Alemán, podemos ubicar a la memoria como constitutiva de la política y no sencillamente como un apartado cognitivo o una dimensión accesoria de la misma. En tal sentido, reconocemos que la relevancia de los trabajos de memoria(s) en Argentina son insoslayables. Y, asimismo, son una experiencia de gran trascendencia a nivel mundial en el marco del empuje al olvido promovido por los dispositivos neoliberales. Por ello, podemos afirmar que los trabajos de memoria en nuestro país han producido un nuevo lazo gracias a aquella *coordinada ética* que ha dado lugar a un terreno digno capaz de alojar, una por una, a las víctimas-testigo del terrorismo de Estado como Sujeto político. Esto es, desde la asunción responsable de gestos abiertos a hospedar un sujeto con derecho al testimonio y la dimensión heterogénea, inapropiable e incalculable que éste conlleva. Se trata de un lazo fundacional que, a su vez, se yergue como posible superficie de inscripción de otras demandas sociales en orden a desplazarlas del circuito rizomático del discurso capitalista. El carácter fundante y abierto a nuevas re-inscripciones que pone en evidencia este lazo articulado en torno al *deseo de memoria*<sup>9</sup> trazan y establecen los mojones de nuestras condiciones democráticas actuales.

## Problema

Frente a los crímenes que hoy se cometen en nuestra región tanto en aras de la defensa violenta de regímenes autoritarios-neoliberales, como en el ataque a gobiernos populistas y movimientos políticos y sociales, en TeCMe –tal como refiere Fabiana Rousseaux<sup>10</sup>–, entendemos imprescindible redoblar la apuesta ubicando el sintagma “Nunca Más” como punto de capitón que anuda la ética del deseo, el lazo social, la lengua y la justicia también en sus nuevas aristas. Si esto resulta como significante privilegiado en nuestro país,

es porque se ha articulado a un objeto que la técnica jurídica no pudo tomar en toda su dimensión, el objeto sacro de los derechos humanos que para esta sociedad marca siempre una frontera, un punto de valla y de límite.

Lo que insiste el deseo de memoria –como refiere Magrin<sup>11</sup>–, que insiste y retorna cada vez articulando nuevas voces, nuevos pliegues de ese campo donde lo absoluto se desvanece y se impone la falta real de sentido que lo sacro impone, hacen que por allí discurren nuevas significaciones sobre la experiencia límite o aquellas que preparan el terreno para hacerlas posible.

Hemos asistido en tiempos neoliberales a la profanación de todo el espectro de vallas simbólicas sostenidas por el mandato memorístico que encierra el Nunca Más a nivel mundial y que se significa en Latinoamérica de modos muy singulares. Los casos de Chile y Bolivia recientemente, pero también experiencias neoliberales sostenidas en sus discursos negacionistas, dan cuenta del riesgo de franquear todos los límites. En ese sentido podemos decir que la memoria acecha frente a estos modos de profanación de lo sagrado. Y es esa memoria la que exige la invención de nuevos lazos, incluso teóricos, sostenidos en una orientación ético-política precisa.

Como señala Jorge Foa Torres<sup>12</sup>, el individuo del discurso capitalista pretende autoconstituirse desbancando a la Ley, rechazando a lo imposible. En este marco ¿de qué modo es aún posible hacer lugar a lazos sociales capaces de cortar a este circuito capitalista? En este sitio de interrogación emerge entonces una apuesta: la de tomar parte de la construcción de un Estado de Derecho *otro*, esto es, que puede fundarse en el no rechazo a la Ley sino antes bien en su reconocimiento. La supuesta libertad intrínseca del individuo puede así caer dando lugar al lazo social. Una experiencia *otra* se anuda en los trabajos de memoria(s). Una experiencia donde la política puede reivindicarse como modo de hacer frente a la división –constitutiva– de lo social.

<sup>9</sup> Natalia Magrin pertenece al equipo que trabaja en la línea de investigación ‘Memorias, política e izquierda lacaniana’, que lleva adelante TeCMe desde el “Área Subjetividad y Derechos Humanos”, coordinada por Fabiana Rousseaux.

<sup>10</sup> <http://tecmered.com/fundamentos-en-la-nueva-etapa-la-indisciplina-como-norte/>

<sup>11</sup> Sobre “Deseo de memoria” ver *Legado y Memorias. Debates sobre el futuro anterior*, Fabiana Rousseaux (compiladora), Ed. Trenemovimiento, Buenos Aires, 2019.

<sup>12</sup> Sobre “Un Estado de Derecho otro”. *Ibidem*.

## Intervenciones

En el año 2019 desde TeCMe, y en coordinación con la Universidad nacional de La Plata, impulsamos el Seminario Latinoamericano “Violencias de Estado y Políticas de Reparación Integral”<sup>15</sup>.

El mismo estuvo conformado por profesionales de diversos países de América Latina en áreas de Ciencias Humanas, asistencia y acompañamiento a víctimas de violaciones de derechos humanos.

Con la idea de fomentar el diálogo necesario que se debe preservar en el Estado democrático de Derecho y disponer de nuestras experiencias en áreas de atención derivadas de violaciones de derechos humanos en diferentes contextos nacionales, es que los y las profesionales nucleados en ese Seminario nos trazamos como objetivos:

- 1) Problematicar y debatir la articulación entre Estado, derechos humanos, afectados/ víctimas y subjetividad a partir de una perspectiva transdisciplinar.
- 2) Debatir y conceptualizar políticas públicas en Derechos Humanos, Reparación psíquica/ simbólica y de Memoria.
- 3) Analizar el concepto de Terror de Estado y sus efectos en la violencia de Estado en los actuales contextos democráticos.
- 4) Analizar el dispositivo del testimonio y ampliar la comprensión del concepto de daño a las categorías de individual, colectivo, transgeneracional, y su dimensión de sufrimiento psíquico.

Los juicios penales fueron sin lugar a dudas, acontecimientos que interpelaron a toda la región afectada por el Plan Cóndor. La construcción de políticas vinculadas a la recuperación de los sitios de memoria, de los procesos de justicia y restitución de identidades falseadas, la constitución de comisiones de la verdad y otros modos de justicia de transición, ayudaron a dilucidar cómo se construyen y sostienen estos procesos en

materia de reparación y restitución de la dignidad a las víctimas y eso transmitimos en esta experiencia virtual con colegas de toda América Latina.

En el marco del Seminario, debido al carácter masivo que tuvo el llamado “estallido chileno” y de la represión estatal desatada, esa nueva e inesperada situación generó complejos modos de reactualización traumática, sobre todo a partir del modo específico que tomó esa violencia –tirar a los ojos y encguecer– asociada a las múltiples denuncias por abusos sexuales a jóvenes detenidas y detenidos, que evidenciaron un marco de avasallamiento inusitado de derechos, con marcas que volvieron a impactar en las víctimas directas y en el conjunto de la sociedad.

Frente a esta urgencia social, que provocó una enorme cantidad de víctimas en pocas semanas, quedó en evidencia la necesidad de asistencia para los afectados ya que, de acuerdo a nuestra experiencia, estas situaciones requieren abordajes con enfoques reparatorios en el marco de las especificidades clínicas que contemplen el modo particular en que se tramitan los efectos traumáticos derivados de violaciones de derechos humanos.

Así fue que nos pusimos a disposición para colaborar activamente con los equipos asistenciales autoconvocados en Chile. Un país donde se había decretado el Estado de emergencia y toque de queda, con sus libertades y garantías suspendidas.

El Programa de Reparación y Atención Integral en Salud (PRAIS) asumió a lo largo de décadas una tarea nodal en el apoyo a las víctimas del terror dictatorial sin embargo su acción siempre estuvo restringida al período 1973-1990, lo cual hizo que se dificultara el ingreso de personas afectadas por la violencia estatal desatada en ese momento. Las lesiones físicas y psicológicas son aún invaluable en sus efectos y en su magnitud. Muchas de las personas impactadas por estos sucesos y sus familiares se volcaron a solicitar apoyo terapéutico para enfrentar los daños psicológicos que el recrudecimiento de la violencia estatal provocó, resignificando y reactualizando los peores momentos de la dictadura con torturas, violaciones y, en ese momento, 22 muertos en sólo dos semanas.

Sabemos por nuestra experiencia clínica que las marcas de estos episodios traumáticos no finalizan con el quebrantamiento del uso de la fuerza estatal y las

<sup>15</sup> El equipo estuvo integrado por: Vera Vital Brasil (Brasil), Bárbara Conte (Brasil), Angélica Pizarro (Chile), María Celina Robaina (Uruguay), Sonia Mosquera (Uruguay), Javier Lifschitz (Brasil), Mercedes Soiza Reilly (Argentina), Shana Santos (Brasil), Fabiana Rousseaux (Argentina), coordinadora del Seminario.

violaciones de derechos humanos, sino que cobran un estatuto de inscripción en lo psíquico, retornando en una temporalidad diversa y se resignifican ante nuevos hechos como en este caso. Muestra de ello es la magnitud que ha tomado el retorno de consignas vinculadas al plan sistemático de violaciones de derechos humanos durante el pinochetismo, como si el reanudar parte de la dignidad que quedó dañada en esos episodios se jugara ahora en el legado de los hijos y nietos de quienes fueron encarcelados, desaparecidos, torturados y cesanteados.

Nos organizamos para colaborar en la supervisión de casos que fueron asumidos por jóvenes profesionales que se han puesto a disposición para afrontar las demandas espontáneas. Creamos un foro de debate *ad hoc* para establecer espacios de consultas, supervisiones y diálogos abiertos con los núcleos de profesionales chilenos

Desde allí produjimos un documento<sup>14</sup> que circuló directamente entre los equipos constituidos en *Cabildos abiertos* en distintas ciudades de Chile.

Tanto el material clínico como los debates que en el foro se sucedieron, nos parecen importantes en tanto relato de un momento histórico y como expresión del modo en que los síntomas singulares producidos hablan también de un síntoma social. *Retorno de lo reprimido*, como se leyó y escuchó en muchos ámbitos de análisis por esos días, en Chile.

Entre los profesionales chilenos que participaron de este foro, estuvieron desde los más experimentados que ya forman parte de los equipos que atienden desde el programa del Ministerio de Salud a víctimas de violaciones de DD. HH. —como el PRAIS— y profesionales de equipos de organizaciones no gubernamentales como el CINTRAS, hasta jóvenes colegas que por primera vez asumieron un trabajo clínico de esta magnitud en pleno escenario represivo y en las calles.

Una pregunta se convirtió en insoslayable: ¿por qué ante la urgencia desplegada, el programa estatal no

se constituyó en una referencia donde pudieran acudir las nuevas víctimas de esta violentísima represión?

Quizás una respuesta posible sea que en torno a las políticas de reparación que se conformaron en Chile desde la transición democrática, los programas asistenciales estuvieron poco vinculados a los procesos jurídicos y sociales, al igual que a las políticas de reparación de índole pecuniaria que parecen no haber enraizado en la integralidad de los procesos no pecuniarios: reparaciones simbólicas, entre ellas los programas asistenciales. Es decir, no se han puesto en serie todas esas instancias y la desarticulación que sobreviene, ¿podría haber causado un débil impacto simbólico en torno a ese programa?

El tratamiento que se realizó con las víctimas del terror de Estado desde las instancias ministeriales y su implementación a través de los servicios públicos de salud, quizás ha tenido, con el transcurso de los años, un tinte burocratizante que opacó en alguna medida el efecto terapéutico esperado por parte de los propios equipos de atención que implementaron este programa en sus inicios.

A esto podemos sumar el obstáculo que suele implicar para las víctimas del Estado, el hecho de buscar o aceptar asistencia médica o terapéutica, como proceso de reparación integral, en el mismo momento donde el Estado está cometiendo violaciones de DD. HH. como se corroboró en estos 100 días de movilización. Los lazos de confianza necesarios para establecer un ámbito terapéutico quedan fuertemente dañados frente a sucesos de esta índole.

En torno a la preocupación de algunas familias chilenas que experimentaron mucha angustia por la reactualización traumática que estos hechos nuevos imponen en referencia a los sucesos que ellos mismos han vivido durante los años '70, y que ahora retornan en sus hijos y nietos de modos muy complejos —incluso “sacrificiales” podríamos decir— es algo que requiere especial atención.

## Discusión e impacto

En el foro se escucharon cuestiones clínicas referidas al retorno de lo traumático bajo modos diversos,

<sup>14</sup> “Chile Urgente: Clínica de apoyo a las víctimas de la represión en las calles”. Disponible en <http://tecmered.com/chile-urgente-clinicas-de-apoyo-a-las-victimas-de-la-represion-en-las-calles/>. Un extracto de este texto fue publicado el 29 de enero de 2020 en *Haroldo*. Revista del Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. Disponible en <https://revistaharoldo.com.ar/nota.php?id=428>

a veces paralizantes, a veces compulsivos, a veces muy depresivos, todos vinculados al terror ya vivido que parece sostenerse intacto, actual, como si el tiempo se hubiera coagulado entre el terror estatal pinochetista y estos nuevos actos represivos del Estado, que aún bajo un gobierno elegido por elecciones, emplea los mismos mecanismos del terror que el período dictatorial.

La otra cuestión fue ¿cómo eso se encarna en la o las siguientes generaciones?, ¿qué forma toma?

Entre las frases que se instituyeron en medio del estallido, la más explícita en torno a los legados y la transmisión ha sido “Somos los hijos y nietos de los que no pudieron matar”, lo que alude no ya a la muerte real del cuerpo —al menos, no tan solo eso— sino a la imposibilidad de la muerte en la transmisión del deseo emancipador y a la continuidad de esa lucha a pesar de todos los esfuerzos de los gobiernos por instituir una política del olvido.

Esta fórmula transgeneracional se complementa con otra frase que también cobró centralidad en estas semanas: “No somos hijos de la democracia, sino nietos de la dictadura” que ha sido plasmada en el tiempo posterior a las impresionantes movilizaciones estudiantiles de 2011 contra la privatización de la educación —otra herencia pinochetista—, y retomada ante estos sucesos actuales.

Ambas están referidas a la herencia que hasta el momento parecía no haber sido asumida como tal. Esto es lo novedoso de la articulación que provocaron los nuevos hechos de movilización masiva de la sociedad. La participación de los jóvenes parece estar referida a la posibilidad de constituirse en un sujeto político que “despierta” para asumir las consecuencias de los legados de aquella generación.

¿Qué de este despertar es lo que puede leerse más allá de la consigna política “Chile despertó”? ¿Qué causas lo llevaron a dormirse luego de los episodios de los ‘70? ¿Qué hechizo o maldición cayó sobre él y le dificultó asumir ese legado hasta ahora? ¿Tendrá algo que ver con esta metáfora del sujeto dormido, el hecho de que Chile atravesó por un proceso de justicia con poco impacto simbólico y muy poca participación social, la cual hubiera permitido involucrar a esas nuevas generaciones con sus legados adormecidos en el proceso de memoria, verdad y justicia como nudo central de ese legado? Si ese proceso de Justicia, acompañado por los

reclamos de Memoria, Verdad y Reparación, hubiera constituido un nuevo sujeto político, ¿éste podría haber generado condiciones políticas para que el retorno de los significantes de los años ‘70 y los que se sucedieron durante la transición y los gobiernos neoliberales, estuvieran mediados por otras formas más anudadas de resistencia, que no implicaran necesariamente esa resonancia sacrificial que los padres y madres hoy refieren y les causa tanto temor?

O dicho de otro modo, un fuerte movimiento de justicia durante la transición, con un impacto simbólico en torno a la asunción de las consecuencias de la dictadura, ¿podría haber incorporado a los jóvenes en la política de otro modo durante los años posteriores, sin que necesariamente se haya tenido que jugar en el terreno en el que se juega hoy en las calles de Chile?

En la experiencia argentina, las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo e HIJOS de desaparecidos, sostuvieron la tríada Memoria, Verdad y Justicia sobre la consigna política “No olvidamos, no perdonamos, no nos reconciamos”. Esta fuerte consigna dejó por fuera a otros conceptos como Paz y Reconciliación, que en la transición y tradición chilena han tenido una presencia importante en el nudo del discurso político y social. Nos podemos preguntar si un cierto retorno —ahora fuertemente cuestionado— de ese ideal de paz y reconciliación, se reactualizó en alguna medida en las movilizaciones de octubre y provocó una disputa al interior mismo de esos movimientos entre quienes intentaron igualar las “violencias de ambos lados” con la “responsabilidad del Estado” frente a violaciones de derechos humanos y la posterior pasividad del Estado frente a las imposiciones neoliberales fuertemente derivadas de la herencia pinochetista. En tal sentido, ¿qué articulador podemos pensar allí ahora, ya que desde lo político —y luego de varios meses— no ha surgido, al menos fuertemente, un espacio nuevo que permita hacer de valla entre los cuerpos expuestos de los jóvenes y las flagrantes violaciones de derechos humanos?

“Es el tiempo de la contingencia, aún”, advirtió la colega chilena del equipo docente y podemos sostener siguiendo esta advertencia, que la organización política se construye en unas coordenadas aún por descifrar y la clínica que se deriva de esta contingencia política tampoco admite respuestas generalizables y plagadas de verdades como categorías inapelables, incluso cuando

la referencia fuerte al “estado de shock”, mencionada por un joven psicólogo chileno, impulse a la ayuda inmediata y urgente, es necesario hacer intervenir un segundo tiempo para sostener la posibilidad de introducir a un nuevo Sujeto. El uso de los lugares que se tornan emblemáticos de lo actual, como los encuentros realizados por el Departamento de DD. HH. de la Comisión de Psicólogos en la Universidad Academia de Humanismo Cristiano –lugar de estudio de Gustavo Gatica, el estudiante de Psicología que perdió su visión completamente producto de los balines de carabineros que lo atacaron despiadadamente– es una vuelta interesante para comenzar a tomar las marcas que se habían desvanecido o adormecido y vincular lo que tiene de actual la represión pinochetista con la de hoy.

Un integrante del foro referenció que el malestar generalizado contra el modelo neoliberal en Chile y este reflejo claro del hartazgo de décadas de precariedad, de inequidad y de abusos a rajatabla que afectaron sensiblemente la situación material de millones de personas, puede leerse como un salto en la subjetividad social. A tal punto que se instituyó una consigna muy creativa que encierra una verdad insoslayable: “no era depresión, era capitalismo”. Algo así como “nos hicieron pensar que este problema era mío y resulta que era de todos”. El individualismo cayó en desgracia desde octubre y los Cabildos –lugar privilegiado del lazo social– vinieron a ese lugar convirtiéndose en una constante de la nueva subjetividad emergente, que incluye a las redes de apoyo que involucran a profesionales, estudiantes y vecinxs que colaboran de diversas formas e incluso en situaciones de riesgo personal. Esa “nueva constante” tradujo la pena y el dolor en un significativo inesperado por los poderes fácticos y gubernamentales donde la plaza de las luchas cambió su nombre: “Plaza de la Dignidad” fue el bautismo social que nombra ahora lo que había quedado elidido en la sociedad.

Una docente brasilera refiere que el método neoliberal de responsabilizar al sujeto, hasta llegar al punto de hacerlo sentir fracasado y responsable por su fracaso, es inhumano y se pretende de este modo patologizar la exclusión, confundiéndola con la depresión. Sin embargo, lo que estalló fue un estado generalizado de impotencia frente a un Estado que destruyó las políticas públicas y combate ahora contra sus ciudadanos como si se tratara de una guerra o una invasión alienígena

–para usar términos que desfilan por el discurso estatal desde que estalló el conflicto. Recuperar esos “espacios de habla” como refiere la colega uruguaya, es una forma colectiva de resistencia. Poner palabras a las emociones que circulan y en un segundo movimiento poder pensar con otros, remarca.

Esto es muy interesante, porque pareciera un rechazo también a las respuestas de la técnica, de las neurociencias y de la medicalización masiva de la vida. Esa diferenciación entre lo que significa estar deprimido y estar afectado por las condiciones que impone el neoliberalismo y la violencia estatal, permite asumir la responsabilidad social y subjetiva necesaria en el marco de esos procesos para buscar una posible alternativa y esto también se vincula con lo afirmado por la docente chilena.

Sin embargo, cabe una pregunta y es si podemos adjudicar este problema sólo a las marcas del terror de Estado que dejó el pinochetismo en toda la sociedad y en el impacto transgeneracional o hay algo más, ¿hubo una responsabilidad social en no ver esto antes?

Sabemos que en la situación chilena hubo diversos desencadenantes de la movilización de masas y que esta no es la primera, pero tal vez sí la más masiva, extensa y potente. Las secuelas del terror, las décadas de neoliberalismo y las fuertes desigualdades de las clases sociales que históricamente dividen a la población en unos pocos privilegiados y una gran mayoría con enormes carencias, quizás no es explicable solo en términos económicos. Todas las cuestiones que incidieron en esta inesperada irrupción popular y que tan bien se plasma en la consigna “No era depresión, era capitalismo”, ¿introducen a un nuevo Sujeto?

Es una oportunidad histórica de introducir algo del campo del Sujeto que ayude a pensar estas coordenadas políticas. Es decir, cuestiones que no sólo se pueden entender desde los procesos políticos sino desde las incidencias de las marcas inconscientes en lo político. Lo que retorna –eso que se definió como el despertar–, ¿podría tratarse de una subjetividad política, que aloja a un nuevo sujeto responsable de sus actos?

### Una Escucha Analítico-Solidaria en Épocas de Cuarentena

Durante las últimas semanas del mes de marzo de 2020 hemos recibido una cantidad de consultas de

pacientes, ex pacientes, testigos en los juicios por delitos de lesa humanidad, sobrevivientes que atravesaron por la trágica experiencia del secuestro y confinamiento durante las épocas siniestras de la Argentina u otras situaciones de violaciones de derechos humanos.

Esas consultas refieren al impacto inesperado que se desplegó en algunos casos, a raíz del decreto de “Aislamiento social preventivo y obligatorio” dictado por el Estado Nacional, para sostener una política sanitaria pero también una política del lazo social, basada en el cuidado propio y hacia el otro/a como la mayor medida de protección común.

Porque la indiferencia es crueldad en cualquiera de sus modos, es que ofrecemos este dispositivo inédito –también para nosotros–, y quizás podemos inscribir algo nuevo allí, donde aún está todo por escribirse<sup>15</sup>.

## Referencias

- CINTRAS – Centro de Salud Mental y Derechos Humanos. Organización no gubernamental sin fines de lucro cuyo objetivo central es otorgar atención médico-psicológica a personas que fueron víctimas de violaciones a los derechos humanos durante la dictadura militar chilena. <http://www.cintras.org/>
- CODEPU – Corporación de Promoción y Defensa de los Derechos del Pueblo. Organización no gubernamental de Derechos Humanos fundada durante la dictadura militar, el 8 de noviembre del año 1980.
- Asiste a las víctimas y los familiares de las víctimas de violaciones a los derechos humanos y lucha contra la impunidad. <https://www.codepu.cl/>
- FASIC – Fundación de Ayuda Social de las Iglesias Cristianas. Institución de carácter ecuménico, comprometida en la práctica cotidiana de los Derechos Humanos e inspirada en la perspectiva cristiana de liberación y dignidad de las personas <http://fasic.cl/wp/>
- ILAS – Instituto Latinoamericano de Salud Mental y Derechos Humanos. Organismo No Gubernamental sin fines de lucro fundado en 1988, que da atención en salud mental, a aquellas personas que fueron afectadas por las violaciones a los derechos humanos durante la dictadura militar en Chile (1973-1990) <https://ilas.cl/>
- PRAIS – Programa de Reparación Integral en Salud, dependiente del Ministerio de Salud de Chile. Fue implementado por el Estado chileno como una medida de reparación con las víctimas de las violaciones a los Derechos Humanos ocurridas en Chile entre septiembre de 1973 y marzo de 1990. <https://www.ssmc.cl/prais/>
- SERSOC – Servicio de Rehabilitación Social conformado en 1985 para atender a ex presos políticos y familiares de desaparecidos y asesinados durante la dictadura. <https://eulacfoundation.org/es/mapeo/servicio-de-rehabilitaci%C3%B3n-social-sersoc>
- TECME – Territorios Clínicos de la Memoria. <http://tecmered.com/>

<sup>15</sup> Los Fundamentos completos de “Una Escucha Analítico-Solidaria en Épocas de Cuarentena” están disponibles en <http://tecmered.com/wp-content/uploads/2017/08/tecme-asistencia-cuarentena1.pdf>

Nota de los autores:

Texto colectivo de la Asociación Civil Territorios Clínicos de la Memoria – TeCMe (Argentina) <http://tecmered.com/>  
Este trabajo fue supervisado y corregido por la licenciada Fabiana Rousseaux, directora de TeCMe.

Dirección postal:

*E-mail:* [tecmered@gmail.com](mailto:tecmered@gmail.com)  
Rojas 956, Ciudad autónoma de Buenos Aires  
República Argentina  
CP 1405

# POLITIZAR A DEFICIÊNCIA, PRODUZIR ALEIJAMENTOS DESDE O SUL GLOBAL

Marivete Gesser  
Anahí Guedes de Mello  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis

---

## Resumo

O objetivo deste artigo é relatar o trabalho realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC, um dos vencedores, com menção honrosa, da primeira edição do Prêmio Marcus Matraga da ULAPSI, para a politização da deficiência e o fomento das lutas anticapacitistas. A partir do embasamento teórico dos estudos da deficiência de matriz feminista e da teoria aleijada, foram desenvolvidas atividades formativas (grupo de estudos, eventos científicos e palestras); produção de materiais orientadores; e articulação com redes de pesquisa nacionais e internacionais. O trabalho realizado contribuiu para difundir a compreensão interseccional da deficiência e do capacitismo; capilarizar os estudos da deficiência para diversas áreas do conhecimento; situar as lutas anticapacitistas como sendo de todas as pessoas; e promover a ressignificação da experiência da deficiência. Por fim, mostramos a potência da difusão dos estudos da deficiência para as pessoas com deficiência como subversiva às narrativas capacitistas e eminentemente emancipatória.

*Palavras-chave:* estudos da deficiência; capacitismo; direitos humanos; emancipação social.

## Politicizing disability, producing crip thought in the Global South

### Abstract

This paper aims to report the work carried out at the Center for Disability Studies at UFSC, awarded with the first edition of the Marcus Matraga Award from ULAPSI, for the politicization of disability and the promotion of anti-ableist struggles. To this end, based on the theoretical foundation of the disability studies in a feminist perspective and on the crip theory, training activities were developed (study groups, scientific events, and lectures); production of guidance materials; and articulation with national and international research networks. The work carried out has contributed to spreading the intersectional understanding of disability and ableism; to spread Disability Studies to different areas of knowledge; to situate the anti-ableist struggles as belonging to all people and promoting the redefinition of the experience of disability. Finally, the work showed the power of diffusing disability studies for people with disabilities as subversive to ableist narratives and eminently emancipatory.

*Keywords:* disability studies; ableism; human rights; social emancipation.

## Politizar la discapacidad, produciendo lisiamientos desde el Sur Global

### Resumen

El propósito de este artículo es informar sobre la labor desarrollada por el Centro de Estudios de la Discapacidad de la UFSC, uno de los ganadores, con mención honorífica, de la primera edición del Premio Marcus Matraga de la ULAPSI, por la politización de la discapacidad y la promoción de las luchas anticapacitistas. A partir del fundamento teórico de los estudios de la matriz feminista de la discapacidad y la teoría tullida, se desarrollaron actividades formativas (grupos de estudio, eventos científicos y conferencias); producción de material guía; y articulación con redes de investigación nacionales e internacionales. El trabajo realizado ha contribuido a difundir la comprensión interseccional de la discapacidad y el capacitismo; difundir los estudios de la discapacidad a diferentes campos del conocimiento; situar las luchas anticapacitistas como pertenecientes a todas las personas; y promover la ressignificación de la experiencia de la discapacidad. Finalmente, mostramos la potencia de la difusión de los estudios de la discapacidad para personas con discapacidad como subversivos a las narrativas capacitistas y eminentemente emancipadores.

*Palabras clave:* estudios de la discapacidad; capacitismo; derechos humanos; emancipación social.

---

## Introdução

Este trabalho tem como objetivo visibilizar as ações que vêm sendo desenvolvidas por um grupo de pesquisa vinculado a um núcleo de estudos sobre a deficiência de uma universidade federal do sul do Brasil. Esse grupo é constituído por pessoas com e sem deficiência, sendo elas pesquisadoras/es de diversas áreas do conhecimento, estudantes de graduação e de pós-graduação de diversas instituições federais e estaduais de ensino do Brasil, profissionais que atuam nas políticas públicas de educação, saúde e assistência social e ativistas da deficiência vinculadas a coletivos ou movimentos de pessoas com deficiência e/ou participantes de conselhos de direitos e redes de pesquisas. O que nos une enquanto grupo é a identificação com as lutas anticapacitistas, fundamentais para que a deficiência deixe de ser compreendida como uma “tragédia pessoal” que demanda ações de caridade, e passe a ser vista como uma questão de direitos humanos. Com base na perspectiva emancipatória da deficiência (Martins et al., 2012), partimos do pressuposto de que as lutas anticapacitistas são fortalecidas com a difusão do campo dos estudos da deficiência entre as pessoas com deficiência, promovendo a emancipação dessa população que historicamente foi segregada, encarcerada e medicalizada, quando não eliminada (Gesser, Block & Mello, 2020).

Estima-se que mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo tenham alguma deficiência (OMS, 2012). No Brasil, de acordo com informações coletadas no último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), em 2010 cerca de 45 milhões de brasileiros viviam com alguma deficiência, o que representava 23,9% do total da população brasileira.

O Relatório Mundial sobre a Deficiência (OMS, 2012) aponta que a deficiência é uma experiência produtora de desigualdades sociais, uma vez que nega-se às pessoas com deficiência o acesso igualitário a serviços de saúde, inclusive saúde sexual e reprodutiva, educação, emprego, transporte, lazer, participação política e vida comunitária. Além disso, a deficiência aumenta a vulnerabilidade a violências, abusos, preconceitos e discriminação. O relatório também apresenta estudos que

apontam para a perda da autonomia das pessoas com deficiência, estando estas sujeitas a violações de direitos como a esterilização involuntária e a institucionalização de seus corpos e subjetividades. Por fim, a vulnerabilidade das pessoas com deficiência se complexifica com o incremento de gênero, raça, etnia, sexualidade, classe social, idade e região.

Embora o Brasil não tenha dados recentes consistentes sobre a relação da deficiência com a desigualdade social, a análise dos dados do Benefício de Prestação Continuada (BPC) indica uma forte relação entre deficiência e pobreza. Santos (2016) apontou que mais de dois milhões de pessoas com deficiência são beneficiárias dessa política, que tem como um dos critérios de acesso possuir renda *per capita* igual ou inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo<sup>1</sup>.

É importante destacar que os movimentos sociais brasileiros de pessoas com deficiência desempenharam um importante papel político na construção e na luta pela ratificação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto Presidencial nº 6.949/2009), documento construído com a ampla participação de organizações de pessoas com deficiência ao redor do mundo. Além disso, também atuaram fortemente na elaboração da Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Lanna Junior, 2010; Maior, 2017). Ainda, Izabel Maior (2017) destaca que o conjunto de legislações brasileiras que abarcam as pessoas com deficiência é reconhecido como um dos mais abrangentes e avançados do mundo.

<sup>1</sup> No entanto, cabe acrescentar que, em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) declarou inconstitucional esse critério e remeteu ao Congresso Nacional a mudança dessa regra. O parlamento, então, adequou a legislação à decisão do STF no artigo 105 da Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), ao definir, como elementos probatórios para a concessão do BPC, a condição de miserabilidade e a situação de vulnerabilidade da pessoa com deficiência. Contudo, o governo Bolsonaro, ao regulamentar o artigo 105 da LBI via Medida Provisória nº 1.023/2020, posteriormente resultando na Lei nº 14.176/2021, complicou essa mudança, quando retoma o critério de  $\frac{1}{4}$  e escamoteia a decisão do STF sugerindo a possibilidade de alterar o critério de renda para  $\frac{1}{2}$ , desde que as pessoas com deficiência comprovadamente tenham comprometimentos de renda em função da deficiência. Em outras palavras, a Lei nº 14.176/2021 não só se tornou mais restritiva do que a decisão do STF nessa matéria, mas também é ainda mais restritiva do que preconiza a LBI. Para mais informações, ver Penalva e Santos (2021).

No entanto, apesar dos avanços obtidos na legislação brasileira sobre a deficiência, as perspectivas pautadas nos modelos caritativo e biomédico persistem até hoje, e a legislação atual nem sempre tem sido suficiente para garantir a participação e a agência das pessoas com deficiência (Maior, 2017). Por que, então, pessoas com deficiência ainda sofrem tantas violações de direitos mesmo em um país que tem uma legislação ampla e avançada sobre deficiência? Os nossos estudos e análises indicam que o capacitismo, a falta de conscientização para a “cultura do acesso” (Mello et al., 2020) e as políticas de austeridade são elementos que estruturam esse processo.

O capacitismo é um processo discriminatório baseado no modelo biomédico, que atua como um sistema que hierarquiza e oprime pessoas com deficiência com base na capacidade corporal (Mello, 2016, 2019). O capacitismo, ao situar a deficiência no corpo do sujeito, tende a produzir como efeito a busca objetificada por tratamentos voltados à correção e cura do corpo, ao invés de fomentar as lutas das pessoas com deficiência pela remoção das barreiras sociais que obstaculizam a sua participação em igualdade de condições com as demais pessoas (Campbell, 2009; Taylor, 2017; Ivanovich & Gesser, 2020). Campbell (2009) também destaca que o capacitismo está presente nas diversas instituições sociais – justiça, ciência, política etc. – e tem como efeito a despolitização das lutas das pessoas com deficiência. Outrossim, o capacitismo também tem relação com o aperfeiçoamento do sistema capitalista, à medida que há o estabelecimento de um ideal de capacidade corporal que corrobora com a manutenção e aperfeiçoamento desse sistema econômico, indicando seu caráter estrutural. Por fim, Taylor (2017), Mello (2019, 2020) e Gesser (2020) apontam que o capacitismo tem um caráter interseccional, porquanto com base nas capacidades e tendo como referência um tipo ideal de ser humano, discriminam-se também pessoas negras, indígenas, mulheres, LGBTI+ e outras populações minoritárias.

Diante de cenários de opressão e violências que vem sendo experienciados pelas pessoas com deficiência, o Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC (NED/UFSC) vem desenvolvendo inúmeras atividades de ensino, pesquisa, extensão e militância voltadas às lutas contra a opressão capacitista, promovendo

também a emancipação social das pessoas com deficiência. Considerando a proposta do prêmio Marcus Matraga, deu-se ênfase às atividades de extensão e ativismo, embora estas estejam fortemente implicadas nas atividades de ensino e pesquisa que já foram objeto de análise em outras produções científicas.

O referencial teórico-metodológico é baseado nos campos dos estudos da deficiência e suas relações com o feminismo negro, os estudos aleijados, a psicologia social crítica e na perspectiva da pesquisa e atuação profissional emancipatória, a qual é produzida *com* as pessoas com deficiência. O lema dos movimentos sociais de pessoas com deficiência, “Nada sobre nós, sem nós”, é um pressuposto basilar de todas as ações do NED. Ademais, com base na perspectiva emancipatória da deficiência, temos como premissa que a difusão do campo dos estudos da deficiência é fundamental para a politização da deficiência e suas lutas anticapacitistas. Por fim, entendemos que as lutas anticapacitistas têm que ser também antissexistas, antirracistas, anti-LGBTfóbicas e anticapitalistas.

A perspectiva emancipatória da deficiência tem como característica a realização de pesquisas e práticas profissionais com as pessoas com deficiência. Oliver (1992), precursor dessa perspectiva, destaca que o paradigma emancipatório situa a deficiência como uma questão política, de direitos humanos e de luta, contrapondo-se ao processo histórico que entende a deficiência como um problema individual, restrito a um corpo com lesão. Com base nessas premissas, o autor contesta as pesquisas que estudam a deficiência a partir das supostas limitações corporais do sujeito, ressaltando a relevância de que essas sejam analisadas a partir das barreiras que impedem a sua participação social, de modo que os resultados obtidos sejam socialmente relevantes para a vida dos membros desse grupo social. Baseado na perspectiva emancipatória, autores como Morais (2010), Gesser, Block e Nuernberg (2019) apontam a importância de que as pesquisas e práticas profissionais devam ser realizadas *com* as pessoas com deficiência, visando fomentar a sua participação e agência.

A perspectiva interseccional também vem sendo estudada e utilizada como pressuposto fundamental para as ações do NED, haja vista que inúmeros estudos têm demonstrado que a experiência da deficiência não

pode ser dissociada das questões de gênero e sexualidade (McRuer, 2006; Gesser, 2010; Mello & Nuernberg, 2012; Mello, 2018, 2019; Gomes et al., 2019), bem como gênero, raça e classe social (Moodley & Grahan, 2015). Para fundamentar a perspectiva interseccional, temos estudado autores do feminismo negro, como Kimberlé Crenshaw (2002) e Carla Akotirene (2019); e dos estudos aleijados, como Robert McRuer (2006), Alison Kafer (2013) e Anahí Mello e Marco Gavério (2019).

A teoria aleijada é a tradução em português de *crip theory*, onde *crip* é abreviação de *cripple*, traduzido como aleijado. Tomando como ponto de partida a análise do filme *Avatar* e bebendo da fonte de McRuer (2006), Mello (2018, 2019) e Mello & Gavério (2019) afirmam que enquanto a teoria *queer* postula que a sociedade contemporânea é regida pela cisheteronormatividade, a teoria *crip* parte do postulado da *capacidade corporal compulsória*, em que “os significados atribuídos à deficiência estão organizados em um sistema de aparente oposição binária de presença e ausência (capacidade *versus* deficiência) que, na verdade, se revelam interdependentes” (Mello, 2019, p. 131). Essa teoria foi pensada para questionar a exclusão do capacitismo como matriz de discriminação interseccional nas teorias feministas, *queer* e decoloniais, por exemplo. Nesse sentido, produzir aleijamentos na pesquisa e na atuação profissional da Psicologia implica o imperativo de ‘mutilar’, ‘deformar’ ou ‘contundir’ o pensamento hegemônico sobre a deficiência, provocando-lhe uma virada discursiva e epistemológica sobre as pessoas com deficiência. É, portanto, primariamente a partir da crítica à hegemonia do modelo biomédico da deficiência, da opressão capacitista e das políticas de austeridade que cerceiam direitos previamente conquistados, que o NED vem desenvolvendo inúmeras ações voltadas às lutas anticapacitistas.

O objetivo deste trabalho é apresentar a contribuição do NED para a politização da deficiência e o fomento das lutas anticapitalistas. Em consonância com a perspectiva emancipatória da deficiência, o NED considera relevante fazer os estudos da deficiência chegarem até as pessoas com deficiência. Outrossim, novamente como propõe Moraes (2010), entendemos que devemos construir nossas pesquisas e práticas COM as pessoas com deficiência – e não sobre e para elas.

## Procedimentos Metodológicos<sup>2</sup>

O NED tem como objetivo promover atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo da deficiência, com base em uma perspectiva interdisciplinar, visando produzir, junto com as pessoas com deficiência, conhecimentos voltados à qualificação das políticas públicas e à ampliação da participação delas na sociedade. Assim, com base na perspectiva emancipatória da deficiência, o NED busca trazer as pessoas com deficiência para dentro da universidade em todas as ações desenvolvidas, a fim de que possam se apropriar das discussões dos estudos da deficiência e levá-las para os contextos comunitários e de militância política onde estão inseridas.

Neste artigo, iremos relatar as atividades de extensão que foram ou estão sendo realizadas. Temos adotado uma perspectiva que coaduna com o anticapacitismo desde a sua fundação, mas que vem sendo intensificada a partir de 2017, quando implementamos um grupo de estudos aberto a toda a comunidade interessada nas temáticas da deficiência. Há a participação de pessoas com deficiência em todas as ações abaixo elencadas – embora as ações estejam bastante articuladas, elas serão apresentadas por blocos, visando uma divisão didática.

**Ações formativas de extensão** (eventos, grupos de estudos, cursos e participação das ativistas da deficiência em *lives*). O NED vem organizando e/ou participando em diferentes ações formativas em estudos da deficiência. Destacamos aqui as mais proeminentes:

- a) Grupo de Estudos da Deficiência: vem ocorrendo desde 2017 e tem como objetivo promover a formação continuada sobre a temática da deficiência. Com base em um levantamento de necessidades, tem sido enfatizado o estudo dos seguintes temas: 1) questões teórico-conceituais referentes ao campo dos estudos da deficiência e dos estudos feministas; 2) legislação brasileira relacionada à deficiência e as contribuições dos movimentos políticos de pessoas com deficiência na sua

<sup>2</sup> Parte das atividades aqui apresentadas já foram descritas em outra publicação com um propósito diferente deste artigo (Gesser, Moraes & Böck, 2020).

elaboração; 3) subsídios teórico-metodológicos voltados à construção de práticas profissionais nas áreas da educação, saúde e assistência social, em consonância com o que prevêem a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; e 4) contribuições da teoria *queer* para a politização da deficiência.

- b) Eventos sobre a temática da deficiência, com destaque para o I e II Seminário Catarinense de Psicologia e Estudos sobre Deficiência, que foram realizados, respectivamente nos anos 2017 e 2019, por meio de uma parceria entre o NED e o Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina. Esse evento teve como objetivos: 1) qualificar profissionais da Psicologia para a atuação profissional junto às pessoas com deficiência, com base no campo dos estudos da deficiência e na legislação vigente; 2) caracterizar os pressupostos teóricos dos estudos da deficiência e as contribuições dos estudos feministas para esse campo; 3) avaliar as implicações dos diferentes modelos de compreensão da deficiência para as práticas profissionais nos diferentes campos em que a Psicologia atua; e 4) caracterizar as contribuições dos estudos da deficiência para a promoção de práticas psicossociais voltadas à garantia dos direitos humanos em diferentes contextos de atuação profissional em Psicologia. Mais de 400 participantes na modalidade presencial e mais de 600 na modalidade online participaram dessas duas edições, entre psicólogas/os, estudantes de psicologia, professoras da educação básica, assistentes sociais, advogadas/os, terapeutas ocupacionais, pessoas com deficiência, vinculadas ou não a movimentos sociais e conselhos de direitos, e demais integrantes da sociedade. As duas edições tiveram a colaboração de pessoas com deficiência em mesas redondas e conferências.
- c) Participação em inúmeros espaços de interlocução que, em função das barreiras arquitetônicas e de transporte, antes da pandemia da Covid-19 eram quase impossíveis de serem ocupados por pessoas com deficiência, principalmente aquelas com

deficiência física com maior dependência para se deslocar. Integrantes do NED, muitas dos quais são membros do Coletivo Feminista Helen Keller de Mulheres com Deficiência, deram palestras no Conselho Federal de Psicologia, em semanas da Psicologia de diferentes universidades do país, em eventos sobre a temática de gênero e feminismo, bem como em eventos promovidos por diferentes órgãos de defesa de direitos difusos e coletivos, como o Ministério Público.

**Produção de materiais formativos e orientadores:** Temos produzido inúmeros materiais formativos ao longo da história do NED. Três materiais recentes se destacam, a saber: o Caderno Temático “Psicologia e Pessoas com Deficiência” (CRP-12, 2019), com o objetivo de orientar as/os psicólogas/os e demais profissionais que atuam no campo das políticas sociais. Esse material foi produzido por integrantes do NED e contou com a parceria do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (CRP-12) que, por sua vez, contribuiu com a divulgação do material no Brasil. A versão impressa desse caderno foi distribuída gratuitamente aos participantes e está disponível no site do CRP-12. Outro material publicado se refere ao livro “Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social” (Gesser, Böck & Lopes, 2020). O livro em questão foi idealizado pelas pessoas com e sem deficiência vinculadas ao NED, a fim de integrar os conhecimentos aprendidos e as experiências pessoais em um livro voltado à potencialização das lutas anticapacitistas. Conta, ainda, com a participação de nove autoras de capítulos que são pessoas com deficiência (1/3 do total de autoras), buscando valorizar tanto as sínteses e aprendizagens coletivas como também as experiências singulares das pessoas com deficiência. Além dos materiais acima descritos, o NED também tem produzido vídeos, boletins informativos, entre outros materiais que vêm sendo divulgados em diferentes redes sociais, como a produção de uma contracartilha sobre acessibilidade no ambiente virtual (Mello et al., 2020), com uma proposta ousada de pensar as ideias e práticas sobre acessibilidade não por tipo de deficiência, mas com foco nas barreiras e a partir de uma perspectiva que considere também a dimensão estética da acessibilidade e as múltiplas

corporalidades e sensorialidades de pessoas com e sem deficiência nos ambientes virtuais.

**Articulação em redes nacionais e internacionais.** Outra estratégia que temos utilizado para fortalecer e capilarizar as lutas anticapacitistas é a articulação em redes. Temos parcerias com o Coletivo Feminista Helen Keller, onde várias integrantes desse coletivo vêm participando do grupo de estudos. Também temos parcerias com pesquisadoras identificadas com as lutas anticapacitistas, vinculadas a diversas universidades brasileiras (USP, UnB, UFF, UDESC, IFSCs). Além disso, temos investido em redes internacionais. Destaca-se a participação da segunda autora deste artigo na Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero e no GT *Estudios Críticos en Discapacidad* do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Também ambas as autoras fazem parte de uma rede de pesquisadoras brasileiras com vínculos à Western University, em London, Canadá, por meio de projetos aprovados nas universidades brasileiras supracitadas, com as quais têm discutido deficiência e acesso coletivo a partir de uma perspectiva decolonial. Tal articulação se materializou na organização de eventos e na produção de materiais de divulgação, como os já anteriormente citados.

Para finalizar esse tópico, gostaríamos de destacar a nossa preocupação com a garantia do acesso coletivo para que todas as pessoas, de diferentes corporalidades e sensorialidades, possam participar. Temos como próximo desafio aumentar o número de participantes negras e LGBTI+ nas nossas ações. Essa questão vem sendo pensada a partir de nossas discussões recentes, com a nossa imersão nos estudos do feminismo negro e da teoria *queer*. Por enquanto temos buscado trabalhar com a sensibilização de psicólogas e outros profissionais atuantes nas políticas públicas, compreendendo que o potencial político seria muito maior se tivéssemos mais pessoas negras, indígenas, LGBTI+ e outros grupos sociais engajados nas lutas anticapacitistas.

## Resultados e Discussão

A análise dos resultados mostrou que o trabalho que vem sendo desenvolvido tem importantes efeitos no Brasil e no resto da América Latina, esta última a

partir da ampliação das redes da segunda autora. Considerando que o capacitismo opera como um produtor de desigualdades sociais, entendemos que nossas ações no NED têm potencial de transformação social. A seguir expomos os principais resultados observados nos eixos abaixo apresentados.

**Compreensão interseccional da deficiência e do capacitismo:** Um importante resultado que temos observado se refere à ampliação da compreensão da deficiência como uma experiência interseccional que produz diferentes efeitos na vida dos sujeitos, a depender da intersecção com marcadores sociais como classe, raça, etnia, gênero, sexualidade, região, idade, dentre outros. Isso pode ser percebido tanto por meio das discussões que temos realizado nos eventos e no grupo de estudos, como também no livro *Estudos da Deficiência: anticapacitismo e emancipação social* (Gesser, Böck & Lopes, 2020). Neste, todos os artigos produzidos pelas autoras dialogam com a perspectiva interseccional da desigualdade social. Ademais, há várias participantes do grupo de estudos, em sua maioria mulheres com deficiência, que têm ministrado palestras sobre o tema da interseccionalidade, o que mostra não somente uma apropriação da discussão, mas também a emancipação dessas participantes, que não só estão se apropriando do campo, mas também transformando-o em objeto de luta contra todas as formas de opressão.

**Capilarização dos Estudos da Deficiência para diversas áreas do conhecimento:** Nossas análises dos efeitos também têm mostrado o potencial das ações para outras áreas do conhecimento. Nos eventos que temos realizado em parceria com o CRP-12, tivemos profissionais de diversas áreas participando ativamente. As palestras que vêm sendo ministradas pelas integrantes também se estendem para diversas áreas, tais como Psicologia, Educação, Antropologia, Direito, Sociologia e Geografia. Ademais, uma das integrantes com deficiência participou de uma *live* sobre a temática da interseccionalidade no Conselho Federal de Psicologia do Brasil (CFP). Essa expansão também tem sido articulada em nossas redes de pesquisa e militância, uma vez que em outras universidades brasileiras, assim como em alguns órgãos de classe, também há pesquisadoras comprometidas com as lutas anticapacitistas, tais como Marcia Morais (UFF), Lívia Barbosa (UnB), Carla Biancha Angelucci (USP) e Geisa Böck

(UDESC), assim como alguns integrantes da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, Ministério Público de Santa Catarina, entre outras.

**Compreensão das lutas anticapacitistas como sendo de todas as pessoas:** Conforme já destacado, partimos do pressuposto de que o capacitismo é estrutural e estruturante da sociedade. Fazendo uma analogia com a famosa frase de Angela Davis, “não basta ser contra o racismo, é preciso ser antirracista”, defendemos que não basta apenas sermos contra o capacitismo, precisamos ser também anticapacitistas. Nesse sentido, temos realizado campanhas que têm como premissa o compromisso de que as lutas anticapacitistas devem ser de todos e não apenas das pessoas com deficiência.

A premissa de que as lutas anticapacitistas é de todos se justifica pelo fato de que todas as pessoas, em alguma medida, sofrem com a opressão capacitista, tanto porque o ideal normativo de sujeito é uma ficção inatingível (Campbell, 2009) quanto o fato de que vamos envelhecer e desenvolver lesões e impedimentos corporais. Ademais, lutar para que os espaços sejam construídos para acomodar uma maior variação corporal e politizar a deficiência para que as pessoas que vivem essa experiência possam estar em todos os espaços sem necessitarem aderir à lógica da superação das barreiras, é um desafio político que coaduna com a perspectiva dos direitos humanos e da justiça social.

**Ressignificação da experiência da deficiência e compreensão do corpo como político:** Esse resultado tem relação maior com a dimensão subjetiva da experiência da deficiência, embora não seja possível, como já destacou Sawaia (2002), separar a subjetividade das condições concretas de existência. Pode-se identificar que, por meio das análises de relatos realizados por pessoas com deficiência durante as reuniões e de um vídeo<sup>3</sup> em que cinco integrantes com deficiência apresentaram contribuições relacionadas à sua participação no NED, o encontro delas com o campo dos estudos da deficiência teve implicações subjetivas muito importantes. Isso contribuiu para a resignificação da experiência da deficiência e também para a compreensão do corpo com deficiência como político. O principal elemento identificado é o da ruptura com a compreensão da

deficiência como uma tragédia médica que, como muitos autores outrora corroboraram (Campbell, 2009; Taylor, 2017; Gesser, 2020), tende a dispersar a luta coletiva pelo rompimento das barreiras, uma vez que a dificuldade em participar é entendida como decorrente de um corpo com impedimentos, e não como o efeito das múltiplas barreiras impostas pela estrutura social às pessoas com deficiência.

## Considerações Finais

A análise dos efeitos do conjunto de ações por nós implementado aponta que temos contribuído para a politização da deficiência e o fomento das lutas anticapacitistas. A participação ativa das pessoas com deficiência é um excelente indicativo que corrobora essa afirmativa. Ademais, considerando o processo histórico de objetificação da deficiência e a dominância de narrativas que a situam como uma tragédia que demanda exclusivamente cuidados médicos, ao invés de direitos humanos e justiça social, temos percebido que a estratégia de divulgar o campo dos estudos da deficiência produz importantes efeitos no Brasil e o restante da América Latina.

As ações têm apontado que as lutas anticapacitistas são um elemento central para produzir coalizões entre as pessoas com deficiência e aquelas que vivenciam outras formas de opressão. O trabalho realizado também aponta que a desconstrução das narrativas que situam a deficiência como um problema individual tem um potencial de ampliar a luta contra as barreiras sociais que dificultam a sua participação. Por fim, fazer com que os estudos da deficiência cheguem até as pessoas com deficiência, tem se mostrado, a partir da perspectiva do sul global, como uma estratégia subversiva às narrativas capacitistas e eminentemente emancipatória.

Outro desafio é o de romper com o binarismo militância/academia, por entendermos que o processo de apropriação dos conhecimentos vinculados ao campo dos estudos da deficiência qualifica as lutas anticapacitistas. Desse modo, temos como preocupação o constante diálogo entre esses dois campos, reafirmando nossa dupla posicionalidade enquanto pesquisadoras e ativistas.

<sup>3</sup> O vídeo está disponível no canal do NED no YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=u2avQmHz16A>.

## Referências Bibliográficas

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Suely Carneiro; Pólen, Coleção Feminismos Plurais.
- Campbell, F. K. (2009). *Contours of Ableism – The production of disability and abledness*. Palgrave Macmillan.
- CRP-12 (2019). *Psicologia e pessoas com deficiência* Marivete Gesser et al. (Orgs). – Florianópolis: Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina – CRP-12: Tribo da Ilha, 2019. 96 p.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 10(1), 171-188.
- Gesser, M. (2010). *Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência física*. Tese (Doutorado em Psicologia). Florianópolis: UFSC.
- Gesser, M., Block, P., & Nuernberg, A. H. (2019). Participation, agency and disability in Brazil: transforming psychological practices into public policy from a human rights perspective. *Disability and the Global South*, 6(2), 1772–1791. [https://disabilityglobalsouth.files.wordpress.com/2019/07/06\\_02\\_05.pdf](https://disabilityglobalsouth.files.wordpress.com/2019/07/06_02_05.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2011). *Censo Demográfico: Resultados Preliminares da Amostra*.
- Gesser, M., Moraes, M., & Böck, G. L. K. (2020). Ensino, pesquisa e extensão no campo da deficiência: propostas emancipatórias. In: M. Gesser; G. L. K. Böck, & P. H. Lopes (Eds.). *Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social*. (pp. 73-91). CRV.
- Gesser; G. L. K. Böck, & P. H. Lopes (Eds.). *Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social*. (pp. 73-91). CRV. <https://doi.org/10.24824/978655868467.1>
- Gesser, M. (2020). Por uma educação anticapacitista: contribuições dos estudos da deficiência para a promoção de processos educativos inclusivos na escola. In: Leandro Castro Oltramari; L. R. C. Feitosa, & M. Gesser. (Eds.), *Psicologia escolar e educacional: processos educacionais e debates contemporâneos*. (pp. 93-113). Edições do Bosque UFSC/CFH.
- Gesser, M., Block, P., & Mello, A. G. (2020). Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social. In: M. Gesser; G. L. K. Böck, & P. H. Lopes (Eds.). *Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social*. (pp. 17-35). CRV.
- Gomes, R. B., Lopes, P. H., Gesser, M., & Toneli, M. J. F. (2019). Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. *Revista Estudos Feministas* [online]. 27(1), e48155. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n148155>
- Ivanovich, A. C. F; Gesser, M (2020). Deficiência e capacitismo: correção dos corpos e produção de sujeitos (a)políticos. *Quaderns de psicologia*, 22(3), 1-21. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1618>
- Kafer, A. (2013). *Accessible Futures, Future Coalitions*. In.: KA FER, A. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press.
- Lanna, M. C. M., Jr. (Org.). (2010). *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência.
- Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. (2015, 6 de julho). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União, Brasília*.
- Maior, I. M. M. L. (2017). Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inc.Soc*, 10(2), 28-36.
- Martins, B. S.; Fontes, F; Hespanha, P. & Berg, A. (2012). A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 98. <http://rccs.revues.org/5014>; doi: 10.4000/rccs.5014
- McRuer, R. (2006). *Crip Theory: Cultural Signs of Queerness and Disability*. New York: New York University Press.
- Mello, A. G. (2016). Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3265-3276.

- Mello, A. G. (2018). Dos pontos de vista antropológico, queer e crip: corpo, gênero e sexualidade na experiência da deficiência. In: Grossi, M. P.; Fernandes, F. B. M. (Orgs.). *A Força da “Situação” de Campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer*. Florianópolis; Editora da UFSC.
- Mello, A. G. (2019). Politizar a deficiência, aleijar o queer: algumas notas sobre a produção da hashtag #ÉCapacitismoQuando no Facebook. In: Prata, N.; Pessoa, S. C. (Orgs.). *Desigualdades, gêneros e comunicação*. (pp. 125-142). São Paulo: Intercom.
- Mello, A. G.; Nuernberg, A. H. (2012). Gênero e deficiência: intersecções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 635-655.
- Mello, A. G.; Gavério, M. A. (2019). Facts of cripness to the Brazilian: dialogues with Avatar, the film. *Anuário Antropológico*, 44(1), 43-65.
- Mello, A. G.; Gavério, M. A., von der Weid, O, Aydos, V. (2020). [Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia]. *Contracartilha de acessibilidade: reconfigurando o corpo e a sociedade*. ABA; ANPOCS; UERJ; ANIS; CONATUS; NACI.
- Moodley, J.; Graham, L. (2015). The importance of intersectionality in disability and gender studies. *Agenda*, London, 29(2), 1-10.
- Moraes, M. (2010). PesquisarCOM: política ontológica e deficiência visual. In: Marcia Moraes e Virginia Kastrup (Orgs.). *Exercícios de ver e não ver: arte e pesquisa com pessoas com deficiência visual*. (pp. 26-51). Rio de Janeiro: Nau.
- Oliver, M. (1992). Changing the social relations of research production? *Disability & Society*, 7(2), 101-114. <https://doi.org/10.1080/02674649266780141>
- Organização Mundial de Saúde (2012). *Relatório mundial sobre a deficiência*. São Paulo: SEDPCD, 2012.
- Penalva, J., & Santos, W. (2021). As inconstitucionalidades da Lei 14.176/2021. *Jota*, São Paulo, 24 de ago. 2021. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/as-inconstitucionalidades-da-lei-14-176-2021-24082021?amp>>. Acesso em: 10 dez. de 2021.
- Régis, H. C. B. (2013). *Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?* Dissertação (Mestrado em Psicologia). Florianópolis: UFSC.
- Santos, W. (2016). Deficiência como restrição de participação social: desafios para avaliação a partir da Lei Brasileira de Inclusão. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3007-3015. <https://doi.org/10.1590/1413-812320152110.15262016>
- Sawaia, B. B. (2002). Exclusão ou inclusão perversa? In: Sawaia, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (pp. 7-15.) 4 ed. Petrópolis: Vozes, 2002a.
- Taylor, S. (2017). *Beasts of Burden: Animal and Disability Liberation*. New York: *The New Press*.

Sobre as autoras:

**Marivete Gesser**

Psicóloga com doutorado em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, onde atua como professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia e coordenadora no Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED-UFSC). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão no campo dos estudos da deficiência de matriz feminista na interface com a psicologia e a educação. Recebe financiamento do CNPQ.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4091-9754>

e-mail: [marivete.gesser@ufsc.br](mailto:marivete.gesser@ufsc.br)

**Anahí Guedes de Mello**

Antropóloga, doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é pesquisadora associada do Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC; pesquisadora da Anis - Instituto de Bioética. É também coordenadora do Comitê Deficiência e Acessibilidade da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e membro do GT *Estudios Críticos en Discapacidad* do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Recebeu Menção Honrosa do Prêmio Capes de Tese 2020 na área de Antropologia/Arqueologia, pela tese de doutorado intitulada “Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoenografia ciborgue”, sob a orientação da Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5536-7171>

e-mail: [anahigm75@gmail.com](mailto:anahigm75@gmail.com)

Contato com as autoras:

Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC, Bloco E, segundo andar, Bairro Trindade

Florianópolis-SC, Brasil

CEP: 88040-970

Telefone Fixo: +55 (48) 3721-2723

Celular: +55 (48) 99653-1780

# RENASCER PARA RESISTIR: A EXPERIÊNCIA DA ESCOLA DE FORMAÇÃO ANTIMANICOMIAL

Gessica do Carmo de Aquino

Halina Cavalcanti Gouveia

Alanna Figueiroa Valentim

Militantes do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades – PE

## Resumo

A Reforma Psiquiátrica Brasileira foi impulsionada pela organização da população a fim de questionar o modelo hegemônico manicomial e apontar novas possibilidades de cuidado. A participação social não se restringe aos espaços formais instituídos e a formação política possui papel fundamental para a construção de um processo crítico-reflexivo. O artigo traz a experiência de uma formação política em saúde mental como possível vetor de transformações sociais, um estudo qualitativo em formato de relato de experiência, com o objetivo de analisar a experiência e desdobramentos de duas edições da Escola de Formação Antimanicomial de Recife e Região Metropolitana. A análise dos dados foi baseada no método de sistematização de experiências proposto por Holliday. A Escola se mostra um potente instrumento de luta pela Reforma Psiquiátrica, que pode ser apropriado e adaptado aos diferentes contextos em função do fortalecimento do protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental.

*Palavras-chave:* luta antimanicomial; formação política; saúde mental.

## Reborn to Resist: The Anti-Asylum Training School Experience

### Abstract

The Brazilian Psychiatric Reform was driven by the popular organization to question the hegemonic asylum model and point out new care possibilities. Social participation is not restricted to established formal spaces and political formation has a fundamental role in the construction of a critical-reflective process. The article brings the experience of political training in mental health as a possible vector of social transformations, a qualitative study in the form of an experience report, intending to analyze the experience and developments of two editions of the Anti-Asylum Training School of Recife and Metropolitan Region. Data analysis was based on the experience systematization method proposed by Holliday. The School is a powerful instrument in the struggle for Psychiatric Reform, which can be appropriated and adapted to different contexts in terms of strengthening the role of users of mental health services.

*Keywords:* movement against asylums; political formation; mental health.

## Renacer para Resistir: La Experiencia de La Escuela de Formación Antimanicomial

### Resumen

La Reforma Psiquiátrica brasileña fue impulsada por la organización de la población para cuestionar el modelo de asilo hegemónico y señalar nuevas posibilidades de atención. La participación social no se restringe a los espacios formales establecidos y la formación política tiene un papel fundamental en la construcción de un proceso crítico-reflexivo. El artículo trae la experiencia de la formación política en salud mental como posible vector de transformaciones sociales, un estudio cualitativo en forma de relato vivencial, con el objetivo de analizar la experiencia y desarrollos de dos ediciones de la Escuela de Formación Antimanicomial de Recife y Región Metropolitana. El análisis de los datos se basó en el método de sistematización de experiencias propuesto por Holliday. La Escuela es un poderoso instrumento en la lucha por la Reforma Psiquiátrica, que se puede apropiarse y adaptar a diferentes contextos para fortalecer el rol de los usuarios de los servicios de salud mental.

*Palabras clave:* movimiento de lucha antimanicomial; formación política; salud mental.

## Introdução e Justificativa

O hospital psiquiátrico protagonizou a cena do modelo asilar que se consolidou no século XIX e favoreceu o desenvolvimento das políticas higienistas e da crescente medicalização da vida, gerando exclusão e sofrimento dos sujeitos considerados desviantes da ordem moral. No final da década de 1970, trabalhadores se organizaram em torno das denúncias de torturas e violações de direitos que faziam parte do cotidiano dos hospitais psiquiátricos. Nomeada como Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental, essa organização popular construiu uma crítica aos manicômios com vistas à superação do modelo asilar, influenciada pelos fundamentos da Reforma Psiquiátrica italiana. O movimento estava identificado com os ideais que emanavam no contexto de redemocratização do país e alinhado com a Reforma Sanitária, reivindicando a saúde como direito dos cidadãos e dever do Estado (Amarante, 1995). A efetivação desse direito através da conquista do Sistema Único de Saúde abriu um campo no qual um modelo de atenção à saúde mental fundamentado no cuidado em liberdade poderia se sustentar.

De acordo com Passos (2017), no processo de construção da experiência brasileira da Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial existem projetos em disputa no próprio seio dessas correntes teóricas. Identificamos que há forças conservadoras da psiquiatria tradicional que defendem a reorganização dos serviços em saúde mental e entre os antimanicomiais também encontramos aqueles que defendem a humanização do hospício, o que nos convoca a reflexão e debates a todo instante (Passos, 2017).

A progressiva participação dos usuários dos serviços de saúde mental e seus familiares fortaleceu o que veio a se consolidar como Movimento Nacional da Luta Antimanicomial, que sintetizou no lema “Por uma sociedade sem manicômios” a luta por uma assistência à saúde embasada no tratamento em liberdade, pela garantia dos direitos e cidadania das pessoas com transtorno mental e, mais do que isso, a luta pela aceitação dos ditos loucos, sem qualquer forma de exclusão. O modelo de atenção psicossocial, levando em consideração a indissociação entre a cidadania, a autonomia dos sujeitos e o tratamento em liberdade, tem como

pressuposto viabilizar ações que promovam o protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental.

A partir de uma decisão de 13 núcleos de luta antimanicomial de todo Brasil, surge em 2003 a Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (RENILA) que passa a se estruturar em seu primeiro encontro nacional, em 2004, quando é definida sua organicidade e princípios. A RENILA é composta por núcleos da luta antimanicomial autônomos, que se unem enquanto Rede com base nos mesmos princípios norteadores, escritos na carta de princípios da Rede.

A instituição de espaços de controle social no Sistema Único de Saúde (SUS), através da Lei 8.142/90, possibilitou que a participação nos conselhos e conferências de saúde conferisse à população meios de construção democrática das políticas públicas de saúde. Entretanto, como apontado por Costa e Paulon (2012), esses objetivos não são garantidos apenas pela criação desses fóruns, mas a participação social é construída coletivamente e associada à disputa de forças, poderes e ideias, sem se manter restrita aos espaços formais instituídos.

Nessa esfera, a dimensão micropolítica de produção de subjetividades é fundamental. Torre e Amarante (2001) apontam que a autonomia constitui um aspecto central no processo em que um usuário do serviço de saúde mental se desloca do assujeitamento, produzido historicamente pelas marcas de um diagnóstico psiquiátrico, na direção da transformação em um sujeito que luta pela construção da cidadania para o coletivo que pertence. Dessa maneira, a transformação almejada passa pela criação de formas concretas de produção de autonomia e de uma cidadania ativa.

O sistema capitalista forjou um modelo de subjetividade que favorece sua manutenção e expansão, centrado no indivíduo e em uma experiência de humanidade relacionada à interioridade e pretensiosamente apartada do social. Em seu contraponto, Torre e Amarante (2001) defendem que a subjetividade é invariavelmente coletiva e inscrita na historicidade não como elemento anterior ao indivíduo, mas como fruto de registros coletivos sociais e culturais. O constante trabalho de produção de subjetividade se dá tanto através dos equipamentos sociais, discursos, práticas e tecnologias institucionais para sua “modelagem e serialização”, como também através de movimentos de resistência que

produzem rupturas e singularizações que caminham na contramão das “máquinas capitalistas de produção de subjetividade” (p.77).

A plenitude de uma democracia implica na necessidade da formação de cidadãos que sejam ativos, participantes e tenham a capacidade de julgar e escolher. Em conformidade aos argumentos de Benevides (1996), é necessário que o desenvolvimento de uma educação política se desloque da instituição formal para espaços em que seja possível a formação de uma resistência ao poder hegemônico.

Na defesa de uma educação emancipadora, nomeada “educação para a democracia”, Benevides (1996) parte do pressuposto de que a democracia é um “regime político fundado na soberania popular e no respeito integral aos direitos humanos” (p. 225) para sinalizar a indispensável associação entre democracia participativa e a educação política.

O paradigma da educação popular, pautado no trabalho de Paulo Freire, traz valiosas contribuições no sentido em que a educação popular estimula a participação política e cidadã com vistas à superação das condições sociais opressoras, consistindo em uma educação direcionada à transformação. O fundamento e a metodologia da educação problematizadora/libertadora é o diálogo, diálogo como encontro entre sujeitos, sujeitos do ser mais. Mas trata-se de encontro que vai para além do encontro eu-tu, o encontro é para ler e pronunciar o mundo e, assim, transformá-lo (Freire, 2005).

Consideramos importante pontuar o dito acima para que possamos compreender a autonomia no seu cerne, e que a autonomia aqui defendida é aquela em que as práticas favoreçam a inserção do sujeito, que o consideram a partir da sua vocação de ser mais e que, portanto, potencializam a autonomia (Freire, 2018).

Neste momento da Reforma Psiquiátrica, tem sido cada vez mais apontada a importância do repensar o lugar do sujeito da diferença, com o intuito de construção de uma política de saúde mental que considere a dívida histórica das políticas públicas com este segmento. Nessa construção, a participação cidadã do usuário configura-se como poderosa arma contra as amarras institucionais que engessam a potência instituinte dos embates com o que se julga a loucura em nossa sociedade (Costa & Paulon, 2012). Considerando a importância desta participação social, outro elemento

primordial que deve estar na construção desse processo é o protagonismo desses sujeitos.

O protagonista é quem deve decidir sobre o que deve ser tratado mas, conforme Costa e Paulon (2012) apontam, pessoas lidas como loucas são frequentemente relativizadas, pois esta nomeação é seguida por uma série de estigmas e barreiras historicamente construídas e sustentadas pelo conjunto da sociedade.

A formação política faz-se necessária na compreensão e na luta pela garantia dos direitos das populações. Quando a usuária e usuário da RAPS têm a oportunidade de estar, tanto nesse processo de aprendizagem, quanto em todo o processo de construção dos processos formativos, constroem-se significados relacionados à compreensão de suas reivindicações e ao desenvolvimento de uma consciência crítica em relação a totalidade em que esse sujeito se encontra na sociedade.

A ideia de transformação do pensamento em relação às necessidades individuais e partir para uma consciência coletiva faz com que os(as) usuários(as) ratifiquem a ideia de formação política em saúde mental além do respeito às suas especificidades. Segundo Vasconcelos et al (2010), com isso, o processo formativo traz subsídios para que busquem novos sentidos para a vida e a defesa dos direitos humanos dos sujeitos em sofrimento psíquico; faz sair do âmbito da reivindicação individual e passa para a superação mútua de um problema. Considerando as reflexões aqui expostas, é possível afirmar que uma educação política comprometida com a transformação social pressupõe a produção de subjetividades na direção da cidadania ativa, em nome do fortalecimento de um Estado Democrático de Direito, fazendo frente ao poder instituído que objetiva os corpos e mantém um sistema de opressão e exclusão.

A participação e o controle social no Brasil encontram-se em xeque e uma Reforma Política é solicitada por quase todos os setores e movimentos populares, ainda que com discordâncias no formato e conteúdo. Interferir no destino do país é pauta atual urgente do povo brasileiro e nos Movimentos da Reforma Sanitária e da Reforma Psiquiátrica não poderia ser diferente. Dentro desta disputa, surge a dita “Nova Reforma Psiquiátrica”, encabeçada por movimentos conservadores que institucionalizam uma crise na direção política dos

serviços de cuidado em saúde mental, com a inclusão de “dispositivos considerados manicomiais, com caráter religioso e que não possuem uma equipe técnica” (Passos, 2017, p. 58). O que se enquadra nesse perfil são as Comunidades Terapêuticas, que passam a compor a rede de saúde mental utilizando-se de verbas públicas para se manterem, um processo de precarização da Política de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas que foi também denunciado no I Encontro Nacional da RAPS, em 2013, por trabalhadores(as), usuários(as) e familiares. Diante desse cenário, Passos (2017) sinaliza que existem hoje pelo menos três projetos em disputa:

1º) a proposta radical de Reforma Psiquiátrica, pautada na Luta Antimanicomial; 2º) a proposta de manutenção da perspectiva manicomial tradicional; 3º) a proposta de uma Reforma Psiquiátrica “simpática” às mudanças de caráter meramente legislativo e assistencial. (PASSOS, 2017, p. 58)

Ainda que a instituição psiquiátrica deixe de existir, as suas expressões, na atual conjuntura, estão colocadas de outras formas e também precisam ser superadas e aniquiladas (Passos, 2017, p. 61).

Na cena política na resistência ao Golpe de 2016, movimentos sociais do estado de Pernambuco ganharam visibilidade, incluindo entidades constituintes da Frente Brasil Popular. Tomando como referência formas de organização de tais movimentos para fortalecimento de processos coletivos, aconteceram mensalmente assembleias nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da Região Metropolitana do Recife (RMR) e em Caruaru, na região Agreste do estado, conduzindo à primeira formação voltada apenas para usuários(as) da rede de saúde mental, nomeada como I Escola de Formação de Usuários – RMR.

Meses após a conclusão desta experiência, sucessivas alterações na Política de Saúde Mental foram anunciadas pelo Governo Federal através das Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde em Setembro de 2017 (Brasil, 2017), além da 3.588/17 lançada em dezembro deste mesmo ano que, entre tantos pontos, anunciava o aumento da diária em Hospital Psiquiátrico. Em novembro de 2018, surge a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Nova Política de Saúde Mental e da Assistência Hospitalar Psiquiátrica. Junto a este

processo de uma série de ataques à Reforma Psiquiátrica Antimanicomial, tinha-se também as eleições de outubro de 2018 como momento de grande importância para apontarmos um projeto de nação e de política de saúde para o país, em consonância com a Luta Antimanicomial. Foi desta forma que entre os meses de Outubro e Dezembro de 2018 aconteceu a II Escola de Formação Antimanicomial.

Em outubro e novembro de 2019 foi realizada a III Escola de Formação Antimanicomial, já configurada como um permanente desafio de construção para todos(as) que participaram e para aqueles(as) que conhecem sua potência a cada vez é realizada. Em 2020 aconteceria a quarta edição deste projeto, se o mundo não tivesse sido surpreendido pela pandemia do COVID-19 e sua necessidade urgente de isolamento social. A dificuldade de manutenção da própria vida para grande parcela da população, em se tratando das condições materiais e subjetivas, e a exclusão histórica de acesso a emprego, renda, educação, moradia – incluindo acesso à tecnologia e comunicação – não possibilitaram a construção de uma edição virtual.

Este trabalho dedica-se a relatar a experiência da Escola de Formação Antimanicomial entre os anos de 2017 a 2019, com a intencionalidade de apresentar um registro coletivo que facilite a continuação deste processo formativo em Recife e Região Metropolitana e demais regiões de Pernambuco e do Brasil, por tratar-se uma iniciativa baseada em princípios de democracia, de participação social, da Luta Antimanicomial e do protagonismo de usuários(as) da RAPS e seus familiares.

## Problema/Objetivos

Essas experiências da Escola de Formação aconteceram durante três anos consecutivos, 2017, 2018 e 2019 e se apresentam como uma potente ferramenta de intervenção e articulação dos(as) usuários(as) e familiares em busca de maior protagonismo destes na construção de estratégias de enfrentamento. Teve por objetivo fomentar nos(as) usuários(as) reflexões sobre a Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, luta política e organização de familiares, usuárias(os) e trabalhadoras(es) da saúde mental, bem

como incentivar a discussão sobre os atuais desafios da Luta Antimanicomial e incitar a necessidade de formação de coletivos de usuários(as), familiares, trabalhadores(as) da saúde mental em prol da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial.

Este artigo se pauta na realização das duas primeiras edições da Escola de Formação, pois tiveram participação ativa das autoras envolvidas como militantes do Núcleo da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades. Esta escrita tem o objetivo geral de analisar a experiência e consequentes desdobramentos das escolas de formação para a luta antimanicomial do Recife e Região Metropolitana, com o intuito de divulgar e promover a construção de estratégias de luta que fomentem o protagonismo de usuários nos mais diversos contextos que necessitam da manutenção de uma Reforma Psiquiátrica pautada na Luta Antimanicomial.

Como objetivos específicos, buscamos: descrever processo de organização e execução da Escola de Formação Antimanicomial do Recife e Região Metropolitana; analisar as contribuições da Escola de Formação Antimanicomial do Recife e Região Metropolitana para a Luta Antimanicomial da região; e analisar o processo de formação na vida dos sujeitos implicados na Escola de Formação Antimanicomial do Recife e Região Metropolitana.

### Processo de Intervenção

O desenho deste estudo é de natureza qualitativa, em formato de um relato de experiência. Segundo Minayo e Sanches (1993), a abordagem qualitativa coloca tanto investigadora quanto investigadas como agentes de ação produtoras de sentido e significado, por isso entende toda etapa do processo de investigação como parte do fenômeno analisado, assim, considera toda crítica, todo momento relacional como material de investigação. Como forma de investigar os objetivos desta pesquisa.

Foram utilizados os registros dos diários de campo das autoras, componentes do grupo organizador da Escola de Formação, como também os materiais produzidos pelos participantes durante o processo formativo. As imagens e registros de falas e/ou referências feitas às vivências foram retirados de registros públicos da formação feita pelo movimento social organizador da

experiência, encontradas em redes sociais e autorizadas pelos(as) usuários(as) na medida em que os registros eram produzidos.

A análise foi realizada à luz do método de sistematização de experiências proposto por Holliday (CIDAC, 2007), uma interpretação crítica que, utilizando-se da compilação e ordenação de dados e informações para a reconstrução da experiência, explicita os fatores que intervieram no processo vivido e como estes se relacionam entre si, com intencionalidade de extrair aprendizagens. Entre os objetivos da sistematização de experiências estão a compreensão em profundidade da experiência, intentando seu aperfeiçoamento; o compartilhamento das aprendizagens com demais atores que tenham vivenciado experiências semelhantes; e a contribuição para a reflexão teórica a partir de conhecimentos surgidos diretamente do campo vivencial (CIDAC, 2007).

Cada etapa de pesquisa e criação deste artigo se baseia no rigor proposto por Débora Diniz (2008), ao entender que cada desenho metodológico exige uma sensibilidade ética para entender novas possibilidades de riscos e adequações necessárias.

### Efeitos e Impactos Observados

Processo de organização e execução da Escola de Formação Antimanicomial do Recife e Região Metropolitana

A cada edição da Escola de Formação foram realizados ajustes e aprimoramentos, baseados na avaliação realizada ao fim de cada processo e nas necessidades percebidas do contexto histórico e social. Para fins de sistematização da experiência, serão relatadas todas as estratégias utilizadas para alcançar o objetivo proposto em cada etapa.

A formação política foi destinada a, em média, 30 usuários dos serviços de saúde mental da cidade do Recife e Região Metropolitana, tendo participado também alguns familiares. As atividades foram realizadas em quatro etapas, com frequência quinzenal, em período diurno com alimentação disponibilizada aos participantes. Cada módulo contou com a participação de uma facilitadora convidada e uma equipe responsável pelo apoio pedagógico e logístico. Os temas abordaram

a contextualização histórica da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial, discussão da Política Nacional de Saúde Mental e Política Nacional Sobre Drogas, análise da conjuntura política brasileira e estratégias de organização social. Diante da procura por participação de pessoas que não eram o público-alvo, como estudantes e trabalhadoras(res), a partir da II Escola o primeiro módulo foi aberto à população em geral, também com a função de ser um lançamento público do projeto.

Para tal, utilizou-se de exposições dialogadas, rodas de conversa, expressões artísticas e dinâmicas de grupo, privilegiando metodologias participativas. As atividades foram centralizadas nos Núcleos de Base (NBs), grupos permanentes definidos para integração entre os participantes, realização de atividades coletivas e corresponsabilização com a construção do espaço formativo. A partir da segunda edição, foi feita a proposta a pessoas que já haviam participado da Escola e novamente se inscreveram para que fossem monitores, uma em cada NB formado, com a função de acompanhar e auxiliar no aprendizado daquela turma. Elas não só aceitaram com bastante entusiasmo como cumpriram com responsabilidade a tarefa dada, emergindo ali mais uma modalidade de formação, jamais pensada durante o processo.

A aposta nos afetos como inerentes ao processo de despertar da consciência resultou em encontros permeados por místicas, realizadas no início e no final de cada diade formação, assim como intervenções artísticas. A mística é a alma do sujeito coletivo, é o momento em que se reafirma o compromisso com determinados ideais e é uma forma de concretizá-los no momento presente (CEPIS, 2009). Se traduz em possibilidades diversas de expressão e dá margem à utilização de variadas linguagens.

Nesse campo, considerando a importância da memória dos companheiros que são referências na luta por uma sociedade justa e igualitária, escolheu-se na primeira edição homenagear Marcus Vinicius de Oliveira Silva (BA), conhecido também como Marcus Matranga, um dos militantes idealizadores da Luta Antimanicomial brasileira e referência na América Latina. Na segunda edição, a homenagem foi prestada a Rosimeire Silva (MG), importante militante da luta antimanicomial além de trabalhadora também com experiência na coordenação e gestão de serviços da RAPS, com participação na

criação e implementação dos serviços substitutivos aos manicômios. Na última edição realizada, a homenagem foi dirigida a Edjane Sampaio, trabalhadora da RAPS do Recife, defensora da luta antimanicomial, admiradora da Escola de Formação e incentivadora da participação e protagonismo dos usuários(as) nos processos políticos e de decisão.

Contribuições da Escola de Formação Antimanicomial do Recife e Região Metropolitana para a Luta Antimanicomial da região

A existência de um processo de formação recoloca o movimento social e os(as) usuários(as) em um patamar de disputa política mais qualificado, tendo em vista que compreende-se melhor as estruturas de opressão, o sistema e os atores que a sustentam e. Desta forma, posicionam-se melhor nas reuniões de organização, nos atos públicos, nos serviços a que são vinculados e com a sociedade.

O Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades teve a participação de usuários desde a sua fundação, entretanto os processos de formação facilitaram a filiação de novos usuários que se interessaram em buscar uma organização política atuante e ideologicamente alinhada aos princípios da luta antimanicomial. Consequentemente, foi expressiva a presença e participação dos mesmos no V Encontro Nacional da RENILA, realizado em 2018 no Centro de Formação Paulo Freire – Assentamento Normandia do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, no município de Caruaru – PE.

A rede de contatos entre usuários proporcionada pela convivência e pela formação política facilitou a construção de mais uma associação de usuárias(os) e familiares no estado de Pernambuco, denominada Corpo de Lama. Este pode ser utilizado como um fator importante para acreditar nos avanços que traz a continuidade deste processo de formação, a partir da leitura da contribuição destes momentos para o fortalecimento da atuação dos usuários como sujeitos políticos

A visibilidade dada a este processo de formação provocou a inspiração de coletivos antimanicomiais no Nordeste e no país para a construção de experiências semelhantes, à luz deste projeto, o que indica que pode ser um ponto de partida para um processo de maior porte que compreende a educação como prática

de liberdade, seguindo orientações de Paulo Freire, e a centralidade na formação política para organizar processos de resistência para períodos de retrocessos nas políticas públicas.

Análise do processo de formação na vida dos sujeitos implicados

A compreensão dos elementos de conjuntura política apresenta-se como ferramenta de libertação de um nível de exclusão: o do conhecimento. Os relatos de experiências e trajetórias de vida das pessoas inscritas evidenciaram que se tratava de um grupo excluído de uma série de políticas sociais. Ainda que soubéssemos que as pessoas com sofrimento psíquico sistematicamente são referenciadas para as políticas de saúde e de assistência social, no cotidiano de uma proposta em formato de curso percebíamos das mais diversas formas o quanto este grupo tinha sido negligenciado pelo Estado no acesso às políticas de educação e, por consequência, a melhores ferramentas de convívio social, reprodução das condições materiais de existência e da inserção no mercado do trabalho.

Entendendo isso, era notório que também por estas questões um curso de formação tornava-se algo tão desejado e cuidado por toda a turma inscrita. A presença era sempre acompanhada por sujeitos atentos, concentrados, esforçados, participantes, comprometidos, honestos e sedentos por construção coletiva de um conhecimento anteriormente negado.

Durante todo o processo, a formação foi muito bem avaliada pelas(os) participantes e pelas trabalhadoras dos serviços que estavam acompanhando alguns grupos. Os(as) usuários(as) compartilhavam frequentemente sobre o aprimoramento da compreensão sobre sua realidade como sujeito e cidadão; da autonomia para o posicionamento em outros grupos que faziam parte; do reconhecimento do curso como sujeitos de direitos e com legitimidade de fazer parte de processos de formação; da importância de um local de sociabilidade e formação para além do local onde eles realizam o tratamento (CAPS); emoção pela conclusão e o recebimento dos certificados; e o desejo da continuidade de mais momentos como esse. Tais elementos deixavam clara a importância e o desafio da continuação e ampliação desse processo formativo.

## Conclusão

A participação política nos espaços de controle social é uma questão para o SUS como um todo e não apenas para os usuários da RAPS, entretanto para este público há nuances específicas, tendo em vista a afirmação de uma posição ético-política que não admite que o tratamento esteja dissociado do imperativo de tomar os usuários como cidadãos e protagonistas.

Em tempos de graves ameaças à democracia brasileira, não se pode deixar escapar à memória que a Luta Antimanicomial se configurou como uma estratégia de redemocratização junto aos movimentos sociais no período pós-ditadura militar, na exigência da criação e efetivação de políticas sociais que garantissem a saúde integral da população. A remanicomialização, que tem se expressado no sucateamento do SUS e na aprovação de uma política de saúde mental alinhada a corporações e ideais excludentes e produtores de sofrimento, exige uma posição de constante resistência e fortalecimento dos movimentos sociais.

Assim, a Escola de Formação Antimanicomial se mostra um potente instrumento de luta pela Reforma Psiquiátrica, que pode ser apropriado e adaptado aos diferentes contextos em função do fortalecimento do protagonismo dos usuários dos serviços de saúde mental. Apesar de ser direcionada a um público específico, por estar em diálogo com princípios da educação popular a formação antimanicomial proporciona aprendizado a todas as pessoas presentes, em uma troca de saberes das mais diversas ordens que apontava para a emancipação dos sujeitos e a transformação social.

## Memorial

Falar da Escola de Formação Antimanicomial demonstra uma fragilidade em nosso projeto de nação: aqui quem escreve ainda não são as formandas e os formandos deste processo. Porém protagonismo, luta política e participação social não são garantidos e conquistados em espaços pontuais, em certificados e sem enfrentamentos.

O presente trabalho traz a experiência de uma formação política em saúde mental como possível vetor de transformações sociais, para sinalizar que estes encontros são sementes de raízes coletivas que se fortalecem em

momentos de violentos ataques à democracia e à vida no Brasil. De uma coisa não temos dúvida, a Escola de Formação Antimanicomial é um aviso a quem carrega o projeto da contra-reforma manicomial: não desistiremos.

## Referências

- Amarante, P. (1995). *Loucos pela Vida: A Trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ.
- Ministério da Saúde (2017) Portaria de Consolidação nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6. Brasília. Recuperado de [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001\\_03\\_10\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prc0001_03_10_2017.html).
- Benevides, M. V. M. (1996) Educação para a democracia. *Lua Nova*, 38, 223-237. doi: 10.1590/S0102-64451996000200011
- Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae (Org.). (2009) *Educação Popular: Roteiros e Textos de Apoio*. São Paulo: CEPIS.
- Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral, & Holliday, O. J. (2007) *Sistematização de Experiências: Aprender a Dialogar com os Processos*. Lisboa: CIDAC.
- Costa, D. F. C., & Paulon, S. M. (2012) Participação Social e Protagonismo em Saúde Mental: A Insurgência de um Coletivo. *Saúde debate*, 36(95), 572-582.
- Diniz, D. (2008) Ética na Pesquisa em Ciências Humanas: Novos Desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 417-426. doi: 10.1590/S1413-81232008000200017
- Freire, P. (2018) *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2005) *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Minayo, M. C. S., Sanches, O. (1993). Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementariedade? *Caderno de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.
- Passos, R. G. (2017). Luta Antimanicomial no Cenário Contemporâneo: Desafios Atuais Frente a Reação Conservadora. *Revista Sociedade em Debate (Pelotas)*, 23(2), 55-75. Recuperado de <http://revistas.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/view/1678>.
- Torre, E. H. G., & Amarante, P. (2001) Protagonismo e Subjetividade: A Construção Coletiva no Campo da Saúde Mental. *Ciência & saúde coletiva*, 6(1), 73-85. doi: 10.1590/S1413-81232001000100006
- Vasconcelos, E. M. (2000). Reinvenção da Cidadania, Empowerment no Campoda Saúde Mental e Estratégia Política no Movimento de Usuários. In: P. Amarante, (Org.) *Ensaio: Subjetividade, Saúde Mental, Sociedade* (pp. 164-194). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

Sobre as autoras:

**Gessica do Carmo de Aquino**

Psicóloga (Universidade Federal da Bahia) especialista em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional da Universidade de Pernambuco. Psicóloga no CAPS AD Eliane Aguiar (SMS/Paulista-PE). Militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades – RENILA.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6799-130X>

*E-mail:* gessicaquino@hotmail.com

**Halina Cavalcanti Gouveia**

Militante do Núcleo Estadual de Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades – RENILA. Especialista em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional da Universidade de Pernambuco; Mestranda do Programa de Política Pública de Saúde da Fiocruz; Assistente Social no Serviço de Apoio a Mulher Wilma Lessa / HAM-SES e no Consultório na Rua / SMS - Recife-PE.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4200-1813>

*E-mail:* halina.cg@gmail.com

**Alanna Figueiroa Valentim**

Psicóloga (Universidade Federal de Pernambuco). Dançarina. Especialista em Saúde Mental pela Residência Multiprofissional da Universidade de Pernambuco. Mestre em Saúde Coletiva pelo IAM/FIOCRUZ. Integrante da Equipe de Desinstitucionalização de Pernambuco. Militante do Núcleo Estadual da Luta Antimanicomial Libertando Subjetividades – RENILA.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0554-3966>

*E-mail:* alannafigueiroa@gmail.com

Contato com as autoras:

Gessica do Carmo de Aquino

Rua Walfrido de Moraes, 335, apto 310, bloco D, Janga

Paulista-PE, Brasil

CEP: 53437-100

Telefone: (81) 99808-7187



# REFLEXÕES SOBRE A SOCIOEDUCAÇÃO FEMININA A PARTIR DO CONCEITO DE SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Lívia Rebouças da Costa

Ilana Lemos de Paiva

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil

---

## Resumo

Historicamente, as mulheres vêm sendo alvo da opressão/exploração dentro da sociedade patriarcalista-racista-classista vigente. Ao se jogar luz sobre o contexto do público feminino do sistema socioeducativo brasileiro, constata-se a radicalidade desse processo, especialmente para meninas negras e periféricas. Diante disso, o presente trabalho objetivou analisar de que forma o sofrimento ético-político, conceito desenvolvido para entender a dialética da exclusão/inclusão permeia a vivência das adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade. Como resultados, constatou-se que a reprodução do racismo e do machismo dentro do sistema socioeducativo se engendram como elementos constituinte desse sofrimento na vida das meninas, que, por sua vez, têm suas subjetividades forjadas a partir desse mecanismo. A partir disso, intentou-se provocar uma reflexão sobre a necessidade de se desenvolverem saberes comprometidos com a transformação da realidade.

*Palavras-chave:* adolescentes mulheres; medida socioeducativa privativa de liberdade; sistema cisheteropatriarcal-racista-classista.

## Reflections on Female Socio-Education from the Concept of Ethical-Political Suffering

### Abstract

Historically, women have been the target of oppression/exploitation within the current patriarchal-racist-classist society. By shedding light on the context of the female audience in the Brazilian socio-educational system, one can see the radical nature of this process, especially for black and peripheral girls. Therefore, this study aimed to analyze how ethical-political suffering, a concept developed to understand the dialectic of exclusion/inclusion permeates the experience of adolescents who are under a socio-educational measure of deprivation of freedom. As a result, it was found that the reproduction of racism and sexism within the socio-educational system are engendered as constituent elements of this suffering in the lives of girls, who, in turn, have their subjectivities forged from this mechanism. Thus, it was intended to provoke a reflection on the need to develop knowledge committed to the transformation of this reality.

*Keywords:* teenagers women; socio-education measure of deprivation of liberty; cisheteropatriarcal-racist-classist system.

## Reflexiones sobre la Socioeducación Feminina desde el Concepto de Sufrimiento Ético-Político

### Resumen

Históricamente, las mujeres han sido objeto de opresión/explotación dentro de la actual sociedad patriarcal-racista-clasista. Al arrojar luz sobre el contexto de la audiencia femenina en el sistema socioeducativo brasileño, se puede ver la naturaleza radical de este proceso, especialmente para las niñas negras y periféricas. Por tanto, este estudio tuvo como objetivo analizar cómo el sufrimiento ético-político, concepto desarrollado para comprender la dialéctica de la exclusión/inclusión, impregna la experiencia de las adolescentes que se encuentran bajo una medida socioeducativa de privación de libertad. Como resultado, se encontró que la reproducción del racismo y el sexismo dentro del sistema socioeducativo se engendran como elementos constitutivos de este sufrimiento en la vida de las niñas, quienes, a su vez, tienen sus subjetividades forjadas a partir de este mecanismo. A partir de ello, se pretendía provocar una reflexión sobre la necesidad de desarrollar conocimientos comprometidos con la transformación de la realidad.

*Palabras clave:* mujeres adolescentes; medida socioeducativa de privación de libertad; sistema cisheteropatriarcal-racista-clasista.

---

## Introdução: por que se debruçar sobre a realidade das meninas da socioeducação?

As mulheres vêm sendo marcadas, historicamente, por um processo de exploração/opressão que se constrói de forma diferente e desigual a depender da classe social e da raça às quais pertençam. Tal dinâmica, que conversa estreitamente com os valores e necessidades estruturantes das sociedades em cada época (desde a origem da instituição família aos dias de hoje), tem contribuído para o estabelecimento dos lugares e dos papéis cabíveis a cada mulher: se negras e da periferia, cabem-lhes os trabalhos mais precarizados, mal remunerados e a escassez de tempo para cuidarem de si e de suas famílias; se brancas e de bairros nobres, cabe-lhes a exigência de se fazerem mulheres modernas e independentes, que, teoricamente, não precisam escolher entre a carreira profissional e a família, pois têm recursos financeiros para terceirizar, em parte, as suas atividades domésticas. Contudo, há um ponto fundamental em comum entre elas: o fato de serem corpos submetidos à propriedade do cisheteropatriarcado<sup>1</sup>, o qual, juntamente ao capitalismo e ao racismo estrutural, se faz determinante nas relações sociais presentes no cotidiano (Cisne & Santos, 2018).

Dessa forma, quando se trata do contexto das populações que lidam diariamente com o não acesso aos direitos fundamentais pela ausência do estado, e que sofrem com os desdobramentos da escassez de recursos materiais, a situação das mulheres - destacadamente as negras e periféricas - vem se tornando cada vez mais alarmante, o que pode ser ilustrado ao se observar o crescente quantitativo do envolvimento das mesmas em trajetórias associadas à criminalidade<sup>2</sup>. Tal quadro não é uma exclusividade só entre as mulheres adultas, mas também tem se intensificado entre mulheres

adolescentes e jovens. Para estas últimas, a conjuntura torna-se ainda mais preocupante ao se considerar fatores como o período peculiar de desenvolvimento no qual tal público se encontra, o seu status de prioridade segundo as leis que regem o país, bem como as consequências que essa trajetória, marcada pela infração e por violências, poderá ter para o presente e futuro dessas meninas. Assim, pertencentes à uma juventude que se caracteriza diversa de outras em virtude de seu contexto cultural, de sua localização territorial, de seu pertencimento racial, social e econômico, essas adolescentes e jovens são alvo de uma opressão/exploração que se conecta a processos de estigmatização e de criminalização de onde podem surgir, como consequência, elementos que serão constituintes de suas subjetividades e coletividades (Froemming, 2016; Diniz, 2017).

Entendendo que a subjetividade se engendra em meio as relações sociais, é possível afirmar que a participação de sujeitos numa dinâmica que exclui e, ao mesmo tempo, inclui de maneira perversa determinados segmentos, é determinante para a construção de quem se é e de como se percebe ser. Dessa forma, a vivência física e simbólica desse mecanismo desencadeia formas específicas de sofrimento, o qual, por sua vez, configura-se também como constituinte dessa subjetivação, possuindo assim uma base material e sendo atravessado por um emaranhado de hierarquias de poder e de diferentes interesses, e fundando-se a partir da lógica de exclusão/inclusão perversa que recai negativamente sobre as populações marginalizadas. Pensando em como analisar o funcionamento dessa dialética da exclusão/inclusão e verificando as peculiaridades que permeiam a forma como isso afeta as pessoas, a pesquisadora Bader Sawaia desenvolve, dentro dos estudos da Psicologia Social no Brasil, o conceito de sofrimento ético-político como uma categoria que possibilite a compreensão dos processos psicossociais presentes no referido contexto. Trata-se de captar a complexidade que caracteriza o movimento dialético entre a exclusão e a inclusão no modo de produção capitalista, considerando que a sociabilidade por ele fomentada é geradora de afetações negativas para a coletividade e para os sujeitos em suas singularidades, manifestando-se assim num sofrimento de dimensões ética e política (Sawaia, 2013; Bertini, 2014).

<sup>1</sup> O termo diz respeito ao poder não só dos homens sobre o conjunto das mulheres, mas também a hegemonia heteronormativa e binária sobre os corpos feminizados.

<sup>2</sup> É importante que se problematize a função que a criminalização de populações específicas, por parte do estado e da classe dominante, tem para a criminalidade feminina, de forma que se compreende que, apesar da quebra das normas sociais ter ocorrência em diferentes substratos sociais e grupos racializados, o ato de delinquir ganha destaque e status de crime majoritariamente quando os/as agentes vêm da população negra e subalternizada.

Desse modo, percebe-se que o sofrimento ético-político está presente de variadas formas na realidade social, ganhando matizes específicos a partir da situação e de quem vivencia tal situação. Diante da já referida opressão/exploração sobre as mulheres e considerando ainda o processo de criminalização pelo qual uma parte significativa delas vem passando, destacou-se, no presente trabalho, como o sofrimento ético-político se dá para adolescentes e jovens mulheres que, capturadas pela lógica seletiva e criminalizante vigentes, cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o ECA (1990), de acordo com a gravidade do ato infracional cometido, à/ao adolescente pode ser determinado, pela Justiça, alguns tipos de medidas socioeducativas, sendo a mais drástica delas a de privação de liberdade, a qual corresponde à internação das/os adolescentes em uma instituição pelo período estipulado judicialmente e que deve ter um caráter de responsabilização e pedagógico, com base numa perspectiva socioeducativa. Contudo, de acordo com Froemming (2016), ao se observar como está posta a realidade do sistema que operacionaliza as medidas, é possível identificar que a lógica punitivista ainda persevera em detrimento da socioeducativa e que a premissa de que as meninas da socioeducação são sujeitos de direitos que devem ser protegidas, mostra-se não materializada nas mais variadas dimensões. São existências marcadas pela opressão/exploração de classe, de raça e de sexo<sup>3</sup>, sendo nelas encontradas histórias de amargas trajetórias de vida, e estando nelas presentes a dimensão do sofrimento ético-político. Assim, jogar luz sobre o que vivem as adolescentes e jovens mulheres privadas de liberdade se torna um imperativo em virtude da necessidade de maiores cuidados e preocupações com o referido público.

Diante disso, esta pesquisa justificou-se por contribuir para uma desnaturalização sobre o sofrimento manifestado no contexto das relações sociais

estruturantes<sup>4</sup>, situando-o ética e politicamente na medida em que se desvincula-o da ordem puramente existencial e o conecta à concreticidade dos elementos constituintes da sociedade capitalista, estabelecendo assim um caráter de mutabilidade para a dura realidade dos povos oprimidos e explorados, a qual pode ser transformada a partir das condições objetivas de vida dos sujeitos. Nesse sentido, o referido estudo traz a possibilidade de se enxergar criticamente componentes essenciais da construção das subjetividades das adolescentes e jovens privadas de liberdade, e que podem ser tomados como espelho do funcionamento de uma sociedade racista, machista, classista, individualista, meritocrática e discriminatória, e que tem como principais vítimas as mulheres jovens, negras e subalternizadas.

## Problema de pesquisa e objetivos: o horizonte que nos guia

Com base no que foi apontado até aqui e entendendo a importância de se evidenciar e problematizar o contexto da ainda invisibilizada infração juvenil feminina, põe-se como questão para o presente estudo: Como o sofrimento ético-político se apresenta na vivência das adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade?

A partir desse questionamento, estabeleceu-se como objetivo analisar de que forma o sofrimento ético-político perpassa a vivência das adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade.

<sup>3</sup> A categoria sexo é compreendida aqui não numa perspectiva biologizante, mas como construção social, assim como o são as categorias raça e classe (Devreux, 2005). Dessa forma, ao se falar em “mulher” e/ou “mulheres”, estão sendo assim consideradas também as mulheres transsexuais.

<sup>4</sup> Compreende-se que existem relações sociais estruturantes, dentre as quais temos as relações sociais de sexo, as quais dizem respeito às contradições e conflitos existentes entre homens e mulheres; as relações sociais de raça, que se referem aos conflitos e contradições entre pessoas brancas e não-brancas; e as relações sociais de classe, que se referem aos conflitos e contradições entre a classe dominante e a classe dominada. É a partir da dinâmica dessas relações que, dentre outras coisas, se estruturam hierarquias de poder e subsídios para a opressão/exploração diferenciada e desigual entre tais sujeitos (Cisne, 2018).

## Método: a construção da pesquisa<sup>5</sup>

Esta pesquisa se caracterizou como qualitativa e toma como ponto de partida, numa escolha acadêmico-política, o feminismo marxista como lente para enxergar a realidade, estando a inspiração marxista presente tanto na forma de construir o *corpus* dos conteúdos levantados quanto na sua análise. Assim, afirma-se aqui a prerrogativa de que a realidade se constitui em uma totalidade, sendo processual, histórica e concreta, construída dialeticamente e forjada em meio a contradições (Serpa, 2012). Tais elementos, quando encarados sob a perspectiva específica do feminismo, chamam atenção ainda para um aspecto crucial dentro desta pesquisa: a afirmação da existência da opressão/exploração sobre os corpos feminizados e negros como engrenagem do sistema capitalista (Cisne, 2015).

Sobre com quem e onde foi operacionalizada a pesquisa, esta realizou-se numa das unidades de internação feminina do sistema socioeducativo brasileiro, especificamente num estado da região Nordeste do país. A unidade em questão é responsável pela execução de medidas socioeducativas para adolescentes e jovens mulheres<sup>6</sup>, público participante<sup>7</sup> deste estudo, e foi nela onde se processou a apreensão dos conteúdos que subsidiaram, juntamente com o aporte do referencial teórico, a tessitura das discussões que se seguirão.

Fazer pesquisa com o público infantojuvenil pode ser desafiador, especialmente quando esse público se encontra num contexto de vulnerabilidade extremada. Diante disso, foram utilizadas duas metodologias na

tentativa de melhor apreender o real: a observação participante e a *photovoice*. Foram três meses de imersão no campo de estudo, durante os quais a observação participante foi uma constante, e tendo ganhado espaço, em um segundo momento desse intervalo de tempo, a metodologia da *photovoice*<sup>8</sup>.

No tocante à observação participante, desenvolvida comumente no contexto de pesquisas antropológicas e sociológicas (Haguette, 2007), ela possibilitou, por meio da imersão no campo de estudo sem a elaboração de espaços de controle de variáveis, uma maior aproximação do ponto de vista do público pesquisado, de maneira que a experimentação, pela pesquisadora, da vida cotidiana daquelas adolescentes e jovens, tornou possível desvelar significados, comportamentos e posicionamentos que não estariam acessíveis de outra forma que não através desse movimento de adentrar e participar da dinâmica cotidiana da unidade (Martins, 1996). Para o registro das informações, foram feitos diários de campo no decorrer desses 3 meses de imersão, a partir dos quais foram feitas análises para as discussões da pesquisa, assim como também pôde ser subsidiada a organização da aplicação da segunda ferramenta eleita: a *photovoice*.

Esta técnica é uma dentre outras que compõem a gama de possibilidades de um campo que vem se firmando tanto no uso em pesquisas, quanto para intervenções, as metodologias visuais participativas, ganhando destaque especificamente aquelas baseadas em fotografias participativas (Meirinho, 2012). Pensando especificamente no público juvenil da atualidade, a popularização do uso de recursos visuais (e audiovisuais) é uma constante, o que, por si, torna potente o uso da fotografia participativa em intervenções e pesquisas com esse grupo etário.

Sobre a *Photovoice*, esta consiste na cessão de câmeras fotográficas à pessoas dentro de um contexto específico para que estas possam transformar-se

<sup>5</sup> Trata-se de uma pesquisa de mestrado.

<sup>6</sup> Na unidade pesquisada, é realizado o atendimento de adolescentes e jovens mulheres de 12 a 18 anos de idade (apesar de existirem casos de jovens com idades entre 18 e 21 anos, que se encontram nas unidades em virtude de algumas questões específicas da legislação) para o cumprimento de medida de internação, de internação provisória (durante até 45 dias, enquanto é aguardada a decisão da justiça pelo estabelecimento da medida socioeducativa a ser cumprida) e para o pronto-atendimento de adolescentes e jovens mulheres apreendidas sob alegação de cometimento de ato infracional.

<sup>7</sup> Desde o início da imersão, foi construído um diálogo, tanto com as adolescentes e jovens, quanto com a equipe técnica da unidade de internação, sobre a presença da pesquisadora naquele espaço e a finalidade prático-científica do referido estudo, de maneira que a participação do público foi voluntária e sujeita a desistências de acordo com o desejo de cada uma das meninas.

<sup>8</sup> Um ponto importante a ser enfatizado sobre as participantes da pesquisa é que, pelas características do serviço prestado na unidade de atendimento socioeducativo estudada, houve uma instabilidade no quantitativo de adolescentes e jovens durante o período de imersão, de maneira que nem todas as meninas estiveram presentes do início ao fim dos três meses em campo, o que trouxe como desdobramento, por exemplo (além da própria voluntariedade já afirmada anteriormente), o fato das meninas não necessariamente terem participado da aplicação das duas ferramentas utilizadas na pesquisa.

“veículos informativos” daquela realidade por meio dos registros de imagem feitos (sem que haja a necessidade de refinamento técnico visual)<sup>9</sup>. A expectativa é a de que, com essa dinâmica de protagonismo por parte das pessoas que participam da aplicação da técnica (seja com objetivos de pesquisa ou puramente interventivos), seja alcançado o maior grau possível de espontaneidade e de genuinidade sobre os conteúdos captadas, algo que não seria viável caso as fotografias fossem registradas pelos olhos da pessoa que facilita a aplicação da metodologia e é externa àquele contexto e não o experiencia com autenticidade. Assim, um dos ganhos dessa metodologia é a viabilidade agregada no tocante ao lugar de pessoa ativa que as/os suas/seus participantes ocupam, transformando-se em atrizes/atores, e dirigindo o processo de acordo com sua própria compreensão, daí caracterizar-se como participativa. Wang e Burris (1997) apontam que a *Photovoice* traz, como um de seus desdobramentos, a promoção de um diálogo com as/os participantes permeado por criticidade, de maneira que o uso dessa ferramenta implica na oportunização da escuta das vozes de populações marginalizadas e oprimidas, abrindo espaço para que venha à tona a vida de verdade dessas pessoas, marcadas muitas vezes por

<sup>9</sup> A *Photovoice*, apesar de originalmente ser realizada em nove etapas, é uma técnica que possibilita adaptações, de maneira que, para a presente pesquisa, foram desenvolvidas sete etapas: 1) aproximação com o contexto das adolescentes e jovens (através da observação participante); 2) eleição dos temas específicos para guiar as fotografias a serem tiradas pelas adolescentes e jovens; 3) apresentação da proposta metodológica das fotografias para as adolescentes e jovens, de maneira que assim pudessem voluntariamente escolher se queriam participar ou não desse momento da pesquisa; 4) realização dos encontros para tirar as fotografias; 5) realização de encontro grupal com as adolescentes e jovens para a realização de elucidações a partir das imagens capturadas por elas, através do que foi possível levantar as motivações que as levaram a fotografar aquelas imagens específicas; 6) construção de roteiros para a realização de entrevistas individuais com as adolescentes e jovens; e 7) realização de entrevistas individuais de aprofundamento de alguns pontos que se sobressaíram no encontro grupal e que mereciam maior atenção. Tanto o encontro em grupo para a discussão das fotos quanto as entrevistas individuais foram registradas em áudio através de gravador de voz e posteriormente transcritas para que assim fosse possível a análise do material.

lutas das mais variadas ordens, e dando assim relevo para as formas de pensar e sentir das diferentes gentes.

Desta forma, mais do que fazer uso de uma instrumentalidade para o levantamento de informação, a combinação da observação participante com a *photovoice* se mostrou também como potente via de mobilização e sensibilização para a situação das participantes da pesquisa, tanto entre elas quanto para a pesquisadora que se constituiu igualmente na condição de agente produtora e de produto nesse processo.

Foram três meses de imersão (abril, maio e junho do ano 2019), no quais foram acompanhadas as rotinas semanais de treze adolescentes e jovens<sup>10</sup> da unidade em atividades como as refeições em grupo, as atividades de assistência religiosa, as atividades recreativas, atividades educacionais, encontros de visitas familiares, eventos comemorativos da unidade, atividades de cuidado com a higiene e beleza, atividades socioeducativas e audiências no Tribunal de Justiça. Além destas, a própria pesquisadora foi facilitadora de 4 encontros com as meninas, para além dos encontros de execução da *photovoice*.

Assim, tendo em vista o objetivo da pesquisa e tomando por base o que a realidade cotidiana vivida na unidade socioeducativa expressava, foram elaborados pela pesquisadora para serem usados como disparadores para a execução da *photovoice* os seguintes temas: “Meu eu”<sup>11</sup>, “Liberdade” e “Família”. A partir deles, foram realizadas três oficinas de fotografia com as adolescentes e jovens, nas quais era solicitado que, antes de iniciar os registros fotográficos (feitos todos dentro da unidade, em espaços diversos), cada uma das participantes deveria fazer uma chuva de ideias<sup>12</sup> com a palavra tema, para assim potencializar a criatividade e a expressão na hora de fotografar. Findas as oficinas fotográficas, foi realizado o encontro coletivo (com meninas que haviam fotografado e também com as que

<sup>10</sup> Em virtude da rotatividade inerente ao próprio sistema socioeducativo, das treze adolescentes e jovens, apenas quatro participaram integralmente de todas as etapas da pesquisa: uma adolescente de 14 anos e uma de 18 anos, e duas jovens, tendo uma 18 anos e a outra, 20 anos.

<sup>11</sup> Essa primeira temática foi usada como piloto das oficinas de fotografia participativa.

<sup>12</sup> Exercício de livre associação de palavras comumente usado em práticas grupais sociopedagógicas.

não participaram das oficinas, mas que queriam participar especificamente daquele momento), no qual, a partir tanto das fotografias quanto do material produzido pelas chuvas de ideias, foi construído um diálogo sobre o que aquelas adolescentes e jovens queriam expressar em relação aos temas abordados. Algumas importantes reflexões foram levantadas naquele espaço, e através dela buscou-se realizar o aprofundamento de algumas questões com adolescentes e jovens que trouxeram falas mais marcante e que se dispuseram a serem entrevistadas<sup>13</sup>.

Em termos de conteúdos apreendidos a partir do desenvolvimento das metodologias escolhidas, destaca-se o seguinte: as fotografias que mais se repetiram foram as que mostravam cadeados (abertos e fechados), o céu e os muros da unidade socioeducativa, apresentando assim nuances da falta que a liberdade que vivem. Já em termos de discurso, para além da temática da liberdade (“saúde”, “liberdade”, “família”, e etc.), as palavras mais ditas por elas estavam relacionadas a forma como elas acreditam ser percebidas pela sociedade (“vagabunda”, “presidiária”, “bandida”, “puta”, “preta” e etc.). Assim, de maneira geral, observou-se, que situações discriminatórias, o distanciamento das famílias, e o cerceamento da liberdade são, dentre outros, fatores produtores de sofrimento para as meninas.

Por fim, sobre o desenvolvimento da análise, partindo das falas das meninas tanto na etapa da *photovoice* quanto nos momentos não estruturados de interação com a pesquisadora, foi realizada a construção de núcleos de significação (Aguiar e Ozella, 2006), dentre os quais, destacaremos neste artigo, o núcleo de significação “Da afetação por ser e por parecer ser”, o qual foi construído a partir da identificação dos pré-indicadores como “puta”, “vagabunda”, “presa”, “presidiária”, “bandida”, “preta” e “pobre”, presentes nas falas das participantes, e do indicador “presidiária”. Na sequência, poderá refletir-se sobre como esses elementos vêm se engendrando na forja de quem são, de como são vistas e de como se veem as meninas da socioeducação,

sendo marcante nesse movimento os entrelaces entre o sofrimento ético-político e as relações que estruturam a sociabilidade capitalista na formação dessas adolescentes e jovens<sup>14</sup>.

## Discussão dos dados e a construção de saberes: implicações do sofrimento ético-político para meninas do sistema socioeducativo

Levantei nervosa. Com vontade de morrer. Já que os pobres estão mal colocados, para que viver? Será que os pobres de outro País sofrem igual aos pobres do Brasil? (Jesus, 2014, p.33)

Ao se falar de sofrimento, comumente é feita a sua associação com uma experiência privativa e fundada em questões individuais, as quais podem até relacionar-se com fatores externos a quem sofre, mas de forma fragmentada, assim como também o é a concepção de que o ser humano pode ser compreendido num binômio entre o corpo e a mente, o psicológico e o sociológico, a cognição e a emoção. Logo acima, encontra-se um trecho do diário de Carolina Maria de Jesus, publicado no livro “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, no qual, uma mulher negra e favelada fala sobre um sofrimento que beira o impulso da morte, e o qual ela questiona se é sentido por outras pessoas pobres do mundo. Fala de um sofrimento que tem endereço certo e rosto de mulher, que dói no juízo e no corpo, e que é de uma coletividade.

Visando romper com a perspectiva individual e dicotômica, e questionando o lugar desse sofrimento diante da realidade que está posta, a realidade das muitas Marias Carolinas de Jesus espalhadas por aí a fora, e podendo assim estimular reflexões no campo das práticas psicossociais, Sawaia (2013) desenvolve o conceito de sofrimento ético-político, o qual é por ela situado

<sup>13</sup> As entrevistas foram realizadas com base em roteiros semiestruturados específicos para cada participantes (apesar de existirem perguntas comuns à todas), gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

<sup>14</sup> A fim de resguardar a identidade das adolescentes e jovens que integraram o presente estudo, foram atribuídos nomes fictícios para as mesmas, escolha a qual não foi feita de forma aleatória, de maneira que cada menina foi chamada pela pesquisadora por nomes de mulheres que tiveram histórias fortes, de resistência, de luta e de insistência no Brasil.

espacial e historicamente, como sendo compartilhado coletivamente e desenvolvido por meio dos afetos em relação às experiências vividas.

Durante o caminho percorrido até o estabelecimento do conceito de sofrimento ético-político, numa tentativa de acercamento deste, Sawaia, influenciada por teóricos como Marx e Sartre, debruça-se sobre o referido fenômeno de ruptura da unidade dialética para viabilizar uma compreensão de como esse rompimento se desdobra na interrogação das emoções/afetos e na extinção da dimensão do conhecimento/pensar na atividade (Bertini, 2014).

Sawaia, na introdução da obra “As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social” (2013), justifica a adoção do binômio exclusão/inclusão ao problematizar o uso do termo “exclusão” criticando o caráter monolítico-analítico que o vem acompanhando seja no ambiente acadêmico ou fora deste. De acordo com a autora, como exemplo disso, observa-se que costumeiramente, nas análises focadas na dimensão econômica, vem se empregando o referido termo enquanto sinônimo da condição de pobreza, de maneira a estabelecer-se assim um papel de coadjuvante ou até de invisível para a dimensão subjetiva, física e mental dos sujeitos. Em consonância com isso, aborda-se a exclusão social “sob uma perspectiva ético-política para analisá-la como um processo complexo” (p. 8), de forma que aquela não seja compreendida unicamente apenas como objetiva ou subjetiva, individual ou coletiva, e nem como racional ou irracional, sendo sim um processo sócio-histórico. Nesse sentido, a autora afirma a necessidade de se compreender as diversas particularidades e dimensões da exclusão, destacando-se a objetiva, referente à desigualdade social, a dimensão ética, referente à injustiça, e a subjetiva, referente ao sofrimento. Para a construção dessa compreensão, ressalta-se ainda o caráter contraditório inerente à exclusão, o que determina a existência da sua negação em si própria, sendo esta antítese a inclusão, a qual se manifesta ilusoriamente nas relações sociais. Sobre isso, Sawaia assevera que

Todos estamos inseridos de algum modo, nem sempre decente e digno no circuito reprodutivo das atividades econômicas, sendo a grande maioria da humanidade inserida através da insuficiência

e das privações, que se desdobram para fora do econômico (Sawaia, 2013, p.8).

Dessa forma, insere-se aí a ética e a subjetividade como elementos essenciais para viabilizar uma análise sociológica sobre a desigualdade, de maneira que a exclusão passa a ser apreendida como a expressão da falta de compromisso político com o sofrimento vivenciado pela/o outra/o (Sawaia, 2013). Já no que se refere à uma perspectiva de análise psicológica, observa-se a existência de um forte mecanismo de coação social a partir da ideia do “nós”, na medida em que, por exemplo, as pessoas pobres são cotidianamente incluídas, por mediações diversas, no “nós” que o excluí, desencadeando assim um processo de culpabilização que, em que pese ser coletivo, é sentido individualmente.

Partindo-se disso, é estabelecido um entendimento de que o que existe é uma dialética da exclusão/inclusão, a qual produz subjetividades peculiares e que dizem respeito, numa gama de possibilidades, ao sentimento de inclusão, ao sentimento de revolta e/ou ao sentimento de discriminação, por exemplo.

É o sujeito quem sofre, mas tal sofrimento não tem sua origem nele, e sim a partir da sociabilidade que é determinada socialmente, entendendo ainda que, ao se considerar os afetos, torna-se possível refletir o tipo de atenção e de cuidado que o Estado destina a esses sujeitos (Sawaia, 2013). Sobre o tipo de comprometimento assumido pelo Estado, por quem e para quem ele atua de maneira comprometida e fiel, retome-se a corajosa poetisa preta e periférica:

A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro (Jesus, 2014, p.167).

Mais uma vez, a precisão e a simplicidade das palavras de Carolina Maria de Jesus chegam pungentes para mostrar um retrato visceral desse país. Falar em sofrimento do povo brasileiro é falar sobre as favelas e os corpos pretos, é falar da barriga vazia, dos camburões e da luta para manter a vida. Como demonstra Adorno (1996), a contribuição para esse retrato social

advém de diversas clivagens, dentre as quais encontramos como alguns determinantes a baixa escolaridade, a condição econômica, o gênero, a origem regional, e a idade, sendo reforçada, nesse contexto, a desigualdade social pelo preconceito e pela estigmatização em associação ao racismo estrutural presentes na sociedade, sendo essa a realidade a disparadora diária de fatores que compõem o sofrimento ético-político.

Ao se falar em dor, várias são as imagens e sons que poderiam remeter a ela. Contudo, ao se olhar para o contexto dos países periféricos e colonizados, como é o caso do Brasil, que tiveram a sua construção societal ancorada no sistema escravista, é possível entender que a dor de que fala Sawaia, como já sinalizado acima no desabafo de Carolina Maria de Jesus (2014), tem sua fundação na cor negra da população africana raptada de seus lares, no cheiro do mar por onde navegaram os navios negreiros, e no sabor ferroso do sangue, tantas vezes derramado, de um povo escravizado por não ser tido como gente.

Em que pese os quase 132 anos datados desde o sancionamento da Lei Aurea, reconhecida como a que estabeleceu a libertação de escravos e escravas do Brasil, esta não se configurou como uma liberdade concreta para os povos herdeiros da Diáspora africana, especialmente quando se fala da situação da mulher negra. De acordo com Lélia Gonzales (1979), no período que sucedeu a dita abolição da escravatura, ficou sob a responsabilidade da mulher negra ser o sustentáculo de sua comunidade. Numa função de gestora da criação e manutenção moral e material de sua família, a condição de “liberta da escravidão” implicou em aumento da carga de trabalho físico (e também mental), de maneira que a mulher passou a trabalhar na casa da patroa, para assim obter rendimentos, sem perder de vista as suas obrigações domésticas com a sua própria família.

Sobre as afetações que o racismo pode gerar, destaque-se aqui, como forma de ilustração desse processo, o seguinte relato episódico a cerca de um momento de diálogo coletivo com as adolescentes participantes da presente pesquisa:

Durante a realização da conversa como parte da execução de uma das etapas da *photovoice*, Marielle relatou, diante da pesquisadora, de 3 agentes socioeducativas mulheres e das outras

adolescentes presentes, que havia passado por uma situação de racismo dentro da instituição em que se encontrava. Segundo a garota, por ser negra, pobre e tatuada, ao ser comparada com uma outra adolescente branca (também pobre e tatuada), por uma profissional da instituição, contou ter sido rotulada de “bandida” em virtude da cor da sua pele e por suas tatuagens (Diário de campo).

Numa outra etapa da *photovoice*, durante a entrevista individualizada de aprofundamento da discussão coletiva, foi solicitado pela pesquisadora que Marielle falasse um pouco sobre como foi aquele momento no qual a adolescente declarou ter sofrido preconceito, ao que a garota respondeu:

Foi muito ruim! Eu fiquei muito revoltada, porque não tinha nada haver uma coisa com a outra... só porque a gente tava falando de tatuagem, aí uma agente, que eu não vou citar o nome, pegou e disse “Além da pessoa ser pobre, ser preta, ainda ser cheia de tatuagem”... começou a me ofender, porque eu era preta, porque eu era cheia de tatuagem... aí ela olhou pra outra menina, que também tem tatuagem, aí disso “Oh, ela é branca e ninguém vai saber que ela é pobre!”... ela quis dizer que, só por causa da minha cor e das minhas tatuagem, ela tava me julgando... “Ninguém nem perceber que ela é bandida” e num sei o que... (Marielle – em memória).

A revolta sentida por Marielle é constituinte do sofrimento ético-político e não é algo só dela, vivido apenas de forma abstrata. Diz respeito à um lugar humano coletivo, de mulher negra, jovem e pobre, mas que, a partir das singularidades do contexto socioeducativo, se desdobra de maneira específica na vida de garotas como ela. Aqui, introduz-se o primeiro núcleo de significação, “do sentimento de ser, de ter que ser e do que é possível ser”, a partir do qual poder-se-á elaborar mediações elementares entre as nuances manifestas nas situações de preconceito, passando pelo sofrimento ético-político e chegando até as bases materiais que sustentam e também se alimentam desse fenômeno: o racismo estrutural, o patriarcado e o sistema capitalista.

Sendo assim, algumas importantes considerações precisam ser tecidas sobre o episódio anteriormente apresentado: a primeira delas diz respeito ao fato de, em que pese o comentário racista e preconceituoso ter sido proferido por uma pessoa específica, o racismo não se trata de uma problemática de ordem individual, pois uma postura racista é apenas a cortina aparente que esconde a realidade de uma enorme engrenagem que funciona em benefício, acima de tudo e de todos, do capital (Almeida, 2018). Dentro da história brasileira, o racismo é estruturante para a separação entre as classes sociais vigentes, contribuindo na efetividade da concentração de riquezas em pró das elites brasileiras e encontrando como na violência uma ferramenta política contínua e garantida pelo Estado, o qual, dentro do paradigma neoliberal, precisa ser mínimo<sup>15</sup>, para assim garantir a acumulação e a reprodução do capital (Oliveira, 2016).

Com este objetivo no horizonte, vidas são, literal e simbolicamente, estraçalhadas pela dinâmica do racismo estrutural a partir de variadas estratégias e espaços, e sendo efetivado por diferentes atrizes/atores sociais. Nesse sentido, Sueli Carneiro (2011) assinala que uma das fisionomias mais maléficas do racismo são exatamente os prejuízos psíquicos, os quais podem recair sobre a autoestima das pessoas que vivenciam experiências de discriminação racial. Em um momento subsequente da conversa entre Marielle e a pesquisadora, ainda sobre a situação já citada, ao ser questionada se situações de preconceito eram comuns dentro e fora da unidade, a adolescente respondeu

Fora, acontece direto! Os povo fica julgando só por causa das tatuagem e da cor... do jeito de se vestir, o modo de falar... à vezes nem... a pessoa nem é, mas só pelo modo da pessoa agir, de falar, os outro pensa que é ladrão, bandido, assassino... é só o que povo pensa (Marielle – em memória).

Ainda nessa mesma conversa, Marielle, sobre como se sente em relação à esse tipo de situação, dispara uma afirmação que, no mínimo, convoca a sociedade como um todo para refletir:

<sup>15</sup> Destaque-se que a compreensão de Estado mínimo aqui adotada é a de que ele assim o é em relação as políticas sociais, se mantendo máximo no apoio aos banqueiros e no trato punitivista à população pobre e negra.

Muito mal, por que todo mundo erra... eu acho que, até uma pessoa branca e rica, erra mais do que a gente, que somo pobre, preto e cheio de tatuagem! Até porque, os rico também tem tatuagem... tem muita gente que julga pelas aparência (Marielle – em memória).

Corroborando com a fala de Marielle, destaque-se a declaração feita por Elza, outra adolescente entrevistada. Na referida ocasião, enquanto conversava com a pesquisadora sobre a violência policial que sofreu durante sua apreensão, a garota, ao ser questionada acerca do porquê de ter sido violentada pela polícia, afirmou “porque na boca deles eu sou uma vagabunda, bandida!” (Elza). Apesar de não ter trazido nessa fala específica a cor de sua pele como um elemento, mesmo ela sendo negra, assim como Marielle, ambas as adolescentes abordaram nuances de um sofrimento compartilhado.

Pensando no contexto brasileiro do encarceramento (seja nas prisões ou nas unidades do sistema socioeducativo), pontue-se que o estigma que recai sobre a juventude oriunda das periferias (que coincide também – mas não despropositadamente - com a juventude que vem sendo criminalizada e encarcerada) pode ser compreendido como um fator desencadeador do sofrimento de ordem ético-política, haja vista que, como declara Tejedas (2007), o processo de estigmatização sofrido por este público enseja a aniquilação das possibilidade de construção de uma identidade diferente daquela construída com base nas posturas perversas de parcelas da sociedade, o que desenvolve nas(os) adolescentes e jovens uma baixa autoestima, baseada na crença de que são incompetentes e incapazes.

## Considerações finais: apontamentos para caminhos possíveis?

Partindo-se das reflexões fomentadas acima, foi possível desvelar alguns elementos constituintes do funcionamento da teia social cisheteropatriarcar-racista-capitalista no que tange o sistema socioeducativo feminino. Com base no conceito de sofrimento ético-político, mediações foram feitas entre o que aquelas meninas sentem (física e

simbolicamente) e no quanto isso, quando colocado sob uma perspectiva de totalidade, expõe as reais motivações para que pessoas como elas sejam colocadas num lugar de invisibilidade, que garante, como em outros espaços, a opressão/exploração das mulheres, e mais cruelmente, das mulheres negras e periféricas. O espectro da redução da maioridade penal tem acompanhado a rebordosa conservadora que inebria o país, enaltecendo a priorização de políticas punitivistas em detrimento do desmonte das políticas educacionais. É papel da ciência não só produzir conhecimento, mas fazer dele transformador da realidade na qual se insere e, por isso, esta pesquisa pretendeu-se a ser instrumento de luto, um saber que diz do singular e também do universal, e que pode contribuir para fomentar uma práxis com vistas à emancipação humana. Uma produção de conhecimento na Psicologia Social com perspectivas interdisciplinares, declaradamente feminista, antirracista e anticlassista, comprometida com a ruptura das teias do reformismo, com o combate da lógica punitivista sobre a juventude pobre e com o fim da dominação dos corpos feminizados pelo cisheteropatriarcado.

## Referências

- Adorno, S. (1996). Racismo, criminalidade violenta e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. *Estudos Históricos*: Rio de Janeiro, 1(18), p. 283-300. Recuperado de [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4960050/mod\\_resource/content/1/Racismo%2C%20criminalidade%20violenta%20e%20justica%20penal%20-%20Adorno.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4960050/mod_resource/content/1/Racismo%2C%20criminalidade%20violenta%20e%20justica%20penal%20-%20Adorno.pdf)
- Aguiar, W. M. J. & Ozella, S. (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*. 26(2), p. 222-245. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>
- Alexander, M. (2017). *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo.
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte: Letramento.
- Bertini, F. M. A. (2014). Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. *Psicologia & Sociedade*, 6(n. spe.2), p. 60-69. Recuperado em <https://www.scielo.br/j/pcp/a/QtcRbxZmsy7mDrqtSjKTYHp/abstract/?lang=pt>
- Brasil. (1990). *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília-DF, Brasil.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo negro.
- Cisne, M. (2015). *Gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social*. 2 ed. São Paulo: Outras Expressões.
- Cisne, M. & Santos, S. M. M. (2018). *Feminismo, diversidade sexual e serviço social*. São Paulo: Cortez.
- Devreux, A-M. (2005). A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. *Sociedade e estado (Brasília)*, 20(3), 561-584. Recuperado em <https://www.scielo.br/j/se/a/MMP766vNSt4kG5fQskyxrMD/abstract/?lang=pt>
- Diniz, D. (2017). *Meninas fora da lei: a medida socioeducativa de internação no Distrito Federal*. Brasília: LetrasLivres.
- Froemming, C. N. (2016). *Da seletividade penal ao percurso punitivo: a precariedade da vida das adolescentes em atendimento socioeducativo*. 2016. 168f. Tese de Doutorado em Política Social, Programa de Pós-graduação em Política Social, Universidade de Brasília. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22483>
- Gonzalez, L. (1979). Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: Latin American Studies Association, *Annual Meeting of the Latin American Studies Association*, 5-7 de abril. Pittsburgh, Estados Unidos. Recuperado de [https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura\\_etnicidade\\_e\\_trabalho.pdf](https://coletivomariasbaderna.files.wordpress.com/2012/09/cultura_etnicidade_e_trabalho.pdf)
- Jesus, M. C. (2014). *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. São Paulo: Ática.
- Meirinho, D. (2013) *A fotografia participativa como ferramenta de reflexão identitária: estudo de caso com jovens em contexto de exclusão social no Brasil e em Portugal*. 2013. 393f. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Recuperado em <https://run.unl.pt/handle/10362/10955>

- Oliveira, D. (2016). Dilemas da luta contra o racismo no Brasil. *Margem esquerda – Revista da Boitempo*, 27(3), p. 31-37.
- Saffioti, H. I. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Perseu bramo.
- Sawaia, B. B. (2013) *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (p. 99-129). 13 ed. Petrópolis: Vozes.
- Serpa, P. B. (2012). Ontologia e epistemologia: uma leitura do marxismo de J. Chasin. *Revista eletrônica de Filosofia*, 9(2), p. 243-251. Recuperado em <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/9179>
- Tejadas, S. S. (2007). *Juventude e ato infracional: as múltiplas determinações da reincidência*. 2007. 316f. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Recuperado em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=25798](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalleObraForm.do?select_action=&co_obra=25798)
- UNDP (2017). *United Nations Development Program. Human Development Report 2016*. Nova York: UNDP. Recuperado em [http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2016?utm\\_source=EN&utm\\_medium=GSR&utm\\_content=US\\_UNDP\\_PaidSearch\\_Brand\\_English&utm\\_campaign=CENTRAL&c\\_src=-CENTRAL&c\\_src2=GSR&gclid=CjwKCAiA-9uNBhBTEiwAN3IINIWt08nbhRLoLXmq5ThsaYvo9BBUtNdpDvX-JBdMOwEAZCDu6X-44fhoCKcEQAvD\\_BwE](http://hdr.undp.org/en/content/human-development-report-2016?utm_source=EN&utm_medium=GSR&utm_content=US_UNDP_PaidSearch_Brand_English&utm_campaign=CENTRAL&c_src=-CENTRAL&c_src2=GSR&gclid=CjwKCAiA-9uNBhBTEiwAN3IINIWt08nbhRLoLXmq5ThsaYvo9BBUtNdpDvX-JBdMOwEAZCDu6X-44fhoCKcEQAvD_BwE)

Sobre as autoras:

#### **Lívia Rebouças da Costa**

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFRN, pesquisadora no Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência – OBIJUV/UFRN e no Grupo de Pesquisas Marxismo & Educação – GPM&E. Especialista em Psicologia Social e Comunitária pela FATECI, graduada e mestra em Psicologia pela UFRN, e psicóloga com experiência na política de Assistência Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1826-2119>.

*E-mail*: [liviareboucasc@gmail.com](mailto:liviareboucasc@gmail.com)

#### **Ilana Lemos de Paiva**

Possui graduação e mestrado em Psicologia pela UFRN, e doutorado pela UFRN/UFPB, com estágio na Universidad Autónoma de Madrid. É professora do Departamento de Psicologia da UFRN, coordenadora do Observatório da População Infantojuvenil em Contextos de Violência - OBIJUV/UFRN, e membro da Red Iberoamericana para la Docencia e Investigación en Derechos de la Infancia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3331-2890>

*E-mail*: [ilanapaiva@hotmail.com](mailto:ilanapaiva@hotmail.com)

Contato com as autoras:

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Psicologia  
Av. Sen. Salgado Filho, Cidade Universitária  
Natal-RN, Brasil  
CEP: 59078-900



# COLETIVO CORA CAROLINA: A CONSTRUÇÃO DE VELHICES, SUBJETIVIDADES E POTENCIALIDADES

Bruna Rafaela Rodrigues Campos  
Camila Cuencas Funari Mendes e Silva  
Isabelle Sinato Pires Pereira

Letícia Passi Batista

Luan Puntel Rui

Marcela Marcondes Leite

Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras *campus* de Assis, São Paulo

---

## Resumo

Este trabalho se constitui como um relato de experiência acerca de construções de diferentes saberes. Tal interseção se apresenta com o Coletivo Cora Carolina, estudos e práticas sobre a velhice, políticas públicas e a psicologia. A composição de seus membros e das atividades são aqui descritas desde sua formação, descrição de ideias, do território e atuações com a população idosa de uma cidade do interior paulista brasileiro. Inicialmente nossa prática se volta a idosos inseridos em Instituições de Longa Permanência e se estende a ampla complexidade de diferentes velhices. Atravessados, no contemporâneo, pela pandemia de COVID-19, implementamos e estendemos nossas atividades ao meio virtual, que permitiu uma maior abrangência tanto ao público participante como também na participação de convidados que enriqueceram nosso discurso de busca constante por uma velhice digna, detentora de direitos e deveres, assim como prevê a Constituição Federal Brasileira.

*Palavras-chave:* Coletivo; Psicologia; Velhice; Direitos.

## Collective Cora Carolina: The Construction of Oldness, Subjectivities and Potentialities

### Abstract

This work is an experience report on the construction of different knowledge. Such intersection is presented with the Cora Carolina Collective, studies and practices on Brazilian oldness, public policies and different areas of knowledge, especially psychology. The composition of its members and activities are described here from its formation, description of ideas, territory and practices with the elderly population of a city in the Brazilian countryside. Initially our practice is focused on elderly people inserted in Long-term care institutions and it extends to the complexity of different oldness. Crossed, in the contemporary, by the pandemic of COVID-19, we implemented and extended our activities to the virtual environment, which allowed a greater coverage both to the participating public as well as the participation of guests who enriched our discourse of constant search for a dignified old age, holder of rights and duties, as well as provides the Brazilian Federal Constitution.

*Keywords:* Collective; Psychology; Oldness; Rights.

## Colectivo Cora Carolina: La Construcción de las Vejez, las Subjetividades y las Potencialidades

### Resumen

Este trabajo es un informe de la experiencia en la construcción de diferentes conocimientos. Esa intersección se presenta con el Colectivo Cora Carolina, los estudios y prácticas sobre la vejez brasileña, las políticas públicas y las diferentes áreas del conocimiento, especialmente la psicología. La composición de sus miembros y las actividades se describen aquí a partir de su formación, descripción de ideas, territorio y actuaciones con la población anciana de una ciudad del campo brasileño. Inicialmente nuestra práctica se centra en los ancianos insertos en Instituciones asilares y amplía la amplia complejidad de las diferentes vejez. Atravesados, en la contemporaneidad, por la pandemia COVID-19, implementamos y ampliamos nuestras actividades al entorno virtual, lo que permitió una mayor cobertura al público participante y la participación de invitados que enriquecieron nuestro discurso de búsqueda constante de una vejez digna, titular de derechos y deberes, así como prevé la Constitución Federal Brasileña.

*Palabras clave:* Colectivo; Psicología; Vejez; Derechos.

---

## Introdução e Justificativa

O envelhecimento da população brasileira vem crescendo de maneira extremamente acentuada com o decorrer das últimas décadas, cuja representatividade atual refere-se à 9,83% da totalidade de cidadãos brasileiros). De acordo com as informações proferidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a duplicação da população acima de 65 anos até 2050, ano no qual estima-se que o referido segmento etário representará cerca de 20,83% da população total (IBGE, 2020). De acordo com Miranda (2015), a referida transição demográfica brasileira, se encontra intimamente relacionada com o impacto da consolidação das atuais políticas de Estado implementadas com o objetivo de garantir a manutenção do bem-estar da população, sobre os determinantes sociais de saúde, sendo estes conceitualizados como um conjunto de elementos sociais, políticos e econômicos capazes de determinar a posição do sujeito frente às situações de vulnerabilidade.

Desta forma, ainda de acordo com Miranda (2015), políticas relacionadas à Saúde, à Assistência Social e à Previdência Social, são componentes do tripé da Seguridade Social, e cuja consolidação tal como a conhecemos hoje ocorreu ao longo do processo de redemocratização do país, em conjunto com o movimento da Reforma Sanitária Brasileira e à consequente construção do Sistema Único de Saúde, ao adotarem como princípio base de atuação a busca pela eliminação universal das iniquidades de acesso ao atendimento das necessidades específicas de grupos não contemplados por legislações prévias, tais medidas, geraram um impacto ecoante sobre a acessibilidade da população à serviços básicos, de forma que a referida consolidação “Constituiu a maior política de inclusão social da história do país, rompeu uma divisão iníqua e fez da saúde um direito de todos e um dever do Estado” (Mendes, 2013 como citado em Miranda, 2015, p. 41).

Assim, é possível afirmar que há uma importante lacuna na implementação de políticas públicas, envolvendo o sistema orçamentário na economia brasileira. Dentre tais lacunas, ressaltam-se a ausência de elaboração de políticas públicas direcionadas à crescente população idosa em nosso país, bem como a preocupante

erradicação de direitos conquistados durante as últimas décadas, e que vem sendo promovida por nossos governos mais recentes, constituindo graves ataques à seus direitos humanos.

Neste sentido, a garantia da dignidade das velhices brasileiras, se encontra duplamente ameaçada, devido tanto à crescente exposição à vulnerabilidade social, representada pelo referido desmonte de políticas sociais que vêm buscando a garantia de uma mínima qualidade de vida para os idosos contemplados pelas mesmas, como também pela omissão da responsabilidade do Estado perante as demandas dos idosos inseridos em grupos sociais vulnerabilizados, e cujas políticas atuais já não eram capazes de assegurar seus direitos - observamos uma conjuntura em que a velhice passa cada vez mais a ser responsável por si própria, de forma inversamente proporcional à presença do Estado frente à suas responsabilidades. Tal situação é dialógica com o conceito de “reprivatização do envelhecimento” cunhado pela antropóloga Guita Debert (1999), sendo este, referente à tese de que o processo de reconstrução de identidades das pessoas idosas, derivado das conquistas dos direitos desta população, ao relacionarem-se com os valores da atual sociedade de consumo, resultaram na construção da concepção cultural representada pela ideia de causalidade entre o esforço pessoal e a qualidade de vida do sujeito idoso.

Atualmente o país vêm observando os cruéis desdobramentos da referida individualização de responsabilidade, no debate público, explicitado tanto no já relacionado processo de responsabilização do suposto “rombo” previdenciário às pessoas que conquistaram o direito de envelhecer, quanto em afirmações proferidas por pessoas politicamente influentes, durante o atual contexto. Pereira, ao discorrer a respeito do conceito de “Necropolítica” cunhado pelo filósofo Achille Mbembe, relaciona ao referido conceito, o fato de que a distinção realizada pelo Estado, entre os sujeitos que devem viver e os que devem morrer podem ocorrer mediante critérios biológicos, nos quais “a vida do outro passa a encarnar o inimigo ficcional, gerando violência e morte como mecanismo de segurança, eliminando de forma impessoal esse que seria um atentado à existência dos demais” (Mbembe como citado em Pereira, 2019, p.369). Neste sentido, Solange Vieira, assessora do ministro da economia Paulo Guedes, chegou a afirmar em reunião com

técnicos do Ministério da Saúde, que a concentração de mortes na população idosa, é benéfica ao desempenho da economia (FENAE, 2020).

Tal discurso político-estatal que consolidou a responsabilização (quase que exclusiva) da família pelos cuidados da pessoa idosa mostra-se contraditório, uma vez que, um levantamento realizado em 2019 através de dados de denúncias do Disque 100, 83% dos casos de violência contra o idoso que foram denunciadas partem de um membro de sua própria família. Denúncias estas que, em contexto pandêmico de isolamento em 2020, quintuplicaram entre os meses de março e maio (O GLOBO, 2020).

Esse posicionamento escancara, mais uma vez, a omissão do Estado que direciona precário apoio e orientação às famílias que exercem o cuidado. E, ainda, temos o cenário de que quando o idoso apresenta dificuldades de viver sozinho por depender de cuidados e estas famílias não estão presentes ou não possuem condições financeiras de oferecê-los, a alternativa torna-se a institucionalização em Instituições de Longa Permanência (ILPI), que não são a única, porém a mais antiga alternativa ao cuidado não-familiar, sendo associadas ao que chamava-se antes de asilos. No Brasil, essas instituições fazem parte da rede de assistência social e surgem de uma maneira orgânica (pela demanda social) de modo que não há um consenso do que seja a ILPI, uma vez que muitas instituições não se autodenominam dessa forma, havendo diferentes referências na literatura a abrigos, casas de repouso, asilos e ILPIS sendo que 65,2% são de caráter filantrópico, 28,2% de caráter privado e 6,6% público (Christophe & Camarano, 2010).

É comum a associação feita entre as Instituições de Longa Permanência e um modelo de instituição asilar que, historicamente, tem sua origem atrelada ao funcionamento de uma instituição total, tal como definida por “como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 2007 como citado em Christophe & Camarano, 2010, p. 150). Dessa forma, o principal aspecto presente nessas instituições consiste em um controle sobre o sujeito e em determinada homogeneização da vida, o que pode gerar uma série de

consequências ao sujeito institucionalizado, dentre elas o que chamou de “mortificação do eu” (Goffman, 2007 como citado em Christophe & Camarano, 2010, p. 150).

Desse modo, observa-se resquícios dessa trajetória uma vez que há instituições asilares que ainda mantêm na atualidade características de instituições totais, mesmo quenão plenamente, uma vez que (Christophe & Camarano, 2010) apontam a existência de certo “grau de totalidade”, relacionado com o nível de dependência dos idosos institucionalizados e as características de cada instituição, dado que não há uma articulação presente entre as mesmas, culminando para um cuidado direcionado a pessoa idosa sobre uma ótica estereotipada e limitante que segrega essa população e desconsidera sua singularidade.

Em suma, o imaginário social que se tem da velhice está pautado em um cenário permeado por inúmeras violências concretas (seja na instituição da família ou asilar) e simbólicas presentes no discurso de exclusão do Estado, no ataque aos direitos da pessoa idosa; o que acaba outorgando ao velho um lugar de não pertencimento social. A ausência de políticas públicas efetivas se materializa no surgimento das Instituições de Longa Permanência para Idosos, que para além de seus problemas de estruturação, estão envoltas em uma esfera de mitos e preconceitos e acabam por não ser um local que as pessoas considerem acolhedor em que há um projeto de continuidade da vida, mas sim há a ideia de um “depósito de idosos à espera do tempo de morrer” (Christophe & Camarano, 2010). Em contrapartida, os autores ressaltam a importância da existência destas instituições como alternativas viáveis aos idosos que precisem de assistência e integrá-las dessa forma ao sistema de saúde para que se possa criar elos entre as instituições e pensar em um modelo com recursos do Estado que seja digno e atento aos cuidados dessa população.

É nesse sentido, com intuito de estabelecer uma posição crítica diante das questões expostas e atuar de forma a promover discussões e debates estabelecendo um elo comunicativo com as pessoas idosas, estudantes, profissionais da saúde, cuidadores de idosos e psicólogos que se inicia a organização do Coletivo Cora Carolina. Nós concentramos neste trabalho as vicissitudes que compõem essa velhice através de vieses que a atravessam como questões, econômicas, políticas,

sociais, culturais e com enlace entre elas, buscamos um uníssono de vozes com a formação de um coletivo de práticas e estudos sobre o envelhecimento.

O Coletivo surge, então, no ano de 2017 a partir de um processo de construção e desconstrução, no qual seu surgimento se deu através de movimentos e ações voluntárias autônomas em uma instituição asilar, que se denomina enquanto ILPI (Instituição de Longa Permanência), seguindo enquanto ações voluntárias que visavam o acolhimento e escuta afetiva dos idosos até o final de 2018. A partir de 2019, com a entrada de novos voluntários, passamos a problematizar o papel do voluntariado que estávamos exercendo e nutrir o desejo que as ações se tornassem mais plurais e abrangentes no debate político-social e menos pontuais em uma única instituição.

## Problema/Objetivos

Durante a trajetória da constituição enquanto Coletivo, vivenciamos diversas problemáticas no cenário do que é o envelhecimento no país, percebendo que as instituições que deveriam ser responsáveis por prover qualidade no cuidado com a pluralidade no envelhecimento são majoritariamente do Terceiro Setor, a partir de ONGs filantrópicas e advindas de organizações religiosas. Isso mostra que ainda existe um olhar de caridade e permeado por questões religiosas sobre o corpo velho, desresponsabilizando o Estado e o dever de ofertar políticas públicas que respeitem a diversidade religiosa, sexual, de gênero e de raça/cor, independente do poder aquisitivo de cada indivíduo. Desde o início, os integrantes do Coletivo buscavam ofertar uma atividade voluntária que visava a independência e o reconhecimento da singularidade de cada idoso que habitava uma ILPI (instituição que reconhecemos como asilar e limitadora de potencialidades), porém as regras e olhares presentes dentro da instituição muitas vezes barravam determinadas intervenções. Este foi o incômodo principal que levou a discussões internas sobre a importância de pensar uma estruturação que não fosse apenas pontual assistencialista e deslocada do lugar social que essas ações devem ter, articulando em como trazer as problemáticas da violência concreta e

simbólica com idosos com as leis e recursos públicos para se pensar na garantia dos direitos destes, tendo por finalidade a estruturação de um Coletivo que articula aos direitos humanos um olhar para os Envelhecimentos enquanto processos plurais e diversos e políticas públicas acessíveis.

Com a estruturação do Coletivo em andamento no ano de 2019 foi possível realizar atividades extra-acadêmicas em parceria com a universidade, com importante órgão brasileiro regulador da atuação de psicólogos na região e também com órgão municipal deliberativo acerca da representação política e dos direitos dos idosos, para discutir questões direcionadas a criação de políticas públicas para a população idosa, a articulação de ações voltadas à população idosa que também dialogam com os Direitos Humanos, e também questionar a existência de ILPIs com funcionamento asilar e suas respectivas problemáticas. Tais atividades foram frutíferas para divulgar o trabalho e visão do grupo, o que foi dando forma a uma atuação crítica, horizontal e de caráter amplo que não mais visava um trabalho de voluntariado e sim de trabalho compartilhado para a organização de eventos, encontros para grupos de estudos presenciais sobre temáticas que perpassam o envelhecimento, ações em conjunto com cuidadores de ILPIs para refletir sobre a atuação e desmistificar temas que permeiam a prática profissional dentro de instituições de caráter asilar, e promover uma página através da rede social Facebook de forma a atingir mais pessoas com textos e publicações que dialogam com as discussões propostas pelo Coletivo.

## Procedimentos/Processo de Intervenção

As práticas do Coletivo iniciaram-se antes mesmo da denominação do grupo como tal. Em 2017, nossas ações enquanto grupo eram voltadas para a inserção em uma ILPI localizada na periferia de um município no interior do estado de São Paulo/Brasil. As ações do Coletivo se concentravam em realizar visitas aos domingos, com o objetivo de oferecer uma escuta e acolhimento sensível para com os idosos, e convidá-los a participar de atividades fora do ambiente asilar, nas quais eles puderam ir até a universidade e participar

também de algumas oficinas oferecidas por projetos de extensão da instituição à população idosa da cidade.

Durante as interações com residentes também nos aproximamos das demandas e do trabalho dos cuidadores de idosos institucionalizados. A partir de uma questão apresentada pelos próprios cuidadores, referente às dificuldades enfrentadas no cotidiano experienciado dentro da instituição, foi proposto a realização de oficinas sobre os processos de elaboração de lutos com os cuidadores. As oficinas foram compostas pelos cuidadores e funcionários da instituição de longa permanência frequentada pelo Coletivo. Os encontros ocorreram na universidade, a fim de proporcionar um deslocamento do ambiente de trabalho para que os cuidadores se sentissem confortáveis em narrar suas impressões e duraram cerca de duas horas, sendo realizados em dois dias consecutivos devido aos turnos de trabalho da instituição.

A partir dessa experiência, foi possível observar a carência de aspectos relacionados ao suporte psicológico na formação profissional de cuidadores. São os profissionais que dão vida ao cotidiano das instituições e que, frequentemente, não percebem que estão impedindo ou limitando o acesso aos direitos, de forma direta ou indireta, através da prática de violências institucionais de caráter simbólico. Uma vez que o cuidador assiste a saúde de um idoso asilado, ele automaticamente também se torna foco de cuidado da instituição, pois admite-se que o suporte e bem estar do cuidador reflete no acesso dos idosos a serviços e atendimentos de qualidade, pois esse desempenha um papel fundamental para que direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais sejam garantidos aos residentes (Terra & Barroco, 2012).

A realização das visitas e nossos encontros continuaram por um tempo até que nos vimos inclinados a tentar responder outras perguntas. Nossas discussões sobre o tema do envelhecimento cresciam e nos debruçamos sobre problemáticas institucionalizantes, a partir disso, pensamos na possibilidade de um evento que respondesse algumas de nossas inquietações.

Com base em nossas experiências de caráter voluntário no ambiente asilar atravessadas a todo momento pelas incoerências das ações ditas de cuidado referidas a esses idosos asilados foi proposto a realização de um evento para discutir a inserção da pauta do

envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas do Brasil, e também a pluralidade e perspectiva de atenção ao idoso, direcionado a estudantes e profissionais da área da saúde e da assistência social da cidade onde atuamos. O evento teve como objetivo questionar e refletir sobre os atravessamentos do lugar posto para a velhice na contemporaneidade, assim como os marcadores envolvidos neste processo, buscando compreender de que forma estes influenciam as diretrizes de atuação institucional direcionadas idealmente a promoção de cuidado desta população.

A organização do evento foi desenvolvida pretendendo ampliar a discussão da temática proposta aos profissionais da rede pública de saúde da cidade, desejando criar espaços de troca e reflexão entre a rede de saúde pública e a universidade. Diante dessa pretensão, o Coletivo efetuou parcerias com as Secretarias Municipais para divulgação da programação do evento aos profissionais, além de divulgar nos maiores meios de mídia da região. A estruturação da programação também contou com a parceria do órgão regulador e orientador da psicologia, anteriormente mencionado, através da colaboração com indicações de convidados palestrantes e na sistematização das localidades de realização das mesas para vários espaços da cidade, em que os profissionais de saúde teriam mais acesso, sendo um desses a própria subsede regional do órgão na qual foi realizada uma mesa redonda do evento.

O evento teve duração de quatro dias, a programação foi composta por mesas e rodas de conversa ministradas por idosos, profissionais de saúde e pesquisadores especializados na área de políticas públicas e envelhecimento em que foram discutidos perspectivas e estratégias na política pública para o idoso, violências simbólicas e perspectivas de cuidado, pluralidades de envelhecimento e sexualidade, além de diálogos no geral sobre a compreensão do que se entende por velhice. Todos os encontros ocorreram no horário noturno, visando a presença dos referidos profissionais de saúde, de forma a viabilizar a participação dos mesmos para além do horário de trabalho.

A partir das discussões proporcionadas no evento e da grande participação da comunidade acadêmica e profissional surgiu o espaço coletivo do grupo de estudos. Os encontros eram realizados quinzenalmente, com duração de duas horas e meia e em localidades

alternadas entre diferentes faculdades da cidade no intuito de atingir e aproximar estudantes de diversas áreas atravessadas pelas ações de promoção de saúde ao cidadão idoso.

A estruturação do cronograma desses encontros foram elaboradas em conjunto com todos os participantes. Foram realizados quatro encontros presenciais, na disposição de rodas de conversa. O primeiro apresentou a nova configuração do Coletivo, nossos objetivos e organizações, frisando a relevância de discussões multidisciplinares na área da saúde sobre o envelhecimento. No segundo, tratamos sobre a intergeracionalidade através da discussão de um texto sobre o tema e com a presença de uma psicóloga convidada. A intergeracionalidade consiste nas relações que se estabelecem entre pessoas com idades diferentes, possibilitando o atravessamento de experiências trocas, pelos novos aprendizados propiciando reflexões sobre os estereótipos que compõem o envelhecer (Silva et al., 2015).

Dando continuidade aos nossos encontros, o tema seguinte escolhido foi sobre Asilamento. O encontro discutiu sobre as vivências de perdas e lutos dos idosos institucionalizados, entendendo como os efeitos da institucionalização compromete o exercício pleno de direitos e a qualidade de vida do idoso, o priva de liberdade e sociabilidade desenvolvendo um grande sentimento de solidão.

O quarto e último encontro do ano, se deu no fim do segundo semestre de 2019, a partir da troca de produções literárias. Convidamos uma escritora idosa, que se dedica na produção de crônicas e contos, também abordando o envelhecimento, para uma partilha de suas histórias e experiências. Todos os participantes contribuíram para a composição do encontro com escritos - músicas, poemas, livros, diários. Esse grupo evidenciou a importância de um espaço de compartilhamento das vivências, histórias e afetos do sujeito idoso, uma vez que a escrita e narrativa das próprias percepções de vida beneficia a compreensão de questões acerca do próprio processo de envelhecer.

A partir de Março de 2020, a crise gerada pela pandemia de Covid-19 instituiu no Brasil o isolamento social como estratégia de controle e diminuição do contágio pelo novo vírus. Devido a essa impossibilidade de agrupamentos presenciais, as atuações e possibilidades de estudos e intervenções acerca das Velhices

foram repensadas de acordo com as ferramentas virtuais disponíveis, como por exemplo, as plataformas, oferecendo gratuitamente espaços de troca, de grupos, de acolhimento, as angústias e inquietações da população que está em isolamento social.

Desde de Abril de 2020 foram realizados seis grupos de estudos online, amplamente divulgados na rede social do Coletivo. Assim como os encontros presenciais, cada encontro contava com convidados especialistas e um texto base divulgado previamente. Os primeiros dois encontros virtuais abordaram a temática do “Envelhecimento Feminino”, e em seguida, mais detalhadamente a relação deste com a negritude. Nestes encontros a perspectiva do envelhecer foi analisada a partir da interseccionalidade de gênero, idade e raça, escancarando o abismo do exercício pleno de direitos e as realidades em que os sujeitos idosos estão inseridos.

Expandindo as reflexões sobre essas questões foi organizado um encontro sobre “Necropolítica e Envelhecimentos”, utilizando-se do conceito já referido na introdução do presente texto. A temática foi discutida em virtude do avolumamento de atitudes gerontocídicas observadas durante o período de pandemia sendo veiculadas pelas mídias, desvalorizando a importância da vida e da autonomia do idoso.

Após as discussões sobre necropolítica, que evidenciou a forma como a população idosa muitas vezes é estigmatizada, ferindo sua autonomia, seus direitos e conseqüentemente, sua saúde mental, propusemos um encontro sobre suicídio e envelhecimento, uma vez que, além do cenário sociopolítico atual que dificulta ainda mais a vida na velhice, as estatísticas apontam para a alta taxa de suicídio entre idosos com mais de 70 anos. Neste encontro participantes e convidados teceram juntos a importância de uma rede de cuidados no enfrentamento aos suicídios, em especial, em idosos.

Por fim, foram elaborados três encontros com o objetivo de dar visibilidade à representatividade das vivências experienciadas por idosos nos diversos e ao mesmo tempo singulares processos de velhices. Todos esses encontros foram palestrados por pessoas idosas, partindo das narrativas de seus próprios processos de envelhecimento para transmitir conteúdos acerca das temáticas tratadas, reafirmando a importância da escuta do idoso na produção de estudos e literatura referentes a suas vivências.

No encontro “Arte e Envelhecimento” a exposição das produções de arte de duas idosas evidenciou a arte como recurso terapêutico, principalmente durante o período de isolamento social da população idosa e a importância da constante estimulação da criatividade do sujeito em oposição ao movimento de “espera da morte” presente no imaginário social sobre a velhice. O último encontro discorreu sobre a temática do envelhecimento LGBTQIA+, abordando especialmente o envelhecimento lésbico.

As práticas e encontros, sejam presenciais ou virtuais, foram deveras enriquecedoras para todos os envolvidos, visto que, recebemos devolutivas, depoimentos e manifestações de diferentes ordens, que nos impulsionam a continuar trilhando os percursos na construção de uma velhice digna a todos nós, que envelhecemos a cada dia.

## **Resultados e Discussão ou Efeitos e Impactos Observados**

Dentre tantas experiências, nos é possível, através da dialética entre teoria e prática, afirmarmos e ressaltamos a importância da criação de espaços de trocas de vivências para escuta e acolhimento das diversas e plurais velhices e, ainda, reafirmamos que a ampliação da escuta desses relatos contribui diretamente para a discussão da efetividade das e formulação de políticas públicas acerca do envelhecimento populacional, pois não se trata de um processo de universalização da vivência do envelhecer, mas sim de ressaltar e valorizar a singularidade de cada processo de envelhecimento que necessita ter assegurados de maneira integral seus direitos pelo Estado.

Conhecer, apresentar e compartilhar saberes técnico científicos através de diferentes áreas, e, em especial, a psicologia, nos permitiram a reflexão do quão importante se faz a concepção de uma velhice composta por direitos como nos prevê a legislação brasileira através de suas diretrizes da Constituição Federal de 1988. Dentre suas bases, trabalhamos em prol de uma constante construção entre teoria e prática, e partir, desta conexão, pudemos viabilizar a desconstrução de discursos normativos, estigmatizantes e preconceituosos.

Os diferentes tempos verbais compartilhados por homens e mulheres de diferentes idades compuseram um cenário de inquietações e dificuldades como experienciado nas ILPIs e também pelos profissionais da saúde (tanto pública, como os vinculados a instituições privadas), da assistência social, do meio acadêmico, mas também um cenário com feixes de resistência e criação, onde pudemos viabilizar e construir formas visíveis através de nossas práticas.

Salientamos que nosso engajamento se nutre da garantia dos Direitos Humanos e ao combate ao discurso capitalista, médico-centrado e reducionista que desumaniza e desubjetiva homens e mulheres aos seus interesses econômicos. Foi também possível, a partir da análise dessas experiências virtuais, denominar as principais angústias, sofrimentos e dificuldades vividos pela população idosa, sendo estas capazes de promover processos interativos entre diferentes áreas da saúde visando a (re)construção, organização e disseminação de orientações e novas possibilidades de apropriação da autenticidade de seus próprios processos de envelhecimento(s).

## **Conclusão**

Conforme fomos narrando nossas histórias e através dela podemos concluir, neste trabalho, que o Coletivo Cora Carolina, se faz e refaz, em concomitância a construção de cidadãos éticos que assumem seu lugar político de transformação de suas realidades, de seus territórios, do micropolítico ao macro, de olhares e escutas singulares.

Nossas discussões e elaborações se concentram na formação política dos seus organizadores, que contrapõe a lógica do voluntariado-assistencialista, ou ainda, de ações baseadas na caridade e benevolência, como vistas em contribuições do caráter do voluntariado nos serviços com os cuidados da pessoa idosa que servem a manutenção de práticas excludentes, onde temos a grave consequência das imensas dificuldades nos cumprimentos de medidas elaboradas pelas políticas públicas brasileiras.

Para tanto, nos fortalecemos acreditando que “somos multidão” e como nos diz Deleuze (1997),

somos possíveis apenas na coletividade. E, precisamos (ainda mais na atualidade pandêmica) lutarmos para a valorização da vida, em que não podemos ser reduzidos a números e estatísticas, para tanto, nos colocamos na vanguarda de defesa dos idosos e idosas lutando pela atuação eficaz de políticas e de um governo equânime que de fato cumpra sua função de atender as necessidades de seu povo.

Como retratou Ecléa Bosi, “o velho não tem armas. Nós é que temos de lutar por ele” (Bosi, 2004, p.81). Seguimos lutando.

## Referências

- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Christophe, M. & Camarano, A. A. (2010). Dos asilos às Instituições de Longa Permanência: Uma história de mitos e preconceitos. *Cuidados de Longa Duração para a População Idosa: um risco social a ser assumido?* (pp. 145-162). Rio de Janeiro: IPEA.
- Debert, G. G. (1999). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, FAPESP.
- Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal. (2020, 29 de Setembro). *Assessora de Guedes acha que morte de idosos por coronavírus é bom para Reforma da Previdência*. Recuperado em 10 de outubro de 2020 de <https://www.fenae.org.br/portal/fenae-portal/noticias/assessora-de-guedes-acha-que-morte-de-idosos-por-coronavirus-e-bom-para-reforma-da-previdencia.htm>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Projeção da população no Brasil e das Unidades de Federação*. Recuperação em 10 de setembro de 2020 de <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>
- Mazzi, C. (2020). *Denúncias de violência contra idosos quintuplicaram durante a pandemia, apontam dados do Disque 100*. Recuperado em 15 de Outubro de <https://oglobo.globo.com/sociedade/denuncias-de-violencia-contra-idosos-quintuplicaram-durante-pandemia-apontam-dados-do-disque-100-24480857>
- Miranda, G. M. D. (2015). *Saúde e desigualdade: O desafio brasileiro em um cenário de transição demográfica, epidemiológica e mudanças sociais*. Tese de doutorado não publicada. Fundação Oswaldo Cruz de Recife. Recuperado em 10 de Setembro de 2020 de <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/13912>
- Pereira, J. M. (2019). *MBEMBE, Achille*. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. Recuperado em 16 de maio de 2020 de <https://www.scielo.br/pdf/ha/v25n55/1806-9983-ha-25-55-367.pdf>
- Silva, D. M, Vilela, A. B. A., Nery, A. A., Duarte, A. C. S., Alves, M. D. R., Meira, S. S. (2015). *Dinâmica das relações familiares intergeracionais na ótica de idosos residentes no Município de Jequié (Bahia), Brasil*. *Ciência & Saúde Coletiva* [online], 20(7): 2183- 2191. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015207.17972014>
- Terra, S. H., & Barroco, M. L. S. (2012). *Código de Ética do/a assistente social comentado*. Conselho Federal de Serviço Social- CFESS (org.). São Paulo: Cortez.

Sobre os autores:

### Bruna Rafaela Rodrigues Campos

Discente no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Assis. Estagiária de prática clínica de orientação psicanalítica e de envelhecimento e processos de subjetivação. Atua nas áreas de atendimento clínico e grupal de acolhimento psicológico aos enlutados pela COVID-19.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1446-0927>

E-mail: [bruna.rafaele@unesp.br](mailto:bruna.rafaele@unesp.br)

**Camila Cuencas Funari Mendes e Silva**

Psicóloga, Mestre e Doutora em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista- Faculdade de Ciências e Letras, campus de Assis, SP, Brasil. Atua como psicóloga clínica e professora universitária. Membro do Coletivo Cora Coralina e do Conselho Municipal do Idoso de Assis-SP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5942-6733>

*E-mail:* [camila\\_cfms@hotmail.com](mailto:camila_cfms@hotmail.com)

**Isabelle Sinato Pires Pereira**

Graduanda em Psicologia pela instituição de ensino Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Atualmente estagiária na Clínica Psicanalítica e Vínculos, em ênfase de Processos Clínicos e Saúde Mental, e na Clínica Transdisciplinar: Cartografando Poderes e Resistências Territoriais, em ênfase de Políticas Públicas e Clínica Crítica.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6865-0232>

*E-mail:* [isabelle.sinato@unesp.br](mailto:isabelle.sinato@unesp.br)

**Marcela Marcondes Leite**

Graduada e mestranda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, e psicanalista em formação. Atua e pesquisa nas áreas de Envelhecimentos, Luto, Diversidades e Psicanálise. Também é psicóloga voluntária da ONG Eternamente SOU.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1776-6777>

*E-mail:* [marcelamarc.leite@gmail.com](mailto:marcelamarc.leite@gmail.com)

**Letícia Passi Batista**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – campús de Assis. Estagiária nas áreas de Clínica Psicanalítica, Saúde Mental e Coletiva, Luto, Envelhecimentos e Processos de Subjetivação. Integrante do Coletivo Cora Coralina desde 2017. Atualmente, está inserida nas práticas de atendimento clínico e grupal de acolhimento psicológico aos enlutados pela pandemia de Covid-19.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8505-6868>

*E-mail:* [leticia.batista@unesp.br](mailto:leticia.batista@unesp.br)

**Luan Puntel Rui**

Discente no curso de Psicologia da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, campus de Assis. Estagiário de prática clínica de orientação psicanalítica e de envelhecimento e processos de subjetivação, com ênfase em psicologia social. Integrante do Coletivo Cora Coralina desde 2017.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5839-2244>

*E-mail:* [luan.rui@unesp.br](mailto:luan.rui@unesp.br)

Contato com os autores:

Travessa Brasil, 475, Vila Fiúza

Assis, São Paulo

CEP: 19814-240

Telefone: + 55 (18) 981242727

*E-mail:* [coletivocoracoralina@gmail.com](mailto:coletivocoracoralina@gmail.com)



# A ESCUTA TERRITORIAL NA CONSTRUÇÃO DE DISPOSITIVOS CLÍNICOS EM SITUAÇÕES SOCIAIS CRÍTICAS

Bianca S. Lapa  
Marina B. Rogano  
Carolina A. Rode  
Alexandra W. Nigri  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Emília E. Broide  
Universidade de São Paulo – SP

Gabriela Piccinin  
Helena B. G. Albuquerque  
Jorge Broide  
Patrícia B. de Lima  
Thiago E. Braga  
Ulisses A. M. Neto  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

## Resumo

Este trabalho narra a experiência de um coletivo de psicologia na construção de um dispositivo clínico público em um centro assistencial, com o objetivo de cuidar das demandas psicológicas dos seus atendidos e funcionários. As noções de transferência e escuta territorial foram usadas como metodologia. A construção de uma psicologia nas situações sociais críticas, não-hegemônica e comprometida socialmente, perpassa a construção de uma nova práxis, condizente com a realidade social apresentada no território, ao buscar resgatar a condição de sujeitos de direitos e trabalhar com a redução da desigualdade. Conflitos e contradições foram ferramentas para a construção de um dispositivo clínico que procura dar voz às potências subjetivas, garantindo um lugar de fala aos sujeitos silenciados por suas condições de vida precarizadas. Através da escuta das vidas em situações sociais críticas, presenciou-se a recuperação da dignidade dos sujeitos de desejos e direitos.

*Palavras-chave:* clínica pública; dispositivos clínicos; escuta territorial; psicanálise.

## The Use of Territorial Listening in the Creation of Clinical Devices for Critical Social Circumstances

### Abstract

This article describes the experience of a group of psychologists in developing a free clinic device at a community healthcare facility, with the objective of providing assistance for the psychological needs of the population served and the institution employees. The concepts of transference and “territorial listening” were used in the methodology. The creation of a non-hegemonic psychology work, engaged socially, involves creating a new-praxis, lined up with the social reality presented and involves searching for ways to ensure rights and minimize social disparity. Conflicts and contradictions were utilized as means for the creation of this clinical device, enabling self empowerment, and assuring to people who have been silent by consequence of their precarious life conditions a place they could be listened to. By the use of this device of psychoanalytic listening, we witnessed a recovery of dignity, rights and desires on the people assisted.

*Keywords:* public clinic; clinical devices; territorial listening; psycanalises.

## Escucha Territorial en la Construcción de Dispositivos Clínicos en Situaciones Sociales Críticas

### Resumen

Este trabajo cuenta la experiencia de un colectivo de psicología durante la construcción de un dispositivo clínico público en un centro asistencial, que tiene como objetivo acoger demandas psicológicas de sus frequentadores y funcionarios. Como metodología, se usaron las nociones de “transferencia” y “escucha territorial”. Crear una psicología en las situaciones sociales críticas, heterogénea y socialmente comprometida, exige la construcción de una nueva práctica, que sea coherente con la realidad social presente en el territorio, en cuanto se busca rescatar la condición de sujetos de derechos y reducir la desigualdad social. Los conflictos y contradicciones fueron herramientas para construir un dispositivo clínico que busca darles voz a las potencias subjetivas, garantizando un lugar de palabra a los sujetos silenciados en sus condiciones precarias de vida. Por la escucha de las vidas en situaciones sociales críticas, se concretizó la recuperación de la dignidad de los sujetos de deseos y derechos.

*Palabras clave:* clínica pública; dispositivos clínicos; escucha territorial; psicoanálisis.

---

## Introdução e Justificativa

Em 2019, foi criado um coletivo de psicólogos recém-formados e de estudantes de psicologia engajados em atender pessoas em situações sociais críticas, movidos pela compreensão ética de que a psicologia precisa se reinventar, atingindo espaços e pessoas excluídas dos modelos tradicionais de atendimento psicológico. A prática do coletivo em questão procurou articular diversos saberes à escuta psicanalítica, tanto no atendimento direto às populações vulneráveis quanto na oferta de cuidado aos cuidadores da comunidade que trabalham diretamente com direitos humanos.

Apostando em uma parceria com um centro assistencial, o projeto de uma clínica pública foi se formando a partir de suas principais propostas: a capacitação dos profissionais da instituição, e a oferta de atendimentos clínicos à população que a frequenta, assim como aos seus trabalhadores. Construiu-se, então, uma clínica a partir de perspectivas próprias e condizentes com a realidade social que se apresentava nos entornos de um bairro de extrema vulnerabilidade social.

A equipe é composta por nove membros, sendo dois psicólogos e sete estudantes de psicologia, além de dois supervisores (Jorge Broide e Emília Estivalet Broide). Como psicólogos latino-americanos, movidos por uma psicologia social, crítica e comprometida com os direitos humanos, a atuação do grupo no território opera através de um fazer ético-político diretamente relacionado às transformações individuais e da subjetividade coletiva, garantindo uma escuta atenta às questões sociais que atravessam os sujeitos vulnerabilizados (Rey, 2007). Afinal, atender aos setores populares envolve mudar também os modelos e instrumentos hegemônicos de atendimento a partir da escuta da realidade social que se apresenta (Martín-Baró, 1996).

Assim, a urgência de uma escuta qualificada do sofrimento, diante da violência urbana e de condições de vida precárias, fortemente afetadas pela desigualdade social, pobreza, racismo, machismo e violência policial, foi o que impulsionou a formação da equipe e fez deste trabalho relevante e necessário desde o princípio. Partindo da noção de que o processo saúde-doença se constitui pelo social, sendo multideterminado tanto por questões materiais quanto por processos individuais

dos modos de interação com a realidade, a própria produção de saúde mental visa convocar os sujeitos às ações transformadoras da realidade que adocece o tecido social. Soma-se, portanto, a esse processo de resgate material da dignidade humana, a recuperação dos indivíduos enquanto sujeitos de direitos que, uma vez revitalizados, se reconheçam em sua força político-social de alteração do meio em que vivem. Isso porque a conceituação da subjetividade enquanto uma dimensão social permite a criação de alternativas ao percurso histórico-pessoal que altere, também, os rumos sociais da civilização, pela criação, por exemplo, de outros sentidos e significados, que gerem tensão aos valores hegemônicos estruturais da sociedade ocidentalocêntrica, elitista, branca e heterocisnormativa atual (Mori & Rey, 2012).

Com isso, partindo, de uma articulação teórico-prática entre saúde-sociedade-subjetividade, o trabalho desenvolveu-se orientado pela metodologia da escuta territorial (Broide & Broide, 2016), em que, através da escuta das relações conscientes e inconscientes presentes na instituição, e advindas da própria cidade, seja possível uma investigação clínica dos fenômenos sociais presentes nos discursos dos sujeitos. Além do mais, a própria escuta nos atendimentos grupais e individuais que, uma vez pautada em uma perspectiva teórico-prática que reposiciona o saber e a práxis nos sujeitos das maiorias populares, opta por acompanhá-los no seu caminho histórico em direção à libertação, tendo como horizonte de trabalho a conscientização destes sujeitos, a fim de apoiá-los no processo de superação de suas identidades alienadas, transformando as condições opressivas de seus contextos (Martín-Baró, 1996).

Os processos de intervenção em curso dizem respeito à criação de uma rede de apoio e acolhimento em que o sujeito possa enfrentar o vazio, o desconhecido e o não-saber, para então tomar as rédeas da sua vida, construindo um saber crítico sobre si mesmo, sobre seu mundo e sobre sua inserção neste — podendo assim, dizer a palavra da sua existência, escrever a própria história, que é pessoal, mas, sobretudo, coletiva. Dizem respeito, também, a suportar um vazio de onde o saber possa emergir, em que haja a circulação do afeto e da palavra, fazendo aparecer um sujeito de desejos tanto quanto um sujeito de direitos. O trabalho visa, portanto, muito mais do que uma mera análise psicológica

da conduta — o comportamento observável —, mas sim a da consciência humana: caracterizada não só pelo âmbito privado do saber e sentir subjetivo dos indivíduos, mas também pelo aspecto de que cada pessoa encontra o impacto de seu ser e de seu fazer refletido na sociedade. Tudo isso a fim de garantir o resgate dos sujeitos enquanto membros de uma coletividade (Martín-Baró, 1996). Afinal, uma vez que as narrativas são retiradas da invisibilidade, estas passam a ser também reflexões (inclusive de seus sufocamentos), sendo o espaço terapêutico uma ferramenta potente de ação política e subjetiva.

A partir disso, passam a emergir e ganhar voz as ranhuras causadas por um espaço geográfico globalizado (Santos, 1996): subjetividades constituídas e apoiadas a partir da lógica do consumo como aquilo que lhes constitui. A atuação da equipe busca produzir um furo nessa lógica e subvertê-la subjetivamente, para que os sujeitos possam reorientar seus desejos a partir de algo menos colonizador do que a lógica capitalista. Nesse hiato que se produz entre quem se é e o que se consome, é possível estabelecer um diálogo entre sujeito de desejo e sujeito de direitos. Reconhecer-se como alguém que pode desejar é a única possibilidade de resistir, de se reafirmar como uma existência potente, e que pode constituir coletivos, estes sim, capazes de provocar mudanças sociais em grande escala. Mas, se as relações estão laceradas, com sujeitos roubados de suas palavras, a constituição de algo dessa ordem é muito mais difícil; e através da psicanálise se faz a aposta de reconstituir esse tecido, utilizando a fala como ferramenta de costura.

É, portanto, pela construção de um dispositivo clínico coerente e adequado à atuação em situações sociais críticas, consolidando-se enquanto um modelo clínico transformador, que é firmada a atuação da equipe na redução da desigualdade social. Trata-se de uma atuação comprometida com as populações vulneráveis que perpassa não só a consideração do contexto social, enquanto um panorama que constrói seres sociais, mas, para além disso, um adentramento transferencial à realidade, que permita uma atuação direta nos conflitos — visto que isso possibilita não só falar sobre as misérias, mas estar na miséria e vivenciar a desigualdade, agindo sobre ela. Sendo assim, isso é se deparar com a urgência social em si e suportar, junto

ao sujeito, o mal-estar que determinadas condições causam, abrindo a possibilidade para que se repensem práticas, construções e expectativas a partir desse lugar.

Tudo isso é constituído através da relação transferencial estabelecida entre analista e atendido, através dos discursos dos sujeitos apoderados de suas vidas, detentores da palavra e de seu lugar no mundo — os quais, agindo através do pertencimento e reconhecimento, operam diferentemente sobre sua realidade. Mas, para que isso ocorra, é imprescindível que os psicólogos estejam atentos à escuta dos fenômenos sociais, garantindo que eles apareçam e que a vida pulsante se apresente ao vivo e a cores.

## Problema/Objetivos

O objetivo geral do projeto consiste em atender a demanda do centro assistencial, e oferecer aos seus atendidos e funcionários o serviço de acompanhamento psicológico gratuito através da estruturação de uma clínica pública de psicologia que ofereça diversas modalidades de atendimento: psicoterapia, psicoterapia breve e grupos operativos — tendo sempre em vista um olhar que leve em conta a situação de vulnerabilidade social envolvida nos casos. Já como objetivos específicos, o trabalho visa auxiliar a instituição a compreender as necessidades dos moradores do território relacionadas ao sofrimento emocional que apresentam, e promover um espaço de escuta das angústias e dificuldades vivenciadas.

O acesso difícil e precário a outros dispositivos públicos de saúde acabou por consolidar essa instituição como um dos pontos de referência do território, lugar onde acabaram aparecendo todas as nuances desses sujeitos, incluindo seus sofrimentos. Tendo a instituição rapidamente se dado conta de que era necessário algum tipo de ação diante de situações tão urgentes, a equipe foi solicitada para pensar a criação de um dispositivo clínico que se adequasse a essa demanda.

O foco é criar um espaço seguro para que os sujeitos possam falar de suas dificuldades. A desigualdade social e as suas diversas intersecções, somadas ao desmonte de políticas públicas essenciais, causam efeitos psicossociais profundos nos sujeitos, que raramente

têm possibilidades de narrar isso. A finalidade, portanto, do trabalho, é chegar ao seio do território e poder ouvir aqueles que experimentam na pele a desigualdade social e o desrespeito aos direitos básicos de existência, desenvolvendo, para isso, ações consistentes que não reproduzam a exclusão, mas sim que efetivem alternativas de saída da situação de sofrimento e vulnerabilidade (Broide & Broide, 2016).

O que se pretende é fortalecer as relações entre os sujeitos, e abrir espaço para que falem de outros lugares – lugares potentes e subjetivados, sendo a escuta sempre orientada para o que é possível restituir dos direitos, diariamente desrespeitados, desses sujeitos. Trata-se de possibilitar que eles se apropriem de suas histórias e comecem, a partir daí, a abrir espaço no coletivo para aquilo que é do campo dos seus desejos.

## Método

Orientados pela ideia de um trabalho crítico – e também seguro – em que os sujeitos possam se colocar de maneira integral, foi pensada a criação de um dispositivo clínico que permita à equipe ter instrumental para lidar com as situações de urgência que se impõem em situações sociais críticas. O trabalho é, assim, conduzido a partir das noções de ancoragem, transferência e escuta territorial (Broide & Broide, 2016), buscando um modo de operar que melhor se adéque à realidade social em questão, garantindo tanto o sigilo quanto um comportamento profissional ético, para que as questões sejam abordadas de maneira a proteger e ampliar as relações de contiguidade do território. O processo de elaboração do dispositivo clínico contou com vários momentos destrinchados aqui em etapas. Cada uma delas é importante na medida em que fornece dados sobre as relações do território e os sujeitos que o habitam.

Etapa I – Mapeamento territorial

**Fase I – Escuta da demanda.** Reunião com a diretora da instituição para entender a demanda do trabalho, pactuar a metodologia e estimar o tempo do projeto.

**Fase II – Planejamento do cronograma e divisão de tarefas entre a equipe.**

**Fase III – Realização da metodologia de escuta territorial.** Entrevistas individuais e grupais realizadas com os gestores e funcionários do centro assistencial. A pergunta disparadora das entrevistas indagava o que as pessoas entendem como possíveis contribuições de uma equipe de psicologia atuando na instituição. Relacionava-se também com uma escuta mais ampliada das questões sociais e das dificuldades emocionais, os impactos de estar em um território de extrema vulnerabilidade socioeconômica e as principais adversidades da comunidade do território.

**Fase IV – Registro do levantamento empírico realizado, acompanhado de reuniões semanais com os coordenadores da equipe para análise das entrevistas e organização da metodologia de trabalho.**

**Fase V – Aperfeiçoamento teórico da equipe técnica.** Leitura de textos, com intuito de promover reflexões e o estudo da psicanálise nas situações sociais críticas, em diagnósticos institucionais e em contextos grupais.

Etapa II – Diagnóstico e elaboração do dispositivo clínico a partir da escuta territorial

**Fase I – Sistematização dos dados obtidos a partir de um olhar psicanalítico e crítico.** Tal olhar diagnóstico possibilitou a formulação de hipóteses sobre os desafios que se repetem no cotidiano, bem como a criação de estratégias alternativas de enfrentamento a essas questões.

**Fase II – Elaboração do dispositivo que será utilizado para enfrentar as questões diagnosticadas.** O dispositivo consiste na ferramenta ou modelo de trabalho da equipe que mais se adéqua às necessidades identificadas. Planejamento das ações que serão executadas, considerando os meios disponíveis e a logística mais eficaz para o contexto.

**Fase III – Confirmação da pertinência e viabilidade do dispositivo.** Conversas marcadas com atores institucionais já entrevistados, para expor as ideias do dispositivo planejado, buscando uma elaboração coletiva. A partir do que foi compreendido, seguiu-se construindo em cima do delineamento inicial dos dispositivos.

**Fase IV – Apresentação da proposta final de dispositivo para aprovação da diretora da instituição.**

**Fase V – Preparação da implementação do dispositivo.** Seleção de novos membros para expandir a equipe e realizar nova distribuição de tarefas; organização dos espaços de atendimento e divulgação do trabalho; preparação das salas de atendimento no centro assistencial; elaboração de *flyers* de divulgação; realização de plantão para recebimento das inscrições dos funcionários; conversas com os profissionais do serviço de medidas socioeducativas para avaliação do encaminhamento dos adolescentes, juntamente com a realização de visitas domiciliares para melhor entender a realidade dos atendidos.

Concomitantemente, percebeu-se a necessidade do desenvolvimento de diferentes dispositivos de atendimento, para dar conta das demandas da instituição e do território. Para os funcionários, o dispositivo mais adequado era o de atendimento individual — afinal, pôde-se perceber que havia uma demanda de escuta de conteúdos que não seriam ditos em grupo (em função das relações institucionais estabelecidas); assim como para os adolescentes que cumpriam medidas socioeducativas, pois estes já participavam de grupos pelo centro assistencial. Já para a comunidade, percebeu-se que um dispositivo grupal seria mais adequado, contribuindo para a contiguidade do território. Assim, foram utilizados os significantes mencionados como temáticas para os grupos, servindo igualmente para diferenciar os públicos-alvo.

Com todo esse trabalho realizado, e os atendimentos ocorrendo, a equipe foi surpreendida pela pandemia do novo coronavírus, que impossibilitou a presencialidade das tarefas. Todo o conhecimento reunido ao longo desses meses foi novamente mobilizado para pensar a reorganização da estrutura do dispositivo, seguindo o esforço de mantê-lo coerente com a meta de atuar nas urgências, que certamente se tornariam ainda mais agudas com uma pandemia. Isso constituiu uma nova etapa de trabalho, com fases muito próprias e singulares, que produziram muita reflexão nas possibilidades de atuação e reinvenção necessárias dos psicólogos nas situações sociais críticas.

Etapa III – Readaptação do trabalho devido à pandemia da covid-19

**Fase I – Reorganização do dispositivo clínico devido à urgência do trabalho em situações sociais**

críticas. Elaboração de proposições de como transformá-lo em um modelo apto e de qualidade, agora no modelo de atendimentos remotos. Adiamento do trabalho com adolescentes em conflito com a lei, devido à importância do vínculo em um momento em que esse é insípido.

**Fase II – Estruturação do novo modelo clínico com três frentes de trabalho:** os atendimentos individuais online, oferecidos a todos os funcionários da instituição; o plantão de atendimentos online (psicoterapia ou psicoterapia breve), para o acesso e cuidado das demandas da população do entorno do centro assistencial, visando alcançar o território das favelas do entorno; e os atendimentos grupais a diferentes públicos-alvo, agora com uma readequação das temáticas, devido à mudança das demandas e da realidade de ação.

**Fase III – Organização dos grupos, separados por públicos-alvo:** o grupo de mães e pais do Centro de Educação Infantil (CEI) da instituição; o grupo de funcionárias do CEI; e o grupo de funcionárias do Centro de Crianças e Adolescentes (CCA).

**Fase IV – Execução do novo modelo clínico.** Preparo de formulários de inscrição (separados por frente de trabalho e grupos) e de conteúdos, em formato de vídeo e *flyers*, que explicassem a proposta do trabalho, incluindo enquadre, objetivos e a importância do cuidado com a saúde mental em meio à pandemia. Divulgação destes através dos grupos de *WhatsApp* que os diferentes equipamentos mantêm com seus usuários e funcionários, assim como na disposição dos *flyers* dentro das cestas básicas distribuídas pelo centro assistencial.

Etapa IV – Registro

As modalidades de registro das ações realizadas foram crônicas e vinhetas clínicas. As crônicas são relatos pessoais dos membros da equipe, nos quais constam impressões, reflexões e sentimentos suscitados durante as ações, registrando os fatos, não apenas na camada mais objetiva, mas também incluindo uma análise interpretativa e subjetiva do ocorrido. Já as vinhetas clínicas são cenas dos atendimentos terapêuticos que os sintetizam de forma potente, ressaltando o que há de mais relevante e marcante nos diálogos e nas falas dos atendidos. Além disso, há a elaboração de relatórios

para o centro assistencial. Tudo isso, respeitando os critérios éticos e de sigilo da profissão.

## Discussão

### Plantão de atendimentos online

Ao oferecer a modalidade de plantão de atendimento para a população dos arredores do centro assistencial, a equipe contribuiu para a demanda social que se apresentava frente à pandemia do novo coronavírus, capilarizando as frentes de trabalho para dentro da periferia. Além de ser coerente com as demandas circunstanciais de saúde mental em um cenário pandêmico, a escolha pelo plantão foi pertinente às urgências já colocadas. Possibilitou-se que os moradores da região pudessem compartilhar as angústias vividas, sejam essas originadas em etapas anteriores da vida, e que eventualmente se ampliaram durante o isolamento social, sejam essas mais recentes, suscitadas pela própria pandemia do novo coronavírus. Tal dispositivo clínico operou como um convite à fala em um momento de crise, e pôde se desdobrar em atendimentos psicoterapêuticos extensos ou focais, conforme a demanda de cada um.

O plantão de atendimentos se propagou por meio de diferentes formas de divulgação semanal do formulário de inscrição (via vídeo, *flyers* online e entregue nas cestas básicas), o que resultou em mais de 300 pessoas contatadas no período de um ano, incluindo idosos, adultos, adolescentes e crianças. Houve um esforço da equipe, para o êxito do plantão, em desconstruir a ideia de que “terapia é coisa de doido”. Entre as principais questões tratadas, é possível citar: as dificuldades em relação à maternidade (advindas de mães sobrecarregadas pelo desamparo em que vivem); o medo de contágio e transmissão do novo coronavírus (aumentado pelos fatores de risco como a diabetes, a obesidade, a impossibilidade de fazer isolamento social, a necessidade de se manter trabalhando e etc); as dificuldades no convívio familiar, incluindo violência domiciliar; o estresse com a sobrecarga de trabalho; perseguição policial, entre outros. Alguns dos sujeitos eram extremamente afetados pela vida na favela, povoada por violências. Explicitando a imersão na desigualdade social que a relação transferencial permite, o trecho a seguir escancara

o alcance possível de uma prática comprometida e responsável socialmente:

J. na primeira sessão, ao ligar sua câmera de celular, me coloca dentro de seu mundo do modo mais concreto possível. Conta sobre as dificuldades que enfrenta, a ideia suicida e o pesar que sente ao ver que sua filha poderá sofrer com as diversas mazelas sociais. Me mostra as paredes de seu barraco e diz que são finas demais, a qualquer momento o tiro pode atravessar, e em um instante de explosão, de raiva, começa a bater seu celular na parede para que eu note o quão fina essas paredes que lhe sustentam são.<sup>1</sup>

### Atendimento individual online dos funcionários

Os atendimentos aos profissionais da instituição foram iniciados antes da pandemia e se mantiveram remotamente para os que assim desejaram, sendo expandidos através da divulgação de um formulário exclusivo para os funcionários durante a pandemia. Inscrições e atendimentos continuaram ocorrendo durante todo o ano de 2020, totalizando 10 trabalhadores atendidos individualmente. Com esta frente de trabalho, foi possível a construção do cuidado aos cuidadores da comunidade – acolhimento dos funcionários –, que estabeleceu também um cuidado à instituição, o qual, dialeticamente, permitiu o adentramento aos cuidados da favela. Devido à delicadeza que estes trabalhos exigem, e a constante exposição a situações de violência, vulnerabilidade e desigualdade social, muitos destes atendimentos perpassaram a questão do trabalho e de sua sobrecarga, além de assuntos de ordem pessoal.

### Grupos online

A equipe optou por esta forma de dispositivo para o atendimento dos funcionários do CEI, dos familiares do CEI, e dos funcionários do CCA. Nem todos esses grupos já tiveram seu início formal, dado que diversas

<sup>1</sup> O trecho em questão não se localiza em nenhuma referência bibliográfica, pois se trata de uma produção interna das anotações dos atendimentos realizados dentro do projeto, a partir do modelo de escrita das vinhetas clínicas.

reuniões e entrevistas são necessárias para que o trabalho se estruture, conforme explicitado nos processos de intervenção.

A proposta de realizar um grupo com as funcionárias do CEI partiu de entrevistas com a diretora desse serviço, que alertou para as vulnerabilidades nas quais as profissionais estavam inseridas. Após a divulgação de formulário online, a equipe recebeu 11 inscrições, mas teve seis participantes frequentemente presentes. Foi oferecido um espaço de acolhimento das angústias relacionadas à volta às atividades presenciais, e de reflexão sobre as possíveis estratégias de atuação neste contexto.

O grupo teve início em setembro de 2020, pois a retomada das atividades presenciais com as crianças estava, inicialmente, prevista para outubro. Para o atendimento das funcionárias, tal dispositivo se mostrou ideal durante a pandemia, pois além de estarem apartadas umas das outras, precisando repensar a prática laboral à distância, as angústias que as afligiam eram semelhantes. Essas circulavam em torno do receio de retornar às atividades presenciais, se contaminar, e disseminar aos entes queridos a covid-19. Ao mesmo tempo, as trabalhadoras do CEI se dão conta dos desafios de realizar o trabalho com as crianças enquanto se respeita os protocolos de segurança sanitária, trazendo de forma contundente as contradições e os temores de não conseguir conciliar as medidas de segurança com a afetividade que media a prática pedagógica. Trouxeram também angústias relacionadas à ansiedade frente ao manejo com as famílias atendidas, igualmente abaladas pela pandemia.

Cabe salientar que esse tipo de situação, que envolve a renúncia dos ideais estabelecidos sobre o trabalho, faz emergir sentimento de impotência, castração e desamparo, resultando em angústia e medo nos envolvidos. Reconhecer esses limites, e até ponderar sobre a função protetora que o medo pode ter, foi fundamental para pensar práticas conciliadoras, responsáveis e autônomas, sem recair em polaridades: cuidar das crianças e bebês, a despeito dos protocolos de segurança, ou paralisar-se frente ao medo de contágio.

O grupo do CCA, por sua vez, tinha uma demanda diferente em alguns pontos. Com a maioria dos seus funcionários já trabalhando em jornadas reduzidas, o medo de contágio por covid-19 não aparecia como algo

em questão. O que era destacado, quando procuramos investigar as razões e meios para um possível trabalho, era a preocupação da inviabilidade do contato com as crianças e adolescentes, já que a expressão de afeto à distância aparecia como algo muito improvável. A saúde e bem estar deles, vivendo em meio à comunidade, também era uma preocupação que existia anteriormente, mas que se intensificava agora com o risco de contaminação. O trabalho, já normalmente desafiador e delicado, tornou-se ainda mais, e foi proposta a ideia de um grupo de escuta para esses profissionais.

## Conclusão

A experiência de trabalho relatada ao longo deste artigo reafirmou a hipótese da equipe de que havia uma demanda urgente por escuta psíquica, tanto no centro assistencial, como em seus arredores. Amparados pelos princípios da clínica ampliada (Wagner, 2002), da psicologia social e da psicanálise nas situações sociais críticas, a equipe deu um passo em direção a um atendimento das vulnerabilidades da população da favela em questão, reconhecendo que ainda há articulações a serem feitas. Verificou-se também a eficácia da metodologia da escuta territorial para a construção de dispositivos clínicos, pois esta permitiu que a equipe entrasse em contato com o território e, assim, capturasse no ar aquilo que pulsa nele através da livre associação dos sujeitos em suas falas (Broide & Broide, 2016).

Lidar com os relatos de dores, misérias e traumas faz com que o psicólogo social não somente compreenda as diversas relações histórico-sociais que se colocam e se contradizem nos fenômenos apresentados, possibilitando o entendimento das determinações dos indivíduos, mas, principalmente, entenda como os sujeitos se inserem no território, a partir de qual posição subjetiva, e como se tornam agentes da história, capazes de transformar a sociedade em que vivem (Lane, 2006).

A escuta do inconsciente, que também perpassou todo o trabalho, permitiu a elaboração de algo que pouco aparece em outras situações: que as pessoas pudessem se colocar não só a partir de seus direitos, mas também com seus desejos. Concretizava-se, assim, o que chamamos por psicanálise nas situações sociais

críticas: aquilo que, da psicanálise, pode não só conversar com a clínica ampliada e psicologia social, mas instaurar algo de novo dentro da busca do empoderamento dos sujeitos de direito.

Ao ouvir as pessoas falarem sobre suas dores — além das potências, sonhos e projetos — o psicanalista e o espaço terapêutico promovem a possibilidade de falar e ouvir de si. A escuta clínica cria um campo de reflexão e ponderação sobre a própria vida e as condições em que esta se dá, o que pode auxiliar os sujeitos a encontrarem, entre outros fatores, formas possíveis de enfrentamento à desigualdade social; meios de resistência às diversas formas de violências sofridas, que acabam sendo incorporadas e reproduzidas; maneiras de desfazer-se dos entrelaçamentos entre a vivência de experiências de subalternidade e as consequentes dimensões subjetivas de subcidadania, empoderando-se na busca por direitos; além de desenvolver a autonomia e apropriação dos sujeitos sobre suas vidas (Santos, Mota, & Silva, 2013).

A forma como os atendimentos ocorreriam eram discutidas em conjunto com o sujeito, levando-se em consideração as condições materiais e subjetivas de cada um, ou seja, atentando-se para os dispositivos móveis presentes, a conexão à internet, os horários de trabalho, a quantidade de residentes na casa e a possibilidade de privacidade, para que a pessoa se sentisse à vontade durante o atendimento, em um espaço seu, apesar de compartilhado com outras. Isso foi possível graças ao vínculo terapêutico que se estabelecia em cada situação e à delicadeza no manejo, dentro de possibilidades tão particulares, para que ainda assim houvesse a escuta do sofrimento. Longe, portanto, de ingressar em simples cenas familiares, mas aceitando o convite de submergir nas complexas relações de todo um território.

Entendeu-se que quanto mais exigências da clínica tradicional se impusessem aos atendimentos (que os atendidos buscassem estar sozinhos, que não fossem interrompidos, etc), maior seria a exclusão de determinadas pessoas, que não poderiam garantir o espaço terapêutico nesses moldes, e também das temáticas possíveis. Ademais, vale ressaltar que a atuação nas situações sociais críticas não pressupõe a simples transposição do modelo clínico do consultório particular, mas sim sua expansão para outros modelos de intervenção.

Além disso, as diferenças de classe e raça entre os terapeutas e atendidos demonstrou as rachaduras de uma sociedade dividida, ao mesmo tempo em que se buscou integrar um campo comum, em que tais diferenças pudessem ganhar espaço de fala, abrindo para a potência transformadora das palavras em ato. As reflexões sobre essas diferenças e a imersão nas cenas cotidianas dos atendidos foram importantes combustíveis para movimentar as compreensões e práticas psicológicas no cuidado de si e dos outros à sua volta.

Portanto, pelo trabalho realizado, buscou-se convidar sujeitos silenciados a falarem de si e de sua condição, promovendo dignidade às narrativas e histórias de vida. Conforme Vieira e Romagnoli, “o trabalho . . . funciona como um espaço de inclusão dos discursos excluídos, proibidos, interditos na sociedade” (2018, p. 125), algo que de fato a equipe presenciou no seu movimento de capilarização da entrada na favela. Afinal, ter a oportunidade de vivenciar espaços de troca de ideias e elaboração é invariavelmente transformador para quem vive questões sociais avassaladoras diariamente.

o plantonista se depara com a escuta do inesperado, com a escuta do inconsciente que, no centro da repetição, insiste para que seja escutado. Espera-se que, ao mesmo tempo em que é escutado pelo plantonista, o próprio indivíduo que fala se escute e que esta escuta possa, de alguma forma, contribuir para que o sujeito se repositicione ou ressignifique o motivo que o fez procurar o plantão psicológico. (Daher et al, 2017, p. 156).

Assim, é pela concretização de um espaço de fala que os sofrimentos, tanto existenciais quanto sociais, puderam ganhar forma, garantindo uma escuta do sujeito em relação a si mesmo, que o recolocou em sua própria narrativa e, conseqüentemente, em sua posição de classe, raça e gênero. Essa possibilidade de ingressar verdadeiramente na realidade subjetiva do território, a partir de uma escuta ética, foi o que garantiu que um vínculo fosse formado e que a transferência se estabelecesse — transferência essa primordial no espaço de escuta. Essas medidas procuravam garantir coisas tão imprescindíveis quanto à possibilidade dos atendidos terem seu sofrimento escutado e validado, para então ser transformado.

## Referências Bibliográficas

- Broide, J., & Broide, E. E. (2016). *A psicanálise em situações sociais críticas: Metodologia clínica e intervenções* (2ª ed). São Paulo, SP: Escuta.
- Daher, A. C. B., Ortolan, M. L. M., Sei, M. B., & Victório, K. C. (2017). *Plantão psicológico a partir de uma escuta psicanalítica*. *Semina: Ciências Sociais e Humanas*, 38(2), 147-158. Recuperado de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/32074/23033>
- Lane, S. T. M. (2006). *O que é psicologia social* (7ª ed). São Paulo, SP: Brasiliense.
- Martín-Baró, I. (1996). *O papel do Psicólogo*. *Estudos de Psicologia*, 2(1), 7-27.
- Mori, V. D., & Rey, F. G. (2012). *A saúde como processo subjetivo: Uma reflexão necessária*. *Psicologia: teoria e prática*, 14(3), 140-152. Brasília. Recuperado de [http://www.fernandogonzalezrey.com/imagens/PDFs/producao\\_biblio/fernando/artigos/Saude\\_e\\_Subjetividade/A\\_saude\\_como\\_processo\\_subjetivo.pdf](http://www.fernandogonzalezrey.com/imagens/PDFs/producao_biblio/fernando/artigos/Saude_e_Subjetividade/A_saude_como_processo_subjetivo.pdf)
- Rey, F. G. (2007). *Psicoterapia, subjetividade e pós-modernidade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Santos, L. N., Mota, A. M. A., & Silva, M. V. O. *A dimensão subjetiva da subcidadania: Considerações sobre a desigualdade social brasileira*. (2013). *Psicologia: ciência e profissão*, 33(3), 700-715. Recuperado de <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a14.pdf>
- Santos, M. (1996). *O espaço geográfico, um híbrido*. In: *A natureza do espaço* (4ª ed). São Paulo, SP: Edusp.
- Vieira, É. D., & Romagnoli, R. C. (2019). *Acolhimento psicológico com sujeitos marginalizados: Tensões entre o tradicional e o instituinte*. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 71(1), 112-127. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.36482/1809-5267.ARB2019v71i1p.112-127>
- Wagner, G. (2002). *A clínica do sujeito: Por uma clínica reformulada e ampliada*. São Paulo, SP: Editora Hucetec.

## Anexo I – Memorial

Antes mesmo de qualquer intervenção, a demanda para o trabalho já era desafiadora: atender a população de um bairro dentre os mais violentos da capital de São Paulo de uma maneira que realmente produzisse transformações nesse cenário. Tarefa delicada que exigia, ao mesmo tempo, firmeza e sutileza. Mesmo com o tecido social bastante esgarçado, algo dos laços ainda permanecia nestes territórios. Como seria possível atuar nisso, então, de forma a assegurar direitos, com o máximo respeito às subjetividades que ali se encontravam?

Apoiados e apostando em nossas melhores ferramentas — uma escuta flutuante, livre de julgamentos, afiada às desigualdades sociais e que aposta na potência de fala dos sujeitos — fomos, aos poucos, nos transformando, ao longo de um ano e meio, de uma célula estrangeira em um dispositivo clínico reconhecido e viabilizado por falas como “meus colegas me contaram que aqui tinha ótimos psicólogos, então procurei. Precisava falar”.

Durante esse processo, esbarramos nos mais diversos obstáculos: institucionais, do território, pandêmicos, do abismo de classes sociais, dos diferentes modos de falar e ouvir, das diferenças entre ouvir e escutar, da estranheza que constitui nosso trabalho, da apropriação do espaço, da desconstrução de práticas psicológicas hegemônicas. A todo o momento, precisávamos nos manter atentos para sustentar o equilíbrio delicado de — apropriados dos saberes acadêmicos — fazer com que eles trabalhassem como o que os conduz e não os trava, como a carruagem, e não o cabresto.

Por vezes, escutar o sofrimento e a violência de tantas pessoas com direitos arrancados tornava difícil escapar do desejo de se esconder atrás do saber — das resistências em ouvir aquilo que traz impotência —, e, aqui, a ação dos supervisores e a troca entre a equipe eram fundamentais. Por vezes, era a possibilidade de agir e pensar coletivamente que, não só produzia as ideias que precisávamos, mas também impedia que nos perdêssemos, individualmente, em nossas angústias. Algo de um micro tecido social costurou-se entre nós, e da experiência dessa costura é que podíamos compreender outras tantas e trabalhar junto delas.

Não bastava instrumental teórico adequado, apenas. Foi preciso uma verdadeira imersão. Para entrar em contato com as veias abertas destes espaços, o corpo precisava estar presente, em carne e osso e alma. Com a pandemia, o trabalho remoto colocou uma nova questão: como abrir e co-criar esses respiros de vida em meio a tanta tragédia do outro lado de uma tela. Seguimos com a aposta de que os meses de trabalho haviam construído um vínculo entre equipe e território, de que estávamos plantando algo ali maior do que a prática cotidiana poderia visualizar (uma prática inovadora em psicologia). E as demandas que começávamos a receber eram um atestado de que agora já constituíamos um significativo relevante demais naquele meio para não tornar o trabalho cada vez mais concreto frente à materialidade irremediável de vidas vividas em miséria objetiva, mas não em miséria subjetiva.

Nota dos autores:

Todos os autores, atualmente, são membros da equipe SUR Psicanálise e Intervenção Social.

Sobre os autores:

### **Bianca S. Lapa**

Graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, é atualmente membro da SUR Psicanálise e Intervenção Social, onde atua em projetos de atendimento a população em situações de vulnerabilidade social e clínica pública. Psicóloga e psicanalista em consultório particular, integrou projeto Conectando mulheres – defendendo direitos em parceria com rede SUR e Instituto AMMA Psique e Negritude pela defesa de mulheres defensoras de direitos humanos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0908-6272>

*E-mail:* spinolabiancalapa@gmail.com

### **Marina B. Rogano**

Graduada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro da Rede Sur Psicanálise e Intervenção Social, na qual realiza atendimentos a população em situação social crítica e desenvolve dispositivos clínicos.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1547-6293>

*E-mail:* marinarogano@gmail.com

### **Carolina A. Rode**

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Realizou o Curso de Extensão "A construção de dispositivos psicanalíticos nas situações sociais críticas". Na área da saúde coletiva, é escritora do capítulo "E no meio do caminho teve uma pandemia... e sobre como estamos preparando nossos profissionais da saúde para trabalhar no mundo real", no livro intitulado "Dispositivos de cuidado e formação em saúde". Atua como psicóloga na SUR Psicanálise e Intervenção Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8018-1037>

*E-mail:* carolina\_cnb@hotmail.com

### **Alexandra W. Nigri**

Psicóloga graduada na PUC-SP. Coordenadora do Projeto Juntos (SUR), Psicoterapeuta de grupo no ambulatório para dependências químicas no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8941-4896>

*E-mail:* nigri.alexandra@gmail.com

### **Emília E. Broide**

Psicanalista, Mestre em Saúde Pública pela USP; Doutora em Psicologia Social pela PUC-SP. Pós-doutoranda em Psicologia Clínica pela USP. Supervisora e assessora nas áreas da saúde, assistência social e educação. Co-coordenadora da SUR Psicanálise e Intervenção Social. Autora de vários livros e artigos na área da psicanálise.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6992-8312>

*E-mail:* emilia\_bro@uol.com.br

**Gabriela Piccinin**

Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro da Rede SUR – Psicanálise e Intervenção Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4875-4990>

*E-mail:* gabipiccininn@gmail.com

**Helena B. G. Albuquerque**

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro da Equipe de Atendimento SUR – Psicanálise e intervenção Social.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7673-2396>

*E-mail:* helenabalbachevsky@gmail.com

**Jorge Broide**

Psicanalista, analista institucional, Mestre em Psicologia Clínica pela PUC de Campinas, Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP. Co-coordenador da SUR Psicanálise e Intervenção Social. Professor do Curso de Psicologia da PUC-SP, coordenador do curso de especialização Psicanálise nas situações Sociais Críticas no COGEAE da PUC-SP. Professor convidado do Curso de Pós-graduação em Psicologia Social da USP. Vários livros e artigos publicados no Brasil e na Argentina. Trabalha desde 1976 com diferentes situações sociais críticas.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5616-5312>

*E-mail:* jorgebro@uol.com.br

**Patrícia B. de Lima**

Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, membro da Equipe de Atendimento SUR – Psicanálise e intervenção social. Aprimoranda no Instituto Sedes Sapientiae, e acompanhante terapêutica pelo Instituto A Casa.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8051-7701>

*E-mail:* patriciabrandadelima@gmail.com

**Thiago E. Braga**

Psicólogo e Mestrando em Filosofia pela PUC-SP. Membro da rede SUR psicanálise.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9578-3017>

*E-mail:* tg.thiago@uol.com.br

**Ulisses A. M. Neto**

Psicólogo formado pela PUC-SP e psicanalista em formação pelo Instituto Sedes Sapientiae. Integrante do projeto SUR Psicanálise e Intervenção Social e psicoterapeuta na clínica particular.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1889-2735>

*E-mail:* ulissesamn@gmail.com

Contato com os autores:

Rua Ministro Godoy, 1270, Perdizes

São Paulo-SP, Brasil

CEP: 05015-001

Telefone: (11) 97370-5251

# COGNIÇÃO SOCIAL E HEURÍSTICAS: A INFLUÊNCIA DOS ESTEREÓTIPOS NA TOMADA DE DECISÃO

Adriana Leopoldina Nunes  
Universidade Brasil, São Paulo

Fábio Pinheiro Santos  
Universidade Brasil, São Paulo

---

## Resumo

O presente trabalho tem como objetivo analisar a influência dos estereótipos na tomada de decisão. Para isso foi aplicado um questionário com descrições de situações/perfis a um grupo de 30 pessoas, de sexo masculino e feminino e com idade média de 31,26 anos, desvio padrão 8,9. A análise de dados foi feita de forma descritiva. Os resultados mostraram que o uso da heurística de representatividade, pela maioria dos participantes, ocorreu tanto em situações de decisão em que envolve incerteza quanto uma que não envolve incerteza; esses achados podem contribuir para entender fenômenos sociais em que mesmo com informações suficientes, indivíduos se deixam levar por estereótipos para realizar julgamentos. Apesar de suas limitações, essa pesquisa contribui para a compreensão de diversos problemas sociais podem gerar algumas reflexões acerca dos temas de julgamento, decisão, estereótipos e cognição social. Além disso, pode trazer contribuições sobre suas implicações práticas e teóricas para a área clínica, acadêmica e social.

*Palavras-chave:* heurísticas; tomada de decisão; cognição social.

## Social Cognition and Heuristics: The Influence of Stereotypes on Decision Making

### Abstract

The present work aims to analyze the influence of stereotypes in decision making. For this, a questionnaire with descriptions of situations / profiles was applied to a group of 30 people, male and female, with an average age of 31.26 years. Data analysis was performed descriptively. The results showed that the use of the heuristic of representativeness, by the majority of the participants, occurred both in decision situations in which it involves uncertainty and one that does not involve uncertainty; these findings can contribute to understanding social phenomena in which even with sufficient information, individuals are led by stereotypes to judge social categories. Despite its limitations, this research contributes to the understanding of several social problems and can generate some reflections on the themes of judgment, decision, stereotypes and social cognition. In addition, it can bring contributions about its practical and theoretical implications for the clinical, academic and social areas.

*Keywords:* heuristics; decision making; social cognition.

## Cognición Social y Heurística: Las Influencia de Los Estereos em la Toma de Decisiones

### Resumen

El presente trabajo tiene como objetivo analizar la influencia de los estereotipos en la toma de decisiones. Para esto, se aplicó un cuestionario con descripciones de situaciones / perfiles a un grupo de 30 personas, hombres y mujeres, con una edad promedio de 31.26 años. El análisis de los datos se realizó de forma descriptiva. Los resultados mostraron que el uso de la heurística de la representatividad, por la mayoría de los participantes, se produjo tanto en situaciones de decisión en las que implica incertidumbre como en una que no implica incertidumbre; Estos hallazgos pueden contribuir a comprender los fenómenos sociales en los que, incluso con suficiente información, los individuos son guiados por estereotipos para juzgar las categorías sociales. A pesar de sus limitaciones, esta investigación contribuye a la comprensión de varios problemas sociales y puede generar algunas reflexiones sobre los temas de juicio, decisión, estereotipos y cognición social. Además, puede aportar contribuciones sobre sus implicaciones prácticas y teóricas para las áreas clínica, académica y social.

*Palabras clave:* heurística; toma de decisiones; cognición social.

---

## Introdução

A cognição social é um campo de pesquisa da Psicologia que surgiu em meados da década de 70. Representa uma abordagem conceptual e empírica genérica que procura compreender e explicar como as pessoas percebem a si próprias e aos outros, e como essas percepções permitem explicar, prever e orientar o comportamento social (Garrido, Azevedo & Palma, 2011).

A cognição social foi rapidamente incorporada, tanto teórica, quanto metodologicamente, em vários domínios da Psicologia. Barone, Maddux e Snyder (1997) sugerem que a cognição social atual evoluiu a partir de quatro grandes tradições em psicologia: a tradição gestaltista, a teoria social da aprendizagem, o construtivismo e a teoria do processamento de informação, sendo a esta última, a mais marcante no que se refere a constructos teóricos e metodológicos. Um aspecto intrínseco desta abordagem é que os estudos dos fenômenos sociais, como a formação de impressões, estereótipos e questões de personalidade, são realizados através da investigação das estruturas e processos cognitivos pelos quais operam (*e.g.*, Hamilton, Stroesser, & Driscoll, 1994; Sherman, Judd, & Park, 1989).

Os primeiros desenvolvimentos da cognição social foram marcados pela investigação dos fundamentos cognitivos dos fenômenos sociais, por meio do modelo do processamento da informação, assumindo que o indivíduo no contexto social é alguém que se encontra virtualmente embrenhado de alguma forma de informação. Partindo do princípio de que em qualquer circunstância cotidiana, a pessoa precisa dar atenção e codificar informações do contexto social, interpretar e elaborar essas informações através de processos avaliativos, inferenciais e atribucionais, representando esse conhecimento na memória para ser posteriormente recuperado e utilizado, em processos de pensamento e julgamento e para guiar o comportamento (Hamilton et al., 1994).

A teoria do processamento de informação usa como metáfora o computador para comparar a mente humana e também como ferramenta metodológica para simulações de processos cognitivos. A simulação é feita através de programas de computador para reproduzirem as diferentes fases de processamento da

informação, explorando o modo como a informação é processada não só por meio da aplicação das regras formais da lógica e da matemática, mas também pela aplicação de estratégias heurísticas, que consistem numa forma automática e irracional de tomar decisões (Newell & Simon, 1961).

A constante preocupação em identificar os mecanismos internos inerentes à cognição e ao comportamento conduziu ao interesse na utilização de medidas complementares como identificação de aspectos estado emocional, contexto, crenças, às medidas tradicionais da cognição social. Assim, novos paradigmas foram sendo formulados, como a Cognição Social Situada que questiona as concepções individualistas (Smith & Semin, 2004; 2007), sustentando que os processos sociocognitivos são permeáveis aos objetivos do percipiente social, de acordo com Sinclair e Kunda (1999), ao seu estado emocional na situação conforme DeSteno, Dasgupta, Bartlett e Cajdric, (2004), ao contexto comunicativo segundo Norenzayan e Schwarz (1999) e aos constrangimentos do próprio corpo (*e.g.*, Barsalou, 1999).

Por outro lado, as críticas de que Cognição Social Situada considera a atividade cognitiva restringida apenas aos outros agentes sociais e as situações, não considerando o próprio indivíduo, fez nascer um conjunto de metodologias que permitiam localizar e empreender uma avaliação compreensiva dos processos cerebrais subjacentes à cognição e comportamento social, e fundamentam hoje o que é chamado de Neurociências Sociocognitivas, que buscam estudar os mecanismos neuronais que estão subjacentes aos processos sociocognitivos (*e.g.*, Blakemore, Winston, & Frith, 2004). Assim, o que se conhece por Cognição Social, atualmente, dentro da Psicologia busca compreender os aspectos tanto sociais, como neurocognitivos dos indivíduos, dando a importância das suas particularidades, mas também ao contexto social no qual é inserido.

## Tomada de Decisão e Estereótipos

A teoria da racionalidade limitada, desenvolvida por Simon (1977), chamou atenção para as limitações dos processadores humanos de informação e dos constrangimentos, que a quantidade e diversidade

da informação e as capacidades de computação, limitadas impõem à tomada de decisão. Esta proposta veio a estabelecer determinados limites às concepções sociocognitivas sobre os processadores humanos de informação, supostamente dotados de racionalidade e de infinitas capacidades de processamento.

As pesquisas sobre tomada de decisão na década de 70 partiam do princípio de que o ser humano não é capaz de dominar a racionalidade, contrariando as concepções oriundas das pesquisas clássicas sobre tomada de decisão cuja origem foi nas Ciências Econômicas. Neste novo contexto a tomada de decisão é permeada pelo julgamento, que é considerado como a avaliação de duas ou mais opções, sendo tomada de decisão, a escolha realizada entre as alternativas dadas, sendo essas funções independentes e complexas, mas inter-relacionadas (Plous, 1993; Tversky & Kahneman, 1981).

Tversky e Kahneman (1974) trouxeram a ideia de que quando a pessoa tem que decidir, faz uso de dois sistemas cognitivos: um de funcionamento automático e rápido e outro de ação lenta e sistemática. Segundo os autores, esses dois sistemas se apoiam em um número limitado de atalhos cognitivos, heurísticas e vieses, que reduzem as tarefas complexas de avaliar probabilidades de valores a operações mais simples de juízo; esses atalhos são úteis, mas podem levar a erros graves e sistemáticos.

Plous (1993) conceitua as heurísticas como regras gerais de influência utilizadas pelos sujeitos para chegar aos seus julgamentos em tarefas decisórias de incerteza e os vieses como uma tendência a usar mais frequentemente determinadas heurísticas para decidir. O autor mostra como vantagens do uso de heurística e vieses a redução do tempo e dos esforços empreendidos para que sejam feitos julgamentos razoavelmente bons. Assim, as heurísticas são geralmente úteis, mas por serem um recurso automático podem levar a erros severos e sistemáticos de julgamento (Tversky & Kahneman, 1974).

Uma das heurísticas mais estudadas no processo das decisões é a heurística da representatividade, que segundo Kahneman (2012) funciona como uma comparação para avaliar se um alvo específico pertence à determinada categoria, por parecer típico ou representativo dela. Bazerman (1994) afirma que esse tipo

de heurística é uma forma de decisão enviesada por estereótipo, onde as bases do julgamento são modelos mentais de referência. Neste caso o representante é considerado um protótipo usado para representar categorias na tarefa de previsão sendo que a probabilidade, por exemplo, de um indivíduo pertencer a uma categoria específica é julgado pelo grau em que este indivíduo se assemelha, é representativo, ao estereótipo desta categoria (Frederik & Kahneman, 2005).

Embora estereotipar seja um processo cognitivo natural e crucial para o ser humano entender o mundo, esse processo também tem suas desvantagens. Os estereótipos funcionam como uma generalização de informações pré-concebidas que facilitam o processo de tomada de decisão que podem causar erros no processamento de informação, julgamento e decisão em relação às diversas categorias sociais.

Diversos autores têm mostrado a importância de se levar em conta os efeitos dos estereótipos nas mais diversas áreas em que é necessário tomar decisões como, em ambientes judiciais, organizacionais, de saúde, entre outros. (e.g., Alves, 2019; Gomide et al., 2010; Ramos & Felix, 2019). Assim, tornam-se cada vez mais necessário entender os processos cognitivos envolvidos no processo de tomada de decisão e as influências que os estereótipos podem ter sobre eles.

O ensaio realizado por Alves (2019) discorre sobre a importância de se avaliar a imparcialidade no julgamento de juízes, considerando que, um juiz como julgador e humano dotado de sistemas cognitivos automáticos e irracionais, pode não avaliar os casos apenas com base nos princípios do direito, mas ser influenciado por uma percepção estereotipada dos casos fazendo comparações com casos semelhantes. Além disso, ele aponta a influência de fatores internos e externos como influência da mídia, da opinião pública, preferências político-ideológicas e crenças pessoais, que podem funcionar como um viés cognitivo.

Já o estudo realizado por Gomide et al. (2010) mostrou resultados preliminares a respeito dos estereótipos dos profissionais de saúde, em relação a usuários de álcool. Mostrando a importância de se avaliar os estereótipos e outros componentes, como crenças e atitudes desses profissionais, para a melhoria dos serviços de saúde e do atendimento para essa população, com o propósito de garantir um atendimento igualitário

e aponta uma possível revisão na formação desses profissionais.

Neste sentido o estudo dos estereótipos torna-se importante para entender fenômenos cognitivos e sociais. Assim nesta pesquisa busca-se entender a relação entre estereótipos sociais e a tomada de decisão, buscando identificar através da aplicação de um questionário a um grupo de trinta pessoas, as justificativas de escolhas durante as situações de julgamento e decisão e sua relação com os estereótipos sociais. Estudos como esse se tornam importantes ferramentas para a compreensão de diversos problemas sociais como o preconceito e a discriminação em diversas esferas e contextos sociais e podem contribuir com algumas reflexões acerca dos temas de julgamento, decisão, estereótipos e cognição social.

## Método

### Participantes

A pesquisa foi composta por 30 participantes adultos de uma universidade particular e em uma escola estadual, na cidade de São Paulo, no estado de São Paulo, Brasil. A média das idades foi de 31,26 anos (desvio padrão 8,9). Sendo 66,66 % declarantes do sexo feminino e 33,33 % do masculino. Em relação à escolaridade 10% tinham ensino fundamental incompleto, 40% ensino médio incompleto, 30% superior incompleto e 20 % superior completo.

### Instrumentos

Para a realização da pesquisa utilizou-se de um questionário estruturado em duas questões, confeccionado pelos próprios pesquisadores exclusivamente para esta pesquisa. A questão um foi dividida em duas etapas, a primeira continha quatro perfis de profissionais: professor, médico, artista e vendedor; seguidos de alternativas com 40 possíveis características contemplando habilidades e competências (*e.g.* escreve bem, comunica-se bem, planejador, competente, etc.); personalidade (*e.g.* confiante, perfeccionista, empático, curioso, etc.) e aparência (*e.g.* baixo, jovem, indígena, asiático, gordo, magro, etc.) em que os participantes deveriam escolher quais delas achavam necessárias à cada perfil. As

alternativas não eram excludentes, os participantes poderiam marcar mais de uma alternativa.

Na etapa dois da primeira questão pediu-se que fosse marcado quais dos 4 perfis apresentados na primeira etapa merecia ser contratado para trabalhar formalmente em uma empresa e em seguida que justificassem sua decisão. O objetivo da primeira questão foi avaliar se as características escolhidas como necessárias aos perfis seriam usadas como um caminho cognitivo para a escolha do perfil merecedor de ser contratado ou como justificativa dessa escolha.

A questão dois também foi dividida em duas etapas, na primeira foram apresentados três perfis de alunos de Graduação em Mecatrônica de nomes Neji Harurki, Felipe Vila Verde e Maíra Muller eram participantes de um concurso de robótica. As características de formação universitária dos alunos eram idênticas, sendo que variaram apenas o sexo e a origem do sobrenome; pediu-se aos participantes que escolhesse qual deles era mais provável de ser o vencedor da competição. Em seguida, na segunda etapa da questão dois, pediu-se que justificassem o porquê da escolha na da etapa anterior. O objetivo foi de analisar quais critérios seriam usados para justificar a decisão em que um aluno que com a maior chance de ganhar a competição de robótica e ser contratado por uma empresa muito bem conceituada na área de Tecnologia e Inovação. Os três alunos tinham 24 anos e sempre tiveram boas notas durante toda a graduação, assim o único parâmetro que os participantes tinham para decidir quem seria o ganhador foram os nomes dos candidatos ou o sexo.

### Procedimentos

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética e aprovado com número de registro: 89291618.2000.5494. O contato com os participantes foi realizado pessoalmente durante intervalos de aulas em uma universidade particular e em uma escola estadual na cidade de São Paulo, Brasil. Os locais foram escolhidos por conveniência, facilidade de acesso e custo. Os maiores de dezoito anos, entre alunos e funcionários que aceitavam participar da pesquisa eram direcionados a uma sala afastada e tranquila para que pudessem se acomodar para responder o questionário. Antes de entregar o questionário aos participantes, era explicado sobre o

tema e os objetivos gerais da pesquisa e recolhidas às assinaturas do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), após a assinatura do termo era entregue o questionário. A duração média de aplicação do questionário foi estipulada para dez minutos.

### Análise de dados

Para a análise dos dados utilizou-se da estatística descritiva, fazendo-se uma análise quantitativa por meio da verificação de frequências das opções marcadas e das justificativas apresentadas pelos respondentes.

### Resultados

Na primeira etapa da questão um onde foi pedido para escolher as características que mais eram necessários a cada perfil (professor, médico, artista e vendedor)

as opções mais frequentemente marcadas para cada perfil podem ser observadas na Tabela 1.

As características com maior média ponderada nos 30 questionários foram selecionadas respeitando as áreas de personalidade, habilidades e competências e aparência para cada perfil. As alternativas mais frequentemente marcadas foram às relacionadas a habilidades, competências e personalidade enquanto as alternativas menos marcadas foram às relacionadas à aparência.

Na segunda questão, dos quatro perfis apresentados o mais escolhido foi o professor. O cálculo foi realizado de maneira percentual e as justificativas das escolas foram compiladas. A escolha do Professor foi feita por 56,66% e foi utilizada como justificativa com a visão de que o professor é um profissional dinâmico, humanista e que lida com vários tipos de situações em seu dia a dia e que é um profissional importante por formar outras profissões, e necessário para a melhoria da qualidade na educação. A escolha da figura do

Tabela 1.

*Frequência das características mais elencadas como necessárias de acordo com o perfil*

<b>Característica</b>	<b>Professor</b>	<b>Médico</b>	<b>Artista</b>	<b>Vendedor</b>	<b>Média Total</b>
Comunica-se bem	21	16	18	21	2,53
Atencioso	16	18	18	25	2,43
Dedicado	21	18	15	17	2,36
Organizado	22	12	12	18	2,13
Competente	16	20	14	15	2,16
Confiante	9	18	19	18	2,13
Sexo Feminino	9	4	5	6	0,80
Sexo Masculino	5	9	8	7	0,96
Criativo	15	5	19	17	1,86
Branco	6	6	5	2	0,63
Jovem	0	0	8	7	0,50
Baixo	5	3	4	3	0,50
Negro	2	6	2	3	0,43
Magro	1	5	2	4	0,40
Alto	3	4	3	4	0,46
Gordo	0	2	1	4	0,23
Pardo	0	2	2	3	0,23
Indígena	1	2	3	2	0,26
Oriental	0	2	2		

Médico foi justificada por 30,00%, por ser um profissional que cuida das pessoas e que é necessário para a qualidade da saúde, juntamente com a visão de que a saúde é uma riqueza. O perfil de Artista foi escolhido por 6,66% com a justificativa de que ele é um profissional versátil, que possui várias habilidades. Já o Vendedor foi escolhido por 6,66% com a justificativa de que é um profissional com habilidades na comunicação, com persuasão e criatividade.

Já na terceira questão foram apresentados três perfis de alunos de graduação em Mecatrônica,

participantes de um concurso de robótica. As opções com maior frequência de marcação foram os nomes Neji Haruyuki e Felipe Vila Verde, como mostrado na Figura 1.

Na quarta e última questão onde o participante deveria justificar o porquê da escolha na questão anterior, observa-se na Tabela 2 que as justificativas mais apontadas foram referentes aos nomes de origem asiáticos: (Neji Haruyuki) e europeu (Maira Muller). Para o primeiro nome as escolhas foram justificadas, segundo os participantes, por ser um nome de origem oriental,

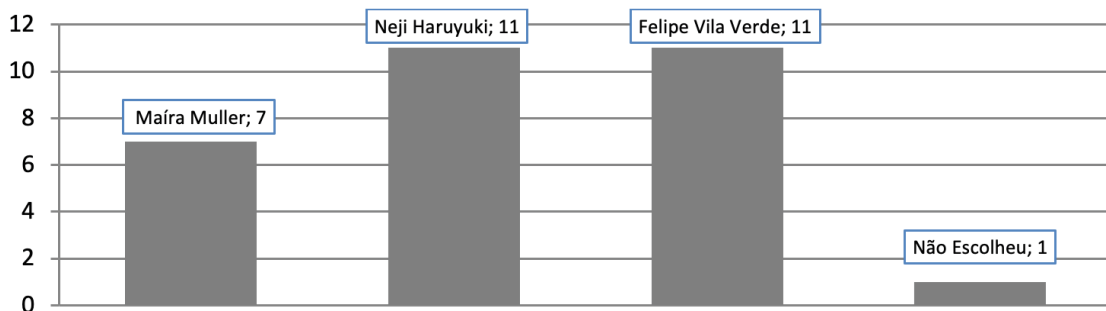


Figura 1. Número de marcações em relação aos nomes apresentados.

Tabela 2.

*Justificativas baseadas em estereótipos em relação com as justificativas não baseadas em estereótipos*

Justificativas	%
<b>Justificativas baseadas em estereótipos</b>	
Escolheu por ser sobrenome oriental;	33,33%
Orientais são mais inteligentes e estudiosos;	
São melhores com a tecnologia	
Escolheu por ser mulher; Mulher é mais perfeccionista;	30,00%
As mulheres estão mais independentes e ocupando novos espaços	10%
Escolheu pela origem do nome e pela ideia, imagem que representa	3,33%
Escolheu por ser homem; área de tecnologia é mais comum para homens	
<b>Justificativas não baseadas em estereótipos</b>	
Decidiu, mas não justificou.	20,00%
Não escolheu, mas justifica que as informações são incompletas e superficiais demais;	6,66%
Não dá para escolher apenas pelo nome	
Escolheu por instinto	6,66%
Não sabe exatamente porque escolheu	3,33%
Escolheu qualquer um, pois as informações não são suficientes para uma escolha específica.	3,33%

por asiáticos serem mais inteligentes e melhores em tecnologia. Já no segundo nome as justificativas não foram relacionadas à origem do nome, mas sim pelo sexo, foi escolhida por ser mulher, por que mulheres são mais perfeccionistas, ou porque as mulheres estão mais independentes e ocupando novos espaços.

## Discussão

Na primeira situação em que foram apresentadas 40 características que englobam tanto habilidades, competências, características de personalidade e de aparência e pedir para escolher quais delas seriam mais necessárias aos quatro perfis, notou-se que características de personalidade, habilidades e competência (*e.g.* atencioso 80% e comunica-se bem 80%) foram mais frequentemente marcadas do em comparação com as características físicas e de aparência (*e.g.* Oriental, Asiático aproximadamente 5%).

Ainda nessa questão perfil escolhido como mais merecedor de ser contratado foi o do Professor. Os participantes que decidiram baseados nas características que eles mesmos elencaram como mais importantes para o perfil escolhido foi à minoria, a maior parte justificou suas decisões com ideias subjetivas sobre como o profissional deveria atuar, com base na afinidade pela profissão, com base na importância da profissão, assim, mesmo tendo como decidir as características ideais para cada perfil, ao fazê-lo, não as utilizaram como parâmetros de decisão.

Segundo Tversky e Kahneman (1974) as pessoas se utilizam de dois sistemas cognitivos: um de funcionamento automático e rápido (Sistema I) e outro de ação lenta e sistemática (Sistema II). Essa questão foi elaborada de forma que a decisão, a princípio não envolvesse incerteza, pois os próprios participantes poderiam eleger os parâmetros de seus julgamentos, utilizando-se do Sistema II, de avaliação sistemática e lenta. Mas ao decidir, percebeu-se que a maioria não levou em conta esses parâmetros que elencaram como sendo necessários a cada perfil, se utilizando de estereótipos como uma forma de decidir e justificar. Para Bazerman (1994) os estereótipos são comparados com as heurísticas, funcionando como um viés de julgamento sendo que a

utilização desse tipo de caminho cognitivo automático e rápido é esperada em situações que envolvem condições de incerteza.

Era esperado que o sistema lento e sistemático prevalecesse nas três etapas da questão, mas ocorreu que na segunda e terceira etapas houve a substituição da análise sistemática pelo uso da heurística de representatividade, mesmo quando o participante detinha todas as informações, estas que ele mesmo havia elencado como importantes. Simon (1997) já havia chamado atenção para as limitações dos processadores humanos de informação, afirmando sobre os constrangimentos que a quantidade e diversidade da informação podem estabelecer limites do processamento de informação humana.

Assim, o uso de um sistema cognitivo lento e sistemático na primeira parte da questão não interferiu nos resultados na segunda e terceira etapas onde era esperada essa interferência. Mesmo com um julgamento bem estabelecido previamente, no momento da decisão, a maioria fez uma decisão enviesada utilizando estereótipos como heurísticas de julgamento.

Na última questão do questionário o objetivo foi de analisar quais critérios seriam usados para justificar a decisão em que um aluno que com a maior chance de ganhar a competição de robótica e ser contratado por uma empresa muito bem conceituada na área de Tecnologia e Inovação. Os três alunos tinham 24 anos e sempre tiveram boas notas durante toda a graduação, assim o único parâmetro que os participantes tinham para decidir quem seria o ganhador foram os nomes dos candidatos ou o sexo.

Os nomes com maior frequência de marcação foram Felipe Vila Verde (36,66%) e Haruyuki (36,66%), em último lugar ficou o nome Máira Muller com 23,33%. As categorias mencionadas para justificar as escolhas, na segunda parte desta questão, demonstram que a decisão, na maioria das vezes, foi baseada em ideias próprias dos participantes em relação aos estereótipos relacionados à origem dos nomes e aos gêneros feminino e masculino.

Já na segunda etapa dessa questão, os participantes não tinham controle sobre o nível e quantidade das informações, pois elas foram previamente dadas a eles, mas a informações fornecidas não poderiam servir como parâmetro para comparação já que as

características eram exatamente iguais para os três perfis. Assim, os participantes tinham que escolher sob condições de incerteza, apenas com base nos nomes apresentados nas alternativas, pois o restante da descrição era idêntico para os participantes da competição. Era esperado que os participantes fizessem o uso do sistema II, de análise lenta e sistemática para seu julgamento e decisão, mas apenas aproximadamente 20% admitiram que não sabiam como escolher; se negaram a fazer uma escolha apenas com base no nome ou alegaram que as informações eram incompletas e superficiais.

Os aproximadamente 80% restante, fizeram a escolha pelo uso do Sistema I, de análise rápida e automática; maioria decidiu entre os dois perfis masculinos, sendo um de origem asiática e o outro latino, mas a justificativas baseadas em estereótipos foram mais frequentes para os nomes de origem asiática e europeia, sendo que neste último, eram referentes ao fato de o nome ser feminino e não especificamente pela origem do nome de fato.

Frederik e Kahneman (2005), já mostravam que a eleição de um representante geralmente é feita para representar uma categoria em situações de decisão sobre incerteza. Nesses casos, um protótipo geralmente é usado na previsão da probabilidade de um indivíduo pertencer a uma categoria específica julgando-o pelo grau em que se assemelha ao estereótipo desta categoria. Em conformidade com os autores, por não terem parâmetros e descrições profundas dos perfis a maioria dos participantes justificou a escolha do nome através do sistema de crenças automáticas, neste caso, a heurística da representatividade que segundo Kahneman (2012) funciona como uma comparação para avaliar se um alvo específico pertence à determinada categoria, por parecer típico ou representativo dela. Assim nesta última questão o sistema de análise sistemática não chegou a ser utilizado pela maioria dos participantes, ocorrendo novamente o uso do estereótipo como um parâmetro heurístico de julgamento e decisão.

## Considerações finais

O uso da heurística de representatividade, pela maioria dos participantes, mesmo em situações de

decisão em que não envolveu incerteza, pode contribuir para entender melhor fenômenos sociais em que mesmo com informações suficientes. Indivíduos se deixam levar por estereótipos para julgar categorias sociais.

Além disso, levanta a hipótese de que a tomada de decisão é um processo cognitivo, no qual a quantidade e o nível de informação, podem não ser um fator determinante ou não ter forte influência no uso de estereótipos, como uma forma heurística e enviesada de julgamento e decisão.

Deve-se ressaltar a complexidade do fenômeno estudado e levar em conta aspectos sustentados pela Cognição Social Situada, lembrando que os processos cognitivos são permeáveis aos objetivos do percipiente social ao seu estado emocional na situação ao contexto comunicativo e aos constrangimentos do próprio corpo.

Dentre as limitações dessa pesquisa ressaltam-se número amostral pequeno e a utilização de um instrumento de pesquisa não validado (questionário confeccionado pelos próprios pesquisadores exclusivamente para essa pesquisa). Mesmo diante dessas limitações, foi possível obter dados preliminares sobre a relação entre estereótipos sociais e sua influência no processo cognitivo da tomada de decisão. Assim, fica aqui um campo a ser explorado em pesquisas futuras.

Estudos como esse que levam em conta o uso de estereótipos na tomada de decisão, tornam-se relevantes para entender fenômenos cognitivos complexos como a formação de primeiras impressões, estereótipos e questões de personalidade e problemas sociais como o preconceito e a discriminação. Assim os resultados aqui obtidos podem gerar algumas reflexões acerca dos temas de julgamento, decisão, estereótipos e cognição social.

Ressalta-se também a importância de se submeter às hipóteses aqui testadas aos procedimentos da Neurociência Cognitiva que vem contribuindo cada vez mais para o entendimento do processo decisório humano.

## Referências

- Alves., R. M. I. (2019) A teoria da decisão judicial: como os juízes julgam? *Arch Health Invest* 8(4),210-216. doi:10.21270/archi.v8i4.4678.

- Bazerman, C. (1994). Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions. In: A. Freedman, & P. Medway. *Genre and the new rhetoric* (pp. 79-101). London: Taylor e Francis.
- Barone, D. F., Maddux, J. F., & Snyder, C. R. (1997). *Social cognitive psychology: History and current domains*. New York: Plenum Publishing Corporation.
- Barsalou, L. W. (1999). Perceptual symbol systems. *Behavioral and Brain Sciences*, 22, 577-660.
- Blakemore, S. J., Winston, J., & Frith, U. (2004). Social cognitive neuroscience: Where are we heading? *Trends in Cognitive Sciences*, 8, 216-222.
- DeSteno, D., Dasgupta, N., Bartlett, M. Y., & Caidric, A. (2004). Prejudice from thin air: The effect of emotion on automatic intergroup attitudes. *Psychological Science*, 15, 319-324.
- Garrido, M.V., Azevedo, C., & Palma, T. (2011). Cognição social: Fundamentos, formulações actuais e perspectivas futuras. *Psicologia* [online], 25(1), 113-157.
- Gomide, P. H., Lopes, M. T., Soares, G. R., Silveira, S. P., Bastos, R. R., & Ronzani, M. T. (2010). Estereótipos dos profissionais de saúde em relação a alcoolistas em Juiz de Fora-MG, Brasil. *Psicologia: Teoria e prática*, 12(1), 171-180.
- Hamilton, D., Stroesser, S., & Driscoll, D. (1994). Social cognition and the study of stereotyping. In P. Devine, D. Hamilton & T. Ostron (Eds.), *Social cognition: impact on social psychology* (pp. 292-323). San Diego, Ca: Academic Press.
- Kahneman, D., & Frederick, S. (2005). *A Model of Heuristic Judgment*. In K. J. Holyoak & R. G. Morrison (Eds.), *The Cambridge handbook of thinking and reasoning* (p. 267-293). Cambridge University Press.
- Kahneman, D. (2012). *Rápido e Devagar, Duas Formas de Pensar*. Tradução Cássio de Arantes Leite. São Paulo: Objetiva.
- Newell, A., & Simon, H. A. (1961). Computer simulation in human thinking. *Science*, 134, 2011-2017.
- Norenzayan, A., & Schwarz, N. (1999). Telling what they want to know: Participants tailor causal attributions to researchers' interests. *European Journal of Social Psychology*, 29, 1011-1020.
- Plous, S. (1993). *The psychology of judgment and decision making*. New York: McGraw-Hill.
- Ramos, A. M., & Felix, B. (2019). Efeitos do Gênero sobre a Decisão de Contratação e Promoção de Líderes. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 18(1), 71-89.
- Simon, H. (1997). *Models of Bounded Rationality* (Vol. 3). Cambridge, MA: MIT Press.
- Sinclair, L., & Kunda, Z. (1999). Reactions to a Black professional: Motivated inhibition and activation of conflicting stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 885-904.
- Sherman, S. J., Judd, C. M., & Park, B. (1989). Social cognition. In M. R. Rosenzweig, & L. W. Porter (Eds.), *Annual review of psychology*, (Vol. 40, pp. 281-326). Palo Alto: Annual Reviews, Inc.
- Smith, E. R., & Semin, G. R. (2004). Socially situated cognition: Cognition in its social context. *Advances in Experimental Social Psychology*, 36, 53-117.
- Smith, E. R., & Semin, G. R., (2007). Situated Social Cognition. *Current Directions in Psychological Science*, 16, 132-135.
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1974). Judgment under Uncertainty, Heuristics and Biases: Biases in judgments reveal some heuristics of thinking under uncertainty. *Science*, (Vol. 185, pp.1124-1131).
- Tversky, A., & Kahneman, D. (1981). The framing of decisions and the psychology of choice. *Science*, 211 (4481), 453-458.

Recebido em: 31/03/2020  
 Reformulado em: 16/08/2020  
 Aceito em: 26/09/2020

Nota dos autores:

Agradecimento: PICT – Universidade Brasil – Campus Itaquera – São Paulo – SP.

Sobre os autores:

### **Adriana Leopoldina Nunes**

Graduada em Psicologia pela Universidade Brasil, pós-graduanda em Análise do Comportamento Aplicada ao TEA e Psicóloga Clínica. Durante a graduação foi bolsista de iniciação científica, tendo desenvolvido pesquisa sobre heurísticas de decisão e estereótipos sociais. Atualmente atua na área clínica no atendimento às crianças autistas. Interessa-se pelas abordagens cognitivas e comportamentais, com foco nos temas: autismo, julgamento, decisão, escolha, ilusão de controle, comportamento supersticioso, autocontrole e compromisso.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9015-3486>

*E-mail:* [adriana.nunes73@yahoo.com](mailto:adriana.nunes73@yahoo.com)

### **Fábio Pinheiro Santos**

Mestre em Psicologia da Saúde (2006) e bolsista Capes, pela Universidade Metodista. Especialista em Psicopedagogia (2010) pela Universidade Cruzeiro do Sul. Possui Licenciatura, Bacharelado e formação Clínica em Psicologia pela Universidade Camilo Castelo Branco (2003), durante a graduação foi bolsista na Iniciação Científica - Unicastelo. Possui experiência nas áreas: Clínica, Institucional e Social. Atua com os públicos: famílias em situação de vulnerabilidade social, mulheres vítimas de violência doméstica, adolescentes grávidas e jovens mães, adolescentes com medidas protetiva e socioeducativas em projetos sociais. Atua no Terceiro Setor como consultor. Possui experiência como Professor e Supervisor clínico. É orientador de TCC, professor e tutor em disciplinas do curso de EaD 20% e 100% na Universidade Brasil. É Membro do Núcleo Docente Estruturante – NDE e do colegiado do Curso de Psicologia, na Universidade Brasil do Campus São Paulo. Atua também como psicólogo clínico e supervisor na abordagem TCC desde 2004 em clínica particular.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4102-6840>

*E-mail:* [fabiopps@yahoo.com.br](mailto:fabiopps@yahoo.com.br)

Contato com os autores:

Rua Carolina Fonseca, 584, Itaquera  
São Paulo-SP, Brasil  
CEP: 08230-030

# RELIGIOSIDADE E SATISFAÇÃO CONJUGAL: PERCEPÇÕES DE CASAIS EVANGÉLICOS

Morgana Sanderi dos Santos  
IMED, Rio Grande do Sul, Brasil

Susana Konig Luz  
Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil

João Lucas Dias-Viana  
Universidade São Francisco, São Paulo, Brasil

---

## Resumo

Este estudo investigou a percepção de casais evangélicos acerca de como a religião interferiu na decisão de casar e na satisfação conjugal. Participaram da pesquisa 5 casais heterossexuais, totalizando 10 pessoas, com idades variando de 35 a 68 anos ( $M = 52,20$ ;  $DP = 11,11$ ), que estavam casados ou em união estável há mais de 10 anos. Foi utilizado na coleta de dados um questionário sociodemográfico e uma entrevista semiestruturada. Os resultados indicaram a função socializadora religião, bem como normatizadora da moralidade cristã, estabelecendo o casamento como um ideal e preconizando o sexo após o casamento. Quanto à satisfação conjugal, os participantes afirmaram que a religião auxilia na manutenção da união amorosa, mas também foi evidenciada a importância da comunicação, da boa convivência e da empatia com o cônjuge. Com base nos resultados deste estudo, foi possível observar que os casais possuem a percepção de que a religião os auxilia a manter o casamento, bem como no enfrentamento de adversidades.

*Palavras-chave:* casamento; crenças religiosas; relações conjugais; relações familiares; valores sociais.

## Religiosity and Marital Satisfaction: Perceptions of Evangelical Couples

### Abstract

This study investigated the perception of evangelical couples about how religion interfered in the decision to marry and in marital satisfaction. Five heterosexual couples participated in the research, a total of 10 subjects, with ages ranging from 35 to 68 years old ( $M = 52.20$ ;  $SD = 11.11$ ), who had been married or in a stable relationship for more than 10 years. In the data collection, a sociodemographic questionnaire and a semi-structured interview were used. The results indicated the socializing function of religion, as well as the normatization of christian morality, establishing marriage as an ideal and advocating sex after marriage. As for marital satisfaction, the participants stated that religion helps to maintain a loving union, but the importance of communication, good coexistence and empathy with the spouse was also evidenced. Based on the results of this study, it was possible to observe that couples have the perception that religion helps them to maintain their marriage as well as to face adversity.

*Keywords:* marriage, religious beliefs; marital relations; family relations; social values.

## Religiosidad y Satisfacción Marital: Percepciones de las parejas evangélicas

### Resumen

Este estudio investigó la percepción de las parejas evangélicas sobre cómo la religión interfería en la decisión de casarse y en la satisfacción marital. En la investigación participaron cinco parejas heterossexuales, un total de 10 personas, con edades entre 35 y 68 años ( $M = 52,20$ ;  $DT = 11,11$ ), que llevaban más de 10 años casadas o en relación estable. En la recolección de datos se utilizó un cuestionario sociodemográfico y una entrevista semiestruturada. Los resultados indicaron la función socializadora de la religión, así como la normatización de la moral cristiana, estableciendo el matrimonio como un ideal y defendiendo el sexo después del matrimonio. En cuanto a la satisfacción conyugal, los participantes manifestaron que la religión ayuda a mantener una unión amorosa, pero también se evidenció la importancia de la comunicación, la buena convivencia y la empatía con el cónyuge. Con base en los resultados de este estudio, se pudo observar que las parejas tienen la percepción de que la religión les ayuda a mantener su matrimonio así como a enfrentar la adversidad.

*Palabras clave:* matrimonio, creencia religiosa; relaciones conyugales; relaciones familiares; valores sociales.

---

## Introdução

A religião é um dos aspectos mais importantes da existência do indivíduo, uma vez que para as pessoas que possuem alguma crença, os diversos aspectos da vida pessoal/comunitária são influenciados pelos valores da fé (Marinho & Ecco, 2020). O comportamento religioso estabelece um núcleo significativo no modo de viver, faz com que os sujeitos percebam as suas vidas com maior valor (Abeyta & Routledge, 2018). Em concordância, Rojan (2020) afirma que esses comportamentos influenciam nos valores morais do indivíduo, no modo como compreende o mundo, como observa a si mesmo, como se relaciona com os outros e como toma suas decisões.

A religiosidade é institucionalizada por meio da religião, uma vez que esta possibilita o indivíduo buscar e expressar seus valores transcendentais, criam tradições, rituais, símbolos e doutrinas (Inoue & Vecina, 2017). Esse aspecto socialmente normatizador da doutrina faz com que a pessoa que se considera devoto, seja influenciada pelos valores normativos de “certo e errado”, o que pode e o que não pode ser feito, impondo à obediência ao cumprimento da tradição e de dogmas (Carvalho, Faria, Lisboa, Silva, & Alencar, 2020). Assim, a religião se estabelece como um sistema de crenças, e se caracteriza por valores e rituais a serem praticados por uma comunidade. A religiosidade, por sua vez, é formada mediante os comportamentos do indivíduo relativos as suas crenças, os quais poderão, ou não, serem baseados em uma religião, uma vez que existe a probabilidade de o sujeito ter religiosidade e não dispor de uma religião (Tavares, Valente, Cavalcanti, & Carmos, 2016).

Mattis e Jagers (2001) referem-se à definição de religiosidade como a aderência de crenças e costumes de uma religião, igreja ou instituição. No entanto, Frankl (2002) afirma que a religiosidade não é necessariamente a escolha por uma crença religiosa, mas sim um dos possíveis modos de o ser humano alcançar o seu sentido para a vida. O referido autor explica que a busca por sentido existencial é um desejo das pessoas. O sentido que cada indivíduo dá a sua vida está submetido à maneira como reage aos acontecimentos vividos. Frankl (2002) também afirma que a pessoa manifesta

sua humanidade na procura do sentido da vida, na autonomia de desejar uma significação para o seu existir. Devido a sua busca pelo sentido na vida, procura-se encontrar motivos para a existência, buscando o seu significado, por exemplo, na religião, a qual estabelece crenças e ritos, e que transferem a um ser superior a responsabilidade por explicar aquilo que da vivência humana é difícil de ser compreendido.

Como destacado anteriormente, tanto a religião quanto a religiosidade afetam os valores morais do indivíduo, o modo como vê o mundo e como se relaciona com as pessoas. O ser humano possui natureza social. Desse modo, possui como necessidade básica estar na companhia de outras pessoas. Dessa vontade significativa de estar em união social, são estabelecidas relações fraternais, familiares e românticas.

Do desejo por experienciar sentimentos de intimidade e de amor ao longo da vida as pessoas assumem compromissos, o casamento é o fenômeno social mais tradicional que oficializa essas relações amorosas (Alves-Silva, Scorsolini-Comin, & Santos, 2017; Fonseca & Duarte, 2014). Este fenômeno é determinado por disposições afetivas, valores morais e religiosos. O estabelecimento de uma união amorosa é um processo que abrange expectativas de satisfação, bem-estar e felicidade. De acordo com Jablonski (2011), o casamento é associado à felicidade, e tem como status um dos vínculos mais desejados por grande parte das pessoas. Na contemporaneidade, a conjugalidade é estimulada por razões de afeição, afinidade com o(a) parceiro(a) e proximidade, e se caracteriza como uma escolha da própria pessoa (Coutinho & Menandro, 2010; Hou, Jiang, & Wang, 2018). Cabe destacar que embora o casamento seja a forma mais tradicional da conjugalidade, a compreensão deste conceito não é restrita apenas ao estado civil de casado, compreende outras formas de união de amorosa mais informais, como a união estável.

Assim, a conjugalidade corresponde a decisão de pessoas distintas compartilhar uma história de vida, com base em uma relação amorosa. Féres-Carneiro (2003) define como uma relação de profundo significado na vida das pessoas, envolvendo alto grau e intenso investimento afetivo, tendo como resultado desse vínculo, a segurança emocional. Portanto, ao adquirir suporte e fortalecimento emocional, os parceiros são capazes de sentirem-se confiantes, leais e respeitosos em suas

uniões. Nos relacionamentos conjugais mais duradouros, sentimentos como afeto, respeito, cumplicidade, amor e companheirismo, são imprescindíveis para garantir a qualidade da relação, bem como os fatores intimidade, sexo e atenção (Simões & Both, 2013).

Mesmo sendo associados ao conceito de felicidade, vínculo indissolúvel e romantismo, a união amorosa entre pessoas passa por situações de tensão e conflitos. No entanto, a compreensão positiva ou negativa da crise conjugal é proveniente da capacidade do casal em lidar com as desavenças, divergências e discórdias que poderão surgir na dinâmica conjugal (Fonseca & Duarte, 2014). Os fatores que melhor auxiliam o casal a lidar com a estabilidade conjugal são o comprometimento com a relação e a determinação em permanecerem juntos (Rizzon, Mosmann, & Wagner, 2013).

Para além desses fatores, em um estudo realizado com casais que estão em um casamento de longa duração, Alves-Silva et al. (2017) afirmaram que os aspectos de religiosidade e espiritualidade também são estratégias importantes para a manutenção e enfrentamento das dificuldades da união conjugal ao longo dos anos. Devido à crença religiosa, os casais concedem uma importância transcendental à relação, considerando o casamento como um rito dentro da tradição religiosa. Existe uma significativa influência da doutrina e dos preceitos religiosos para com o casamento, como a indestrutibilidade do vínculo firmado diante da comunidade e instituição religiosa. Segundo os autores, o comprometimento com os preceitos religiosos faz com que o casal aplique os valores eclesiais para a resolução de conflitos. Além dos aspectos doutrina, também são importantes a confiança, o cuidado mútuo, a segurança emocional, o diálogo e a dedicação, fatores que favorecem a manutenção do casamento.

Alves-Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2016) destacam o contentamento com a relação conjugal como uma importante variável para a manutenção da afetividade entre o casal em relacionamentos de longa duração. Os autores destacam como motivos para a manutenção da relação conjugal de longa duração: a confiança de que o casamento é uma cooperação para toda a vida; o amor que existe entre os cônjuges; o comprometimento que cada membro do casal sente um pelo outro; a influência causada por uma crença religiosa; a

importância do cuidado com os filhos, entre outros. Os autores destacam que a satisfação conjugal não é algo apenas do casal, mas também de cada uma das pessoas que integram a relação, uma vez que cada cônjuge pode possuir formas distintas de julgar o que é ou não satisfatório no relacionamento.

A satisfação de ambos os cônjuges se dá pelo fato de a conjugalidade ser um sistema vivido a dois, em que o conhecimento e a experiência de cada companheiro irão influenciar na vivência do outro. Deste modo, mesmo que os cônjuges tenham percepções e concepções diferentes para as experiências e acontecimentos que compartilham em sua relação, quando um deles não estiver satisfeito com a vida de casal, irá de alguma maneira ter um efeito na satisfação do outro (Costa, 2017). Portanto, a satisfação conjugal é uma definição que reporta a uma avaliação pessoal e subjetiva no que diz respeito à relação, de acordo com que cada cônjuge experiencia o relacionamento (Karney & Bradbury, 2020). Norgren (2004) afirma que é uma definição subjetiva, resultante de ter os próprios desejos e necessidades satisfeitos, bem como retribuir, em igual forma ou não, àquilo que o outro tem como expectativa, a partir de uma relação mútua e espontânea.

O contentamento com a união amorosa está associado a sentimentos de felicidade, ao amor, a expressividade emocional, a comunicação, a sexualidade, a intimidade emocional e o bem-estar, sendo influenciado pelas habilidades empáticas e assertivas que cada cônjuge possui para com o outro na vida em geral. Desse modo é uma condição significativa na relação conjugal. (Fonseca & Carvalho, 2016; Martins, 2015). Entretanto, Gomes (2016), reconhece que os componentes da satisfação são diferenciados entre os sexos, uma vez que os homens parecem colaborar mais para a satisfação das mulheres que o contrário, visto que, os homens vêm a sua relação conjugal mais positivamente, enquanto as mulheres exigem mais da conjugalidade

A definição de satisfação conjugal é crucial na conjuntura das relações amorosas e está elencado como sentimento de bem-estar mútuo, contentamento, companheirismo, afeto e segurança, tornando possível a evolução da proporção de intimidade entre o casal, a qual está relacionada à adaptação entre as expectativas e aspirações de ambos, e a realidade que é vivida de fato (Norgren, Souza, Kaslow, Hammerschmidt,

& Sharlin, 2004). A relação conjugal necessita de dedicação, paciência, constância, comprometimento, cumplicidade, respeito e apoio mútuo, posto que as expectativas e crenças que são levadas para a relação, são confrontadas em todo momento, e a satisfação conjugal almejada se dará gradativamente a partir dos dados do cotidiano e da construção de habilidades interpessoais e sociais de cada companheiro. Os casais, na qualidade de cúmplices um do outro na relação, sentem-se seguros e fortalecidos para o enfrentamento das crises (Hilpert et al., 2018).

Norgren et al. (2004), ao investigar a satisfação conjugal em casamentos de longa duração, encontraram relação significativa entre o construto e ser praticante da religião cristã católica. Além disso, os principais preditores da satisfação conjugal foram: proximidade, resolução de problemas, coesão, comunicação, *status* econômico e ser praticante de uma religião. Assim, o discurso religioso e a internalização de valores cristãos auxiliariam os casais na manutenção do casamento, compreendendo-o como indissolúvel, com o qual o casal deve se comprometer pela vida toda.

Por meio da religião, o casamento alcança um sentido existencial, possibilitando que os valores sagrados estejam presentes na relação, manifestando-se em boas ações, na lealdade e nos cuidados com o(a) companheiro(a), e a tolerância com as frustrações da rotina. A crença nos princípios conservadores auxilia a concretizar a concordância do casal fazendo com que se

sintam ligados a uma dimensão transcendental da vida (Alves-Silva et al., 2017). Desse modo, a religiosidade e a convicção religiosa corroboram com o compromisso diante do casamento enquanto instituição e relacionamento (Norgren et al., 2004).

Assim, de acordo com os dados do último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), tendo em vista o aumento crescente da população evangélica nas últimas décadas no Brasil, e a importância desse aspecto para a conjugalidade, esta pesquisa buscou compreender de que modo a religião influencia na satisfação conjugal de casais evangélicos. Para tanto, foram investigadas três categorias principais: a influência da religião na vida dos participantes, na decisão de casar-se e na satisfação conjugal.

## Método

### Participantes

Participaram desta pesquisa cinco casais heterossexuais, totalizando 10 pessoas, com idades variando de 35 a 68 anos ( $M = 52,20$ ;  $DP = 11,11$ ), residentes na cidade de Passo Fundo. Quanto ao tempo de relacionamento, os participantes estavam casados ou em união estável há mais de 10 anos. Todos os participantes afirmaram ser protestantes. Os dados sociodemográficos podem ser vistos na Tabela 1.

Tabela 1.  
*Características sociodemográficas dos participantes*

Categoria	Casal 1		Casal 2		Casal 3		Casal 4		Casal 5	
Sexo	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M
Idade	35	37	54	60	54	58	43	49	64	68
Tempo de Casado	12 anos		33 anos		34 anos		24 anos e 8 meses		48 anos	
Casado(a) anteriormente	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Quantidade de Filhos	3		3		2		2		6	
Trabalha	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Sim
Renda do casal	R\$2.700,00		R\$15.000,00		R\$6.438,00		R\$6.000,00		R\$9.500,00	
Tempo de crença religiosa (anos)	35	03	54	15	54	58	43	49	64	68

## Instrumentos

Foi utilizado um questionário sociodemográfico composto por 10 questões, com objetivo de obter dados relacionados ao tempo de relacionamento, situação conjugal, renda familiar, quantidade de filhos e o tempo de religião professada. Também foi utilizada entrevista semiestruturada contendo sete questões abertas, que abordavam os temas centrais desta pesquisa. São exemplos de questões: “Como conheceu seu/sua marido/esposa?”; “O quanto a religião é importante para você?”; “Você se considera satisfeito em seu relacionamento?”; “Em sua opinião, a religiosidade influencia nesta satisfação?”; “A religiosidade influenciou na decisão de se casar?”.

## Procedimentos

A presente pesquisa foi aprovada por um Comitê de Ética em Pesquisa de uma universidade localizada no Estado do Rio Grande do Sul (CAAE: 92650418.1.0000.5319). Após aprovação, os participantes foram convidados a participar da coleta de dados por meio da rede de contato pessoal dos pesquisadores. As entrevistas foram realizadas com cada casal em horário previamente agendado. Os participantes foram informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em seguida, responderam ao questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada. Ademais, as entrevistas foram gravadas em áudio com a autorização dos participantes. Após a transcrição, os arquivos de áudio foram degravados. Cada entrevista teve duração média de 20 minutos.

## Análise de Dados

Após a realização das entrevistas, as mesmas foram submetidas à análise, de acordo com a metodologia proposta por Bardin (2011). Para isso, após a leitura dos dados, seguiu-se os procedimentos da divisão do conteúdo em unidades de texto, posterior agrupamento e categorização semântica, e atribuição de significados às categorias.

## Resultados

Considerando os objetivos deste estudo e a leitura dos dados coletados, foram definidas três categorias

de análise, a saber: “Importância da religião na vida”; “religião e a decisão de casar”; e “religião e satisfação conjugal”. Os resultados serão apresentados a seguir, seguindo a ordem de apresentação citada.

### Categoria 1: Importância da religião na vida dos participantes

Esta categoria buscou compreender qual o papel da religião na vida dos entrevistados e a importância que os participantes atribuem a ela. Ao serem questionados “*O quanto a religião é importante para você?*”, os casais consideraram que ter uma religião é um alicerce, uma base que fornece sentido e diretrizes para a vida. Além disso, a crença religiosa proporcionaria motivos para viver, como também auxiliaria na manutenção do casamento, e um meio de conexão da pessoa com o divino. Alguns participantes diferenciaram preferiram utilizar os termos espiritualidade/religiosidade ao invés de religião. Os trechos são apresentados a seguir:

“É uma base, ter uma fé né, crer em alguma coisa, é uma base (C1, M)”;

“A religião é o que me dá forças pra viver, pra criar meus filhos, pra continuar casada, é um alicerce (C1, F)”;

“É muito importante, por nos dar uma diretriz da vida, por nos mostrar um caminho mais certo a viver (C3, M);”;

“A religião pra mim, é muito importante, porque me dá diretrizes de vida, eu tenho uma crença, uma fé, e eu acredito em algo maior que é Deus, é um norteador da nossa vida aqui na terra (C3, F);

“A religião é um meio, por exemplo, de te aproximar do criador, daquele que criou todas as coisas” (C5, M);

“Deus não é uma religião, Jesus não é uma religião” (C2, M)

“Eu não sei a religião em si, mas a espiritualidade, a religiosidade, muitas vezes é, por momentos difíceis, o que dá suporte, né” (C4, F)

### Categoria 2: religião e a decisão de casar

Em seguida, os participantes foram questionados se a religião exerceu alguma influência para a decisão do casamento. Os casais 3, 4 e 5 afirmaram que se conheceram em uma instituição religiosa, o que evidencia a função socializadora da igreja para os contatos iniciais. Além disso, é possível observar na fala dos participantes a função normatizadora da moralidade cristã, com princípios de que a vida sexual deve ser iniciada após o casamento, e que estabelece a família como um ideal a ser alcançado por crianças e jovens na vida adulta, conforme pode ser visto nas falas a seguir:

“Sim, com certeza. Porque os princípios da nossa religião é que homem e mulher devem se casar, então, não viver sem se casar né, não viver na prática de adultério ou coisas assim...” (C3, M);

“A religiosidade influenciou na nossa decisão de casar sim, influenciou. A nossa religiosidade ela tem uma doutrina que, no caso, os jovens, pra ter uma vida assim, conjugal, uma vida a dois, precisava ser casado, e como nós vimos que nós tínhamos os mesmos objetivos, porque a religião que nós frequentávamos, nós tinha um mesmo alvo, um mesmo objetivo, então ela influenciou muito nesse pormenor, e então, esse é o motivo” (C3, F).

“Sim, sim. Muito, porque, eu acho que todo o cristão, a gente já aprende desde criança na igreja de que um dia você vai casar, constituir uma família, e é o certo né, então eu acho que a religião tá à frente de tudo né”; (C5, M) “Sim... eu acredito que influenciou, porque nós era tão novinho, mas a gente tava ali no mesmo lugar, o único namorado que eu tive foi ele, e ele eu não sei (rsrsrs), então eu acho que foi que influenciou, porque a gente tava naquele clima ali, num ambiente da igreja e tal, eu acredito nisso, eu acredito que sim”(C4, H).

Os C1 e C2, por sua vez, se conheceram em ambientes não-religiosos. No entanto, os cônjuges tiveram percepções divergentes dos demais casais. Os esposos afirmaram ter optado por casar por questões

afetivas e que a religião não teve influência. Em contrapartida, suas respectivas companheiras afirmaram que além da influência religiosa, incidiram aspectos sociais, em que o matrimônio era uma meta de vida das mulheres. As falas a seguir ilustram as afirmações:

“Não. Mais por amor, né?! E afinidade”(C1, M).;

“Não! Isso não influenciou, não” (C2, M).;

“Sim. Sim porque a gente já tinha 5 ou 6 anos morando juntos, e quando eu quis ir pra igreja, fazer as coisas da maneira correta, a gente oficializou” (C1, F).;

“Eu acredito que sim, porque era dentro de um projeto de vida, que a gente tinha como adolescente na época. Hoje, a gente vê que os jovens colocam isso em um segundo plano, têm outros projetos primeiro, e na minha geração, principalmente a mulher, eu acho, tinha essa questão de que uma das metas, era o casamento. E como eu também estava sempre inserida no meio de participação da igreja, a gente tinha esse sonho também” (C2, F).

### Categoria 3: religião e satisfação conjugal

Ao serem questionados sobre a satisfação conjugal, os C2, C3, C4 e C5 afirmaram estar satisfeitos em seus relacionamentos conjugais (e.g. “*Eu me considero muito satisfeita no meu relacionamento conjugal*”; “*Sim, sim. Graças a Deus, sou muito feliz*”). O participante C5, H considera-se satisfeito em sua relação conjugal, porém, afirma que ao longo dos anos de casamento, as mudanças contextuais ocorridas da vida pessoas geram conflitos na relação. No entanto, devido à promessa feita de “até que a morte nos separe”, o voto realizado no casamento religioso é um fator que auxilia o casal no compromisso de manter a relação e é associado a um imperativo de satisfação. Quando indagados se a religiosidade influencia na satisfação conjugal, os C3 e C5 concordaram em suas respostas, afirmando que a satisfação conjugal é influenciada pela religiosidade, atribuindo a Deus e à religião o papel de mantenedor da satisfação conjugal e da relação. As falas que ilustram as afirmações são apresentadas a seguir:

“Sim. Isso aí nunca teve problema. Agora, no decorrer dos anos, claro que as coisas vão mudando, porque quando tu tem uma certa idade, 30, 40, 50 anos, vai existindo mudança na vida, é normal em qualquer casal. Qualquer ser humano que vive junto, que vem de uma família diferente, no caso, eu saí de uma família e ela de outra família, e a gente conviver todos esses anos, claro que teve muita discussão, muita briga e coisa e tal, mas nunca teve, assim, um motivo de separar, porque a gente fez uma promessa, lá no altar: tu vai ser fiel até a morte, a gente promete, então a gente tem que cumprir com aquilo né.. Então, eu tô satisfeito né?!” (C5, H).

“Influência. Porque quando vivemos confiando em Deus e duas pessoas concordando naquilo que pensa, então é mais fácil ter uma convivência, duas pessoas com o mesmo pensamento, né, com o mesmo ideal” (C3, M);

“No meu caso, a religiosidade influencia muito na minha satisfação conjugal” (C3, F);

“Sim, influência sim... porque a gente busca uma religião pra encontrar forças para cada dia, pra conseguir fazer a coisa certa” (C5, M);

“Eu acho, na minha opinião, influencia, influencia porque eu acredito que quando os dois andam pelo mesmo caminho, as coisas podem dar certo, né?!” (C5, F).

Ademais, alguns participantes afirmaram que a religiosidade não é o único fator que interfere na satisfação conjugal. Os integrantes dos casais C1, C2 e C4 destacaram a importância da boa convivência, da comunicação adequada no cotidiano e da compreensão das particularidades do(a) parceiro(a), conforme pode ser visto nas falas a seguir.

“Um pouco. Porque depende da gente, né, tu tem fé né, mas depende da gente, do convívio, do dia a dia, de como a gente vai conversar um com o outro e se entender...” (C1, M);

“Eu não digo a religiosidade só, eu acredito que sejam diversos fatores, que vão influenciar, porque, às vezes, não adianta você estar indo na igreja, e não ter uma boa convivência dentro de casa, eu acho que além da religiosidade, também depende de como cada pessoa é, como vê o outro, como que discute os problemas, se discute.. então, tudo pode influenciar pra satisfação...” (C2, M);

“No momento, não. Já influenciou. Tempo atrás, já, porque, como eu casei muito cedo, naquela época eu não tinha todo esse esclarecimento, mas hoje eu vejo que não é isso que vai dizer se meu casamento vai bem ou não, porque também depende de outras coisas, tipo, como que a gente se expressa um com o outro, se a gente se ajuda e conversa sobre as coisas que não estão nos agradando...” (C4, F).

## Discussão

Esta pesquisa teve por objetivo investigar as percepções de casais protestantes acerca de como a religião interfere na satisfação conjugal de participantes. A primeira categoria analisada, importância da religião na vida dos participantes, evidenciou dois aspectos da religião: como fundamento que dá sentido à vida das pessoas e como fator de manutenção do casamento e da satisfação conjugal. O primeiro, resulta da busca humana em atribuir sentido e motivos a sua existência, encontrado na religião respostas para aquilo que o homem por si só não pode explicar (Frankl, 2002). Tais achados corroboram os dados da pesquisa de Abeyta e Routledge (2018) que encontrou associações positivas entre atitude religiosa e realização existencial, um fator de proteção do vazio existencial. A conduta religiosa faz com que se instaure um núcleo significativo na maneira de viver das pessoas, uma vez que possibilita que seja identificado um valor maior em suas vidas. Assim, a pessoa adota os ideais cristãos como missão a ser cumprida na sua existência (Rojahn, 2020).

O segundo aspecto evidencia a importância da religião para a manutenção da união amorosa e da satisfação conjugal, conforme também evidenciado

pela terceira categoria analisada. O casamento é um fenômeno social determinando disposições afetivas, valores morais e religiosos, os quais são internalizados de modo a funcionar como um fator motivador para a manutenção do matrimônio. É possível observar por meio da fala dos participantes o quanto a religiosidade, os valores normativos e a obediência ao dogma que a religião institui, influenciam na tomada de decisões, fazendo com que o casamento seja considerado como um sacramento dentro da tradição religiosa (Alves-Silva et al., 2017).

Conforme Alves-Silva et al. (2017), há uma grande influência dos princípios e ensinamentos religiosos no casamento, uma vez que, de acordo com a doutrina, o vínculo instituído perante a instituição religiosa e a comunidade se torna indestrutível e deve durar até o término da vida. Além disso, a união estável e, até mesmo o divórcio, são vistos como pecado, algo que não corresponde à imagem de “cristão”, embora seja legalmente amparado. Em tais situações, seguindo as recomendações de suas comunidades religiosas, as pessoas tomam decisões, tanto de oficializar a união amorosa por meio do casamento, quanto busca na religião aspectos motivadores para permanecer e não se divorciar.

Mesmo sendo associados ao conceito de felicidade, os casamentos passam por conflitos, mas a religiosidade e a espiritualidade são estratégias que poderão auxiliar na manutenção e enfrentamento das adversidades da conjugalidade ao longo dos anos. Por ter uma crença religiosa, os cônjuges tendem dar uma importância transcendental ao casamento, considerando-o como um sacramento dentro da tradição religiosa (Alves-Silva et al., 2017; Fonseca & Duarte, 2014). Por outro lado, deve se considerar que pode ser um fator que pode trazer prejuízos a pessoas em relacionamentos disfuncionais, promovendo adoecimento, fazendo com que a pessoa busque manter o casamento a todo custo, à despeito de qualquer situação de vulnerabilidade emocional, física e psicológica.

A satisfação conjugal é associada a diversos aspectos, tais como o afeto, a felicidade, o amor, a comunicação, a expressividade e intimidade emocional, a sexualidade e o bem-estar mútuo, podendo ser influenciada por habilidades empáticas e assertivas que cada cônjuge tem com o outro na vida em geral

(Fonseca & Carvalho, 2016; Martins, 2015). Os casais desta pesquisa indicaram duas percepções distintas: uma que qualifica os aspectos da religião como responsáveis pela satisfação conjugal e outro que indica a comunicação entre os casais como preponderante. O primeiro centra na figura de Deus como o principal responsável pela satisfação conjugal. Embora os aspectos religiosos sejam importantes para a satisfação conjugal, eles não podem ser considerados como primordiais ou os únicos, uma vez que a satisfação conjugal é um construto multidimensional que sofre influências de variáveis demográficas, traços de personalidade, estilos de apego, habilidades sociais, comunicação, intimidade, inteligência emocional, saúde, relações sexuais, perdão e auto sacrifício.

A comunicação, por sua vez, é um dos principais fatores relacionados à satisfação conjugal (Norgren et al., 2004; Tavakol, Nasrabadi, Moghadam, Salehiniya & Rezaei, 2017). Embora o casamento aconteça pela busca por vivenciar sentimentos íntimos, de amor e companheirismo, acreditando que a união que propiciará a satisfação de necessidades (Machado, 2007), a dificuldade de entendimento e de comunicação entre os membros do casal é um motivador para os termos de relacionamento (McNelis & Segrin, 2019). A literatura evidencia que expressar de maneira assertiva sentimentos, necessidades e pensamentos contribuem para melhor solucionar dificuldades interpessoais, algo importante para a vida conjugal, melhorando a qualidade da relação (Cardoso & Del Prette, 2017).

Diante do que foi apresentado na pesquisa sobre a influência da religiosidade na satisfação conjugal, foi possível compreender o quanto a religião é um importante componente para a vida das pessoas, especificamente a conjugalidade, uma vez que institui crenças e tradições, as quais serão seguidas pelo indivíduo, tendo seus valores influenciados por esses dogmas. Mas não apenas a religião é importante, como também a espiritualidade, a fé e a crença em algo maior, como Deus e Jesus. Conforme Panasiewicz (2013), a religião institucionaliza a religiosidade, visto que é a partir dela que o indivíduo irá criar tradições, rituais, símbolos e doutrinas, para então buscar seus valores transcendentais.

Foi possível observar que há casais que possuem satisfação conjugal devido às estratégias de manutenção oriundas da crença religiosa para o enfrentamento dos

conflitos que vão surgindo ao longo dos anos na conjugalidade (Alves-Silva et al., 2017). Ademais, também existem casais que não são apenas influenciados pela doutrina, mas que conseguem chegar a uma satisfação em seus relacionamentos, pois estão comprometidos com a relação, tendo dedicação, paciência, respeito e apoio mútuo (Hilpert et al., 2018). Conforme verificado nas respostas dos entrevistados, a satisfação conjugal pode se dar ou não por meio da religiosidade, pois, conforme Karney e Bradbury (2020), a definição de satisfação conjugal reporta a uma análise pessoal e subjetiva de cada pessoa, no que se refere à relação, conforme a experiência distinta que cada cônjuge possui na mesma relação.

## Considerações Finais

A presente pesquisa teve como objetivo investigar a percepção de casais evangélicos de como a religiosidade interfere na satisfação conjugal. A partir da avaliação das entrevistas, foi possível enumerar três categorias: a importância da religião na vida dos participantes, a influência da religiosidade na decisão de casar e a satisfação conjugal relacionada à religiosidade. Juntas, essas categorias proporcionaram uma compreensão da percepção da religiosidade e satisfação conjugal em casais evangélicos.

Com base nos resultados deste estudo, é possível dizer que a religiosidade interfere na satisfação conjugal, e também os casais também conseguem chegar a uma satisfação por meio da comunicação assertiva e das habilidades empáticas que cada cônjuge tem com o outro, conhecimento clássico nos estudos na área da conjugalidade. Em termos de limitações desta pesquisa, a inserção apenas de pessoas com casamentos de longa duração. Como agenda de pesquisa, sugere-se que sejam investigados casais de outras religiões (e.g. católicos, espíritas, religiões de matriz africana, mulçumanos, hinduístas) e recém-casados. Considerando a expansão do movimento religioso nos últimos anos, bem como sua importância para os modos de subjetivação, espera-se que este estudo contribua para área da conjugalidade, uma vez que estudos que relacionem religião e satisfação conjugal são escassos.

## Referências

- Abeyta, A. A., & Routledge, C. (2018). The need for meaning and religiosity: An individual differences approach to assessing existential needs and the relation with religious commitment, beliefs, and experiences. *Personality and Individual Differences, 123*, 6-13. doi:10.1016/j.paid.2017.10.038
- Alves-Silva, J. D., Scorsolini-Comin, F., Santos, M. A. (2016). Conjugalidade e casamentos de longa duração na literatura científica. *Contextos Clínicos, 9*(1), 32-50. doi: 10.4013/ctc.2016.91.03
- Alves-Silva, J. D., Scorsolini-Comin, F., Santos, M. A. (2017). Bodas para uma vida: Motivos para manter um casamento de longa duração. *Trends in Psychology, 25*(2), 487-501. doi: 109788/TP2017.2-05
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Cardoso, B. L. A., & Del Prette, Z. A. P. (2017) Habilidades sociais conjugais: Uma revisão da literatura brasileira. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva, 19*(2), 124-137. doi: 10.31505/rbtcc.v19i2.1036
- Carvalho, A. K., Faria, A. L. B., Lisboa, E. P., Silva, V. B., & Alencar, V. L. (2020). A religião como forma de controle social. *Humanidades e Inovação, 7*(2), 310-317. Recuperado de <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1398>
- Costa, A. C. B. (2017). *“Como olhas para o tempo e como olho para nós”: Perspectiva temporal e satisfação conjugal* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal). Recuperado de [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33317/1/ulfpie052869\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/33317/1/ulfpie052869_tm.pdf)
- Coutinho, S. M. S. & Menandro, P. R. M. (2010). Relações conjugais e familiares na perspectiva de mulheres de duas gerações: “Que seja terno enquanto dure”. *Psicologia. Clínica, 22*(2), 83-106. doi: 10.1590/S0103-56652010000200007
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Estudos de Psicologia* (Natal), 8, 3, 367-374. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v8n3/19958.pdf>

- Figueira, D. A. P. (2012). *Religiosidade e relacionamentos amorosos no jovem adulto: Um estudo exploratório* (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal). Recuperado de [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8024/1/ulfpie043157\\_tm.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/8024/1/ulfpie043157_tm.pdf)
- Figueredo, P. M. (2005). A influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento. *Ciências & Cognição*, 6(1), 123-132. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1806-58212005000300014&lng=es&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212005000300014&lng=es&tlng=pt)
- Fonseca, R. C. T. & Carvalho, A. L. N. (2016). O papel da empatia e da comunicação assertiva na satisfação conjugal em casamentos de longa duração. *Polemica*, 16(2), 40-58. doi: 10.12957/polemica.2016.22901
- Fonseca, S. R. A. & Duarte, C. M. N. (2014). Do namoro ao casamento: Significados, expectativas, conflito e amor. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(2), 135-143. doi: 10.1590/S0102-37722014000200002
- Frankl, V. (2002) *Em Busca de Sentido: Um Psicólogo no Campo de Concentração*. São Leopoldo, RS: Sinodal, Petrópolis, RJ: Vozes.
- Gomes, J. M. (2016). *Satisfação conjugal, parentalidade, e vinculação ao par romântico: Um estudo diádico* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto, Porto, Portugal). Recuperado de: [https://sigarra.uep.pt/fdup/pt/pub\\_geral.pub\\_view?pi\\_pub\\_base\\_id=166749](https://sigarra.uep.pt/fdup/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=166749)
- Hilpert, P., Xu, F., Milek, A., Atkins, D. C., Bodenmann, G., & Bradbury, T. N. (2018). Couples coping with stress: Between-person differences and within-person processes. *Journal of Family Psychology*, 32(3), 366-374. doi: 10.1037/fam0000380
- Hou, Y., Jiang, F., & Wang, X. (2018). Marital commitment, communication and marital satisfaction: An analysis based on actor-partner interdependence model. *International Journal of Psychology*, 54(3), 369-376. doi:10.1002/ijop.12473
- Inoue, T. M., & Vecina, M. V. A. (2017). Espiritualidade e/ou religiosidade e saúde: Uma revisão de literatura. *Journal of the Health Sciences Institute*, 35(2), 127-130. Recuperado de [https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2017/02\\_abr-jun/V35\\_n2\\_2017\\_p127a130.pdf](https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2017/02_abr-jun/V35_n2_2017_p127a130.pdf)
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2010). *Anuário Estatístico Brasileiro*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro.
- Jablonski, B. (2011). O país do casamento segundo seus futuros habitantes: pesquisando atitudes e expectativas de jovens solteiros. In T. Feres-Carneiro (Ed.), *Casal e família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp. 27-42). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Karney, B. R., & Bradbury, T. N. (2020). Research on marital satisfaction and stability in the 2010s: Challenging conventional wisdom. *Journal of Marriage and Family*, 82(1), 100-116. doi:10.1111/jomf.12635
- Marinho, T. A., & Ecco, C. (2020). Religião, cultura e sistema simbólico. *Caminhos*, 18 (spe.), 62-86. Recuperado de <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7998/4484>
- Martins, M. E. V. (2015). Expressividade emocional na família e satisfação conjugal: como se relacionam? (Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal). Recuperado de <https://estudogeral.sib.ucp.pt/bitstream/10316/31896/1/TESE%20MIP%20-%20M%C3%A9lia%20Martins.pdf>
- Mattis, J. S., & Jagers, R. J. (2001). A relational framework for the study of religiosity and spirituality in the lives of African Americans. *Journal of Community Psychology*, 29(5), 519-539. doi:10.1002/jcop.1034
- McNelis, M., & Segrin, C. (2019). Insecure attachment predicts history of divorce, marriage, and current relationship status. *Journal of Divorce & Remarriage*, 60(5), 1-14. doi:10.1080/10502556.2018.1558856
- Norgren, M. B. P., Souza, R.M., Kaslow, F, Hammer-schmidt, H., & Sharlin, S. A. (2004). Satisfação conjugal em casamentos de longa duração: uma construção possível. *Estudos de Psicologia*, 9, 575-584. doi: 10.1590/S1413-294X2002000300020
- Rizzon, A. L. C., Mosmann, C. P., & Wagner, A. (2013). A qualidade conjugal e os elementos do amor: Um estudo correlacional. *Contextos Clínicos*, 6(1), 41-49. doi: 10.4013/ctc.2013.61.05
- Rojahn, E. R. (2020). A religião cristã e as religiões do estado. *Via Teológica*, 21(41), 50-82. Recuperado de <http://periodicos.fabapar.com.br/index.php/vt/article/view/167/238>

- Simões, P. C., & Both, T. L. (2013). A metamorfose da intimidade e da sexualidade em casamentos longevos. *Revista de Psicologia da IMED*, 5(1), 17-22. doi: 10.18256/2175-5027/psico-imed.v5n1p17-22
- Tavakol, Z., Nasrabadi, N. A., Moghadam, Z. B. Salehiniya, H., & Rezaei, E. (2017). A review of the factors associated with marital satisfaction. *Galen Medical Journal*, 6(3), 197-207. Recuperado de <http://eprints.skums.ac.ir/6056/1/97.pdf>
- Tavares, C. Q., Valente, T. C. O., Cavalcanti, A. P. R., & Carmos, H. O. (2016). Espiritualidade, religiosidade e saúde: Velhos debates, novas perspectivas. *Interações*, 11(20), 85-97 doi: 10.5752/P.1983-2478.2016v11n20p85

Recebido em: 07/10/2020  
 Reformulado em: 07/06/2021  
 Aceito em: 06/07/2021

Sobre os autores:

#### **Morgana Sanderi dos Santos**

Psicóloga pela Faculdade meridional-IMED.  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4056-1569>  
 E-mail: [sanderi.morgana@gmail.com](mailto:sanderi.morgana@gmail.com)

#### **Susana Konig Luz**

Psicóloga pela Universidade de Passo Fundo. Mestre em Psicologia pela Universidade do Rio dos Sinos. Doutora em Psicologia pela Universidade São Francisco. Professora da Universidade de Passo Fundo, Brasil.  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9508-1699>  
 E-mail: [susana.konig@hotmail.com](mailto:susana.konig@hotmail.com)

#### **João Lucas Dias-Viana**

Psicólogo pela Universidade Estadual do Ceará. Mestre e Doutorando em Psicologia, com ênfase em Avaliação Psicológica, pela Universidade São Francisco.  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7626-3937>  
 E-mail: [jolucasviana@gmail.com](mailto:jolucasviana@gmail.com)

Contato com os autores:

Rua João Carbonari Junior, 479, bloco 22, apartamento 61  
 Jundiaí-SP, Brasil  
 CEP: 13210-705  
 Telefones: (11) 96589-9095 / (54) 99683-6316



# CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL PARA O DESEMPENHO EM LEITURA NO PISA

Amanda Lays Monteiro Inácio  
Adriana Satico Ferraz  
Acácia Aparecida Angeli dos Santos  
Universidade São Francisco

---

## Resumo

A habilidade de compreender o conteúdo lido é complexa e traz implicações para a formação educacional e social dos indivíduos, dependendo de uma série de fatores socioeconômicos, situacionais, motivacionais, entre outros. Este estudo teórico reflexivo traz algumas possibilidades de contribuição da Psicologia Educacional para desenvolver a compreensão de leitura, a partir da discussão de estudos que investigaram os aspectos antecedentes de desempenho em leitura do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA). Evidenciou-se que os aspectos socioeconômicos e culturais possuem notoriedade ao desenvolvimento escolar, aliados à qualificação docente, atividades extracurriculares, hábito e ambientes adequados para leitura. As estratégias metacognitivas e o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação também se mostraram importantes. Espera-se que as reflexões trazidas possam ampliar os conhecimentos dos profissionais atuantes na área psicoeducacional e fomentar discussões e práticas mais condizentes com a realidade.

*Palavras-chave:* educação; compreensão de leitura; PISA.

## Contributions from Educational Psychology to Reading Performance in Pisa

### Abstract

The ability to understand the content read is complex. It has implications for individuals' educational and social formation, depending on a series of socioeconomic, situational, motivational factors, among others. This reflective theoretical study outlines some possibilities of the contribution of Educational Psychology field to develop an understanding of reading from the discussion of researchers that investigated the antecedent aspects of performance in reading tests of the International Program for Student Assessment (PISA). It was evidenced that the socioeconomic and cultural aspects are notorious for school development, combined with teacher qualification, extracurricular activities, habits, and good environments for reading. Metacognitive strategies and the use of Information and Communication Technologies proved to be necessary. It is hoped that these reflections can expand the knowledge of professionals working in the psychoeducational area and encourage discussions and practices more consistent with reality.

*Keywords:* education; reading comprehension; PISA.

## Contribuciones de la Psicología Educativa al Desempeño Lectoral en Pisa

### Resumen

La capacidad para comprender el contenido leído es compleja y tiene implicaciones para la formación educativa y social de los individuos, dependiendo de una serie de factores socioeconómicos, situacionales, motivacionales, entre otros. Este estudio teórico reflexivo trae algunas posibilidades de contribución de la Psicología de la Educación para desarrollar la comprensión lectora a partir de la discusión de estudios que investigaron los aspectos antecedentes del desempeño lector del Programa Internacional de Evaluación de Alumnos (PISA). Se evidenció que los aspectos socioeconómicos y culturales son notorios para el desarrollo escolar, junto con la calificación docente, las actividades extraescolares, los hábitos y los ambientes adecuados para la lectura. También fueron importantes las estrategias metacognitivas y el uso de tecnologías de la información y la comunicación. Se espera que esta reflexión pueda ampliar el conocimiento de los profesionales que trabajan en el área psicoeducativa y propiciar discusiones y prácticas más acordes con la realidad.

*Palabras clave:* educación; comprensión lectora; PISA.

---

## Introdução

A sociedade em que vivemos encontra-se em constante transformação, de modo que a quantidade e a variedade de materiais escritos estão aumentando e cada vez mais pessoas devem utilizá-los de maneiras novas e mais complexas. Com o passar dos anos, é esperado que a proficiência em leitura evolua, acompanhando o desenvolvimento individual do sujeito e as vertiginosas mudanças que permeiam a sociedade e a cultura. Almeja-se, ainda, que o envolvimento com a leitura aumente, por meio de processos que possibilitem cada vez mais a reflexão e criticidade do leitor. Destarte, as habilidades de leitura necessárias para crescimento individual, sucesso educacional, participação econômica e cidadania do século XX são diferentes das habilidades necessárias atualmente. E, provavelmente, serão diferentes anos mais tarde (Ministério da Educação [MEC], 2019).

Em face à complexidade e relevância da habilidade de ler e compreender o conteúdo lido para formação educacional e social, é esperado que ao longo da escolarização os estudantes desenvolvam tal habilidade de forma efetiva. Para tanto, são necessárias competências cognitivas, afetivas, metacognitivas, além das especificidades ambientais e sociais que permeiam a vida do indivíduo (Kintsch & Rawson, 2013).

A leitura pode ser compreendida como a produção de sentidos humanos, uma forma de apropriação da cultura produzida pela humanidade que possibilita ao indivíduo desenvolver uma ação intencional frente ao conteúdo de um texto. Tal habilidade é evidenciada como um bem coletivo e indispensável para o sucesso em todas as áreas do saber durante o processo de escolarização formal, bem como ao exercício da cidadania e entendimento das questões que perpassam a sociedade (Jerrim & Moss, 2018; Oliveira, Inácio, Fernandes, & Oliveira, 2019; Oliveira, Santos, & Rosa, 2016).

Ler não consiste apenas em decorar as letras do alfabeto e conseguir dispô-las em sílabas para formar palavras e frases. O indivíduo deve ser capaz de refletir criticamente sobre o que está escrito e compreender como se organizam as informações presentes nos textos. A familiaridade com a leitura e o bom desenvolvimento desta habilidade não é espontânea,

mas diz respeito a um trabalho intencional de ações intelectuais em que o leitor constrói ideias, seleciona conteúdos, realiza supressões, recapitulações e relações a fim de posicionar-se frente ao texto (Oliveira et al., 2019).

Os leitores se formam a partir de suas experiências vivenciadas diariamente, seja por meio do ato de ler revistas, jornais, livros, *e-mails*, ou ainda rótulos, sinalização de trânsito, entre outros. Isso permite a leitura de diferentes contextos e com intencionalidades variadas, que podem ser realizadas de maneira rápida e/ou com um objetivo de maior detalhamento, seja em voz alta ou de forma silenciosa, e, ainda, por meios digitais ou impressos (Ferreira, 2019). Desta forma, uma parte substancial dos conhecimentos e informações adquiridas ao longo da vida são decorrentes da interpretação dos símbolos gráficos, sua associação com os sons e, principalmente, da compreensão da leitura (Oliveira et al., 2016).

Em uma perspectiva psicolinguística, pode-se inferir que a leitura se desenvolve por meio de dois processos cognitivos. O primeiro deles se refere a um nível inferior relacionado à decodificação e outro, de nível superior, diz respeito à compreensão do conteúdo lido, o que chamamos de compreensão de leitura (Das, Naglieri, & Kirby, 1994). Ambos os processos são importantes para alcançar o domínio do conteúdo lido, no entanto, a compreensão não pode ser realizada sem que haja a automatização dos processos de decodificação (Cruz, 2007).

A decodificação concerne à capacidade de reconhecimento das palavras, sendo necessária a aprendizagem da discriminação e identificação das letras de modo isolado e em grupo. Além disso, o sujeito precisa entender como os símbolos gráficos se relacionam com seus respectivos sons (Cruz, 2007). Já a compreensão de leitura caracteriza-se como uma habilidade linguística que envolve a integração automatizada do conteúdo lido, por meio de componentes cognitivos básicos e a participação de habilidades linguísticas e metalinguísticas. Nesta ocasião, os processos superiores, relativos às análises semântica e sintática, a elaboração de inferências e a integração do conteúdo do texto com o conhecimento prévio do leitor também se fazem presentes (Santos & Ferraz, 2017; Torppa, Vasalampi, Eklind, Sulkunen, & Niemi, 2019).

A compreensão do conteúdo lido é considerada complexa, pois envolve os objetivos visados com a leitura, as circunstâncias em que ela ocorre e as características pessoais de quem a realiza, valendo-se da motivação para a tarefa, das estratégias de aprendizagem empregadas, entre outros (Callan, Marchant, Finch, & German, 2016). Além disso, o ambiente de aprendizagem e a prática leitora devem ser considerados, assim como características relacionadas ao texto (graus de dificuldade, vocabulário, gênero, apresentação, estrutura e conteúdo) (Álvarez-Cañizo, Cueva, Cuetos, & Suárez-Coalla, 2020; Viana, Cadime, Santos, Brandão, & Ribeiro, 2017).

Devido à relevância do tema, a compreensão de leitura vem sendo amplamente abordada na literatura científica, não apenas no que tange à Psicologia e/ou a Educação, como também em áreas interdisciplinares, como a Psicopedagogia, Neuropsicologia, linguística, entre outras (Dias et al., 2016; Ferreira, 2019). A rigor, grande parte dos trabalhos se refere à compreensão de leitura voltada ao âmbito psicoeducacional e o seu desempenho correlato. Isso porque, essa habilidade favorece a assimilação dos conteúdos das disciplinas escolares e, além disso, suas defasagens costumam se evidenciar durante a Educação Básica, e podem se estender no decorrer da educação formal, chegando até mesmo a afetar o ingresso e permanência do indivíduo no Ensino Superior e no mercado de trabalho (Oliveira et al., 2016; Santos & Fernandes, 2016).

Em face às proposições apresentadas, tem-se que os indicadores educacionais buscam sistematizar o desempenho dos estudantes nas diversas áreas do conhecimento inerentes à formação escolar. Essas avaliações permitem além da verificação do desempenho dos estudantes, a possibilidade de investigação de novas formas de organização do ensino e de formação dos docentes e equipes pedagógicas a fim de que a aprendizagem ocorra de forma satisfatória.

Compreender a ação e a interrelação desses diferentes recursos possibilita um melhor entendimento dos resultados evidenciados pelos indicadores de desempenho escolar existentes, além de aventar para a possibilidade de transformação da realidade posta. Diante do exposto, neste estudo teórico reflexivo analisou-se a compreensão de leitura e desempenho em leitura em diferentes países a partir de pesquisas

que investigaram os dados secundários do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA). Pretendeu-se ainda discorrer sobre as diferenças encontradas de forma articulada ao papel da Psicologia Educacional nesse contexto.

## OCDE e PISA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização econômica composta por 38 países membros, fundada em 1961 com o objetivo de estimular o progresso econômico e o comércio mundial. Aliado à sua proposta, a OCDE lançou no ano 2000 o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), um estudo comparativo trienal que oferece informações sobre o desempenho dos estudantes na faixa etária dos 15 anos de idade em três áreas cognitivas, leitura, matemática e ciências. A cada avaliação um desses três domínios é evidenciado. Assim, nos anos 2000, 2009 e 2018 o foco foi dado à leitura (MEC, 2019).

Com base nos indicadores fornecidos pelo PISA, é possível que cada país verifique o desempenho obtido por seus estudantes e realize comparações com os resultados dos demais países. Permite também conhecer e aprender com as práticas aplicadas em diferentes localidades, com o desenvolvimento e implementação de políticas e programas educacionais que visem a melhoria da qualidade da aprendizagem. Outra importante evidência fornecida é a relação do contexto socioeconômico do estudante avaliado com seu desempenho. Essa variável é analisada pelo índice do *status* econômico, social e cultural (ESCS) que verifica o nível educacional e ocupacional dos pais dos estudantes e um índice de bens domésticos, além dos recursos educacionais e culturais presentes no domicílio (MEC, 2019).

No que tange aos resultados alcançados pelos países no PISA, há que se mencionar o destaque da Finlândia, que desde seu ingresso na avaliação, no ano 2000, esteve entre os melhores níveis de desempenho nos três domínios do conhecimento, além de apresentar índices de ESCS que lhe conferem o título de um dos sistemas educacionais mais eficientes segundo a OCDE. Dentre as suas principais características estão a equidade educacional, razão pela qual a educação é gratuita em todos os níveis de ensino. A qualidade da

formação de professores e as políticas educacionais consistentes e de longo prazo (decorrentes de uma reforma bem sucedida na década de 1970) também merecem destaque. O conteúdo curricular na educação finlandesa encontra-se intimamente relacionado ao que é avaliado no PISA, com um foco menor na transferência do conhecimento. Além disso, os finlandeses são conhecidos por seu hábito de leitura profícua, o que traz benefícios às demais áreas de conhecimento (Ustun & Eryilmaz, 2018).

O estudo de Ning, Van Damme, Gielen, Vanlaar, e Noortgate, (2015) buscou verificar as semelhanças e diferenças entre os resultados em leitura do PISA para a Finlândia e Xangai. Isso porque ambos tiveram um desempenho expressivo no teste realizado em 2009. Os autores salientam que tal resultado está relacionado a primorosa formação e rigorosa seleção dos professores, as atividades extracurriculares e um adequado ambiente de leitura. Em Xangai, o desempenho em leitura foi associado positivamente à relação professor-aluno, ao clima escolar e ao ambiente de leitura. Em contrapartida, o desempenho em leitura dos estudantes finlandeses foi positivamente associado com a apreciação a escola e negativamente associado à relação professor-aluno. O estudo reafirmou a maior eficiência da escolaridade finlandesa em termos de leitura, com ressalvas à importância de se considerar as diferenças quanto à idade de ingresso escolar, taxas de retenção e evasão escolar, que se relacionam ao desempenho dos estudantes e são diferentes entre Finlândia e Xangai.

O referido estudo (Ning et al., 2015) evidencia, também, a importância do fator cultural. Em Xangai tem-se uma maior valorização do relacionamento próximo entre professores e alunos. Contudo, também é apreciado um clima disciplinar mais rigoroso, em que apesar da orientação competitiva e pressão acadêmica dos professores, os estudantes mostraram-se satisfeitos com a relação estabelecida. Tal fato indica que, naquela cultura, as cobranças pelo desempenho não afetam essa relação, pois as exigências fazem parte do contexto ao qual estão inseridos. Por sua vez, na Finlândia é exercido o distanciamento profissional dos professores para com os alunos e seus familiares, o que acreditam ser necessário para a identificação com “adultos modelos”. Ressalta-se que na pesquisa de Ning et al. (2015), a

relação professor-aluno foi verificada como negativamente associada ao desempenho acadêmico.

Já em relação aos países da América Latina, abordaremos o Brasil, que na avaliação do PISA de 2018 obteve resultados considerados preocupantes. Além dos baixos índices nesta avaliação, desde o ano de 2009 os dados se encontram estagnados. No que concerne à leitura, a média de proficiência dos jovens brasileiros foi de 413 pontos, 74 pontos abaixo da média dos estudantes dos países da OCDE (487). A título de exemplo, as cidades/províncias chinesas (Xunquim, Pequim, Tianjin e Xangai), obtiveram 555 pontos, Cingapura 549, Estônia 523 e Finlândia e Canadá, 520 pontos.

Cerca de 50,0% dos estudantes brasileiros alcançaram o Nível 2 ou acima em letramento em Leitura, em contraste a 77,4% dos provenientes de países da OCDE. O percentual de estudantes em cada país/economia que alcançam cada nível de proficiência indica quão bem os países conseguem fomentar a excelência em seus sistemas educativos. No Nível 2, os alunos começam a demonstrar a capacidade de usar suas habilidades de leitura para adquirir conhecimento e resolver problemas. Aqueles que não alcançam proficiência no Nível 2 em Leitura podem apresentar dificuldades na compreensão de materiais novos ou mais complexos (MEC, 2019).

Embora seja um ponto positivo que cerca de metade dos estudantes brasileiros participantes do PISA no ano de 2018 tenham alcançado o Nível 2 ou acima em leitura, a outra metade não apresentou o nível mínimo de proficiência. Esse resultado pode significar um importante obstáculo na vida desses jovens, dificultando ou até mesmo impedindo que avancem em seus estudos, que tenham oportunidades melhores no mercado de trabalho e participem plenamente na sociedade (MEC, 2019). Os resultados do Brasil em leitura na última avaliação são muito semelhantes aos encontrados em outros países da América Latina, como a Argentina (402 pontos) e Colômbia (412 pontos), em comparação com os 413 pontos alcançados pelos estudantes brasileiros.

Sobre o índice do *status* econômico, social e cultural (ESCS) em uma perspectiva internacional, os resultados desta última avaliação evidenciaram que o Canadá, a Finlândia, os Estados Unidos e a Coreia estão entres os países que obtiveram os maiores índices

ESCS. Em contrapartida, o Brasil, o Peru, a Colômbia e o México configuram um grupo de países com os menores índices ESCS (MEC, 2019).

Breton (2017) analisou as baixas classificações dos estudantes de países da América Latina em testes de larga escala. No geral, as pontuações médias da América Latina são 60 pontos inferiores à média em outros países com níveis semelhantes de escolaridade. O autor discute que não se pode inferir que as diferenças encontradas dizem respeito somente ao sistema educacional e aos conhecimentos transmitidos pelos professores. Isso porque os processos de aprendizagem ocorrem dentro e fora da escola, dependendo de uma série de variáveis. Desse modo, é preciso considerar as importantes desigualdades socioeconômicas que assolam os países da América Latina, bem como as questões políticas enfrentadas. O estudo hipotetiza, ainda, que a própria cultura latino-americana atribui menos importância ao desempenho dos estudantes em testagens educacionais de larga escala em comparação com outros países.

Por conseguinte, no que se refere às questões educacionais relacionadas ao contexto socioeconômico, Bellibas (2016) constatou que os recursos educacionais disponíveis na residência, o tamanho reduzido das turmas escolares e a disponibilidade das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são os fatores mais relevantes que contribuem para que os estudantes de nível socioeconômico mais baixo obtenham um aprendizado satisfatório. Além disso, diferentemente dos estudantes que possuem maior nível socioeconômico, aqueles com condições menos abastadas têm menor probabilidade de obter êxito na Educação Básica e de frequentar o Ensino Superior.

Considerar as diferenças de clima escolar, socioeconômicas, culturais e de gênero amplia o entendimento sobre aspectos não cognitivos que impactam a forma como o aluno compreende e realiza o PISA, o que conseqüentemente interfere no resultado da prova de leitura, impactando no desempenho educacional do país. Isso também explica as diferenças existentes na proficiência em leitura entre as nações (van Hek, Kraaykamp, & Pelzer, 2017).

Nesse sentido, o clima escolar de diferentes contextos culturais, a saber, nos países ocidentais e orientais, teve efeito moderador para o resultado da prova de leitura do PISA 2009. Essa variável diz

respeito à reciprocidade das relações estabelecidas entre os professores e gestores escolares com os alunos. No Japão e na China, por exemplo, o clima escolar apresentou um efeito maior no desempenho em leitura do que nos Estados Unidos, pois nos países asiáticos os alunos são constantemente supervisionados, assim como são mais dependentes da escola, se comportando segundo as expectativas das instituições de ensino, com destaque para a demonstração de responsabilidade no processo de aprendizagem (Guo, Li, & Zhang, 2018).

No que diz respeito às particularidades presentes no nível básico de ensino, os alunos do ensino profissionalizante que participaram do PISA 2009 quando comparados aos estudantes do ensino médio regular apresentaram baixa motivação intrínseca para a leitura e indicaram que os professores pouco se envolviam nas suas práticas docentes. Vale informar que os alunos do ensino profissionalizante pertenciam aos contextos socioeconômicos pouco favorecidos (De Naeghel et al., 2014). Por sua vez, na investigação do PISA no período de 2000 a 2012, a participação de escolas particulares aumentou o índice de desempenho dos países na prova de leitura. Possivelmente, esse resultado é consequência dos incentivos à leitura promovidos pelas instituições privadas de ensino, somado aos atributos socioculturais e econômicos que conferem maior facilidade dos alunos de terem acesso aos materiais de leitura (DeAngelis, 2019).

A respeito desse tópico, para contornar a desmotivação e fomentar percepções mais positivas dos alunos provenientes de estratos socioeconômicos mais baixos em relação à leitura, é recomendado que os professores sejam capacitados para conduzir práticas que desenvolvam essa habilidade linguística. A atuação do professor deve estimular o interesse do aluno pela leitura, apoiada pelo suporte oferecido aos alunos que apresentam dificuldades e no encorajamento à autonomia. Nessa perspectiva, as políticas públicas educacionais devem levar em conta iniciativas que elevem a qualidade da formação continuada dos professores (De Naeghel et al., 2014).

Observa-se que nos países em que a instrução formal é valorizada, os alunos apresentam melhores resultados na prova de leitura. A valorização da aprendizagem pela sociedade reflete no prestígio que os alunos conferem para o aprender e vice-versa. Essa concepção

sobre o papel da educação repercute na motivação do aluno, interferindo positivamente para o seu desempenho escolar, o que engloba a proficiência na leitura (King, Cai, & Du, 2020).

A interferência cultural e socioeconômica também é identificada na variação das pontuações entre os sexos na prova de leitura em meio digital. Os meninos que apresentaram desempenho superior em leitura digital no PISA 2009 tinham familiaridade com a tecnologia, adquirida pela prática de jogos de computador, no formato *online*. A oportunidade de acesso e o estímulo aos aparatos tecnológicos também repercutiram positivamente na motivação dos meninos, identificada pelo interesse em navegar na internet e pela socialização no meio digital (Lim & Jung, 2019).

Ao tratar sobre as diferenças entre os sexos na prova de leitura ao longo das edições do PISA, é frequentemente identificado um desempenho superior das meninas (Mak, Cheung, Soh, Sit, & Leong, 2016; Melkonian & Areepattamannil, 2017; Solheim & Lundetrae, 2016), com diversas explicações a esse respeito. Análises realizadas com os dados secundários do PISA de 2009, por exemplo, demonstraram que as meninas possuem maior conhecimento sobre o uso de estratégias metacognitivas, com destaque para a memorização (Mak et al., 2016; Wu, 2014) e apresentam comportamentos mais adequados de navegação na internet (Wu, 2014). Com relação à motivação, são mais motivadas intrinsecamente e demonstram um prazer maior para realizar tarefas que envolvem a leitura do que os meninos (De Naeghel et al., 2014; Mak et al., 2016). Associado a isso, a motivação das meninas está relacionada com o maior apoio e autonomia conferida pelos professores (De Naeghel et al., 2014).

No que tange a qualidade motivacional dos alunos nas diferenciações em leitura entre os sexos, Solheim e Lundetrae (2016) tecem considerações sobre o modo como os alunos se envolvem com o PISA. O primeiro ponto se refere aos itens com formato de resposta aberta, o que exige dos alunos a habilidade de escrita. Assim como acontece na leitura, as meninas são mais motivadas para realizar atividades que envolvem a escrita. Isso pode refletir em um esforço maior empreendido pelas meninas para responder os itens abertos do PISA, enquanto os meninos apresentam uma tendência de deixar essas questões em branco. O

outro motivo para o menor envolvimento dos meninos é o fato do PISA não repercutir nas notas escolares, levando a um menor engajamento na prova. Assim, como as meninas costumam ser intrinsecamente motivadas para as atividades promovidas pela escola acabam aderindo mais à realização da prova do que os meninos (De Naeghel et al., 2014; Solheim & Lundetrae, 2016).

Quando se considera as áreas do conhecimento avaliadas pelo PISA, são identificadas diferenças de desempenho entre os sexos na prova de matemática por conta da demanda de leitura dos itens. Na edição de 2012 do PISA, as meninas se saíram melhores nos itens de matemática com alta demanda de leitura, enquanto os meninos apresentaram um desempenho superior nas questões que exigiam menos dessa habilidade. Dessa maneira, as escolas devem investir no desenvolvimento da compreensão de leitura, devido a integração das diferentes áreas do conhecimento a fim de otimizar o processo de ensino e aprendizagem (Ajello, Caponera, & Palmerio, 2018).

Também existem indícios de que as diferenças entre os sexos na habilidade de leitura estão ligadas às variáveis sociodemográficas, econômicas e culturais. O melhor desempenho em leitura por parte das meninas no PISA 2009 foi observado principalmente em países com bons índices de desenvolvimento socioeconômico e que valorizam o hábito de ler (Reilly, 2012). Por sua vez, van Hek et al. (2017) verificaram que as pontuações na prova de leitura do PISA foram impactadas pela proporção superior de meninas presentes nas salas de aula (60%), somada ao nível de escolaridade dos pais e a qualidade da formação docente. Nas edições do PISA de 2000 a 2012, o número de livros que os alunos possuíam em casa e as condições socioeconômicas mensuradas pela ocupação dos pais foram representativas nas diferenças de desempenho em leitura entre meninas e meninos (Lenkeit, Schwippert, & Knigge, 2017).

Mediante o exposto, evidencia-se que os aspectos socioeconômicos e culturais possuem notoriedade ao desenvolvimento escolar, pois repercutem de modos distintos nas possibilidades e necessidades de cada sujeito no momento de aprender. Na aquisição da leitura tal fato torna-se ainda mais relevante, visto que essa habilidade é premissa básica para a compreensão dos conteúdos relativos às demais áreas do conhecimento

(Ajello et al., 2018; Oliveira et al., 2016; Santos & Fernandes, 2016). Alinhado a isso, Schleicher (2016) salienta que cada vez mais as exigências dos sistemas educacionais têm evoluído e instaurado a necessidade de que os estudantes possuam competências e habilidades para assumir novos papéis sociais. A inovação constante faz com que os conhecimentos necessitem ser compartilhados em fluxos colaborativos. Assim, na sequência será explorado o papel da Psicologia Educacional enquanto campo do conhecimento capaz de contribuir com medidas que ultrapassam a esfera cognitiva no desenvolvimento da proficiência em leitura.

### Possibilidades para o desenvolvimento da leitura na educação básica: o papel da psicologia educacional

Investir em uma aprendizagem de qualidade engloba o desenvolvimento e o estímulo da leitura e a garantia de que os alunos tenham acesso aos materiais impressos e digitais necessários para a formação de um bom leitor (King et al., 2020). Essas medidas não se restringem à sala de aula, pois a prática da leitura recreativa contribui para o bom rendimento escolar, com destaque para os livros de ficção (Jerrim & Moss, 2018). O hábito de ler melhora a compreensão gramatical do aluno e amplia o seu vocabulário, repercutindo de forma positiva na sua habilidade de compreender os textos (King et al., 2020). É recomendado que as escolas pensem em meios de conciliar a leitura do material didático com a leitura recreativa e que forneçam espaços informais para que os alunos possam debater sobre as suas leituras (Jerrim & Moss, 2018).

O uso adequado de estratégias metacognitivas é uma forma de fortalecer a compreensão de leitura e colaborar com o processo de ensino e aprendizagem. Tomando como base os dados secundários da prova de leitura da edição de 2000 do PISA, Chen e Chen (2015) constataram que as estratégias metacognitivas formam uma estrutura cognitiva de dois níveis. Nessa estrutura, os atributos de nível inferior englobam a associação de habilidades que atuam na identificação de informações explícitas e a generalização da ideia principal do item da prova. O nível superior abarca as estratégias metacognitivas expressas pela habilidade do aluno para interpretar, explicar, avaliar e comentar sobre

o conteúdo dos itens. A combinação efetiva dessas estratégias fomenta a resolução dos itens, o que resulta em um bom desempenho em leitura.

Em outro estudo, com dados do PISA de 2009, as estratégias metacognitivas classificadas como mais eficazes para a obtenção de bons resultados na prova de leitura foram as estratégias para a memorização de novas informações e as estratégias de sumarização. Ambas as estratégias metacognitivas envolvem a habilidade do aluno para identificar e sublinhar partes importantes do texto, resumir as informações com as próprias palavras e debater sobre o conteúdo do texto com outras pessoas (Drummond & Sauer, 2015). Nessa mesma edição do PISA, as estratégias metacognitivas contribuíram para o desempenho dos alunos na leitura em formato impresso e digital, com destaque para a habilidade de resumir as informações (Lim & Jung, 2019).

Na leitura em formato digital aponta-se para o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), referentes aos conhecimentos básicos de informática dos alunos e as suas habilidades para avaliar as informações *online*. Há estudos direcionados para a autopercepção que os alunos detêm sobre as suas habilidades em utilizar as TICs no seu dia a dia e sua repercussão para o desempenho na prova de leitura do PISA (Lim & Jung, 2019; Meng, Qiu, & Boyd-Wilson, 2018).

Na edição do PISA de 2009, a autoconfiança dos alunos para realizar tarefas informatizadas impactou positivamente na habilidade de leitura digital. Adicionalmente, os alunos que mantinham relações sociais informais *online* demonstraram familiarização com o formato de testagem digital. Trocar *e-mails*, conversar de forma *online*, publicar e manter *sites* geram atitudes afetivas e de autoconfiança com as TICs nos ambientes digitais (Lim & Jung, 2019). Essas constatações são corroboradas pela forte correlação entre a autonomia percebida pelos alunos para utilizar as TICs e desempenho em leitura digital (Meng et al., 2018).

O comportamento de navegação na internet é outro aspecto que prediz o desempenho do aluno na leitura em formato digital (Hahnel, Goldhammer, Naumann, & Kröhne, 2016; Hahnel, Goldhammer, Kröhne, & Naumann, 2018; Lim & Jung, 2019). Alunos classificados como bons leitores filtram o seu acesso às páginas na internet que apresentam informações úteis

para a realização da tarefa e reconhecem a necessidade de voltar a acessá-las. Por sua vez, alunos que possuem dificuldades em leitura não conseguem conectar as ideias principais quando navegam pela internet. Esses alunos acabam selecionando conteúdos aleatórios que pouco favorecem a compreensão do texto digital (Hahnel et al., 2016; Lim & Jung, 2019).

A efetividade da navegação na internet, representada pela seleção de *links* em buscas realizadas pelos alunos em sites é fortemente predita pela compreensão de leitura, pois essa habilidade auxilia na avaliação da pertinência da informação e fornece suporte para assimilar as pistas semânticas. As habilidades de reconhecimento de palavras e integração semântica também são preditoras do comportamento eficiente de navegação, no sentido de facilitar a identificação de *links* irrelevantes durante as buscas nas páginas realizadas na internet (Hahnel et al., 2018).

A respeito da postura docente em sala de aula, o incentivo do professor à autonomia apresenta uma relação positiva com o interesse dos alunos pela leitura. Esta pode ser desenvolvida proporcionando espaços nos quais eles tenham maior abertura para escolher material de leitura de seu interesse. Para conferir êxito à essa prática, o professor deve reconhecer quando os alunos necessitam de orientações, fornecer devolutivas sobre o andamento das leituras que estão sendo realizadas e deve propor desafios aos alunos para mantê-los motivados (De Naeghel et al., 2014).

Outra forma de fomentar atitudes positivas dos alunos para as atividades de leitura é por meio da instrução indutiva. Essa prática consiste em apresentar aos alunos problemas do cotidiano para serem resolvidos em aula, com a finalidade de contextualizar e alinhar o seu conhecimento prévio no ensino de princípios teóricos gerais. Quando o professor incentiva os alunos a expressarem o seu entendimento sobre determinado assunto estão a promover uma conexão entre os textos com as experiências vivenciadas pelos estudantes (Jhang, 2014).

Quanto às práticas de ensino, é evidenciada a contribuição da avaliação formativa para o desempenho de leitura, assim como para a manutenção das relações interpessoais e na manifestação de atitudes positivas do aluno em relação à leitura. Esse tipo de avaliação envolve o monitoramento e a elaboração de devolutivas dos

professores destinadas aos alunos, com o objetivo de promover ajustes no processo de ensino e aprendizagem. Incorporar a avaliação formativa às práticas pedagógicas permite que o aluno compreenda os propósitos da educação formal dentro e fora do ambiente escolar, fornece suporte condizente às necessidades do estudante e confere maiores chances de envolvimento com as aulas. Essa avaliação pode ser um recurso utilizado pelos gestores que atuam na formulação de políticas públicas na Educação para a elaboração de reformas educacionais, uma vez que tende a minimizar os efeitos das desigualdades na aprendizagem (Li, 2016; OCDE, 2005).

## Discussão

A partir da análise de pesquisas que investigaram os antecedentes associados aos resultados da prova de leitura aplicada no PISA, identificaram-se aspectos que podem subsidiar a atuação dos psicólogos no campo da Psicologia Educacional. É observada uma interação dialógica entre componentes no nível do estudante e do contexto. Nesse sentido, os motivos que levam os estudantes a aderirem à leitura e a desenvolverem a habilidade de compreender aquilo que leem, parecem estar associados a forma como a sociedade confere valor à leitura, bem como pelo clima escolar (Bellibas, 2016; Breton, 2017; Guo et al., 2018; Van Hek et al., 2017). Esses pontos perpassam a figura do professor, principalmente no Brasil, cujo ofício requer maior incentivo em termos de condições de trabalho, remuneração e acesso à formação continuada (Falsarella, 2021).

As atividades desempenhadas pelos professores, quando fundamentadas pelos pressupostos da Psicologia Educacional, indicam a necessidade de direcionar as práticas pedagógicas para desenvolver o interesse dos estudantes para a leitura e manter a sua qualidade motivacional (Callan et al., 2016; De Naeghel et al., 2014; Lim & Jung, 2019; Ferraz & Santos, 2021). Ao focar a cognição e a metacognição, aponta-se para os ganhos em ensinar estratégias de leitura que facilitam a compreensão dos materiais impressos ou digitais (Callan et al., 2016; Mak et al., 2016; Wu, 2014). Esse tipo de recurso instrucional permite com que os estudantes selecionem e acessem os dispositivos de leitura com maior facilidade e eficiência (Ferraz & Santos, 2021).

Para otimizar essas práticas, também é recomendado o estímulo ao automonitoramento, em que os alunos são instruídos a questionarem a si próprios sobre o seu desempenho durante a realização de atividades de leitura. O automonitoramento permite a reflexão sobre pontos que podem ser melhorados e, quando aliado ao incentivo à autonomia, faz com que os estudantes elaborem planos de ação direcionados a ajustes que aumentam a probabilidade de êxito (Ferraz & Santos, 2021).

A fim de melhorar o envolvimento com a leitura é preciso, em alguma medida, alinhar as práticas de ensino à realidade dos alunos, visto que essa desconexão repercute em uma aprendizagem fragmentada, que dificulta o estabelecimento de associações entre o que é assimilado das leituras com a sua aplicabilidade para outras disciplinas escolares e para o cotidiano (Jhang, 2014). Nessa perspectiva, devolutivas construtivas demonstram ser uma importante ferramenta, por fornecer informações capazes de ligar os pontos positivos e negativos do desempenho em leitura com formas de superar as adversidades e ampliar as suas possibilidades de aplicação (Bzuneck & Sales, 2011).

Tem-se, ainda, a promoção de espaços destinados à leitura envolvendo a escola e outros ambientes que os estudantes frequentam. Associar à leitura com um hábito de lazer é importante para desconstruir a ideia de que o envolvimento com materiais textuais e as expressões artísticas gerais estão ligadas somente à aprendizagem de conteúdos formais (Garces-Bacsal & Yeo, 2017). Essa pode ser uma forma de torná-la um hábito recreativo e, até mesmo, desempenhar o desafio de aproximar as pessoas do convívio do aluno, principalmente a família, para entrarem em contato com a leitura.

Com este estudo afirma-se que o estímulo ao hábito de leitura e o desenvolvimento da habilidade de compreensão daquilo que é lido, se configuram em formas de preparar os alunos para ocupar um espaço de protagonismo na sociedade. Todavia, o incentivo à leitura não deve se restringir aos espaços formais de aprendizagem. O acesso às obras científicas, técnicas e literárias e a proficiência na compreensão desse conteúdo elevam o conhecimento, o atributo cultural e o pensamento crítico dos indivíduos, essenciais para contestar e lutar contra a propagação das desigualdades sociais e econômicas.

## Referências

- Ajello, A. M., Caponera, E., & Palmerio, L. (2018). Italian students' results in the PISA mathematics test: does reading competence matter? *European Journal of Psychology of Education, 33*(3), 505–520 doi: 10.1007/s10212-018-0385-x
- Álvarez-Cañizo, M., Cueva, E., Cuetos, F., & Suárez-Coalla, P. (2020). Reading fluency and reading comprehension in Spanish secondary students. *Psicothema, 32*(1), 75-83. doi: 10.7334/psicothema2019.196
- Bellibas, M. S. (2016). Who are the Most Disadvantaged? Factors Associated with the Achievement of Students with Low SocioEconomic Backgrounds. *Educational Sciences: Theory & Practice, 16*, 691-710. doi: 10.12738/estp.2016.2.0257
- Breton, T. R., & Canavire-Bacarreza, G. (2017). Low test scores in Latin America: poor schools, poor families or something else? *Compare: A Journal of Comparative and International Education, 48*(5), 733-748. doi: 10.1080/03057925.2017.1342530
- Bzuneck, J. A., & Sales, K. F. S. (2011). Atribuições interpessoais pelo professor e sua relação com emoções e motivação do aluno. *Psico-USF, 16*(3), 307-315. doi: 10.1590/S1413-82712011000300007
- Callan, G. L., Marchant, G. J., Finch, W. H., & German, R. L. (2016). Metacognition, Strategies, Achievement, and Demographics: Relationships Across Countries. *Educational Sciences: Theory & Practice, 16*(5), 1485-1502. doi: 10.12738/estp.2016.5.0137
- Chen, H., & Chen, J. (2015). Exploring reading comprehension skill relationships through the G-DINA model. *Educational Psychology, 36*(6), 1049-1064. doi: 10.1080/01443410.2015.1076764
- Cruz, V. (2007). *Uma abordagem cognitiva da leitura*. Lisboa: Lidel.
- Das, J. P., Naglieri, J. A., & Kirby, J. R. (1994). *Assessment of cognitive processes: the P.A.S.S. Theory of Intelligence*. Allyn and Bacon.
- DeAngelis, C. A. (2019). Does private schooling affect international test scores? Evidence from a natural experiment. *School*

- Effectiveness and School Improvement*, 30(4), 380-397. doi: 10.1080/09243453.2019.1614072
- De Naeghel, J., Valcke, M., De Meyer, I., Warlop, N., Van Braak, J., & Van Keer, H. (2014). The role of teacher behavior in adolescents' intrinsic reading motivation. *Reading and Writing*, 27(9), 1547-1565. doi: 10.1007/s11145-014-9506-3
- Dias, N. M., León, C. B. R., Pazeto, T. C. B., Martins, G. L. L., Pereira, A. P. P., & Seabra, A. G. (2016). Avaliação da leitura no Brasil: revisão da literatura no recorte 2009-2013. *Revista Psicologia: Teoria e Prática*, 18(1), 113-128. doi: 10.15348/1980-6906/psicologia.v18n1p113-128
- Drummond, A., & Sauer, J. D. (2015). Daily videogame use and metacognitive knowledge of effective learning strategies. *Psychology of Popular Media Culture*, 4(4), 342-350. doi: 10.1037/ppm0000049
- Falsarella, A. M. (2021). *Formação continuada e prática de sala de aula: os efeitos da formação continuada na atuação do professor*. Editora Autores Associados.
- Ferraz, A. S., & Santos, A. A. A. (2021). Self-regulation for learning intervention in reading comprehension: an integrative review. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 38, 1-12. doi: 10.1590/1982-0275202138e190179
- Ferreira, N. S. A. (2019). Leitura sobre leitura(s) na Revista Pro-Posições. *Pro-Posições*, 30(e20190106), 1-24. doi: 10.1590/1980-6248-2019-0106
- Garces-Bacsal, R. M., & Yeo, S. D. (2017). Why and What They Read When They Don't Have to: Factors Influencing the Recreational Reading Habits of Gifted Students in Singapore. *Journal for the Education of the Gifted*, 40(3), 247-265. doi:10.1177/0162353217717035
- Guo, S., Li, L., & Zhang, D. (2018). A multilevel analysis of the effects of disciplinary climate strength on student reading performance. *Asia Pacific Education Review*, 19(1), 1-15. doi: 10.1007/s12564-018-9516-y
- Hahnel, C., Goldhammer, F., Naumann, J., & Kröhne, U. (2016). Effects of linear reading, basic computer skills, evaluating online information, and navigation on reading digital text. *Computers in Human Behavior*, 55, 486-500. doi: 10.1016/j.chb.2015.09.042
- Hahnel, C., Goldhammer, F., Kröhne, U., & Naumann, J. (2018). The role of reading skills in the evaluation of online information gathered from search engine environments. *Computers in Human Behavior*, 78, 223-234. doi: 10.1016/j.chb.2017.10.004
- Jerrim, J., & Moss, G. (2018). The link between fiction and teenagers' reading skills: International evidence from the OECD PISA study. *British Educational Research Journal*, 45(1), 181-200. doi: 10.1002/berj.3498
- Jhang, F. H. (2014). The influences of inductive instruction and resources on students' attitudes toward reading: evidence from PISA 2009. *Educational Research and Evaluation*, 20(5), 386-410. doi: 10.1080/13803611.2014.966114
- King, R. B., Cai, Y., & Du, H. (2020). Societal-level utility value strengthens the relationship between student-level utility value and achievement: A person-culture fit perspective. *British Journal of Educational Psychology*, 90, 1-19. doi: 10.1111/bjep.12354
- Kintsch, W., & Rawson, K. A. (2013). Compreensão. In M. J. Snowling, & C. Hulme (Orgs.). *A ciência da leitura*, (227-244). Penso.
- Lenkeit, J., Schwippert, K., & Knigge, M. (2017). Configurations of multiple disparities in reading performance: longitudinal observations across France, Germany, Sweden and the United Kingdom. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 25(1), 52-86. doi: 10.1080/0969594x.2017.1309352
- Li, H. (2016). How is formative assessment related to students' reading achievement? Findings from PISA 2009. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 23(4), 473-494. doi: 10.1080/0969594x.2016.1139543
- Lim, H. J., & Jung, H. (2019). Factors related to digital reading achievement: A multi-level analysis using international large scale data. *Computers & Education*, 133, 82-93. doi: 10.1016/j.compedu.2019.01.007
- Mak, S., Cheung, K., Soh, K., Sit, P., & Jeong, M. (2016). An examination of student- and across-level mediation mechanisms accounting for gender differences in reading performance: a multilevel analysis of reading engagement. *Educational Psychology*, 37(10), 1206-1221. doi: 10.1080/01443410.2016.1242712

- Melkonian, M., & Areepattamannil, S. (2017). The effect of absolute age-position on academic performance: a study of secondary students in the United Arab Emirates. *Educational Studies*, 44(5), 1-13. doi: 10.1080/03055698.2017.1382330
- Meng, L., Qiu, C., & Boyd-Wilson, B. (2018). Measurement invariance of the ICT engagement construct and its association with students' performance in China and Germany: Evidence from PISA 2015 data. *British Journal of Educational Technology*, 50(6), 3233-3251. doi: 10.1111/bjet.12729
- Ministério da Educação (2019). Relatório Brasil no PISA 2018. [http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio\\_pisa\\_2018\\_preliminar.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/documentos/2019/relatorio_pisa_2018_preliminar.pdf)
- Ministério da Educação (2020). *Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)*. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/pisa>
- Ning, B., Van Damme, J., Gielen, S., Vanlaar, G., & Noortgate, W. V. D. (2015). What Makes the Difference in Reading Achievement? Comparisons Between Finland and Shanghai. *Scandinavian Journal of Educational Research*, 60(5), 515-537. doi: 10.1080/00313831.2015.1062413
- Oliveira, K. L., Inácio, A. L. M., Fernandes, G. F. G., & Oliveira, G. T. (2019). Compreensão de leitura no ensino médio: análises e possibilidades. In C. G. G. S. Giroto, S. A. P. Franco, & G. F. Silva (Orgs.), *Formação de Leitores e a Educação Estética: arte e literatura*, (107-120). Editora CRV.
- Oliveira, K. L., Santos, A. A. A., & Rosa, M. T. (2016). Compreensão em Leitura no Ensino Fundamental. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(3), 546-557. doi: 10.1590/1982-3703001172014
- Organisation for Economic Co-operation and Development (OCDE). (2005). *Formative assessment: Improving learning in secondary classrooms*. <http://www.oecd.org/education/ceeri/35661078.pdf>
- Reilly, D. (2012). Gender, Culture, and Sex-Typed Cognitive Abilities. *PLoS ONE*, 7(7), 1-16. doi: 10.1371/journal.pone.0039904
- Santos, A. A. A., & Fernandes, E. S. O. (2016). Habilidade de escrita e compreensão de leitura como preditores de desempenho escolar. *Psicologia Escolar e Educacional*, 20(3), 465-473. doi: 10.1590/2175-3539201502031013
- Santos, A. A. A., & Ferraz, A. S. (2017). Avaliação de habilidades relacionadas à compreensão de leitura no ensino fundamental. *Psico*, 41(8), 21-30. doi: 10.15448/1980-8623.2017.1.24376
- Schleicher, A. (2016). Challenges for PISA. *RELIEVE*, 22(1), 1-7. doi: 10.7203/relieve.22.1.8429
- Solheim, O. J., & Lundetrae, K. (2016). Can test construction account for varying gender differences in international reading achievement tests of children, adolescents and young adults? – A study based on Nordic results in PIRLS, PISA and PIAAC. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 25(1), 107-126. doi: 10.1080/0969594x.2016.1239612
- Torppa, M., Vasalampi, K., Eklund, K., Sulkunen, S., & Niemi, P. (2019). Reading comprehension difficulty is often distinct from difficulty in reading fluency and accompanied with problems in motivation and school well-being. *Educational Psychology*, 40(1), 62-81. doi: 10.1080/01443410.2019.1670334
- Ustun, U., & Eryilmaz, A. (2018). Analysis of Finnish Education System to question the reasons behind Finnish success in PISA. *Studies in Educational Research and Development*, 2(2), 93-114. <https://files.eric.ed.gov/fulltext/ED591431.pdf>
- Van Hek, M., Kraaykamp, G., & Pelzer, B. (2017). Do schools affect girls' and boys' reading performance differently? A multilevel study on the gendered effects of school resources and school practices. *School Effectiveness and School Improvement*, 29(1), 1-21. doi: 10.1080/09243453.2017.1382540
- Viana, F. L., Cadime, I., Santos, S., Brandão, S., & Ribeiro, I. (2017). O ensino explícito da compreensão de leitura. Análise do impacto de um programa de intervenção. *Revista Brasileira de Educação*, 22(71), 1-30. doi: 10.1590/s1413-24782017227172
- Wu, J. Y. (2014). Gender differences in online reading engagement, metacognitive strategies, navigation skills and reading literacy. *Journal of Computer Assisted Learning*, 30(3), 252-271. doi: 10.1111/jcal.12054

Recebido em: 27/01/2021  
 Reformulado em: 07/06/2021  
 Aceito em: 06/07/2021

Sobre as autoras:

**Amanda Lays Monteiro Inácio**

Mestra pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Londrina. Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação Stricto-sensu em Psicologia da Universidade São Francisco, Campinas-SP, Brasil.  
ORCID: 0000-0003-1892-6242

*E-mail:* amandalmonteiro@gmail.com

**Adriana Satiko Ferraz**

Mestra e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Psicologia pela Universidade São Francisco, Campinas-SP, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/000-0002-9856-0094>

*E-mail:* adrianasatiko.as@gmail.com

**Acácia Aparecida Angeli dos Santos**

Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano. Docente do Programa de Pós-graduação Stricto-sensu em Psicologia da Universidade São Francisco, Campinas-SP, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8599-7465>

*E-mail:* acacia.angeli@gmail.com

Contato com as autoras:

Amanda Lays Monteiro Inácio

Av. José Gabriel de Oliveira, 685, Apt. 1203, Parque Aurora

Londrina-PR, Brasil

CEP: 86047-360

Telefone: (43) 99829-2222

# MOINHOS DE SONHOS: PROJETOS DE VIDA NO ENVELHECIMENTO

Amanda Souza Lopes Barros  
Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns

Claudimara Chisté Santos  
Universidade de Pernambuco

---

## Resumo

O envelhecimento se projeta como processo de mudanças e ressignificações no contexto de fragilidades e potencialidades dos idosos. Neste cenário, ressoa o repensar de práticas para promoção de saúde e qualidade de vida. Esta pesquisa buscou analisar as ressonâncias de uma proposta de intervenção para resgatar, incrementar ou construir projetos de vida junto a um grupo de idosas de um Centro de Referência da Assistência Social do Agreste Meridional de Pernambuco, Brasil. A investigação pautou-se na perspectiva qualitativa, por meio da pesquisa-ação. Nas oficinas observou-se a importância das atividades grupais, que possibilitam a manutenção da esperança, da fé e da espiritualidade na adaptação ao envelhecimento, configurando-se como fatores importantes de promoção da saúde. A intervenção revelou-se como força impulsionadora de ressignificações, reconhecimento e motivação, entendendo que estratégias de reorganização dos planos e projetos de vida são estímulos para autonomia no envelhecimento.

*Palavras-chave:* Projetos; Envelhecimento; Idosos; Promoção da Saúde.

## Dream Windmills: Life Projects in Aging

### Abstract

Aging is a process of changing and reframing in the context of elderly weaknesses and potentials. With this scenario, rethinking practices to promote health and life quality resonates. This research aim to analyze the resonances of an intervention proposal, which seek to rescue, increase or build life projects with a group of elderly women from a Reference Center for Social Assistance services in the Southern Region of Pernambuco, Brazil. The investigation was based on a qualitative perspective, through the Research-Action Methodology. In the workshops we conducted, the importance of group activities was observed, which make it possible to maintain hope, faith and spirituality in adapting the aging process, turning it as a important health promotion factor. The intervention process proved itself to be a driving force for reframing, self-recognition and motivation. In additions, we must understand that defining strategies for reorganization of life plans and projects are incentives for autonomy in aging.

*Keywords:* Projects; Aging; Aged; Health Promotion.

## Molinos de Sueños: Proyectos de Vida en el Envejecimiento

### Resumen

El envejecimiento se proyecta como un proceso de cambios y resignificaciones en el contexto de debilidades y potencialidades de los anciano. Bajo este escenario, es importante el planteamiento de prácticas para la promoción de la salud y de la calidad de vida. Esta investigación buscó analizar las resonancias de una propuesta de intervención para rescatar, potenciar o construir proyectos de vida con un grupo de ancianas de un Centro de Referencia de Asistencia Social en el Agreste Meridional de Pernambuco, Brasil. El estudio se basó en la perspectiva cualitativa, a través de la investigación-acción. En los talleres de grupo, se ha observado la importancia de las actividades colectivas, que permiten a los participantes mantener la esperanza, la fe y la espiritualidad para adaptarse al envejecimiento, convirtiéndose en importantes factores de promoción de la salud. La intervención de este estudio se mostró un motor impulsor de resignificaciones, autoconocimiento y motivación. Así pues, las estrategias para reordenar los planes y proyectos de vida son incentivos para la autonomía en el proceso de envejecimiento.

*Palabras clave:* Proyectos; Envejecimiento; Anciano; Promoción de la salud.

---

## Introdução

A ruptura da associação entre velhice e um cenário de demência, doenças e invalidez inclui uma reflexão do envelhecimento além da idade cronológica. O envelhecimento pode variar conforme o momento histórico, considerando culturas diversas (Cavalli *et al.*, 2020). Compreender o desenvolvimento ao longo da vida, não excluindo a relação entre perdas e ganhos, proporciona ao revelar das potências de vida do idoso e precisa ser realizada contextualizando os aspectos sociais (Kreuz & Franco, 2017).

O olhar sobre o envelhecer aqui proposto envolve uma desconstrução do discurso dominante de perdas, declínio e vulnerabilidades, sem defender o discurso romantizado, compreendendo a velhice como parte do processo de desenvolvimento, com as suas conquistas, enfrentamentos, descobertas, redescobertas, fragilidades e possibilidades. Neste jogo entre potências e desafios, promover autonomia configura um desafio nas práticas atuais de saúde, tendo em vista a cultura do domínio do saber atrelada ao profissional de saúde. Questionar o saber-poder condiz com a mudança em práticas pautadas em modelos prontos e impositivos do cuidado.

Minayo, Hartz e Buss (2000) dispõem sobre a promoção da saúde enquanto qualidade de vida, propondo romper com o reducionismo biomédico, a partir do distanciamento de um referencial de doença. Uma prática intersectorial e interdisciplinar é, portanto, desejável, a partir da condução de um diálogo multiprofissional. Para Czeresnia (2009), a promoção da saúde tem relação com o fortalecimento da autonomia dos sujeitos no contexto individual e coletivo, bem como capacidade de adaptação aos condicionantes e determinantes de saúde e capacidade de escolha.

Especificamente no contexto do idoso, a promoção da saúde compreende ações que promovam autonomia, sugerindo que o desenvolvimento dessas competências é vital para o cuidado e integram a atuação indispensável do indivíduo no processo de escolha e construção da sua saúde. Diante do desafio de atuar na perspectiva da promoção de saúde com idosos, considerou-se a hipótese de que a construção ou resgate de um projeto de vida, mesmo que a curto prazo, pudesse

se transformar em um gerador de atitudes potentes, um incremento à saúde global.

Martinelli e Rueda (2020) estudaram os construtos bem-estar subjetivo e qualidade de vida, verificando a possível influência entre os construtos em uma amostra de 71 idosos. Esta foi uma investigação que parte de premissas diferentes das encontradas comumente na literatura. Eles consideraram uma população de pessoas saudáveis, praticantes de Tai-Chi Chuan, o que possibilita incluir no universo de estudos acadêmicos objetos de estudos e pessoas não associadas a doenças. Além disso, entre vários os fatores avaliados, eles encontraram que a dimensão “afetos positivos” correlacionou-se positivamente com “atividades passadas, presentes e futuras” ( $\beta = 0,40$ ;  $p < 0,01$ ). Constatada esta relação entre os dois fatores, é possível identificar a necessidade de outras pesquisas que aprofundem, especificamente no tocante ao planejamento sobre o futuro, como os projetos de vida são – ou não – construídos, além de identificar se esta pode ser uma tecnologia leve para ser implementada no cuidado de idosos e idosas nos mais diversos equipamentos de saúde.

Na concepção de Prehn e Mattos (2002), em todas as etapas da vida é preciso construir planos, ter objetivos firmados e olhar para o futuro, tomando para si o que é importante em cada fase de vida. Reinventar, viver o que fomos e o que ainda não somos. Pensar no que queremos nos tornar, buscando um reinventar constante a partir de um esculpir e lapidar diário, se moldando às intempéries da vida. Mas, ao levantar os questionamentos acerca dos projetos de vida e planejamento de futuro como algo necessário, vê-se o quão distante ainda é essa realidade, e tem-se a inquietação de compreender este fenômeno.

Diante do novo cenário que está se configurando a partir do envelhecimento populacional e com uma proposta de adequar-se a essa nova realidade, este estudo teve como objetivo analisar as ressonâncias de uma proposta de intervenção para resgatar, incrementar ou construir projetos de vida junto a um grupo de idosos de um Centro de Referência da Assistência Social do Agreste Meridional de Pernambuco, Brasil. Além disso, buscou também caracterizar o perfil das participantes quanto a uma perspectiva de esperança frente ao futuro, uma vez que, de acordo com Sartore e Grossi (2007), ela pode ser vista como possível

elemento de enfrentamento diante da perspectiva de futuro no contexto do envelhecimento. Além de identificar a presença de potencial de ação quanto à realização de projetos de vida.

O objetivo proposto toma como entendimento que construção de um projeto de vida pelo idoso poderá compor um elemento importante para um envelhecimento com qualidade de vida. Além disso, esta intervenção conduz a uma ruptura do saber poder do profissional propondo a quebra desse paradigma, bem como o respeito à autonomia do idoso e desenvolvendo a ideia de protagonismo e empoderamento da pessoa idosa.

## Método

O delineamento metodológico desta pesquisa propôs uma abordagem qualitativa com a utilização do método da pesquisa-ação, que possibilita propor transformações e melhorias no cenário de atuação (Tripp, 2005). Barbier (2004) aponta que neste método a pesquisa é voltada não apenas para criação de novas técnicas e processos, mas para discutir existencialmente o lugar do humano na natureza, a partir de um trabalho na transdisciplinaridade.

### Participantes da pesquisa

O estudo foi desenvolvido em um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em uma cidade do Agreste Meridional de Pernambuco, Brasil, selecionado por apresentar um grupo de idosas com o propósito de realizar práticas de promoção da saúde. O público participante foi de 20 idosas (entre 60 e 85 anos), tendo como critério de inclusão ser membro do grupo de convivência do CRAS definido, e como critérios de exclusão a recusa em participar da pesquisa, bem como ausência nos dias da intervenção.

### Coleta de dados

Todos os procedimentos respeitaram o que institui a Resolução n.º. 510/2016, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética e registrado pelo Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE)

71811317.4.0000.5207. O estudo planejou uma primeira etapa de reconhecimento da situação-problema, a partir do monitoramento e avaliação da situação atual. O segundo momento foi composto pela aplicação de uma intervenção e posteriormente uma etapa avaliativa.

A coleta de dados teve como subsídio para o registro dos fenômenos: a escala aplicada, entrevistas, conversas, gravação de áudio e registros no diário de campo, sendo todos esses recursos autorizados através do Termo de consentimento livre e esclarecido. Para manter o sigilo das participantes, as idosas foram nomeadas aleatoriamente com nomes de plantas.

A primeira etapa consistiu na aplicação dirigida e individual da Escala de Esperança de Herth – EEH, um instrumento adaptado e validado para a língua portuguesa para mensuração da esperança (Sartore & Grossi, 2008). A escala configurou-se como um instrumento importante para caracterizar o perfil das participantes em relação ao componente esperança, podendo ser este um elemento influenciador na perspectiva de projetos de vida no envelhecimento.

A EEH é estruturada com doze afirmativas e a graduação dos itens se configura por uma escala do tipo likert com quatro pontos dispostos entre “discordo completamente” (1 ponto) e “concordo completamente” (4 pontos). O escore total varia entre 12 e 48 pontos, sendo diretamente proporcional à relação entre o escore total e o nível de esperança, quanto maior o escore, maior será o nível de esperança nas afirmativas como: eu estou otimista quanto à vida; eu tenho planos a curto e longo prazo; eu consigo ver possibilidades em meio as dificuldades; eu tenho uma fé que me conforta; eu posso me lembrar de tempos felizes e prazerosos; eu me sinto muito forte; eu me sinto capaz de dar e receber afeto/amor. Já em uma análise individual, os itens “eu me sinto muito sozinha” e “eu tenho medo do futuro” apresentam escores invertidos (Souza et al., 2017).

A segunda etapa envolveu uma intervenção com o grupo de idosas, através da realização de oficinas, dispostas em encontros semanais. Acompanhar o movimento do grupo foi a proposta estabelecida para o planejamento e vivência das oficinas, respeitando as limitações e potencialidades que emergiam do grupo. Além de atender ao objetivo geral, analisando

as ressonâncias da intervenção realizada para resgatar, incrementar ou construir projetos de vida.

Na terceira etapa foram realizadas entrevistas individualizadas através de um questionário com duas perguntas elaboradas pela própria autora, complementando a análise das ressonâncias da intervenção.

Ao todo foram respeitados os quatro ciclos da pesquisa-ação (Sampieri, Collado & Lucio, 2013). O primeiro foi o momento de se compreender o problema e as necessidades do grupo envolvido no trabalho, tendo sido realizadas duas visitas à instituição e conversas espontâneas com as usuárias do serviço, na busca de inserção no cotidiano, tanto da instituição, quanto das possíveis participantes.

A elaboração das atividades se deu tanto no segundo ciclo, quanto ao longo de todo o trabalho. A pesquisa aconteceu entre os meses de maio, junho e julho; período de muitas chuvas, dificultando a assiduidade das participantes. Os encontros eram semanais e iniciaram com 40 mulheres. A partir do segundo encontro, que foi a semana em que as chuvas começaram, a frequência caiu para 20. O município em que se deu a pesquisa tem temperaturas variando entre 18 e 12 graus no inverno. Por estas razões, cada idosa teve a oportunidade de participar de sete encontros, sendo que dois deles foram para o grupo todo e os outros cinco, oferecidos em duas turmas para que pudessem adequar sua disponibilidade de horário e de traslado.

Cada oficina teve uma duração média de duas horas, sendo pactuada por todas as envolvidas. Antes dos encontros foi mantido o desenvolvimento de atividades físicas como alongamento e danças, promovidas pelo educador social do CRAS, que já eram presentes na rotina do grupo e das quais uma das pesquisadoras participou.

O trabalho grupal foi pautado nos jogos dramáticos e fundamentado na teoria do Psicodrama (Moreno, 1999), sendo estruturadas a partir dos jogos dramáticos, que “permitem avaliar e desenvolver um grau de espontaneidade e criatividade do indivíduo, através de suas características, estados de ânimo e/ou emoções na obtenção e resolução de conflitos” (Yozo, 1996, p.17). A sistematização de cada dia de intervenção se deu a partir das etapas de aquecimento inespecífico, aquecimento específico, dramatização, comentários e processamento.

Houve um planejamento de cada oficina previamente, mas o grupo delineou a forma de caminhar dos encontros, corroborando com a perspectiva de autonomia de cada participante como escritor de sua própria história, mesmo diante da intervenção de uma profissional de saúde, respeitando as limitações e potências que emergiam.

### Análise de dados

As informações colhidas a partir da aplicação da Escala de Esperança de Herth foram copiladas em uma planilha de Excel e analisadas através da versão 22 do software estatístico SPSS. A análise desses dados permitiu a compreensão dos dados disponíveis, além de caracterizar o perfil das participantes levando em consideração o elemento esperança.

A análise do discurso orientou a compreensão dos dados coletados durante os encontros. De acordo com Orlandi, (2009, p. 15) “a análise do discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” e é necessário considerar o dito e o não-dito. Os sentidos foram sendo compreendidos a partir da prevalência de temáticas referidas pelas idosas, revelando o que se apresenta como mais significativo.

### Resultados

Para orientar a apresentação dos resultados, primeiramente serão apresentados os dados coletados a partir da Escala de Esperança de Herth (Sartore & Grossi, 2007), em seguida os encontros e os sentidos atribuídos a futuro e a projeto de vida e, finalmente, os efeitos do programa, percebidos pelas participantes.

#### Primeira etapa

A partir da primeira etapa da pesquisa foi possível caracterizar o perfil do grupo através da Escala de Esperança de Herth, alcançamos uma análise das participantes do programa, tendo como eixo principal o nível de esperança das idosas. O nível de esperança, analisado pela Escala de Esperança de Herth, apresentou um escore médio de 40,35 pontos, em uma escala

de 12-48 pontos, destacando que quanto maior a pontuação, maior o nível de esperança da população.

Observando os achados de cada variável da escala, levando em consideração o item “concordo completamente”, verificamos que 75% das idosas estão otimizadas quanto à vida, 65% afirmam ter planos a curto e longo prazo, 70% conseguem ver possibilidades em meio às dificuldades, 100% têm uma fé que conforta, 60% referem lembrar de tempos felizes e prazerosos, 85% se consideram muito fortes, 85% se sentem capazes de dar e receber afeto/amor, 60% sabem onde querem ir, 90% acreditam no valor de cada dia e 100% sentem que sua vida tem valor e utilidade. As duas variáveis que apresentam disposição inversa, levando em conta o item “discordo completamente”, 75% das idosas discordaram da frase “eu me sinto muito sozinha” e 60% negaram ter medo do futuro.

## Segunda etapa

Em relação a segunda etapa do estudo será apresentada a vivência e os temas gerais de cada encontro, além dos sentidos atribuídos ao projeto de vida.

### O Ser velho: 1º Encontro

Como proposta de aquecimento e reconhecimento do EU, a primeira oficina foi iniciada com a sugestão de vivência de um jogo dramático abordando como temática “o Ser velho”, trazendo como ponto de discussão os enfrentamentos vivenciados na velhice. A problematização foi iniciada a partir do desenho “Brichos: a velhice está chegando”, série de autoria do cineasta Paulo Munhoz (Munhoz & Beduschi, 2007). Continuando nesta proposta de reflexão, o episódio, que aborda o medo da velhice, trouxe subsídios para a discussão sobre ganhos e perdas com a velhice. Em meio aos discursos trazidos, o primeiro encontro teve como ideia central a possibilidade de sonhar da pessoa “depois de velha”, como falavam as participantes.

### Recortes da vida na construção do Eu: 2º Encontro

Este momento abordou a temática de “Perdas e Ganhos ao Longo dos Tempos”, utilizando-se de um jogo dramático que recebeu o nome de Colcha de Retalhos, por meio do qual cada uma desenvolveu, a partir

da técnica de pintura, desenhos representativos de resgates e retratos da vida. As reflexões propostas giraram em torno das seguintes perguntas: “quando você era jovem, como você imaginou que seria sua vida nessa fase? O que se concretizou e o que é diferente?”

Uma colcha de retalhos em uma aquarela de cores se formou e surgiram momentos destinados a relatos autobiográficos, resgates de momentos de vida significativos na construção de como cada uma se apresenta nos dias atuais.

Considerando a perspectiva da pesquisa-ação, o terceiro ciclo, a esta altura, já estava sendo implementado, ou seja, o planejamento já se punha em execução. Entretanto, características do primeiro e do segundo ciclo continuavam presentes, uma vez que se continuava a mergulhar nas demandas e características do grupo, além de reelaborar o que havia sido inicialmente pensado a partir das primeiras visitas.

### Plantar para se fazer florescer: 3º encontro

A terceira oficina teve como tema “O idoso, a Família e o Mundo: Trabalhando as Questões da Representatividade Social”, abordando a autonomia do idoso. Foi utilizado um jogo dramático com figuras de revistas e um vasinho de planta vazio, e solicitado que cada participante fizesse suas escolhas entre as figuras para preencher o vaso de planta, com a analogia que cada elemento escolhido representava o plantar de hoje para um florescer no amanhã.

A problematização girou em torno da seguinte pergunta: “você toma algum cuidado com sua saúde, pensando em proteger sua autonomia no futuro?”

### Sentidos e significados da vida: a velhice de dentro para fora e de fora para dentro: 4º encontro

Caminhando com a reflexão de novos sentidos e significados atribuídos à vida na terceira idade, esta vivência foi conduzida pela pergunta: “o que dá significado à minha vida?”, realizada a partir de um jogo dramático intitulado “Flores da Reconstrução”. Foi proposto o despertar do real sentido da vida de cada uma nessa fase da vida. Entre folhas lisas, rasgadas e amassadas, entre vidas sofridas, alegres e modificadas, foi possível pensar em transformar, reconstruir e resignificar a vida.

Reconhecendo-se no futuro: 5º encontro

Com a temática “Os sonhos não Envelhecem”, foi proposta uma atividade envolvendo uma peça de teatro encenada pelas idosas, como estímulo para que contassem uma história que envolvesse a realização de um sonho: “era uma vez uma senhora que morava em uma pequena cidade do interior de Pernambuco e um belo dia decidiu realizar um sonho (...)”. Além disso, foi ofertada argila para que cada uma desenvolvesse elementos com o tema sobre o Futuro. Esta atividade teve como pergunta: “é possível ter sonhos e planejamento futuro na velhice?”

Moinho de sonhos: movendo projetos, transformando vidas: 6º encontro

As atividades aqui realizadas promoveram a construção de projetos de vida e planos de futuro pelas idosas, tendo como pergunta: “o que posso e o que quero fazer?” Este momento levou à discussão sobre projetos de vida no envelhecimento e sobre a possibilidade de planejamento de futuro na terceira idade. Para que as participantes pudessem planejar e pensar na concretização desses sonhos em projetos, foram utilizados cartazes e cada participante construiu o seu projeto elucidando formas para alcançá-lo.

O melhor ainda está por vir: 7º encontro

Esta oficina reuniu elementos construídos ao longo das atividades desenvolvidas, levando a uma reflexão acerca dos momentos vivenciados e como cada uma olhou para o amanhã a partir dos encontros. No embalar da ciranda de roda encerramos as oficinas. A escolha deste estilo de dança aconteceu por ser uma dança inclusiva, integrativa, que possibilita a expressão corporal dos que se deixam levar pelo ritmo. Além disso, o momento permitiu o fortalecimento dos vínculos.

### Terceira etapa

O processo de avaliação do programa desenvolvido se deu através de duas perguntas: “Você pensou em algum plano para o futuro depois dos encontros do programa?” e “Como foi o projeto para você?” A partir do olhar das idosas foi possível captar os possíveis efeitos da intervenção realizada e avaliar a representatividade dos momentos vivenciados. Os registros e análise

dos discursos conseguem traduzir a representatividade dos momentos vivenciados através das oficinas. Referir motivação para concluir projetos, o estímulo para colocar em prática planos, a descoberta do querer e poder fazer, todas essas manifestações são importantes para a avaliação do programa.

As atividades propostas buscaram levar ao grupo discussões acerca de futuro, de modo a se permitirem reconhecer-se com um moinho de sonhos, gerando energia para continuar lançando-se ao mundo com planos e projetos em um futuro próximo ou longínquo; visualizar-se como possível de fazer e realizar planos em qualquer idade.

Como é próprio do delineamento da pesquisa-ação, há dois tipos de resultados – o próprio programa implementado, já apresentado e o que ressoou nas pessoas envolvidas. Passaremos agora a discuti-los.

## Discussão

As discussões acontecerão a partir da síntese da revisão de literatura, das análises da escala de esperança e do discurso das participantes.

Os dados apresentados a partir da Escala de Esperança de Herth trouxeram reflexões acerca da percepção da esperança das idosas participantes da pesquisa. Segundo Fonseca, Dantas, Coelho, Carvalho e Pontes (2015, p. 12), “a esperança é um conceito multidimensional e dinâmico, o qual impulsiona o indivíduo a agir, se mover e alcançar seus objetivos”, sendo, dessa forma, uma análise importante para o reconhecimento do grupo quanto ao nível de esperança e possível presença de potencial de ação quanto à realização de projetos de vida.

Ao responderem à escala, foi possível constatar nos itens “eu tenho uma fé que me conforta” e “eu sinto que minha vida tem valor e utilidade” que todas as participantes responderam que concordam completamente com essas afirmações, destacando a presença de uma fé revigorante e fortalecedora presente na vida delas, além da presença do reconhecimento do valor da própria vida, indo de encontro a uma sociedade que marginaliza o idoso e rompe com a perspectiva de sujeito ativo e representativo na sociedade. Os itens “Eu

tenho planos a curto e longo prazo”, “eu tenho medo do futuro” e “Eu sei onde quero ir”, foram questões que revelaram o posicionamento das idosas em relação à manutenção de projetos e perspectiva de futuro.

Diante destes elementos observados a partir da escala de esperança, percebemos que as idosas apresentam otimismo quanto à vida e ao futuro, sinalizam apresentar elementos fortalecedores para potência de ação em relação a estabelecer projetos de vida a partir da manutenção da esperança de vida. Essas inferências contribuíram para compreensão do perfil do grupo, bem como para construção das oficinas, entendendo que projetos de vida estão alinhados a manutenção da esperança e perspectiva de futuro.

Estudo de Fonseca et al. (2015) com idosos de João Pessoa, avaliou o nível de esperança de idosos através da mesma escala de esperança, encontrando uma média de 38,12 pontos. Já em pesquisa de Souza et al. (2017), com idosos cuidadores, residentes de um município no interior de São Paulo, apresentou média de 40,9 pontos. Estudos com grupo de idosos acometidos por doença específica revelou a partir dessa escala uma pontuação média de 36,2 (Orlandi, Pepino, Pavarini, Santos & Mendiondo, 2012). Comparando com estes estudos, podemos destacar que as idosas da pesquisa apresentaram um elevado nível de esperança.

A discussão prosseguirá abordando o discurso analisado a partir do *corpus* da pesquisa.

### Meus planos, meus sonhos, minha vida

Ao revelarem lembranças de tempos vividos, sonhos desencontrados e vontade de viver, as idosas trouxeram resgates de expressões de vida, releitura dos sonhos e reconstrução de planos. Em uma perspectiva de futuro a médio e longo prazo, Sempre-viva (65 anos) revelou: “Tenho planos de viajar. Já está marcado para *basílica* e tem outro plano, ir para Goiás”. Já em uma visão a curto prazo, mas que se desdobra em uma estratégia prolongada, Begônia (85) demonstra suas intenções: “Estou aguardando o curso de crochê (...) Ter união e companhia até o final da minha vida”. Perpétua (74 anos) enfatizou que “partilhar sonhos nos impulsiona a colocar [os sonhos] em prática”.

Santana, Bernardes e Molina (2016) encontraram idosos que alegaram não apresentar projetos, tal como

Betônica (69), que na presente pesquisa afirma: “Não tenho sonhos. O que eu mais sonhei foi ter um carro. Foi difícil nova, agora velha só penso em ter uma vida boa, saúde”. Entretanto, a maioria das participantes mencionou planos. Sobre o futuro, Amor-Crescido (60) diz que “O que desejo é que pelo menos continue como estou, apesar das minhas limitações. Participar do grupo, dos exercícios. O que pretendo ter no futuro é que eu continue assim, trabalhando. É minha vida, eu amo trabalhar”.

Ferreira, Mata, Santos, Maia e Maia. (2010) apontaram que a maioria dos idosos têm planos para o futuro, envolvendo família, aquisições materiais, o viver bem e ter saúde. Os achados desses autores se assemelham com as inferências da presente investigação, como observado na falas de Amorosa (62): “Quero poder dançar até o final da minha vida” e de Gertrudes (63), que alega: “Eu me sinto bem, eu me sinto útil, eu me sinto viva. Eu preciso e pretendo para o meu futuro é viver bem e com intensidade e me sentir útil. Sei que vou viver muito. Procuo ficar elétrica, buscar o que fazer, eu quero trabalhar”.

Gishitomi (2014) observou que a construção de projetos de vida pelos idosos possibilita o compartilhamento de histórias de vida, permitindo, dessa forma, que o idoso retome o sentido de si, além de contribuir para uma perspectiva de futuro e com isso aconteça a manutenção ou a recuperação da autoestima. Na presente pesquisa ficou evidente que a maneira como cada uma construiu sua vida influenciou diretamente no modo como projeta seu futuro.

### Enquanto há vida, há esperança

As idosas expressaram a presença da esperança como elemento impulsionador na vida. “Enquanto há vida, há esperança. Não podemos perder a esperança” (Amor-crescido, 60); “Enquanto há vida, há esperança. A vida continua e a gente não pode parar” (Gertrudes, 63). Fonseca et al. (2015, p.19) trazem uma reflexão a partir dos resultados encontrados em seu estudo, no qual a esperança “está diretamente correlacionada com o bem-estar físico e psicológico do idoso, assegurando sua sobrevivência biológica e psicológica. Quanto mais os valores dos idosos forem guiados por princípios que buscam uma melhora física e mental, maiores serão seus níveis de esperança”. A fala de Primavera (74) corrobora os achados desse autor: “Nunca podemos perder a esperança.

*Ela ajuda a gente a continuar viva. No dia que eu não tiver mais esperança é porque morri”.*

Na vivência desse programa foi visível esta inflexão abordada por Fonseca et al. (2015), tendo em vista as manifestações através da postura corporal e falas como a de Artimísia (64): *“A vida leva a gente a tomar outros rumos, mas o mais importante é que não se perca a esperança de viver”*, trazendo esta possível correlação do fator esperança com as melhorias físicas e mentais. A vitalidade e o vigor estiveram presentes nos mais diversos espaços e atividades.

### Fé que me move

Em vários encontros e na abordagem de diversas temáticas as idosas ressaltaram a presença da fé como fortalecedora e condutora em suas vidas, como neste discurso: *“Eu estou velha, mas Deus me deu mais um tiquinho para eu viver (...) Para melhorar a vida, tem que ter fé e rezar”.* (BETÔNICA, 69). Uma fé que move, uma fé que conduz, que se manifesta como revigorante e reconfortante, apontada por Bela-emília (60): *“Para chegar a velhice boa, você precisa ir ao médico, mas primeiramente ter Deus na vida”.*

Costa e Terra (2012) relatam que idosos que apresentam fé e espiritualidade aumentados apresentam melhor qualidade de vida. Ismênia (62) traz em sua fala a fé como impulsionadora para manutenção dos elementos de promoção da saúde: *“Que Deus me dê saúde para continuar no meu grupo e fazer amizades”.*

Araújo et al. (2008, p. 205) elucidam que a fé apresenta-se para os idosos “como suporte para superação dos momentos difíceis do cotidiano” como relata Ismênia (62): *“Já passei por muita coisa, mas hoje sou feliz. Tiro forças aqui de dentro e com fé em Deus consigo tudo”.*

“O contexto do envelhecimento amplia a vivência de perdas, mudança nos papéis sociais e ocupacionais, alterações cognitivas e fisiológicas, além da proximidade com a finitude da vida” (Santana, et al., 2016, p. 183). Em meio às mudanças vivenciadas com o envelhecimento, a espiritualidade se configura como uma ferramenta para os enfrentamentos desse processo, além de ser promotora de bem estar e promoção da saúde. Sendo esse um destaque na fala de Mimososa (70): *“Peço sempre a Deus para ter força para vencer”.*

### Olhar da sociedade x olhar de si

*“Ficar no canto, encolhido, sem fazer nada, sem movimento nenhum, isso é ser velho, velhice. Eu mesmo não fico, gosto de andar e me divertir”* (Primavera, 74). O reconhecimento de uma pessoa enquanto idosa e da dualidade que permeia o significado do “ser velho” e do “ser idoso” trouxe significantes importantes no constructo dessa realidade. *“Velho não existe, é o sentido de ultrapassado, a gente vai ficando experiente”* (Bem-me-quer, 62). *As pessoas acham que a velhice é uma doença, mas na realidade não é, quem fica doente é nós mesmos, fica encucando coisa na nossa cabeça”* (Bela-emília, 60). As participantes revelaram através das falas o distanciamento desse ser velho a partir de suas escolhas e o encontro com o lugar do ser enquanto idoso, pela titulação oficial dada pela idade que ocupa e pela adaptação diante de novos enfrentamentos.

Primavera (74) confidenciou: *“Ao olhar para o espelho sinto falta da minha juventude”*, o encontro com a autoimagem é trazido pelas idosas como algo difícil e é nesse momento que elas se reconhecem com a presença do enrugamento da pele e do lembrar social que a imagem que carregam revela todos os estigmas e preconceitos do envelhecer. *“... Eu não me sinto velha não, é só não me olhar no espelho para não perder as forças”* (Douradinha, 66). Mesmo diante de uma mente jovem o corpo reflete uma imagem dos anos vividos em sua totalidade – em fragilidades, experiências, sabedoria e potência de vida. Freitas, Queiroz e Sousa (2010), apontam que esse processo de envelhecimento, embora seja envolto de lembranças, redução da capacidade funcional e perda da jovialidade, também é visto como momento de felicidade e boa condição de vida, como retrata Primavera (74): *“Sou muito feliz hoje. Antes só trabalhava, só sofria”.*

A concepção do envelhecimento aos olhos da sociedade se manifesta diferentemente do olhar de si enquanto idoso; esta análise é vista pelo que é retratado pelas idosas: *“Meus filhos vivem dizendo que eu estou ficando velha, eu digo: velha é a estrada. Eles estão ficando velho de mente, só vivem dormindo. A sociedade diz: ser velho é chato, doído, nojento, não serve para nada, que não presta, é feio. Se achar velha, doente, aí ficamos assim”* (Sempre-viva, 65). Os estigmas e preconceitos ainda se perpetuam no olhar da sociedade frente ao envelhecimento, mas já é possível presenciar posturas que rompem com este estereótipo

do idoso enquanto ser passivo como enfatizado pela Amor-crescido (60) *“Minha filha diz que sou muito sábia”*.

Caldas e Thomaz (2010) trouxeram a discussão acerca da visão do jovem sobre o idoso, ressaltando que apesar da prevalência da imagem do idoso associada a doenças e fragilidades, já se registra a percepção de um idoso ativo no contexto familiar e social, além de participante financeiramente, caracterizando o início de uma mudança no olhar da sociedade, de modo a conduzir a uma visão livre de rótulos.

### Avaliação da intervenção

Cada uma trouxe uma conotação a partir do que vivenciou nas oficinas, os temas, as atividades, o falar, o ouvir, o calar atravessou cada uma de uma maneira diferente, gerando o processamento e o ecoar das vivências em suas ações transformadas e na mudança no modo de pensar. *“Eu me senti melhor, poder conversar, falar dos sonhos, poder planejar”* (Roseta, 61). Assim foi escutado de Begônia (85): *“Me animou, mas não vejo muitas possibilidades mais pra frente. Eu gosto de participar de tudo daqui, estou esperando o curso de artesanato. Não gosto de ficar parada, queria continuar bordando, fazer os cursos aqui”* (Begônia, 85). Seu projeto de vida, totalmente focado no presente, foi elaborado e parece ter se tornado mais consistente. No mesmo sentido ouviu-se de Amorosa (62): *“Coloquei meu plano em prática de começar a reformar a casa. Fazia tempo que queria e adia”* (Amorosa, 62).

Mesmo aquelas que não dialogaram com o tema projeto de vida nesse processo avaliativo apresentaram elementos importantes para o contexto de promoção de saúde mental, referindo o programa como um espaço de diálogo e estímulo ao cuidado de si, agregando ao programa pontos positivos da sua execução, como se observa nestas três mulheres: *“Quando refletimos em grupo vemos que não estamos só. Me impulsionou a começar a colocar em prática meu projeto com os jovens em comunidade. E esses momentos são importante pelo valor de estar integrado na comunidade”* (Perpétua, 74); *“Me senti forte (...) Querer e poder fazer”* (Lucera, 72); *“Foi muito bom e termina influenciando a nossa vida, a gente aprende aqui e tenta colocar no dia a dia, aprender e fazer (...) Independente da idade podemos fazer planos para o futuro”* (Amor-crescido, 60).

Manna, Leite e Aiello-Vaisberg (2018) apontam para dinâmicas heterogêneas no imaginário coletivo

sobre o envelhecimento, incluindo sentidos diversos, como desamparo e luta contínua, recurso proveniente das experiências de vida. Um ponto destacado no estudo é a possibilidade de união com seus pares, o que torna as atividades em grupo um espaço para construção de estratégias de cuidado com a saúde. Esta parece ter sido também a tônica desta pesquisa.

### Considerações Finais

Acompanhar o movimento do grupo é tarefa difícil para quem teve uma formação positivista, como é o caso de uma das autoras. Este caminhar, compreendido em um diálogo entre participantes e pesquisadora, estabelece uma rede de significantes que possibilita a produção de transformações de sentidos e ressignificações para todos os envolvidos, como, aliás, é próprio da pesquisa-ação. O grupo acontece, o vínculo se estabelece e com isso participantes e pesquisadora passaram a se confundir a partir da interação. A dinâmica institucional, os hábitos particulares de cada participante alteram os movimentos grupais e, em uma pesquisa-ação, faz-se necessário seguir o fluxo e ajustar as propostas. O que poderia ser um fator limitante, pode transformar-se em experiência a ser investigada. Os resultados podem inspirar profissionais e pesquisadores(as), mas um estudo de natureza qualitativa, que tem a vantagem de se aprofundar na análise dos objetos investigados, não pode ser generalizado.

Trabalhar com uma proposta de ruptura desse lugar se configurou como uma experiência importante para ressignificar esse espaço ocupado por profissionais e população. A proposta permitiu, neste cenário, uma nova forma de fazer saúde, a partir da qual os saberes são compartilhados de maneira horizontal. O desenvolvimento deste programa formatou uma possibilidade de mudança de uma realidade a partir de uma intervenção em saúde. Além disso, se mostrou como uma possibilidade de intervenção em promoção de saúde mental no contexto de envelhecimento. Não propõe uma fórmula exata de desenvolvimento da temática de projetos de vida no envelhecimento, mas demonstra um fazer em saúde, diante das inúmeras possibilidades teóricas e epistemológicas.

Na perspectiva da promoção de saúde, o grupo pesquisado era composto por mulheres que demonstravam esperança em relação à vida, podendo ser estimuladas à construção de projetos de vida. Outras pesquisas precisam ser realizadas para tratar deste tema junto a populações com perfis diferentes, como por exemplo grupos com pessoas que convivem com doenças crônicas, com limitações físicas ou que realizem atividades em Centros de Assistência Psicossocial (Caps).

O respeito à autonomia do idoso, a compreensão diante das suas escolhas, a perspectiva de uma nova forma de envelhecer, as mudanças presentes no envelhecimento e as particularidades do sujeito são elementos que precisam estar presentes em qualquer trabalho direcionado aos idosos, entendendo que o envelhecimento tem novas conotações. Estereótipos carregados pela sociedade e por quem realiza a pesquisa foram diluídos com as vivências aqui apresentadas, tendo em vista os diálogos estabelecidos e os lugares ocupados. Mesmo aquelas participantes que demonstraram mais fragilidades e dificuldades se colocaram como ativas, presentes e fortalecidas enquanto grupo.

As oficinas formataram espaços de escuta, aprendizado e compartilhamento de vida. Diante de muitos dispositivos de saúde que permanecem em uma prática que respeita esse diálogo, o falar e o ouvir possibilitou o reencontro com enfrentamentos, o partilhar de histórias, o reconhecimento no relato do outro e o descobrir de novos caminhos a partir de projetos adormecidos e/ou descobertos.

O trabalho com projetos de vida no envelhecimento, não necessariamente com a ideia de realização futura, mas com o entendimento que ter projetos a serem executados no presente ou no futuro a curto, médio ou longo prazo, se configura como uma forma de viver ativamente, ter bem estar a partir do alcance de objetivos e, com isso, subsidiar elementos para promoção de saúde mental do idoso.

Presente e futuro dialogaram com o sentido atribuído pelas idosas que vislumbram no futuro reflexos do aqui e do agora. Viver o hoje, buscando realizar projetos de vida adormecidos, refletirá possivelmente em um amanhã cheio de vida. Reinventar, viver o que fomos e o que ainda não somos. Buscar um reinventar

constante a partir de um esculpir e lapidar diário, se moldando as intempéries da vida.

Seguir os passos desse grupo revelou nuances do envelhecimento na sua fortaleza em sabedorias compartilhadas, na capacidade de se reinventar nesse novo cenário e nas incertezas que o atravessam. Esse universo solicita um novo olhar, remodelado, reconfigurado a partir da compreensão de todas as suas potências.

## Referências

- Araújo, M. F. M., Almeida, M. I. de, Cidrack, M. L., Queiroz, H. M. C., Pereira, M. C. S., & Menescal, Z. L. C. (2008). O papel da religiosidade na promoção da saúde do idoso. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 21 (3), 201-208. doi:10.5020/18061230.2008.p201
- Barbier, R. (2004). *A pesquisa-ação*. Brasília, DF: Liber.
- Caldas, C. P., & Thomaz, A. F. (2010). A Velhice no Olhar do Outro: Uma perspectiva do jovem sobre o que é ser velho. *Revista Kairós Gerontologia*, 13 (2), 75-89. doi:10.23925/2176-901X.2010V13I2P0P
- Cavalli, A. S., Silva, A. Q. A. da., Neto, M. F. de O., Arantes, R. C., Rocha, S. M. C., Araújo, V. R. Q. de., & Silva, G. S. J. da. (Orgs.). (2020). Envelhecimento humano no século XXI: atuações efetivas na promoção de saúde e políticas sociais. Recuperado de [https://www.ip.usp.br/site/wpcontent/uploads/2016/10/normalizacao\\_referencias\\_APA\\_6\\_ed\\_vers%C3%A3o2013.pdf](https://www.ip.usp.br/site/wpcontent/uploads/2016/10/normalizacao_referencias_APA_6_ed_vers%C3%A3o2013.pdf)
- Costa, F. B., & Terra, N. L. (2012). Espiritualidade, religiosidade e qualidade de vida em idosos. *Revista Geriatria e Gerontologia*, 7 (3), 173-178. doi:10.1590/0103-166X2014000200007
- Czeresnia, D. (2009). O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: Czeresnia, D., & FREITAS, C. M. (Orgs.), *Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências* (2a ed.) (pp. 39-53). Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz.
- Ferreira, C. L., Mata, A. N. de S., Santos, L. M. de O., Maia, R. da S., & Maia, E. M. C. (2010). Velhice e projetos de vida: um estudo com idosos residentes no município de Natal/RN. *Estudos*

- interdisciplinares sobre envelhecimento*, 15 (2), 165-175. doi 10.22456/2316-2171.11455
- Fonseca, P. N., Dantas, G. E., Coelho, G. L. de H., Carvalho, T. A., & Pontes, A. de M. (2015). Esperança em idosos: uma explicação baseada nos valores humanos. *Estudos Interdisciplinares sobre o envelhecimento*, 20 (1), 9-25. doi 10.22456/2316-2171.48522
- Freitas, M. C., Queiroz, T. A., & Sousa, J. A. V. (2010). O significado da velhice e da experiência de envelhecer para os idosos. *Revista Escola de Enfermagem*, 44 (2), 407-412. doi 10.1590/S0080-62342010000200024
- Gishitomi, F. A. (2014). *Encontros na Terceira idade – autobiografia e devir*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi 10.11606/D.47.2014.TDE-17032015-154109
- Kreuz, G., & Franco, M. H. P. (2017). O luto do idoso diante das perdas da doença e do envelhecimento - Revisão Sistemática de Literatura. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 69 (2), 168-186. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672017000200012](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000200012)
- Manna, R. E., Leite, J. C. A., & Aiello-Vaisberg, T. M. J. (2018). Imaginário coletivo de idosos participantes da Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. *Saúde e Sociedade*, 27 (4), 987-996. doi 10.1590/s0104-12902018180888
- Martinelli, M., Rueda, F. J. M. (2020). A influência do bem-estar subjetivo na qualidade de vida em idosos. *Revista Psicologia para America Latina*, (34), 183-193. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2020000200009&lng=es&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2020000200009&lng=es&nrm=iso)
- Minayo, M. C. S., Hartz, Z. M. de A., & Buss, P. M. (2000). Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. *Revista Ciência e saúde coletiva*, 5 (1), 7-18. doi 10.1590/S1413-81232000000100002
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2016). Conselho Nacional de Saúde. Resolução 510, de 07 de abril de 2016. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510\\_07\\_04\\_2016.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html)
- Moreno, J. L. (1999). *Psicodrama*. São Paulo, SP: Cultrix.
- Munhoz, P. R., Bedushi, E. F. C. (2007). *Brichos*. Curitiba, PR: Paulo Munhoz.
- Orlandi, E. P. (2009). *Análise de discurso*. Campinas, SP: Pontes.
- Orlandi, F. S., Pepino, B. G., Pavarini, S. C. L., Santos, D. A. & Mendiondo, M. S. Z. (2012). Avaliação do nível de esperança de vida de idosos renais crônicos em hemodiálise. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46(4), 900-5. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reusp/v46n4/17.pdf>
- Prehn, D., & Mattos, F. B. (2002). O que fui, o que sou... trabalho e remuneração na vida atual da mulher idosa. *Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento*, 4, 43-59. Recuperado de <http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4718>
- Sampieri, H. R., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre, RS: Penso.
- Santana, C. S., Bernardes, M. S., & Molina, A. M. T. B. (2016). Projetos de vida na velhice. *Estudos interdisciplinares sobre envelhecimento*, 21 (1), 171-186. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/59848/40722>
- Sartore, A. C. & Grossi, S. A. A. (2008). Escala de Esperança de Herth: instrumento adaptado e validado para a língua portuguesa. *Revista Escola Enfermagem*, 42(2), 227-232. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/reusp/v42n2/a02.pdf>. doi: 10.1590/S0080-62342008000200003.
- Souza, E. N., Oliveira, N. A., Luchesi, M. B., Gratão, A. C. M., Orlandi, F. S. & Pavarini, S. C. I. (2017). Relação entre a Esperança e a Espiritualidade de idosos cuidadores. *Texto & Contexto – Enfermagem*, 26(3), 1-8. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e6780015.pdf> doi: 10.1590/0104-07072017006780015
- Tripp, D. (2005). Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*, 31 (3), 443-466. doi 10.1590/S1517-97022005000300009
- Yozo, R. Y. K. (1996). *100 jogos para grupos: uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo, SP: Ágora.

Recebido em: 26/04/2021

Reformulado em: 05/08/2021

Aceito em: 18/08/2021

Sobre as autoras:

**Amanda Souza Lopes Barros**

Enfermeira, Mestrado em Práticas e Inovação em Saúde Mental pela Universidade de Pernambuco. Especialista em Saúde Coletiva e Sociedade pelo Instituto Brasileiro de Pós Graduação e Extensão. Bacharel pela Universidade Federal de Pernambuco. Docente da Autarquia de Ensino Superior de Garanhuns

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2044-3592>

*E-mail:* [amandasouza@aesga.edu.br](mailto:amandasouza@aesga.edu.br)

**Claudimara Chisté Santos**

Psicóloga, doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco. Docente permanente do Mestrado Profissional em Práticas e Inovação em Saúde Mental, da Universidade de Pernambuco. Coordenadora do NUEEC - Núcleo de Estudos em Educação Cognitiva, da Universidade de Pernambuco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6340-6807>

*E-mail:* [claudimara.chiste@upe.br](mailto:claudimara.chiste@upe.br)

Contato com as autoras:

Amanda Souza Lopes Barros

Av. Caruaru, 508, Heliópolis

Garanhuns-PE, Brasil

CEP: 55295-380

Telefones: (87) 3763-8250 / (87) 3761-8520

# PSICOLOGIA ESCOLAR NO TERCEIRO SETOR: DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS EDUCACIONAIS EM EDUCADORES SOCIAIS

Isabela Cristina de Oliveira  
Centro Universitário Salesiano de São Paulo

Karina da Silva Oliveira  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

## Resumo

A necessidade de desenvolvimento das competências educacionais dos profissionais da área da educação no terceiro setor tem sido considerada uma prática que tange a atuação do psicólogo escolar. Assim, esse artigo tem como objetivo compartilhar o processo de intervenção realizado com educadores sociais em uma instituição do terceiro setor para a capacitação desses profissionais na perspectiva da psicologia escolar. Para isso, foram empregadas metodologias etnográficas e de observação participante. Também foram realizados oito encontros, em formato virtual e de roda de conversa, com duas educadoras. Tais ações resultaram no fortalecimento do enfrentamento dos desafios da profissionalização e atuação de educadores sociais, na implementação de planejamento e relatório das atividades socioassistencial, na relação prática e metodológica da educação e na efetivação da contribuição da psicologia escolar nesse âmbito de atuação. Entende-se que as ações realizadas foram efetivas para o contexto e as profissionais.

*Palavras-chave:* Psicologia Escolar; Educadores; Competência.

## Educational psychology in the third sector: developing educational skills in social educators.

### Abstract

The need to develop educational competences for professionals in the third sector has been considered an important practice that concerns the role of school psychologist. Thus, this article aims to share the intervention process carried out with social educators in a third sector institution for the training of these professionals from the perspective of school psychology. For this, ethnographic and participant observation methodologies were used. Eight meetings were also held, in a virtual and conversational format, with two educators. Such actions resulted in the strengthening of the challenges of the professionalization and performance of social educators, in the implementation of planning and reporting of social assistance activities, in the practical and methodological relationship of education and in the realization of the contribution of school psychology in this scope of action. It is understood that the actions taken were effective for the context and the professionals.

*Keywords:* School Psychology; Educators; Competence.

## Psicología escolar en el tercer sector: desarrollo de habilidades educativas en educadores sociales

### Resumen

La necesidad de desarrollar competencias educativas para los profesionales del tercer sector se ha considerado una práctica importante que concierne al papel del psicólogo escolar. Así, este artículo tuvo como objetivo compartir el proceso de intervención realizado con educadores sociales en una institución del tercer sector formando a estos profesionales desde la perspectiva de la psicología escolar. Para ello se utilizaron metodologías etnográficas y de observación participante. También se realizaron ocho reuniones, en formato virtual y conversacional, con dos educadores. Tales acciones resultaron en el fortalecimiento de los desafíos de la profesionalización y desempeño de los educadores sociales, en la implementación de la planificación y reporte de las actividades de asistencia social, en la relación práctica y metodológica de la educación y en la realización del aporte de la psicología escolar en esta ámbito de actuación. Se entiende que las acciones realizadas fueron efectivas para el contexto y los profesionales.

*Palabras clave:* Psicología escolar; Educadores; Competencia.

---

Historicamente, a atuação em Psicologia Escolar relacionava-se às intervenções junto a alunos com necessidades especiais ou com dificuldades de aprendizagem (Barbosa & Marinho-Araújo, 2010; Lima, 2017; Soares & Marinho-Araújo, 2010; Viegas, 2020). Embora comum, tal prática mostrou-se ineficaz para alcançar as diferentes necessidades e realidades experimentadas no referido contexto (Rosa, Camargo, & Andrade, 2019; Viegas, 2020). Como consequência, notou-se um engajamento importante de diferentes pesquisadores em realizar investigações e reflexões referentes a função da psicologia no contexto da educação (Lima, 2017), o que favoreceu o desenvolvimento de uma percepção mais pertinente das queixas escolares, entendendo-as como um fenômeno constituído de aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais (Barbosa & Marinho-Araújo, 2010).

Diante destas questões históricas, a atuação do psicólogo escolar passou a voltar-se, de forma mais acentuada, para as informações institucionais que englobam as condições organizacionais, os objetivos e a dinâmica desse contexto com o buscando propiciar reflexões e mudanças no contexto educacional envolvendo tanto os alunos, quanto as famílias, os professores, os funcionários e a comunidade (Rosa, Camargo, & Andrade, 2019). Atuando assim, como um agente de transformação, a partir do levantamento de informações e de necessidades da instituição, desenvolvendo uma compreensão ampliada que contempla, não apenas, os aspectos organizacionais, mas sobretudo, a ideologia e a dinâmica escolar de forma única e sistêmica (Andálo, 1984).

Com isso, um novo contexto amplo para a atuação da psicologia escolar surgiu, contexto esse voltado às instituições do terceiro setor. Segundo Lacruz (2020), o primeiro setor refere-se às atividades econômicas desenvolvidas pela administração pública, por sua vez, o segundo setor é caracterizado pelas atividades econômicas desenvolvidas por empresas com fins lucrativos. Já o terceiro setor contempla de forma ampla e abrangente as atividades econômicas realizadas pela sociedade civil que não podem ser classificadas como do primeiro ou do segundo setor. Dentre as diferentes atividades econômicas, sem fins lucrativos desenvolvidas pela sociedade civil, podemos destacar as Organizações não governamentais

(ONGs) também chamadas, atualmente, de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Tradicionalmente, as ONGs eram organizadas em associações civis, que nos anos 1960 e 1970, eram, em sua maioria, decorrentes de grupos religiosos que promoviam trabalho social voltado a população em situação de vulnerabilidade (Liberalino & Calado, 2020). É importante ponderar que autores como Galvão e Marinho-Araújo (2018) afirmam que o foco voltado ao ensino popular e religioso se dava, não apenas pela origem das instituições, mas também, pelo momento histórico (décadas de 1960 e 1970) quando o país era conduzido pelo regime militar. Em contrapartida, no início dos anos 80 houve o aumento dessas ações sociais lideradas por movimentos sindicais e da comunidade, ou seja, ações para além das religiosas, que segundo Oliveira e Haddad (2001, p. 77) “não se ativeram apenas às questões materiais de produção e reprodução da vida, mas voltaram-se também para os temas relativos ao plano cultural e simbólico, como as relações sociais de gênero, etnia e raça”. Conforme apontado por Atilano (2018) tais mudanças no processo de atuação das ONGs, justificaram e fundamentaram a alteração na identificação destas instituições, de modo que passaram a ser chamadas de Organizações da Sociedade Civil (OSCs).

Paralelamente às mudanças na atuação das OSCs, ocorreram também mudanças políticas no contexto da educação, destaca-se a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/1996 que estabeleceu abertura legal de instituições organizadas pela sociedade civil e consolidou os espaços de formação das instituições de terceiro setor englobando as Organizações da Sociedade Civil (OSC), os movimentos sociais e as manifestações culturais. Com o fortalecimento destas instituições, notou-se um aumento de suas ações junto à população passando a contemplar o desenvolvimento de habilidades culturais, educacionais, de ingresso ao mercado de trabalho e de proteção à infância, adolescência e juventude (Galvão & Marinho-Araújo, 2018; Liberalino & Calado, 2008; Soares & Marinho-Araújo, 2010).

Ao longo das décadas o papel das OSCs junto à sociedade tornou-se relevante uma vez que houve uma maior inserção de mulheres no mercado formal e informal de trabalho, o que por sua vez, resultou na ampliação da necessidade de suporte social em

contraturno escolar, espaço esse que foi assumido por estas instituições (Matias, 2010). O mesmo autor ainda destaca que tal suporte social representa a ampliação de repertórios diversos, pois inseridas nas OSCs as crianças e adolescentes são apresentados à esportes diversos, têm acesso a diferentes expressões artísticas (como música e teatro), têm ampliação de habilidades acadêmicas e socioemocionais, dentre outras experiências. O autor também salienta que em famílias em situação de vulnerabilidade extrema aspectos relacionados à proteção da saúde e integridade, como por exemplo, garantia de refeição diária, suporte em rede para casos de violências são contemplados por essas instituições.

Frente a complexidade de ações realizadas pelas OSCs cabe refletir sobre o papel do psicólogo escolar junto a estas instituições. Sua atuação, portanto, deverá ser pautada no conhecimento científico, compreendendo, historicamente, a missão educacional da instituição, desenvolvendo ações que tenham como objetivo a mediação entre a educação emancipatória e suas implicações no processo educativo do público atendido, favorecendo transformações sociais, políticas e educacionais. Desta forma, evitando uma visão assistencialista, combatendo à alienação e promovendo, assim, a responsabilidade política e garantia de direitos (Dadico & Souza, 2010; Galvão & Marinho-Araújo, 2018; Soares & Marinho-Araújo, 2010).

Dentre as diferentes possibilidades de atuação, destaca-se a importância da intervenção junto aos educadores sociais, a fim de promover uma prática consciente, crítica e comprometida com a formação dos educandos (Galvão & Marinho-Araújo, 2017, 2018, 2019; Gohn, 2009). Tal recomendação se justifica, uma vez que serão estes educadores os profissionais que terão atuação direta junto à população atendida, e expressamente, representarão os valores e os objetivos institucionais (Souza, 2019). Ainda neste sentido, faz-se necessário refletir que diante do processo histórico já mencionado, os educadores sociais são comumente associados a pessoas altruístas, que realizam suas atividades por caridade ou outras motivações (Liberalino & Calado, 2008). Diante deste cenário, Oña (2005) buscou colaborar com a compreensão do que são as atribuições destes profissionais, segundo o autor “o educador social é o mediador entre o educando, a sociedade e a cultura” Oña (2005, p.01), dessa forma deve promover o

desenvolvimento de habilidades pessoais, sociais e culturais através das atividades socioeducativas realizadas.

Desse modo, pode-se afirmar que a atuação do educador social envolve o constante exercício reflexivo sobre o processo de ensino e da aprendizagem das crianças e adolescentes atendidos, necessitando de formação adequada e de habilidades específicas para uma prática mais significativa, propiciando melhores condições de transformação para seus educandos e a comunidade a qual pertencem (Galvão & Marinho-Araújo, 2017; Natali & Paula, 2008). Considerando esta realidade, nota-se um espaço importante de colaboração do psicólogo escolar junto as OSCs, pois o processo de intervenção institucional pode ter como objetivo a ampliação do desenvolvimento de competências profissionais do educador social com base em uma atuação política, social, educativa para a consolidação de ações educativas que propicie a emancipação, reflexão crítica do contexto social e comprometimento na formação dos educandos (Galvão & Marinho-Araújo, 2017, 2019; Natali & Paula, 2008). Diante do exposto, considerando as lacunas referentes às necessidades de produção de materiais acerca desta temática, o presente artigo tem como objetivo relatar o processo de avaliação das necessidades e de intervenção junto a educadores sociais de uma OSC localizada no interior do Estado de São Paulo. Tal processo teve duração total de um ano e seis meses e será relatado a seguir.

## Método

### Participantes

Sobre a Instituição: há vinte anos foi idealizada e organizada para atuar junto ao contexto de vulnerabilidade experimentado por um bairro periférico localizado em uma cidade do interior do Estado de São Paulo (Brasil), preocupando-se em oferecer respaldo educacional e econômico aos atendidos. Atualmente são desenvolvidas gratuitamente atividades de artesanato, informática, balé, karatê e grupos operativos. Paralelamente, são oferecidos cursos profissionalizantes de cabelereiro e manicure para jovens e adultos. Destaca-se que a missão principal da instituição é promover a emancipação dos atendidos através do

processo educativo, facilitando a convivência e fortalecimento de vínculo comunitário e familiar.

Sobre as Educadoras Sociais: As participantes são do sexo feminino, a primeira que será identificada como Maria (nome fictício), tem 35 anos, possui graduação em administração e teologia, atua na instituição há oito anos e desempenha suas atividades no período da tarde. A segunda, que identificaremos como Ana (nome fictício) tem 33 anos, possui o ensino médio completo, atua na instituição há três anos e desempenha suas atividades no período da manhã. Ambas atuam com um público médio de 30 crianças e adolescentes com idades entre seis a doze anos.

### Instrumentos

Para o processo de compreensão das características da instituição e reconhecimento de necessidades, utilizou-se de estratégias de observação participante (Kluckhohn, 2018) e etnográficas (André, 2013), de modo que as pesquisadoras partilharam as vivências e experiências cotidianas da OSC. Após a compreensão das características e necessidades, foram utilizadas plataformas *online* de chamada de vídeo para a realização de rodas de conversa, de reflexão e de formação. Cabe destacar que as rodas de formação consistiam em momentos de estudo teórico sobre temas específicos como desenvolvimento infantil e competências pedagógicas, por exemplo. Também foram utilizados recursos para construção de relatórios e calendários pedagógicos e materiais de apoio como artigos científicos com temáticas ao desenvolvimento de competências educacionais aos educadores sociais. Também é oportuno informar que, como estratégia de compreensão e avaliação do processo desenvolvido, foi realizado um encontro de avaliação, onde Maria e Ana, puderam expressar livremente suas impressões, elencar os benefícios e as limitações do processo de intervenção.

### Procedimentos

Inicialmente, esta pesquisa foi submetida a avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE 37155120.6.0000.5695), a fim de que fossem seguidas todas as orientações e princípios estabelecidos pela Resolução nº 466/2012 para realização de pesquisa com seres humanos. Após sua aprovação foram

contatadas instituições para o acolhimento deste estudo, e somente a instituição referida anteriormente aceitou colaborar.

O estudo foi organizado em etapas, a primeira etapa referiu-se ao processo de levantamento das necessidades do contexto institucional utilizando-se da metodologia etnográfica e da observação participante. Desta forma, realizou-se visitas semanais a instituição de modo a favorecer a participação na rotina e nas diferentes atividades ofertadas as crianças e adolescentes em ambos os turnos (manhã e tarde). Paralelamente, realizou-se a análise do projeto político pedagógico e dos registros de atividades da instituição. Para a sistematização das informações, foram construídos registros de campo com a descrição detalhada das atividades, também eram registradas as compreensões e percepções das pesquisadoras sobre o campo. Importante informar que esta etapa teve duração de seis meses.

Em seguida, com base nas informações e compreensões decorrentes da primeira etapa, iniciou-se o processo de planejamento da intervenção, identificado como a segunda etapa. Considerando a importância do vínculo estabelecido com a instituição e seus profissionais, buscou-se estruturar a intervenção em parceria com a instituição. Para isto, inicialmente teve-se a intenção de realizar encontros presenciais semanais com a equipe técnica. Entretanto, com o início da pandemia decorrente do vírus SARS-COV-2 no início do ano de 2020, adaptações se fizeram necessárias. Deste modo, o contato com a instituição foi interrompido por 30 dias e retomado para continuação das atividades de forma virtual através de plataformas digitais. Nestas ocasiões os planos de intervenção foram validados, de modo que, conjuntamente, o foco junto às educadoras foi estabelecido.

Após estas ações, deu-se início a terceira etapa, na qual procedeu-se com as intervenções planejadas. Cabe apontar que esta etapa, ocorreu de forma remota sendo realizada por meio de oito encontros virtuais, com duração média de duas horas. No primeiro encontro apresentou-se a proposta de construção de um espaço de capacitação, refletiu-se sobre a necessidade de desenvolver um planejamento pedagógico, foi construído um calendário com sugestões de temas de atividades a serem desenvolvidas com os educandos durante as seguintes semanas, destacando a relevância social,

pertinência histórica, habilidades educacionais almejadas e interesse na tarefa por parte dos educandos.

No segundo encontro, o tema principal foi a empatia, salientando a necessidade de exercer uma prática que considere e alcance o contexto social, as habilidades e dificuldades que cada educando, ressaltando a importância da escuta acolhedora. O terceiro encontro teve como objetivo refletir sobre a necessidade de profissionalização da atuação do educador social. Embora, tradicionalmente, os resultados sejam separados dos procedimentos, é necessário informar que a reflexão promovida neste encontro favoreceu o fortalecimento das práticas das educadoras que solicitaram novos temas para os encontros seguintes, temas estes, diferentes daqueles que haviam sido propostos no primeiro encontro.

Sendo assim, diante das necessidades apresentadas, o quarto encontro promoveu a reflexão e a capacitação sobre aspectos relacionados ao desenvolvimento infantil, em especial ao intervalo de seis a doze anos. No quinto encontro, as educadoras solicitaram que o tema fosse voltado à estratégias processuais de avaliação da vivência do educando na instituição. Diante disso, foram abordados diferentes métodos de avaliação o processo de ensino e aprendizagem em atividades socioeducativas, como por exemplo a construção de portfólios enquanto recursos de avaliação e de registro de memórias.

No sexto encontro, o tema voltou-se à atuação junto a rede de proteção de crianças e adolescentes. No sétimo encontro, também por solicitação das educadoras, realizou-se uma roda de conversa voltada à importância do cuidado com a saúde mental do profissional no atendimento à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. O formato deste encontro foi selecionado a fim de favorecer o acolhimento das demandas dessas profissionais e ressaltar a importância do autocuidado, de respeitar seus limites e potencialidades, assim como, apresentar estratégias que auxiliem nesse processo. O oitavo encontro, teve como objetivo refletir sobre o processo de intervenção, retomando a construção de saberes, valorizando a importância do trabalho das educadoras sociais, ponderando também aspectos relacionados às limitações e potenciais da atuação junto aos educandos, em especial no que se refere ao desenvolvimento de atividades pedagógicas.

Em tempo, é importante informar que as informações obtidas em cada encontro, eram registradas em um diário de campo. Neste, as pesquisadoras descreviam o planejamento das ações, a condução dos processos, as percepções sobre o envolvimento de Maria e de Anas propostas. A partir das trocas junto às educadoras e posterior avaliação dos dados registrados, eram realizados ajustes e adequações necessárias ao processo.

## Resultados

Na primeira etapa foi possível notar que, embora houvesse uma boa estrutura física de atendimento e de apoio para às crianças, adolescentes e famílias, contando com recursos materiais e humanos para a realização do trabalho, havia aspectos relacionado ao trabalho de ponta, isto é, ao atendimento prático e socioeducativo realizado pelas educadoras que poderia ser aperfeiçoado, destacando-se a relação entre pares (educadoras) e baixa frequência de comunicação entre Maria e Ana. Destaca-se que as educadoras encontravam-se somente em reuniões semestrais. Como consequência deste distanciamento entre as profissionais, observou-se que as atividades eram realizadas de forma independente. Frente a esta realidade, dentro dos espaços da instituição era possível observar comportamentos de comparação entre os atendimentos realizados. Além destas questões, também notou-se que as atividades eram propostas sem planejamento prévio ou continuidade.

A título de exemplo, cabe apresentar uma ocasião em que uma das educadoras, já em sala com os educandos, sugeriu que fizessem uma atividade de colagem, porém ao longo da atividade a educadora notou que deveria ter solicitado os materiais com antecedência e por esta razão interrompeu a atividade que tinha sido orientada. Tais situações, apontaram, inicialmente, para a necessidade de maior suporte ao trabalho das educadoras sociais. Em outra ocasião, durante uma roda de conversa, os temas eram trabalhados livremente, quando os educando passaram a compartilhar situações de adversidades que experimentavam em suas rotinas, a educadora que mediava a roda mostrou-se constrangida, interrompendo a reflexão. Tais situações,

apontaram, inicialmente, para a necessidade de maior suporte ao trabalho das educadoras sociais.

Paralelamente buscou-se compreender a instituição a partir de seus aspectos históricos, de modo que foi possível verificar que não existe, na instituição, um projeto de orientação às educadoras visando a profissionalização das atividades pedagógicas. Cabe informar que as propostas de atividades não eram elaboradas em reuniões de equipe, trazendo dessa forma dificuldades em estabelecer um vínculo positivo entre os profissionais. Após tais compreensões, foram realizados encontros para refletir sobre as percepções, que foram acolhidas e corroboradas pela equipe de educadoras e pela equipe gestora, que destacou os benefícios de um processo de formação e orientação específica à estas profissionais. Assim, o processo de intervenção contou com a colaboração ativa das educadoras.

Com o início das atividades de intervenção, percebeu-se que, pelo vínculo já estabelecido, e como consequência da participação ativa das profissionais ao longo do processo de coleta de dados e construção das propostas, as educadoras trouxeram suas expectativas livremente ao espaço dos encontros. Assim, era possível observá-las compartilhando suas dúvidas quanto processo de ensino e aprendizado e suas limitações, tais como: a falta de formação e de orientação profissional acerca de aspectos relacionados à pedagogia e ao campo educacional, a falta de clareza referente a suas funções dentro da instituição, assim como às expectativas da instituição quanto a atuação realizada por elas. Também destacaram suas percepções quanto a comunicação entre elas e a comunidade, entre elas e a instituição, que foram apresentadas como insuficientes, indicando suas expectativas de melhora nesta questão. Diante dessas demandas, o buscou-se que Maria e Ana entendessem o processo de intervenção como a construção de um espaço para o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e práticos, e também, de acolhimento das necessidades profissionais.

Neste sentido, as pesquisadoras e as educadoras, conjuntamente entenderam que a primeira competência a ser desenvolvida referia-se às habilidades de planejamento pedagógico. O processo de compreensão de suas competências já presentes, indicou que as educadoras sociais possuem um vasto conhecimento sobre estratégias para o desenvolvimento de atividades

aos educandos, porém por não realizarem um planejamento a longo prazo experimentam dificuldades nas suas práticas. Com isso, ao ter acesso ao conteúdo teórico e a documentos que dão estrutura a esse planejamento pedagógico, as educadoras conseguiram organizar datas, temas, métodos e objetivos das atividades a serem entregadas aos educandos e perceber as possibilidades quando esse planejamento é realizado em conjunto propiciando ideias e discussões que capacita para a atuação.

Quanto ao desenvolvimento da empatia, percebeu-se que o tema favoreceu a reflexão sobre a importância de se conhecer o contexto social de cada educando e de escuta-los de modo livre e profissional. As profissionais destacaram a importância da empatia para o desenvolvimento das atividades, a fim de que pudessem contemplar as diversas manifestações de comportamentos, sentimentos, modulando suas falas e manejando a fala dos outros (educandos e familiares), ressaltando a influência que elas, como educadoras sociais, podem ter na vida dos educandos que podem não ser acolhidos em outros espaços que convivem. Em reflexão, as educadoras trouxeram experiências de acolhimento aos educandos que poderiam ter sido melhor exploradas e empáticas, e destacaram a importância desta sensibilidade à necessidade da criança e auxiliá-la na sua dificuldade integrando necessidades emocionais e pedagógicas no contexto do atendimento socioeducativo.

No terceiro encontro, cujo tema era a profissão do educador social, notou-se importantes limitações quanto a percepção das educadoras sobre a profissão. De modo que foi possível observar aspectos de uma prática assistencialista. Diante disto, refletiu-se sobre a amplitude de possibilidades de atuação nesse contexto, como: montagem e execução de oficinas, atividades socioeducativas, execução de rodas temáticas, avaliação do processo dos educandos, entre outras atividades que seja adequada a promoção dos direitos sociais, políticos e educacionais. As educadoras elencaram limitações que experimentam em suas rotinas como: implementação de novas ideias de atividades, dificuldade em entender sobre os interesses do público atendido e conhecimento sobre serviços de proteção as crianças e adolescentes.

Neste sentido, entendendo que neste encontro, as educadoras expressavam intenções de ampliação de seus

conhecimentos, e desejo de compreender de forma mais aprofundada a população atendida e suas necessidades, o encontro seguinte, isto é, o quarto encontro, buscou desenvolver competências relacionadas à estratégias e métodos de atividades socioeducativas considerando as faixas etárias atendidas. Percebeu-se que a capacitação forneceu habilidades e possibilidades para o desenvolvimento de atividades efetivas no processo de ensino.

Quando tomados os resultados do quinto encontro, foi possível notar a participação ativa e implicada das educadoras frente ao tema proposto, que refletiram sobre diferentes estratégias para avaliar o processo dos educandos, como a utilização de um diário de bordo e portfólio, onde fossem registradas as atividades. Dentre os resultados deste encontro, pode-se destacar o envolvimento das educadoras no processo de imaginar e anteciper como os educandos se sentiriam ao realizar uma atividade e ao fim do ano compartilhar essas experiências com seus familiares e equipes da instituição. As educadoras também ponderaram sobre a possibilidade das atividades que estavam sendo enviadas para a realização em casa, fossem devolvidas para que elas acompanhassem o processo desses alunos, também, nesse período de isolamento. Todos esses aspectos indicaram ganhos do processo de intervenção.

Em seguida, o sexto encontro se deu em função da percepção das pesquisadoras e de Maria e de Ana quanto a necessidade de atuação em redes de proteção, destacando a importância do papel destas profissionais no processo de entrar em contato com a realidade dos educandos, identificar situações de risco, encaminhar e favorecer o suporte junto a profissionais adequados que atuam dentro de uma rede de garantia de direitos e proteção desta população, foi realizado um encontro específico no qual as educadoras puderam não apenas conhecer as diferentes realizadas, mas também compreender quais estratégias estão disponíveis e acessíveis para a atuação na proteção dos educandos. Dessa forma, a intervenção realizada trouxe benefícios para a capacitação, de forma que apresentou possibilidades e limitações das atividades socioeducativas como estratégias para a prevenção e fortalecimento de vínculos comunitários e familiares dos educandos, conhecendo o objetivo de outros serviços que também auxiliam na proteção da criança e do adolescente.

Ainda, foi realizado um encontro a fim de favorecer a reflexão sobre a importância do cuidado com a saúde mental das próprias educadoras. Neste, realizado como roda de conversa, as educadoras puderam apresentar suas demandas e necessidades de cuidado, sendo destacado por elas a sobrecarga de tarefas pessoais e profissionais e consequente influência na motivação e disposição para o trabalho junto ao atendidos. Neste encontro também foram apresentadas estratégias de enfrentamento para condições estressoras como: a organização do tempo, o reconhecimento de seus limites perante as demandas pessoais e profissionais, foi ressaltado também a importância do planejamento das atividades oferecidas aos educandos que pode auxiliar nesse processo e discutido a importância de espaços de cuidado a saúde mental, sendo algo primordial perante a profissão e demais demandas pessoais. Também foram indicadas clínicas psicológicas para atendimentos gratuitos caso as educadoras entendessem que deveriam trabalhar este tema e suas necessidades junto a um profissional capacitado.

Ao final dessas ações, foi realizada a avaliação do processo de intervenção com as educadoras, que destacaram como benefícios decorrentes do processo interventivo uma maior compreensão de conceitos referentes ao desenvolvimento infantil, às práticas pedagógicas, a compreensão de processo educacional contemplando questões relacionadas ao planejamento, execução e avaliação das propostas. Também destacaram o esclarecimento sobre a importância do envolvimento profissional empático junto aos educandos, ponderando os limites da atuação em rede de proteção e dos desafios quanto a manutenção e cuidados com a saúde mental. Ainda, Maria e Ana, apresentaram uma importante reflexão sobre a necessidade de profissionalização de suas práticas não apenas do ponto de vista institucional, isto é, da relação de trabalho. Mas, sobretudo do ponto de vista da atuação junto à população atendida. Segundo as educadoras, a compreensão da extensão profissional, social, política e educacional de suas práticas as fizeram perceber que o trabalho que fazem não tem cunho assistencialista, mas sim de transformação de realidades. Tais aspectos foram corroborados pela equipe técnica, que indicou a possibilidade de continuidade do processo em momentos futuros.

## Discussão

O campo da Psicologia Escolar tem se ampliado de forma importante ao longo de seu processo histórico (Cavalcante & Aquino, 2019), de modo que a prática junto à Organizações da Sociedade Civil (OSCs) tem se mostrado um contexto rico em possibilidades de desenvolvimento e de atuação (Andálo, 1984; Barbosa & Marinho-Araújo, 2010; Liberalino & Calado, 2008). Os resultados obtidos neste estudo indicam que o psicólogo escolar pode proporcionar o desenvolvimento de habilidades e competências importantes para o perfil profissional do educador social, por meio de ações que favoreçam a ampliação de aspectos políticos, sociais e educativos promovendo a formação crítica de seus educandos. Para isso, destaca-se a necessidade de que o psicólogo observe as peculiaridades de cada instituição (Soares & Marinho-Araújo, 2010; Dadico & Souza, 2010; Galvão & Marinho-Araújo, 2018, 2019).

Considerando as características da instituição onde este estudo se inseriu, percebeu-se a dificuldade das educadoras sociais na profissionalização de suas atuações. Conforme apontado por Natali e Paula (2018) esta realidade percebida perpassa aspectos históricos voltados à religiosidade e à caridade que eram comumente estimulados em instituições dessa natureza (Atilano, 2018; Galvão & Marinho-Araújo, 2018; Lacruz, 2020). Diante disto, destaca-se a importância da formação continuada a fim de que sejam esclarecidos os objetivos de suas ações junto à instituição e, sobretudo, ao público atendido, identificando as potencialidades e desafios das ações socioassistenciais garantindo a qualidade e os resultados do processo educativo (Souza, Freitas, & Santos, 2015).

Neste sentido, uma vez que as educadoras sociais passaram a compreender seus papéis, refletindo criticamente a respeito dos limites e potenciais de suas atuações, teve início um processo de construção compartilhada das ações junto a população atendida, com foco na promoção de um processo educativo voltado a transformação e a emancipação social dos educandos. Assim, pode-se afirmar que este estudo, favoreceu o desenvolvimento de competências aplicáveis através das atividades socioeducativas e do fortalecimento de vínculo comunitário e familiar, tal como se sugere na

literatura (Souza, Freitas, & Santos, 2015). Cabe destacar que, este estudo não tem como objetivo ser modelo, porém visa compartilhar a experiência, explicitando a necessidade do desenvolvimento do vínculo do profissional com a instituição e seus profissionais, de modo a favorecer o processo de identificação das necessidades e especificidades de cada contexto, a fim de que a intervenção esteja de acordo com as necessidades da instituição e que sua aplicação seja mais eficaz (Barros, 2011; Galvão & Marinho-Araújo, 2018, 2019).

Outro aspecto que deve ser destacado refere-se ao que Santos, Paula, Rocha e Contreras (2018, p. 140) afirmam ser as competências do educador social, que “precisa ter sensibilidade, responsabilidade e seriedade nas escolhas das ferramentas adequadas para instigar a plena expressão livre dos indivíduos que participam do plano de ação”. Este referencial foi norteador para o desenvolvimento da proposta de intervenção, de modo que o processo formativo favoreceu a ampliação do conhecimento sobre o público atendido, através de discussões temáticas referentes ao desenvolvimento infantil, as peculiaridades de aprendizado em cada faixa etária, capacitando as educadoras para o contexto comunitário vivenciado pelas famílias atendidas, marcado por situações de vulnerabilidade econômica e social (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS], 2007; Natali & Paula, 2008).

Tais ações mostraram-se eficazes, uma vez que as educadoras demonstraram maior domínio sobre os métodos para realização de planejamento socioeducativo, estruturando a ação docente, estabelecendo as atividades, objetivos e métodos pertinentes ao contexto educacional, tal como recomendado na literatura (Galvão & Marinho-Araújo, 2018). Tão importante quanto o planejamento do processo de aprendizagem por parte da equipe de educadoras, fez-se necessário destacar o papel da avaliação destes processos educacionais, ampliando a noção de avaliação enquanto medida de desempenho, para uma compreensão processual e coletiva que expressa a construção do conhecimento entre educadores e educandos (Barros, 2012).

Ainda, considerando os aspectos desenvolvidos neste estudo, destaca-se o esclarecimento sobre as estratégias disponíveis para a atuação em rede de proteção, visando favorecer a articulação dos serviços, desenvolvendo ações assertivas quanto ao rompimento com o

ciclo de reprodução de processos de exclusão social e de violação de direitos, contribuindo para a redução das ocorrências de vulnerabilidade social, ampliação de acesso aos direitos socioassistencial, facilitando o aumento de jovens autônomos e participantes da vida familiar e comunitária possibilitando uma melhor qualidade de vida aos usuários (Nascimento, Furlan, Almeida, Nunes, Torres & Quintana, 2019).

Diante deste cenário, também destaca-se a importância do cuidado a saúde mental dessas profissionais, visto a complexibilidade dessa atuação que pode estar associada a maior presença de conflitos, desmotivação, sobrecarga de trabalho e o silenciamento de profissionais, como relatado pelas participantes. Tais aspectos, segundo Bottega e Merlo (2010) acarretam em sofrimento no trabalho, de modo que desenvolver ações que facilitem o espaço de escuta e acolhimento das demandas, potencialmente trará benefícios para o crescimento e para o cuidado com os profissionais. Para a construção dessa relação, é primordial a empatia, que possibilita o compromisso da escuta do profissional, à equipe e aos educandos, propiciando reflexões, permitindo uma construção coletiva de experiências.

Por fim, a relação que se estabeleceu com a instituição e as educadoras evidenciou a importância do desenvolvimento de competências educacionais, contribuindo para a compreensão das atribuições, funções, responsabilidades e perfil dessas profissionais, com base na articulação dos conhecimentos teóricos, metodológicos da educação e os conhecimentos práticos da sua atuação (Galvão & Marinho-Araújo, 2017; Natali & Paula, 2008). Perante a esses resultados, afirma-se a importância de investimento das políticas públicas nos serviços de Organização da Sociedade Civil (OSCs) visto as contribuições de caráter preventivo ao risco social e pessoal que essas instituições podem oferecer à população.

## Considerações Finais

De modo geral, as temáticas desenvolvidas indicaram a importância do processo de profissionalização dessas educadoras e afirmou a necessidade de capacitação e desenvolvimento de competências

educacionais nesse contexto educacional, conseguindo dessa forma atingir os objetivos da intervenção de acolher as demandas das profissionais e orienta-las para um processo formativo efetivo mediante as necessidades do campo das instituições do terceiro setor. Ainda assim, é necessário ponderar que este estudo apresenta limitações, por exemplo, quanto ao número de participantes, e a referir-se à uma única instituição. Em tempo, espera-se que o estudo tenha desdobramentos, incluindo um processo de acompanhamento que será analisado posteriormente. Ademais, ressalta-se a importância de estudos futuros na psicologia escolar com enfoque da atuação no terceiro setor, visto os benefícios ao desenvolvimento humano decorrentes da atuação deste setor.

## Referências

- Andálo, C.S.A. (1984). O papel do psicólogo escolar. *Psicologia Ciência e Profissão*, 4(1), 43-46. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-98931984000100009>.
- André, M. (2013). *Etnografia da prática escolar*. Papirus editora.
- Atilano, S.R. (2018). Voces y discursos del asociacionismo. De las ONG a las OSC. *Administración Y Organizaciones*, 16(31), 167-190. <https://rayo.xoc.uam.mx/index.php/Rayo/article/view/121>
- Barbosa, R.M., & Marinho-Araújo, C.M. (2010). “Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas”. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 27(3), 393-402. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000300011>
- Barros, N.F.N. (2012). *O treinamento para formação de educador social da instituição Y no município de Aracaju em 2011*. VI Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade. <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10116/40/39.pdf>
- Bottega, C.G., & Merlo, A.R.C. (2010). Prazer e sofrimento no trabalho dos educadores sociais com adolescentes em situação de rua. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(2), 259-275. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S151637172010000200008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151637172010000200008&lng=pt&tlng=pt).

- Cavalcante, L.A., & Aquino, F.S.B. (2019). Práticas Favorecedoras ao Contexto Escolar: Discutindo Formação e Atuação de Psicólogos Escolares. *Psico-USF*, 24(1), 119-130. <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240110>
- Dadico, L., & Souza, M.P.R. (2010). Atuação do psicólogo em organizações não governamentais na área da Educação. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(1), 114-131. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932010000100009&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000100009&lng=pt&tlng=pt).
- Galvão, P., & Marinho-Araujo, C.M. (2017). Psicologia escolar em ONGs: desafios profissionais e perspectivas contemporâneas de atuação. *Psicologia Escolar e Educacional*, 21(3), 467-476. <https://doi.org/10.1590/2175-35392017021311177>
- Galvão, P., & Marinho-Araujo, C.M. (2018). ONGs no Brasil: Contextualização Histórica do Cenário para Atuação em Psicologia Escolar. *Psicologia em Revista*, 24(1), 101-123. <https://dx.doi.org/10.5752/P.1678-9563.2018v24n1p101-123>
- Galvão, P., & Marinho-Araujo, C. M. (2019). Psicologia Escolar em ONGs: Estudo Sobre o Perfil de Educadoras Sociais. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 46-65. <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3011>
- Gohn, M.G. (2009). Educação não formal, educador (a) social e projetos sociais de inclusão. *Meta: avaliação*, 1 (1), 28-43.
- Kluckhohn, F.R. (2018). O Método de “Observação Participante” no Estudo de Pequenas Comunidades. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, 46, (3), 29-38. <http://www.cchla.ufpb.br/grem/sociabilidadesurbanas/SocUrbs%20V2%20N5%20Julho%202018%20Artigo%20KLUCKHOHN.pdf>
- Lacruz, A.J. (2020). Considerações éticas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência. *Cadernos EBAPA.BR*, 18(3), 473-485. <https://doi.org/10.1590/1679-395120190007x>
- Liberalino, D.R.M., & Calado, V.A. (2020). Psicologia Escolar e Educacional no Terceiro Setor: Um relato de orientação a educadores sociais. *Série Educar-Volume 36 Prática Pedagógica*, 1º ed. editora Poisson. [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA10\\_ID3600\\_04082017003115.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA10_ID3600_04082017003115.pdf)
- Lima, A.O.M.N. (2017). “Breve Histórico da Psicologia Escolar no Brasil”. *Psicologia Argumento*, 23 (42), 17-23. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/19637>
- Matias, N.C.F. (2010). A importância de políticas públicas além da escola formal para o desenvolvimento infantil e adolescentes: uma revisão de literatura. *Interação em Psicologia*, 14(1), 93-102. <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v14i1.10347>
- Nascimento, G.S., Furlan, G.C., Almeida, J.S.V, Nunes, K.S., Torres, K.S., & Quintana, S. (2019). O serviço social na proteção social básica - SCFV Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. *Revista Direito em Foco*, (11), 22-30. [https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/09/003\\_O-SERVI%C3%87O-SOCIAL-NA-PROTE%C3%87%C3%83O-SOCIAL-B%C3%81SICA-.pdf](https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2019/09/003_O-SERVI%C3%87O-SOCIAL-NA-PROTE%C3%87%C3%83O-SOCIAL-B%C3%81SICA-.pdf)
- Natali, P.M., & Paula, E.T. (2008). Educadores sociais atu-antes nas ONGs: reflexões sobre a formação profissional. In *VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR-EDUCERE e o III congresso Ibero-Americano sobre violências nas escolas-CLAVE. A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR. Congresso Nacional de Educação*. [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/301\\_117.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2008/301_117.pdf)
- Oliveira, A.C., & Haddad, S. (2011). As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. *Cadernos de Pesquisa*, (112), 61-83. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742001000100003>
- Oña, J.M. (2005). El Educador Social: un profesional de la educación en contacto con la infancia. *Revista de Educación Social*, (04), 1. <https://eduso.net/res/revista/4/el-educador-social-y-la-infancia/el-educador-social-un-profesional-de-la-educacion-en-contacto-con-la-infancia>
- Rosa, R.M., & Camargo, C.R.M., & Andrade, L.F. (2019). O que esperam de nós? Das expectativas individualizantes às práticas ético-políticas em psicologia escolar e educacional. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, 21(1),135-147. <https://doi.org/10.30715/doxa.v21i1.12048>

- Santos, K.C.D., Paula, J., Rocha, S., & Contreras, H. (2018). As competências pedagógicas do educador social no processo de desenvolvimento humano na educação social. *Maringá-PR*. [http://www.ppe.uem.br/educacaosocial/trabalhos/eixo\\_3/pdf/3.08.pdf](http://www.ppe.uem.br/educacaosocial/trabalhos/eixo_3/pdf/3.08.pdf)
- Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social [SMADS]. (2007). *Parâmetros socioeducativos: proteção social para crianças, adolescentes e jovens: Igualdade como direito, diferença como riqueza. Caderno 3: o trabalho socioeducativo com crianças e adolescentes – 6 a 15 anos*. <https://craspsicologia.files.wordpress.com/2013/04/parametros-das-ac3a7c3b5es-socioeduc-cad-3.pdf>
- Soares, P.G., & Marinho-Araujo, C.M. (2010). Práticas emergentes em Psicologia Escolar: a mediação no desenvolvimento de competências dos educadores sociais. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14, 45-54. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572010000100005>
- Souza, J.A. (2019). Terceiro Setor, Instituições de Ensino e Educadores Sociais: Formação E Práticas Pedagógicas. *Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor*, 6(1), 358-377. <http://dx.doi.org/10.31501/repats.v6i1.11350>
- Souza, M.L., de Freitas, L.S., & Santos, S.S. (2015). I Encontro de Educadores Sociais de Assistência Social de Paranaíba/Ms: um relato de experiência. *Anais do Sciencult*, 6(1), 167-180. <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3101>
- Viegas, L.S. (2020). Psicologia escolar e educacional no Brasil: a importância da autocrítica. In: L.C. Ultramari, L.R.C. Feitosa, & M. Gesser (orgs.). *Psicologia Escolar e Educacional: processos educacionais e debates contemporâneos*, (p.14-33). Edições do Bosque/UFSC/CFH

Recebido em: 08/05/2021  
 Reformulado em: 03/08/2021  
 Aceito em: 18/08/2021

Sobre as autoras:

### **Isabela Cristina de Oliveira**

Centro Universitário Salesiano de São Paulo; Campinas-SP, Brasil. Psicóloga pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo, atua na área de psicologia escolar.  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8164-1464>  
 E-mail: [isabelah\\_2009@hotmail.com](mailto:isabelah_2009@hotmail.com)

### **Karina da Silva Oliveira**

Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte-MG, Brasil. Psicóloga, mestre e doutora pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, atua nas áreas de avaliação e intervenção psicológica na infância e adolescência.  
 ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5301-7012>  
 E-mail: [karina\\_oliv@yahoo.com.br](mailto:karina_oliv@yahoo.com.br)

Contato com as autoras:

E-mail: [isabelah\\_2009@hotmail.com](mailto:isabelah_2009@hotmail.com)  
 E-mail: [karina\\_oliv@yahoo.com.br](mailto:karina_oliv@yahoo.com.br)



# DILEMAS FAMILIARES, FIBROMIALGIA E A RELAÇÃO COM O GRUPO DE APOIO: ESTUDO DE CASO

Francieli Cristina de Souza Ferri  
Universidade Cesumar-UniCesumar

Valdilene Wagner  
Universidade Estadual de Maringá-UEM

Leonardo Pestillo de Oliveira  
Universidade Cesumar-UniCesumar

---

## Resumo

Os diagnósticos de fibromialgia têm crescido gradativamente no Brasil tornando-se imprescindível a criação de estratégias de promoção de saúde para essa população. Este estudo apresentou um caso de fibromialgia relacionada aos conflitos familiares e discutiu as dinâmicas de atenção à saúde decorrentes de um grupo de apoio. Pesquisa qualitativa de estudo de caso. A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário semiestruturado. A entrevista foi gravada e feita transcrição verbatim. As narrativas representativas foram organizadas em tópicos para melhor leitura e visualização. Os conflitos familiares desencadearam sintomas depressivos no sujeito, que foi diagnosticado, também, com fibromialgia. O grupo de apoio foi importante para a promoção de saúde mental a partir do combate aos sofrimentos psíquicos.

*Palavras-chave:* problemas de saúde mental; conflitos familiares; rede de apoio.

## Dilemas Familiares, Fibromialgia y Relación con el Grupo de Apoyo: Estudio de Caso

### Abstract

The diagnoses of fibromyalgia have gradually increased in Brazil, making it essential to create health promotion strategies for this population. This study presented a case of fibromyalgia related to family conflicts and discussed the dynamics of health care arising from a support group. Qualitative case study research. Data collection was performed from a semi-structured questionnaire, the interview was recorded and transcribed verbatim and the representative narratives organized into topics for better visualization. The family conflicts triggered depressive symptoms in the subject, who was also diagnosed with fibromyalgia depressive being the support group identified as an important space for mental health promotion from the combat of psychic suffering.

*Keywords:* mental health problems; family conflicts; support network

## Family Dilemmas, Fibromyalgia and the Relationship with the Support Group: Case Study

### Resumen

Los diagnósticos de fibromialgia han crecido gradualmente en Brasil, haciendo imprescindible la creación de estrategias de promoción de la salud para esta población. Este estudio presenta un caso de fibromialgia relacionado con los conflictos familiares y discute las dinámicas de atención a la salud decentes de un grupo de apoyo. Investigación cualitativa de casos. La recogida de datos se realizó a partir de un cuestionario semiestructurado, la entrevista fue grabada y transcrita literalmente y las narraciones representativas organizadas en temas para su mejor visualización. Los conflictos familiares desencadenaron síntomas depresivos en el sujeto, que fue diagnosticado, además, con fibromialgia depresiva siendo el grupo de apoyo identificado como un espacio importante de promoción de la salud mental desde el combate al sufrimiento psíquico.

*Palabras clave:* problemas de salud mental; conflictos familiares; red de apoyo

---

## Introdução

No Brasil, aproximadamente 2% da população, em sua maioria mulheres, são acometidas de fibromialgia (Oliveira, Mattos, Castro, & Luz, 2017). Conflitos familiares, adversidades na infância e vulnerabilidade ao stress são frequentemente citados como fatores relacionados ao desenvolvimento da síndrome fibromiálgica (Varinen, Kosunen, Mattila Koskela, & Sumanen, 2017; Sil et al., 2013). Contudo, há ainda uma escassez de estudos focados na compreensão do desenvolvimento dessa síndrome frente as dinâmicas familiares promotoras de situações estressoras e de eventos traumáticos (Kaleycheva et al., 2021; Marcus, Richards, Chambers, & Bhowmick, 2013). Por isso, este estudo objetivou apresentar um caso de fibromialgia relacionada aos conflitos familiares discutindo as dinâmicas de atenção à saúde advindas de um grupo de apoio.

A fibromialgia é uma síndrome clínica comumente observada na prática médica e que possui causa ainda obscura. É caracterizada por quadro de dor musculoesquelética crônica associada a variados sintomas que podem ser confundidos com diversas doenças reumáticas e não reumáticas (Helfensteins Junior, Goldenfum, & Siena, 2012). As dores podem ser identificadas em pontos com alta sensibilidade, além de rigidez, fadiga e perturbação no sono. Esses fatores têm sido relacionados a alterações bioquímicas, sensibilidade a dor e sofrimento psicológico (Desmeules, 2012). Além disso, os indivíduos chegam aos centros de saúde se queixando de dores álgicas, com vários níveis de desânimo, tristes, com dor crônica persistente e sem um diagnóstico que permita um tratamento eficaz de modo imediato (Miranda, Berardinelli, Sabóia, Brito, & Santos, 2016).

Esses sofrimentos emocionais, depressão, aspectos comportamentais e demais fatores psicossociais estão sendo associados a fibromialgia e tem afetado a vida profissional, social e familiar dos indivíduos (Besset, 2010), impactando negativamente nos relacionamentos e contribuindo com situações que levam a conflitos leves ou moderados com amigos, cônjuges, filhos e demais membros do contexto de convívio diário (Marcus et al., 2013). Também, em alguns casos, os familiares tendem a hipervalorizar a dor que é sentida, enquanto os profissionais de saúde tendem a subestimar

a dor que os indivíduos sentem (Pouchot, Le Parc, Queffelec, Sichére, & Flinois, 2007).

Na tentativa de encontrar caminhos para solucionar essas questões complexas, estudos no campo da psicologia tem se dedicado ao acompanhamento desses indivíduos destacando a importância dos grupos de apoio (Souza & Laurenti, 2017). Esses grupos são eficazes em apresentar uma alternativa complementar a medicina tradicional que tende a tratar a síndrome sob uma ótica puramente biológica, deixando de lado o viés da saúde mental e os aspectos comportamentais, transtornos no aspecto afetivo, estilo de vida pouco ou nada ativo, angústia e retraimento social, fatores psicológicos que têm influenciado fortemente na gravidade da dor (Desmeules, 2012).

Ainda, vivências conflituosas, como as geradas em seio familiar, dinâmicas de isolamento social, sentimentos de derrota e frustração podem potencializar o adoecimento, porém, em muitos casos, o sujeito tem anseio de restabelecer os vínculos sociais, barrados pela fibromialgia (Silva & Rumim, 2012) sendo os grupos de apoio uma possibilidade para que sejam criadas mudanças comportamentais, autonomia e enfrentamento dos sofrimentos (Brunozi et al., 2019). Por isso, fez-se necessário apresentar um caso de indivíduo com fibromialgia relacionada as dinâmicas de conflitos e traumas geradas no seio familiar e a importância do grupo de apoio.

## Apresentação do Caso

Método qualitativo do tipo estudo de caso, a pesquisa qualitativa não terá direcionamento de mensuração, mas sim de análise e interpretação das informações coletadas, logo, configura-se como uma importante ferramenta de visualização de fenômenos sociais. A amostra foi composta por uma participante de 59 anos, do sexo feminino, casada, profissional autônoma, diagnosticada com fibromialgia, chamada Maria (nome fictício). Ela participou durante 4 anos de um projeto de extensão interdisciplinar, estruturado como grupo de apoio, que teve início em 2011 e foi encerrado em 2018, fornecido por uma instituição de ensino superior. No período da participação do sujeito o projeto intitulava-se “grupo de apoio às pessoas com Fibromialgia” cujos encontros ocorriam quinzenalmente.

Para coleta de dados realizou-se uma entrevista semiestruturada, onde estavam presentes a

entrevistada e a pesquisadora graduada em psicologia. Durante a entrevista, alguns questionamentos foram realizados para o melhor entendimento de alguns elementos da narrativa.

A entrevista foi realizada em 2019, sendo o sujeito selecionado por se tratar do membro com maior tempo de participação no grupo, entre os quinze eletivos ao estudo. Desse modo, foi explicado a participante o foco do estudo e feito a ela o convite que foi posteriormente aceito. O contato para realização da entrevista foi realizado por telefone. A entrevista foi realizada em uma sala privada e silenciosa na cidade de Maringá - PR e teve duração de uma hora, para melhor visualização dos dados obtidos, optou-se pela apresentação dos resultados na forma de tópicos. A participante assinou o Termo de Livre Consentimento ficando com uma cópia. Foi garantindo o caráter sigiloso dos dados e seu uso apenas com finalidade acadêmica, respeitando assim, as normas de pesquisa. Esse estudo foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com seres humanos sob o parecer de nº 2.938.453.

## Apresentação dos Resultados

O sentimento de infância e a importância do brincar

Maria, relatou ter poucas lembranças do período da infância pois, ao chegar da escola trabalhava na loja de vestuário de seus pais. Sendo ela a responsável pelo atendimento dos clientes enquanto sua mãe realizava as atividades domésticas e seu pai trabalhava em sua fazenda. *“Praticamente não tive infância porque quando eu ia brincar chegava algum cliente na loja e minha mãe me chamava para trabalhar”*.

O trabalho intenso permaneceu durante a adolescência, tornando-se posteriormente, vendedora autônoma de roupas femininas, mesmo segmento da loja de seus pais. A repetição no comportamento de isolamento social atravessou sua infância e adolescência, sendo sua família e a igreja seu único contato social. Segundo ela, seus irmãos tiveram uma realidade diferente, possuíam uma rede de amizades e saíam sem os pais enquanto ela, raramente era autorizada a acompanhá-los, conforme exposto por ela: *“Eu sempre trabalhei muito, tanto na infância quanto na adolescência,*

*praticamente não tive lazer na minha vida. Às vezes meu pai e minha mãe saíam e eu ia junto, mas reunir amigos assim não tive, mesmo agora eu não tive tempo para ter um lazer”*.

Com o passar do tempo, sua mãe decidiu retirar Maria da escola para ela dedicar-se totalmente ao trabalho na loja. Estudar sempre foi o sonho não realizado de Maria. Por isso, segundo ela, ver as filhas estudando foi uma forma de satisfação parcial desse desejo reprimido. Destaca, orgulhosamente, que as filhas possuem mestrado em suas áreas de atuação. *“Eu não consegui estudar, que era um sonho que eu tinha, eu pedia para a mãe, mas não podia porque tinha que trabalhar”*.

Conflitos familiares e as perdas dos laços afetivos

A divisão desigual dos recursos deixados pelo pai, resultou em conflitos familiares e laços rompidos. Segundo Maria, a briga com os irmãos e mãe teve a duração de 4 anos. No entanto, depois do ocorrido a relação entre eles não se estabeleceu de forma harmoniosa. Maria sente mágoa pois, os irmãos não a visitaram nem nos momentos mais delicados de sua vida, como quando fez uma cirurgia. *“Isso gerou briga, esse conflito que durou uns 4 anos [...] Esse irmão mais velho não se dá com irmão nenhum, porque ele só gosta de rico, é ele e mais ninguém. Ele operou o ano passado eu fui visitar ele e quando eu coloquei a prótese no quadril ele nem ligou para saber como eu estava”*.

Ao se casar Maria vislumbrava um casamento feliz e laços familiares fortalecidos. No entanto, nos primeiros anos de casamento sua relação com a família de seu esposo trouxe a ela sofrimentos. Ao casar-se mudou-se para a região norte do país, residindo na casa dos seus sogros. Lá ela vivenciou diversas situações. Nesse momento do relato, Maria não quis prosseguir com o assunto, ressaltando que ainda hoje, esses fatos lhe magoam.

Eu lembro de um dia como se fosse hoje, a geladeira era a gás e eu não tinha costume e a geladeira desligou, meu sogro que hoje é falecido chegou e falou ‘você não cuida da geladeira, acho que quer comer bosta ao invés de carne’. Eu chorei muito! Para você ver como era a situação, teve uma cunhada minha que veio embora, não suportou. Depois o irmão do Marido se matou e jogaram a culpa nela, mas ela não tem culpa, porque eu sei o que ela passou.

Conflito familiares e o desenvolvimento da síndrome fibromiálgica

Os conflitos com a família oriundos da morte de seu pai, resultaram em um distanciamento da família. Maria associa sua depressão, diagnosticada em 2014, a esses acontecimentos. *“Eu me sinto muito mal tem dias, eu gostaria que fosse diferente. Queria que fosse família mesmo. Fico muito triste”*.

Maria relatou que viveu com o marido por cerca de duas décadas na região norte do país, contra a sua vontade, seu sonho era morar em uma cidade do sul do País. Quando as filhas nasceram e regressaram ao sul ela também regressou. Mas, foi na região norte que iniciaram as dores correspondentes a fibromialgia. Em 2012 realizou o tratamento para artrose. No entanto, as dores continuaram e ela foi diagnosticada em 2013 com Fibromialgia. Após esse diagnóstico, sua saúde mental declinou. Maria relatou que neste momento já não frequentava outros lugares por conta das dores. Isolando-se. Em 2014 foi diagnosticada com depressão. *“Lá [norte] começou a Fibromialgia, comecei a sentir muitas dores e ia no médico várias vezes e não descobria. Até que fui no reumatologista e ele descobriu a fibromialgia, voltei no médico que me tratou do quadril, porque tive sérios problemas de artrose”*.

Maria em toda sua trajetória de vida buscou atender as necessidades dos demais: seus pais, irmãos, esposo e filhos. Deixando de lado seu autocuidado *“Eu não me preocupo comigo não, até as meninas falam que não me preocupo comigo, só me preocupo com os outros. Eu penso que tenho que me preocupar com a família, principalmente as filhas e os netos, quando querem alguma coisa”*.

Assim como sua relação familiar com os irmãos foi prejudicada após o falecimento de seu pai, sua relação com a sua mãe também ficou debilitada. Buscando retomar os laços afetivos com a mesma, pediu perdão a ela. *“Hoje a gente conversa, eu perdooi ela e também pedi perdão pelo o que eu falei, mas acho que eu falei o que deveria ser dito”*.

A importância do grupo de apoio

Depois de relatar todos os acontecimentos que marcaram sua vida e que geram sofrimentos, elencou alguns momentos que considera felizes. Dentre esses momentos, destacou o nascimento das filhas e suas formaturas. *“Tive muitos momentos felizes, como o nascimento das minhas filhas, a formatura, conseguimos dar estudos para as filhas”*.

Maria está tomando muitos medicamentos para a fibromialgia. Ela atribui as dores intensas e recentes ao fato de ter minimizado seus cuidados com a síndrome fibromiálgica após ter finalizado as atividades do grupo de apoio às pessoas com fibromialgia. *“Hoje eu estou tomando muito remédios, com muitas dores ultimamente, por ter relaxado, fui ao médico e ele falou que a fibromialgia está muito atacado”*.

Segundo ela, o grupo de apoio contribuía devido ao enfoque interdisciplinar, com diversos profissionais de nutrição, Educação Física e psicologia. As informações recebidas, eram aplicadas em sua rotina e com isso, amenizava as dores. *“O grupo me ajudava muito, os incentivos das nutricionistas, incentivo à Educação Física, as conversas, porque estando lá, conversando, a gente vai fazendo as coisas aplicando na vida”*.

Além das contribuições com as informações técnicas dos profissionais, o grupo proporciona contato social e interação com as pessoas. Para Maria, esse momento era extremamente importante para sua autonomia. Ela participou durante quatro anos do grupo oferecido pela universidade. Há seis meses de sua ausência, passou a enfrentar dores constantes e insônia, os médicos disseram que ela não deveria ter encerrado a prática de exercícios. As indicações nutricionais também minimizaram suas dores.

Na época do projeto eu era bem mais animada, eu participava fazia mais exercício, agora eu relaxei, isso me fez ter crises de dores fortes está com 6 meses. Mais por relaxamento, o médico falou para mim que não devia ter parado. Outra coisa que me ajudou foi o kefir, caseiro, me ajudou muito nas dores, mas quando dei uma relaxada comecei a piorar de novo. Então foi na época que tive que voltar a tomar mais remédios, hoje eu estou tomando e com muita insônia, a insônia nunca passou.

## Discussão

As questões que perpassam a construção social do sentimento de infância sob análise de uma perspectiva histórica, são recentes. Atualmente se percebe a criança

como um ser histórico e de direitos, mas ainda são muito frequentes os casos de exploração do trabalho infantil. A representação da criança como ser adultizado e preparado para produção é uma ideia construída desde a idade antiga. Apesar disso, é apenas no século XIX que a infância se constitui como um problema social e os estudiosos passaram a abordar esse tema de maneira ampla (Ariés, 1973).

A desconstrução da ideia de que a criança não pode ser forçada ao trabalho, bem como, a construção do sentimento de infância, liberando a criança para que vivencie brincadeiras e momentos de lazer como expressão plena de sua criatividade, é um processo vagaroso que repercute no decorrer da história. Isso fez com que, ainda na década de 60, no Brasil, as marcas do trabalho estivessem presentes na vida das crianças. No caso de Maria, fez-lhe abster-se do universo infantil, vivenciando apenas o mundo adulto. Ainda hoje, planos são pensados para erradicação do trabalho infantil nos estados Brasileiros (Brasil, 2017).

Esses processos são lentos devido a suas configurações simbólicas e históricas. A recreação em essência, foi utilizada para controle dos corpos infantis. Na França do século XVII, investiu-se no combate a indiferença e a inércia que havia em relação às crianças acometidas pela pobreza extrema. Elas eram colocadas em “depósitos infantis”. Nesses locais, além das tarefas e da aprendizagem de algum ofício, elas tinham acesso a momentos de recreação com jogos e brincadeiras que tinham como princípio formar cidadãos civilizados (Huizinga, 1999).

Apesar do caráter moralizador encontrado na recreação, as brincadeiras são de extrema importância para saúde integral da criança. Maria, retrata com pesar a ausência de atividades de lazer, como brincadeiras, devido à escassez de tempo livre totalmente preenchido com o trabalho. O brincar é essencial para a saúde emocional do sujeito. As brincadeiras simbólicas, ou de faz de conta ajudam no desenvolvimento da criatividade, cognição e afetividade (Kishimoto, 2009).

O sujeito lamenta não ter brincado, se divertido na infância. Nota-se na narrativa um pesar de algo não vivido, de um direito negado. Aliado a isso, sabe-se que o trabalho pode ser fonte de um tipo de sofrimento subjetivo. A forma como o trabalho se organiza impõe sobre as pessoas ações específicas que impactam no

aparelho psíquico de qualquer ser humano (Dejours, 1987), mas ao tratar-se de uma criança, o impacto pode ser mais intenso, provocando danos significativos. Isolada na loja do pai, Maria foi privada pelo trabalho do seu direito de ter uma infância com brincadeiras que poderiam gerar momentos de ludicidade.

O sujeito demonstra profunda angústia ao revelar a morte do pai. Maria sente-se abandonada por ele, já que ele deixou apenas para sua mãe todas as condições materiais necessárias para se ter uma vida confortável. Maria relata que a sua mãe sempre manteve predileção afetiva pelos seus irmãos, favorecendo-os em diversas situações, inclusive financeiramente, ao passo que ela, casou-se, teve que ir morar em outro estado e trabalhar para sustentar a família, recebendo de casa uma quantia em espécie, insignificante.

Atualmente, são amplas as discussões sobre desigualdade de gênero em todos os setores da sociedade, inclusive no seio familiar. Uma das causas dessas desigualdades são as condutas, atitudes e valores que se caracterizam fundamentalmente por uma afirmação sistemática e reiterada da masculinidade. No caso de Maria, evidencia-se que essas características são reforçadas em seus irmãos pela figura materna. Desse modo, ao assumir uma postura machista, a mãe de Maria, acaba exaltando o masculino e menosprezando a personalidade feminina, o que gera em Maria um sentimento de abandono e discriminação em relação aos irmãos, provocados pela falta de afeto e atenção da Mãe. Muitas mulheres quando jovens rejeitam o caminho reforçado pelas convenções sociais de cumprir, como via primeira de escolha na vida, deveres de esposa e mãe e podem buscar realização intelectual, emocional e sexual aderindo ou não às escolhas convencionais (Caine, 1999).

Maria anula sua identidade, seus desejos e vontades e passa a viver pelos outros. Esses eventos angustiantes, aliados a ausência do brincar na infância, ao abandono do sonho de estudar, junto ao isolamento e o afeto desigual e ausente da mãe, geram uma rede de elementos que compõe os sofrimentos psíquicos. Pois, tanto o trabalho na infância, imposto ao sujeito quando ele “tem que trabalhar” quanto, o machismo quando é imposto a Maria, por seu esposo, quando a faz desvincular-se das atividades de lazer e dos seus sonhos de estudar aliados ao sentimento de rejeição materna quando percebe que

não pode ser amada tal qual os irmãos, geram sofrimentos pela perda de fragmentos de sua liberdade, já que é privada das possibilidades de desejar, de sonhar ou de querer.

O sujeito teve seus sofrimentos intensificados durante as brigas familiares que duraram cerca de quatro anos. Interessantemente, esses conflitos foram provocados pelo sentimento de injustiça diante da distribuição dos bens materiais deixados pela figura paterna. Desse modo, a estrutura capitalista moldou as relações familiares de Maria no que tange a satisfação de seus desejos e necessidades e a aquisição de conforto.

As condições materiais e as escolhas reais que o sujeito faz a partir de cada personagem que incorpora não dão condições de recuperação dos fragmentos de liberdade perdidos quando sua identidade assumia as personas filha e esposa respectivamente. Os movimentos dos vários personagens não geram metamorfoses emancipatórias de sua identidade (Ciampa, 2001), fazendo com que o sofrimento se torne uma experiência constante que pode transcender as esferas subjetivas e se manifestar através de dores físicas no corpo. Maria é isolada pela mãe e pelos irmãos na distribuição dos bens materiais. Esta falta de recurso fez com que, ao mudar-se para outro estado com o marido, morasse nas dependências de seus sogros. As humilhações que sofreu nessa fase da vida ficaram memorizadas.

Ela já não sofre apenas com os conflitos da família de origem, sofre com os conflitos da família que construiu e com os conflitos da família de seu marido. Na posição que se encontrava foi incapaz de conseguir se desfazer de suas dores emocionais vindas do seu isolamento e da perda de seus fragmentos de liberdade. O mundo externo passa a exercer uma poderosa força sobre ela, sem encontrar condições para revirar, ela se deixa abater. Maria gostaria que fosse tudo diferente, mas não tem os meios necessários para controlar as estruturas, passando a ser controlada por elas (Goulart, 2019).

As formas de dominação exercidas sobre os diferentes personagens vividos por Maria, deixam-na deprimida gerando sofrimento e em cada um deles ela tem a sensação de que deveria ter sido diferente. O isolamento a faz ter relações restritas com as outras estruturas sociais, ela estabeleceu laços profundos de vínculos afetivos apenas com os membros da própria

família. Seus personagens passaram a ficar estáticos, vivendo apenas pelos outros e não por si. A relação com os outros são dolorosas e diminuem suas expectativas em relação às possibilidades de satisfação com a vida.

Todos os eventos da vida de Maria convergiram para um estado de sofrimento no qual ela não queria estar, ela relata que “gostaria que fosse diferente”. Passa a sentir-se muito mal, o isolamento ao qual ela foi submetida provocaram sentimentos de inadequação, vazio, falta de sentido em relação a vida e exílio ao mundo externo. As dores da alma, agora são também dores no corpo e o sujeito é diagnosticado com fibromialgia, doença que Maria tem poucos conhecimentos, o que agrava ainda mais sua condição (Costa, Rodrigues, Peres, & Padula, 2021). Maria passa a assumir outro personagem, pela primeira vez não vinculado aos membros do clã familiar. Passa a ser identificada como uma pessoa doente. Paradoxalmente, as estruturas familiares a levaram a um estado de isolamento pela repressão de suas liberdades, sem forças para sair dessa condição, ela assume um personagem doente e termina por se inserir ao grupo dos vulneráveis. Em um processo cíclico de isolamento, sofrimento, doença e novas formas de isolamento. Todos esses eventos convergem para o desencadear de um quadro depressivo.

Destaca-se nessa fase da vida do sujeito o profundo sentimento de tristeza, a vivência forçada em um lugar que não quer estar e o início das dores no corpo com a descoberta da fibromialgia. Nessa fase, o reconhecimento do sofrimento do sujeito é muito importante, pois o sofrimento está correlacionado ao reconhecimento. É necessário o reconhecimento do sofrimento pelo outro para que não ocorra a perda da identidade daquele que sofre. É importante que nesse estágio ocorra a integração entre os processos simbólicos e emocionais que constituem a subjetividade do sujeito e que moldam sua identidade (Goulart, 2019). Souza e Laurenti (2017) explicam que nesse sentido, um sujeito que sofre com a fibromialgia passa por diversos episódios de muita dor, onde acaba se isolando da sociedade em busca de manter seu sofrimento em modo privativo. No entanto, essa ação pode gerar diversas consequências.

Quando o reconhecimento social da síndrome não acontece, pode ocorrer o abandono de si junto ao abandono dos vínculos com os outros. O sofrimento

psíquico pode levar o sujeito ao isolamento social por ser, sua dor real, não reconhecida. Existem casos em que os pacientes mostram resistência ao assumir a persona doente. Eles querem continuar suas atividades diárias, tanto na esfera pública quanto na privada o que gera frustração em homens e mulheres de acordo com as atividades que lhes são socialmente atribuídas (Briones, 2016).

Nesse sentido, destaca-se a importância do grupo de apoio na vida de Maria, já que os grupos de apoio são importantes na medida em que, conseguem compreender a origem das dores do sujeito permitindo que possam construir uma narrativa sobre elas fazendo com que se tornem reconhecidos pelos demais membros, reconstruindo assim, o senso de identidade do ser que sofre ao mesmo tempo em que fortalecem as relações de pertencimento a outros grupos, não restringindo o sujeito apenas a esfera familiar. Costa et al. (2021) afirmam que o convívio social, novos relacionamentos qualitativos e a prática de atividades físicas em grupo são uma das recomendações para as pessoas diagnosticadas com fibromialgia, isso porque esses espaços não apenas contribuem com a melhora da qualidade de vida, mas também colaboram com o tratamento.

A experiência em grupos de apoio é de extrema importância, visto que, a fibromialgia é uma síndrome que afeta centenas de pessoas gerando angústias coletivas, fazendo com que vários sujeitos vivenciem as mesmas dores em situações distintas da perda dos fragmentos de liberdade. Miranda et al. (2016) confirmam essa teoria, pois afirmam que esses grupos representam um espaço para a interação e reflexão, que possibilitam o debate entre pessoas que compartilham de um mesmo problema ou condição, onde os déficits e as falhas podem ser compartilhadas em busca de melhoria conjunta.

Vale ressaltar que pela falta de reconhecimento, muitos indivíduos passam a se calar e a reprimir seus sentimentos de dor em ambientes familiares, esse sofrimento que não inspira narrativas, não inspira palavras e deixa o sujeito em silêncio, precisa de um lugar de escuta (Levy & Kupferberg, 2009).

Nesse sentido, os grupos de apoio podem ser um espaço propício para a ação comunicativa de compartilhamento do sofrimento, fazendo com que o sujeito seja reconhecido, se sentindo pertencente à coletividade.

Logo, a síndrome, quando expressada no discurso passa a ser percebida como parte da identidade do sujeito. Ele se identifica como aquele ou aquela que tem fibromialgia, esse reconhecimento o faz criar laços sociais nesses grupos de apoio, criando assim, possibilidades de enfrentamento do problema.

Os profissionais precisam ser habilitados para isso. Pois na medida em que ignoram o sofrimento da pessoa com fibromialgia podem fazer com que esta, perca o interesse pelo grupo. Os sofrimentos que acometeram Maria são comuns aos de outras pessoas com síndrome fibromiálgica. O isolamento social, a perda das liberdades e a depressão geram um constante mal-estar nesses indivíduos (Cacioppo, Hawkley, Norman, & Berntson, 2011).

Os grupos de apoio contribuem para promoção da saúde mental, são de baixo custo e acessíveis aos profissionais de diferentes áreas. Os grupos visam potencializar as capacidades dos sujeitos, geram mudanças de comportamentos e atitudes direcionadas para o desenvolvimento da autonomia e enfrentamento das condições geradoras de sofrimentos (Brunozi et al., 2019).

Dessa forma, o grupo intitulado “grupo de apoio às pessoas com fibromialgia”, que o sujeito estava inserido visava compreender o sofrimento psíquico decorrente dos sintomas causados pela fibromialgia, que afetam às rotinas e atividades diárias e inevitavelmente impactam na qualidade de vida. Apresentando a eles, na experiência de grupos, possibilidade de ressignificação e de autonomia no enfrentamento das adversidades. Promovendo a interação social e a disseminação de informações relevantes aos aspectos de saúde que corroboram com a promoção e qualidade de vida dos participantes.

Especificamente no caso de Maria, os sofrimentos familiares geraram comportamentos de isolamento social que, por sua vez, intensificaram progressivamente o agravamento de sua situação. Evidenciou-se pela análise da narrativa, a estrutura social familiar como fonte originária e frequente de seu sofrimento psíquico. Percebeu-se que os sofrimentos geraram uma desarticulação da narrativa do sujeito. Assim, espera-se que os grupos de apoio, a depender da forma como são estruturados, consigam desenvolver laços sociais que permitam aos sujeitos uma necessária elaboração psíquica.

## Considerações Finais

Este estudo apresentou um caso de fibromialgia relacionada aos conflitos familiares discutindo as dinâmicas de atenção à saúde decorrentes de um grupo de apoio. Os diversos sentimentos de angústia do sujeito, relacionados as estruturas familiares promotoras de conflitos que não foram elaborados pelo entrevistado, geraram situações de isolamento social desencadeando em um quadro depressivo. Não se pode afirmar com esse estudo, que a síndrome fibromiálgica é resultado desses sofrimentos psíquicos, visto que o sujeito manifestou diversas mazelas psicologicamente impactantes, porém, estão relacionados ao adoecimento do sujeito e seu diagnóstico corrobora para perdas significativas da saúde global sendo o grupo de apoio identificado como um espaço importante para novos movimentos da sua identidade configurando-se, também, como um ambiente de comunicação, fala e escuta, atividades estas, indispensáveis no combate ao sofrimento psíquico. Este estudo tem implicações futuras no campo da psicologia por revelar os benefícios de um grupo de apoio e os diversos sofrimentos, experienciados em contexto familiar por um sujeito diagnosticado com fibromialgia.

## Referências

- Ariés, P. (1973) História social da criança e da família. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, p. 279. 1973.
- Besset, V. L. et al. (2010). Um nome para a dor: fibromialgia. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 10(4), 1245-1269.
- Brasil. C.-T. (2017) Plano decenal dos Direitos Humanos da criança e do adolescente do estado do Tocantins. Retirado de: <https://central3.to.gov.br/arquivo/463648/>.
- Briones, V. E. (2016). The social construction of fibromyalgia as a health problem from the perspective of policies, professionals, and patients. *Global Health Action*. 9(10), 1-12. Retirado de: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC5165055/pdf/GHA-9-31967.pdf>.
- Brunozi N.A., Souza S.S., Sampaio C.R., Maier S.R.O., Silva, L.C.V.G., Sudré, G.A. (2019). Grupo terapêutico em saúde mental: percepção de usuários na atenção básica. *Revista Gaúcha Enfermagem*, 40, 1-9. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2019.20190008>.
- Cacioppo, J. T., Hawkley, L. C., Norman, G. J., Berntson, G. G. (2011) Social isolation. *Annals of the New York Academy of Sciences*, 1231(1), 17–22.
- Caine, B. (1999). Mothering Feminism/Mothering Feminists: Ray Strachey and The Cause *Women's History Review*, 8(2), 295-310, 1999. Retirado de: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09612029900200199?needAccess=true>.
- Ciampa, A. C. (2001) A Estória do Severino e a História da Severina: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense.
- Costa, T. M., Rodrigues, F. M.S., Peres, F.D.B., Padula, M.P.C. (2021) Experiências e qualidade de vida de mulheres com fibromialgia. *Brazilian Journal of Development*. 2021. 7 (6). p. 54365-54379. doi: 10.34117/bjdv7n6-030.
- Dejours, C. (1987). A loucura do Trabalho, Oboré Editorial.
- Desmeules, J., Pigué, V., Besson, M., Chabert, J., Rapiti, E., Rebsamen, M., Rossier, M.F., Curtin, F., Dayerr, P., Cedraschi, C. (2012). Psychological Distress in Fibromyalgia Patients: A Role for Catechol-O-Methyl-Transferase Val158Met Polymorphism. *Health Psychol*, 31(2), 242 – 249.
- Goulart, D. M. (2019). Saúde mental, desenvolvimento e subjetividade: da patologização à ética do sujeito. São Paulo: Cortez.
- Huizinga, J. (1999). *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura*. Perspectiva: São Paulo.
- Helfenstein Junior, M., Goldenfum, M.A., Siena, C.A.F. (2012) Fibromialgia: aspectos clínicos e ocupacionais. *Revista da Associação Médica Brasileira*, 58(3):358-365. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/ramb/v58n3/v58n3a18.pdf>.
- Kaleycheva, N., Cullen, A, E., Evans, R., Harris, T., Nicholson, T., Chalder, T (2021). The role of lifetime stressors in adult fibromyalgia: systematic review and meta-analysis of case-control

- studies. *Psychol Medical* 2021 Jan;51(2):177-193. doi: 10.1017/S0033291720004547.
- Kishimoto, M. T. (org.). (2009). *Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação*. 12<sup>o</sup>.ed. São Paulo: Cortez.
- Levy, L. & Kupferberg, M. (2009). Um silêncio ensurdecedor. *Cadernos de Psicanálise-CPRJ*, Rio de Janeiro, 31(22), 173-184.
- Marcus, D.A., Richards, K.L., Chambers, J.F., Bhowmick, A. (2013) Fibromyalgia family and relationship impact exploratory survey. *Musculoskeletal Care*. 2013 Sep;11(3):125-34. doi: 10.1002/msc.1039. Epub 2012 Nov 21. PMID: 23172797.
- Miranda, N.A.C.G, Berardinelli, L.M.M., Sabóia, V.M., Brito, I da S., Santos, R. da S. (2016). Práxis interdisciplinar de cuidado em grupos de pessoas que vivem com fibromialgia. *Revista Brasileira Enfermagem*. 2016. 69(6):1052-9. doi: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0279.
- Oliveira, L.H.S., Mattos, R. da S., Castro, J.B.P., Luz, M. T. (2017). Práticas corporais de saúde para pacientes com fibromialgia: acolhimento e humanização. *Physis: Revista de saúde coletiva* [online]. 2017. 27 (4). doi: https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400023.
- Pouchot, J., Le Parc, J.M., Queffulec, L., Sichère, P., Flinois, A., *Association Française des Polyarthritiques*. (2007) Perceptions in 7700 patients with rheumatoid arthritis compared to their families and physicians. *Joint Bone Spine*. 2007;74:6226.
- Silva, T. A. D & Rumim, C. R. (2012). Fibromialgia e a manifestação de sofrimento psíquico. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*. 7(3-4), 767-792. Retirado de: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/malestar/v12n3-4/12.pdf>.
- Sil, S., Thomas, S., DiCesare, C. Strotman, D., Ting, T.V., Myer, G., Kashikar-Zuck, S. (2015) Preliminary Evidence of Altered Biomechanics in Adolescents With Juvenile Fibromyalgia. *American College of Rheumatology*. 2015. 67(1), 102-111. doi: https://doi.org/10.1002/acr.22450.
- Souza, B. & Laurenti, C. (2017). Uma interpretação molar da dor crônica na fibromialgia. *Psicologia: ciência e profissão*. 2017. 37 (2). 363-377. doi: https://doi.org/10.1590/1982-3703001102016.
- Varinen, A., Kosunen, E., Mattila, K., Koskela, T., Sumanen, M. (2017). The relationship between childhood adversities and fibromyalgia in the general population. *J Psychosom Res*. 2017. 99, 137-142. doi: 10.1016/j.jpsychores.2017.06.011.

Recebido em: 27/04/2021  
 Reformulado em: 13/07/2021  
 Aceito em: 24/08/2021

Sobre os autores:

**Francieli Cristina de Souza Ferri**

Graduada em Ciências Biológicas e da Saúde – a autora é graduada em Psicologia.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5898-2639>

*E-mail:* francieliferri2@gmail.com

**Valdilene Wagner**

Mestre em Promoção da Saúde. Doutoranda em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) Maringá, PR, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2558-7832>

*E-mail:* valdilenewagner1@gmail.com

**Leonardo Pestillo de Oliveira**

Graduado em Psicologia, Mestre em Educação Física e Doutor em Psicologia Social. UniCesumar, Maringá. PR, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5278-0676>

*E-mail:* leopestillo@gmail.com

Contato com os autores:

Av. Guedner, 1610

Maringá-PR, Brasil

CEP: 87050-390

Telefone: (44) 3027 6360 Fax: (44) 3027 6360

*E-mail:* normas@cesumar.br

# EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS, PSICOLOGIA SOCIAL E PÓS-COLONIALISMO: APROXIMAÇÕES E DESAFIOS

Andréa Moreira Lima  
Centro Universitário UNA

---

## Resumo

O artigo apresenta o campo das epistemologias feministas, discutindo as principais críticas feministas ao modelo de ciência tradicional. Trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa realizada a partir do levantamento e análise de textos clássicos e contemporâneos sobre a temática. Inicialmente, são discutidos os impactos da parcialidade de gênero na construção e consolidação de hipóteses e teorias científicas. Em seguida, são apresentadas contribuições advindas da psicologia social crítica feminista e das perspectivas pós-colonialistas na interpretação da produção do conhecimento científico, destacando iniciativas políticas e acadêmicas para a ampliação da participação e da representatividade das mulheres na ciência, com foco no contexto latino-americano. Apesar dos desafios ainda existentes para a superação da desproporcionalidade de gênero na ciência, as perspectivas feministas têm favorecido o alargamento gradativo da representatividade das mulheres na produção científica, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero em todas as suas amplitudes.

*Palavras-chave:* epistemologias feministas; gênero; feminismos; psicologia social; pós-colonialismo.

## Feminist Epistemologies, Social Psychology and Postcolonialism: Approaches and Challenges

## Abstract

The text presents the field of feminist epistemologies, discussing the main feminist critiques of traditional science model. It is a narrative bibliographical review based on the collection and analysis of classical and contemporary texts on the subject. / It is a narrative review based on the collection and analysis of classical and contemporary texts on the subject. Initially, the impacts of gender bias in the construction and consolidation of scientific hypotheses and theories are discussed. Next, the contributions of critical feminist social psychology and post-colonial studies in the interpretation of scientific knowledge are analysed, presenting political and academic initiatives to broaden the participation and representation of women in science, focusing on Latin American context. Despite the challenges still remaining in overcoming gender disproportionality in science, feminist perspectives have favoured a gradual expansion of women representation in scientific production, contributing to tackling gender inequality in all its dimensions.

*Keywords:* feminist epistemologies; gender; feminisms; social psychology; postcolonialism.

## Epistemologías Feministas, Psicología Social y Poscolonialismo: Enfoques y Desafíos

## Resumen

El texto presenta el campo de las epistemologías feministas, discutiendo las principales críticas feministas al modelo de la ciencia tradicional. Se trata de una revisión de literatura realizada a partir de la recopilación y análisis de textos clásicos y contemporáneos sobre la temática. Inicialmente, son discutidos los impactos de la parcialidad de género en la construcción y consolidación de hipótesis y teorías científicas. A continuación, se realizan los análisis de las contribuciones de la psicología social feminista y de la teoría poscolonial en la interpretación de la producción del conocimiento científico, presentando iniciativas políticas y académicas para la ampliación de la participación y de la representatividad de las mujeres en la ciencia, mirando en contexto latinoamericano. Pese a los desafíos que aún existen para la superación de la desigualdad de género en la ciencia, las perspectivas feministas han favorecido el agrandamiento gradual de la representatividad de las mujeres en la producción científica, contribuyendo de esta manera para el enfrentamiento de las desigualdades de género en todas sus amplitudes.

*Palabras clave:* epistemologías feministas; género; feminismos; psicología social; poscolonialismo.

---

## Introdução

A epistemologia pode ser definida como o estudo do conhecimento. Em uma acepção mais restrita e contemporânea, o termo designa o estudo dos princípios e das características da ciência (Steup, 2018). Dessa forma, a expressão “epistemologia feminista” se refere a uma perspectiva que analisa a ciência a partir de marcadores sociais, com foco na influência das questões de gênero na produção científica.

A filosofia da ciência, ao longo da primeira metade do século XX, esteve dominada por escolas que tentaram compreender a ciência estritamente a partir dos seus aspectos metodológicos. Os positivistas lógicos, por exemplo, interessados na demarcação entre ciência e não ciência (metafísica), compreenderam as teorias científicas como conjuntos de enunciados que podem ser verificados ou confirmados pela observação empírica (Ayer, 1975).

Crítico aos positivistas, Karl Popper defendeu que o caráter científico de uma teoria repousa não na possibilidade de verificação de seus enunciados, mas na sua possibilidade de produzir hipóteses que podem ser testadas e que, portanto, sejam passíveis de refutação, caso incorretas (Popper, 2013). Embora se tratem de projetos epistemológicos distintos, esses dois modelos compreenderam a ciência a partir de uma *perspectiva internalista*: isto é, ambos postulavam que o conhecimento científico é alcançado a partir da aplicação de um método de características supostamente únicas e universais.

Em contraponto, Thomas Kuhn compreendeu a ciência a partir de uma *perspectiva externalista*, analisando as condições históricas da produção científica (Oliva, 2003). Kuhn (1997) identificou que não existe um método científico único que, ao ser aplicado, garantiria a concessão do rótulo de ciência ao conhecimento produzido. Em suas pesquisas sobre as Revoluções Científicas ocorridas ao longo da história de diversas disciplinas, Kuhn destacou que a adesão a uma nova teoria não depende, somente, do fato da teoria ter sido formulada ou confirmada a partir da aplicação de um determinado conjunto de regras científicas. A adoção de uma teoria depende, também, dos valores que permeiam e orientam uma dada comunidade científica, os

quais nem sempre podem ser interpretados como universais ou empiricamente justificáveis.

Em certa medida, as formulações de Kuhn abriram caminho para o desenvolvimento das epistemologias feministas. As análises por ele realizadas mostraram que existem fatores históricos e sociais, internos à própria ciência, que devem ser considerados nas análises epistemológicas da ciência. As epistemólogas feministas, por sua vez, expandiram essa análise, apresentando argumentos sobre a existência de fatores históricos e sociais que, externos à própria ciência, influenciam a produção do saber (Longino, 2003; Bandeira, 2008).

Sendo assim, uma análise crítica da produção científica necessita de uma abertura para a problematização das influências de marcadores sociais na ciência. A partir dessa perspectiva, o presente artigo analisa o campo das epistemologias feministas, destacando as principais críticas feministas à ciência para, então, articular o campo das epistemologias feministas às contribuições da psicologia social crítica feminista e das teorias pós-colonialistas na análise da produção do conhecimento científico.

## Método

O presente artigo trata-se de uma revisão bibliográfica narrativa, realizada a partir do levantamento e análise de textos científicos clássicos e contemporâneos sobre as epistemologias feministas, a psicologia social crítica feministas e as teorias pós-coloniais.

A revisão de literatura narrativa é um tipo de revisão ampla apropriada para apresentar o “estado da arte” de um determinado assunto (Brum et al., 2015), realizada a partir da análise de livros, artigos científicos e demais documentos. A revisão narrativa é também conhecida como “revisão crítica” (Noronha & Ferreira, 2000), pelo fato de depender do julgamento de valor do autor sobre a relevância dos trabalhos selecionados para a análise (Rother, 2007); sendo assim, por seu caráter qualitativo, não tem objetivo de permitir a reprodução sistemática dos seus resultados.

No processo de seleção das fontes de pesquisa, foram identificados trabalhos clássicos e contemporâneos que permitissem responder às seguintes perguntas:

1) Quais são as críticas das epistemologias feministas às epistemologias ditas tradicionais? 2) Qual é a importância do debate acerca das epistemologias feministas para o campo da psicologia social crítica feminista? 3) Como as teorias pós-coloniais podem contribuir para situar o debate acerca das epistemologias feministas no contexto latino-americano?

Os resultados das análises dos textos foram sistematizados em sessões específicas, considerando as perguntas que nortearam a busca e identificação dos artigos. Nos resultados da pesquisa, são apresentadas críticas feministas à concepção tradicional de ciência, apresentando e discutindo exemplos clássicos da crítica feminista à ciência. Em seguida, na discussão, são levantadas algumas das consequências da desproporção de homens e mulheres na ciência, algo que repercute na inferiorização da figura das mulheres nestes espaços. Posteriormente, discute-se as aproximações entre a psicologia social crítica feminista e as epistemologias feministas, situando o debate no contexto latino-americano a partir das teorias feministas pós-coloniais.

## Resultados

### Uma crítica feminista à interpretação tradicional da ciência

Em geral, as epistemólogas feministas concordam que o conteúdo das hipóteses científicas pode ser influenciado pela proporção de homens e mulheres na ciência. Ou seja, essas teóricas entendem que a existência de mais pesquisadores homens do que pesquisadoras mulheres altera a escolha dos problemas que são considerados como cientificamente relevantes e, também, a descrição e a explicação desses fenômenos. Essa posição contraria a concepção clássica segundo a qual os atributos pessoais do(a) pesquisador(a) não influenciam a produção ou os resultados da pesquisa (French, 2007).

A argumentação de que a proporção de homens e mulheres afeta o conteúdo das hipóteses científicas pode ser exemplificada por dois casos clássicos, oriundos de disciplinas científicas distintas. O primeiro, extraído da paleoantropologia, um campo de saber científico que articula as disciplinas da paleontologia e

da antropologia no estudo de fósseis de homínídeos, visando a reconstrução da história do desenvolvimento da espécie humana (Zihlman, 1981).

No seu início, os estudos produzidos por essa disciplina destacavam que o bipedalismo – a postura ereta dos seres humanos, única entre os homínídeos atuais –, o desenvolvimento da linguagem e o uso de instrumentos de pedra teriam sido desenvolvidos a partir das exigências da caça, entendida como uma prática de responsabilidade dos homens. Desse modo, as teorias sugeriam a importância e predominância do papel social dos primeiros homínídeos homens no desenvolvimento das características marcantes da espécie humana, há mais de três milhões de anos (Zihlman, 1981).

Com a entrada de mulheres nessa ciência, surgiram teorias alternativas, como a teoria da mulher coletora. As novas pesquisadoras desse campo argumentaram que a prática da colheita exigiu a ampliação da cooperação social e, com isso, o desenvolvimento da linguagem, a criação e o uso de ferramentas de pedra, gerando maior necessidade de utilização das mãos, algo que teria propiciado o desenvolvimento do bipedalismo (French, 2007).

Dessa maneira, as práticas sociais das primeiras homínídeas mulheres teriam sido mais importantes para o desenvolvimento das características marcantes da espécie humana: pois, enquanto o sucesso na caça exigiria o silêncio e o isolamento, a técnica da colheita exigia a interação e a comunicação. Ou seja, a inserção de mulheres na paleoantropologia culminou na produção de novas hipóteses acerca da história da espécie humana. Segundo argumentam as epistemólogas feministas, essas novas hipóteses não surgiram aleatoriamente, mas eram o resultado direto do aumento do número de mulheres na comunidade científica, demonstrando como a desproporção entre homens e mulheres na ciência pode culminar no desenvolvimento de hipóteses científicas divergentes e parciais (Longino, 1990).

A apresentação supracitada não objetiva chegar a uma conclusão sobre qual dessas teorias – a do *homem caçador* ou a da *mulher coletora* – é a correta. O exemplo e a discussão mostram que há uma correlação entre a proporção de mulheres e homens na ciência e o que se produz de hipóteses e interpretações científicas a partir dessa (des)proporcionalidade. Ou seja, o

exemplo sinaliza que a disparidade de gênero na ciência pode resultar no surgimento e na consolidação de vieses. Nessa direção, Longino (1990) afirma que a proporcionalidade entre homens e mulheres serviria à produção de uma ciência mais objetiva e, ao mesmo tempo, mais comprometida com a eliminação de vieses interpretativos.

O segundo exemplo de desproporcionalidade de gênero na ciência diz respeito ao desenvolvimento da primatologia, disciplina que estuda a ordem dos primatas, tais como gorilas, orangotangos e chipanzés. Entre as décadas de 1930 e 1950, os primatologistas identificaram uma grande diferença entre o comportamento sexual de machos gorilas e de fêmeas gorilas, apontando o domínio dos machos e a subserviência das fêmeas. Os estudos, desenvolvidos por cientistas homens, destacavam que os machos primatas apresentavam maior variedade no comportamento sexual, mantendo relações sexuais com muitas fêmeas, ao passo que estas, submissas, apresentavam pouca variabilidade de parceiros sexuais e eram seduzidas, justamente, pelo comportamento agressivo e dominador dos machos (French, 2007).

A partir da década de 1970, com o aumento do número de mulheres na primatologia, as hipóteses se modificaram substancialmente. Novas observações passaram a sugerir que o comportamento sexual das fêmeas primatas não era tão homogêneo quanto havia sido descrito. Quer dizer, as cientistas descreveram que os comportamentos das fêmeas primatas também apresentavam variabilidade, embora fossem variações mais sutis, por exemplo, na construção de estratégias para determinar o macho dominante do grupo, o que mostrava que as fêmeas eram tão ativas quanto os machos na definição de um grupo. Contudo, os pesquisadores homens, imersos em uma visão social distorcida acerca dos papéis de gênero, não perceberam adequadamente esse fenômeno (Haraway, 1989). Como se nota, as mudanças de hipóteses postuladas na primatologia também estavam relacionadas ao aumento do número de mulheres na comunidade científica.

Posteriormente, outras pesquisadoras feministas apresentaram e discutiram novas influências da desproporcionalidade de gênero na ciência. Em síntese, elas questionaram o lugar de invisibilidade social da mulher na ciência, conforme será discutido a seguir.

## Discussão

### Consequências recentes da parcialidade de gênero na ciência

Grande parte das pesquisadoras epistemólogas argumentaram que o conhecimento não pode ser dissociado do tempo e lugar de sua produção (Harding, 1987, 1993; Haraway, 1988; Keller, 1984; Longino, 1999). Dessa forma, argumentavam que as hierarquias de gênero – representada na dominação masculina e na subalternidade feminina – têm influências diretas na forma como a ciência é construída e organizada. Os estudos dessas pesquisadoras apontavam, por exemplo, a existência de um silenciamento das vozes femininas e uma ausência e/ou invisibilidade das mulheres nas pesquisas, algo que permitiu questionar os princípios tradicionais da ciência: a objetividade e a universalidade.

Conforme destacam essas autoras, há diferenças históricas entre o papel social da mulher e do homem na ciência, e os estudos de gênero mostram como essas diferenças conduzem ao desenvolvimento de pesquisas que desconsideram o gênero feminino. Tal parcialidade de gênero pode ser exemplificada: 1) pela a diferença da proporção de homens e mulheres na ciência; 2) pelos problemas que são priorizados pela comunidade científica; e 3) pela condução da investigação científica (Keller, 1984). A seguir, serão discutidos alguns exemplos atuais que destacam essas três formas de parcialidade de gênero na ciência.

No campo da área da saúde sexual e reprodutiva, por exemplo, as pesquisas sobre medicamentos para contracepção têm contribuído para que o planejamento familiar seja considerado como responsabilidade exclusiva da mulher. Dos diversos métodos contraceptivos existentes, apenas três são destinados ao uso masculino: o preservativo, a vasectomia e coito interrompido. Enquanto a pílula anticoncepcional feminina é comercializada desde o início dos anos 1960, uma pílula contraceptiva masculina foi desenvolvida apenas a partir de 2006 e, mesmo assim, ainda não se encontra disponível no mercado. Ou seja, quando as pesquisas na área da sexualidade e reprodução se referem à responsabilização, as pesquisas têm como foco o público feminino; entretanto, quando as pesquisas se referem

a questões relativas ao desejo ou ao prazer sexual, elas têm o público masculino como foco prioritário – afinal, desde 1998 são comercializados medicamentos para o tratamento de disfunções sexuais masculinas, ao passo que apenas em 2015 foi desenvolvido um medicamento similar para mulheres, cuja comercialização ainda não foi aprovada.

Um exemplo adicional é o fato de que grande parte das pesquisas médicas e farmacêuticas, principalmente aquelas realizadas em laboratório, possuem o sexo masculino como único padrão para seus estudos. Até a década de 1990, as mulheres eram desconsideradas em 80% dos testes de medicamentos para hipertensão, embora elas fossem igualmente acometidas por este problema. Por isso, as pesquisadoras feministas denunciaram que os resultados dos testes não poderiam ser generalizados para as pacientes femininas, o que resultou no questionamento da validade de muitos estudos sobre medicamentos cardiovasculares, inclusive, pelas próprias agências de saúde (French, 2007).

Na área da Psicologia, essa parcialidade de gênero pode ser constatada nos experimentos realizados com animais: geralmente, utilizam-se animais machos nas pesquisas. O argumento para essa escolha é a existência de uma maior variação hormonal nas fêmeas, durante o ciclo menstrual, o que resultaria em comportamentos mais instáveis. Ou seja, a experimentação com animais machos é uma escolha pautada pela simplificação do objeto de estudo (Shansky, 2019). Nessa lógica, o macho se torna a norma e a fêmea um desvio da norma. Porém, se os organismos das fêmeas são mais complexos, devido a uma maior variação hormonal, por que não estudar o organismo das fêmeas e, depois, extrapolar os resultados para organismos ditos mais estáveis, nesse caso, os machos? Estabelecer como foco um organismo mais “estável” pode, na verdade, prejudicar o entendimento científico acerca da amplitude e da complexidade do objeto de estudo da Psicologia, a subjetividade.

Os casos mencionados demonstram que, muitas vezes, normas que são preconizadas como exemplos de rigor e objetividade revelam, na verdade, as preferências de uma tradição. Nesse caso, uma tradição que desconsidera o gênero feminino e reproduz uma hierarquização entre homens e mulheres na ciência.

## Mulher e ciência: contribuições de uma psicologia social crítica feminista

As mulheres continuam sub-representadas na ciência, representando apenas 28% do total de cientistas do mundo, com pequenas variações a depender do país observado (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2017, p. 10). Além disso, apenas um em cada cinco países alcançou a paridade de gênero no âmbito científico. Na maioria dos países, as mulheres estão concentradas nas ciências humanas e sociais, principalmente nas áreas relativas ao cuidado, como psicologia, pedagogia e enfermagem, permanecendo sub-representadas nas ciências exatas, em carreiras de engenharia e tecnologia.

Pesquisas atuais têm corroborado o fato de que o viés de gênero impossibilita as mulheres a alcançarem uma posição melhor nas universidades. Moss-Racusin et. al. (2012) realizaram um estudo com 127 professores(as) de Biologia, Química e Física recrutados em seis universidades pertencentes a três diferentes regiões geográficas dos Estados Unidos, todas classificadas como grandes universidades de pesquisa. Os(as) professores(as) submetidos ao estudo foram solicitados a avaliarem candidatos(as) para um cargo de gerente de laboratório. Os(as) docentes acreditavam que estavam avaliando um(a) aluno(a) real e precisavam fornecer um *feedback* sobre as credenciais curriculares destes(as) estudantes. Contudo, o currículo apresentado para a avaliação dos(as) professores(as) era o mesmo, com exceção do gênero. Metade dos(as) professores(as) recebeu aleatoriamente o currículo com um nome masculino (John), enquanto a outra metade recebeu aleatoriamente um currículo com um nome feminino (Jennifer). Os aspectos avaliados nos currículos foram a competência do(a) estudante e a probabilidade de o(a) contratarem para o cargo; além disso, os(as) professores(as) deveriam estabelecer um salário inicial para o(a) candidato(a).

Os resultados mostraram que os(as) professores(as) consideraram as estudantes com nome feminino como menos competentes e qualificadas do que os estudantes com o nome masculino, apesar das competências curriculares serem idênticas. Os(as) professores(as) também ofereceram às estudantes do gênero feminino um salário anual médio significativamente menor do

que aquele ofertado aos candidatos com nome masculino (Moss-Racusin et. al., 2012).

Além disso, embora os professores de ambos os sexos tenham relatado gostar mais da candidata do sexo feminino, esse fator não teve influência sobre a percepção da competência da candidata, o que mostra que os(as) docentes foram influenciados(as) por estereótipos culturais sobre a falta de competência científica das mulheres<sup>1</sup> (Moss-Racusin et. al., 2012). Ou seja, a pesquisa mostrou que, nas universidades pesquisadas, existem tendências sutis contra estudantes do sexo feminino, o que pode contribuir para a sub-representação das mulheres na ciência, particularmente nos níveis mais elevados.

Uma pesquisa realizada pela National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine (2018) destacou que a maioria das mulheres que estudam ou lecionam nas áreas de Ciências, Engenharia e Medicina já foram submetidas a situações de assédio sexual ou trabalhista. Devido a tais violações de direitos, a UNESCO e a ONU Mulheres estabeleceram o “Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência”, no dia 11 de fevereiro, para dar visibilidade ao fato de que as mulheres sofrem diversos obstáculos ao longo de suas trajetórias educacionais na ciência, por exemplo: os estereótipos impostos pela sociedade, frequentemente reproduzidos no contexto escolar; as dificuldades para lidar com a dupla jornada de trabalho, isto é, para conciliar os estudos e/ou a atividade profissional com as responsabilidades relativas ao cuidado da casa e da família; e os preconceitos enfrentados ao escolherem determinados campos de estudo e atuação.

Ainda com relação à falta de reconhecimento e visibilidade das mulheres que atuam na ciência, é relevante ressaltar que a invisibilidade da mulher possui uma dimensão política e historiográfica. Há uma tentativa de sustentar a crença de que as mulheres sempre estiveram ausentes na ciência, mesmo com todas as evidências de suas contribuições ao longo da história (Lino & Mayorga, 2016). Por isso, conforme ressalta Rago (1998), é necessário investigar as origens das práticas

científicas opressoras que têm gerado a subalternização e a estigmatização das mulheres cientistas, propondo análises historiográficas que reconstruam a história do reconhecimento e visibilidade da mulher ao longo da história da ciência para o rompimento do mito de que as mulheres não possuem competência cognitiva como os homens.

Diversas pesquisas sobre gênero, como aquelas realizadas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT (Oelz, Olney & Tomei, 2013) ou pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2012), apontam a existência de desigualdades de gênero no mercado de trabalho, no Brasil. Segundo o IBGE (2012), os salários das mulheres brasileiras permanecem 28% inferiores aos dos homens. Tal realidade é reproduzida, também, nas áreas profissionais relacionadas ao cuidado, por exemplo, na Psicologia.

Dados publicados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), em 2013, e pelo Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais (CRP/MG), em 2015, apontam que 89% dos profissionais da psicologia, no país, são mulheres. Contudo, com relação à atuação no ensino superior, nos cursos de graduação em Psicologia, a situação se inverte. No universo pesquisado pelo CFP, 8,2% dos homens indicam ter como principal local de atuação a Universidade, enquanto apenas 4,37% das mulheres psicólogas relatam ocupar esse espaço (Yamamoto, Oliveira & Costa, 2013). Assim, embora as mulheres não estejam sub-representadas nesse universo, sendo numericamente a maioria dos profissionais universitários em Psicologia, a diferença da proporcionalidade entre homens e mulheres que atuam na área científica é menor do que a existente nos outros segmentos da Psicologia, o que corrobora a estatística de que quanto mais prestigioso o cargo, menor a participação feminina (Lima, 2020).

Além disso, as psicólogas brasileiras enfrentam problemas relacionados ao trabalho e à sua remuneração desigual e, também, com relação à desigual distribuição do cuidado com os filhos e do trabalho doméstico, não se distinguindo, portanto, “das mulheres com as quais, como profissionais da psicologia, atendem, interagem ou, de alguma forma, têm contato” (Lhullier & Roslindo, 2013, p. 49). Por isso, a importância de discutir, para além das mulheres cientistas, também sobre as mulheres psicólogas inseridas nas diversas áreas de

<sup>1</sup> Em um estudo similar, psicólogos se mostraram mais propensos a contratarem um candidato a emprego para uma Faculdade de Psicologia quando o currículo do(a) candidato(a) tinha um nome masculino, em vez de feminino (Steinpreis, Anders, & Ritzke, 1999).

atuação da Psicologia, em suas interseccionalidades de raça/etnia, orientação sexual e demais marcadores sociais de desigualdades, visando a estruturação de políticas de valorização do trabalho feminino, em toda a sua diversidade.

Na atualidade, os encontros entre as epistemologias feministas e a Psicologia social tem cada vez mais contribuído para construção de uma perspectiva crítica sobre a ciência psicológica (Lima et al., 2019). No Brasil, tais mudanças podem ser localizadas desde a crise da Psicologia Social na década de 1970, influenciadas, também, pelas mudanças de paradigma científico no âmbito internacional. Conforme Borges (2014), a Psicologia Social Crítica foi construída a partir da insatisfação com a ciência tradicional, por meio de teorias e metodologias críticas que permitiram pensar a psicologia de forma reflexiva, sobre a produção de seus conhecimentos e impactos na sociedade, buscando, assim, uma ciência comprometida com a mudança social em prol da equidade de gênero, sexualidade, raça, classe e demais marcadores sociais que atravessam os modos de subjetivação.

Assim, a partir do momento em que as psicólogas sociais, juntamente com as epistemólogas feministas, colocaram como pauta prioritária a desconstrução do viés androcêntrico e da lógica patriarcal ainda vigente na psicologia tradicional, seja pela ausência e/ou invisibilidade das mulheres psicólogas nos espaços de poder, seja pela forma periférica de tratamento das teorias feministas na área, começou-se a abrir caminho para uma Psicologia Social Crítica feminista (Nogueira & Neves, 2004).

### Contribuições do feminismo pós-colonial para a produção do conhecimento científico

As epistemologias feministas têm se desenvolvido, também, a partir da aproximação e articulação com o pensamento pós-colonial. Ou seja, para além das problematizações acerca da epistemologia tradicional, essas perspectivas têm questionado as epistemologias dominantes produzidas no hemisfério Norte global.

Os termos “pensamento descolonial”, “pensamento decolonial” e “pensamento pós-colonial” têm sido utilizados ora como sinônimos, ora demarcando especificidades analíticas. Para Ballestrin (2013),

o pensamento descolonial é um movimento de rompimento com o colonialismo, isto é, uma ruptura para com as normas e valores herdados do processo de colonização de nações e povos. O “pensamento decolonial”, em contraponto, ressalta uma permanência, mesmo que sutil, de aspectos colonizadores nas relações humanas e instituições sociais, os quais necessitam serem destacados, problematizados e superados<sup>2</sup>.

Ao pensar a partir das margens, o trabalho dos pesquisadores na tradução cultural, ou transcultural, atravessam fronteiras, ao estabelecer uma crítica em relação à imposição de hierarquias, presumidamente universais e essencializantes, que excluem determinados grupos sociais, estigmatizados e marcados simbolicamente e socialmente como inferiores. Desde o século XVI, os colonizadores impuseram essa maneira de pensar, utilizando o poder religioso e militar, assim como outras formas de exploração que perduram na contemporaneidade, símbolo da dominação do Ocidente sobre o resto do mundo (Jardim & Cavas, 2017, p. 89).

No presente estudo, o termo “pensamento pós-colonial” é utilizado para demarcar as influências das perspectivas de pensamento que defendem o rompimento para com as práticas e os saberes colonizadores, independentemente das especificidades destas perspectivas. Por isso, mais do que diferenciar tais conceitos, importa compreender como o pensamento pós-colonial contribui para o desenvolvimento das chamadas Epistemologias do Sul (Fanon, 2010; M. Santos, 2006; B. Santos, Menezes & Nunes, 2005; B. Santos, 2009; Quijano, 2009; Nunes, 2009; Spivak, 2010) e, conseqüentemente, para os avanços das epistemologias

<sup>2</sup> O debate sobre o pensamento decolonial teve origem a partir de estudos que davam maior destaque para as experiências e saberes produzidos na América Latina, ainda tão inferiorizados frente ao eurocentrismo e às influências do pensamento pós-estrutural e pós-moderno. Tais estudos foram impulsionados por intelectuais latino-americanos que se articularam em torno de pesquisas que problematizavam a permanência de aspectos do pensamento colonial em diferentes níveis da vida pessoal e coletiva (Ballestrin, 2013).

feministas pós-coloniais (Anzaldúa, 2004; Ballestrin, 2013, 2017; Curiel, 2009; Segato, 2012; Walsh, 2009).

De forma geral, o pensamento pós-colonial é um processo de luta contínua pela produção de construções alternativas de saber. Trata-se de uma escolha teórico-política de rompimento com os conteúdos epistemológicos que contribuem para construção de instituições e relações sociais de opressões, por meio de marcadores sociais ou pelas configurações geopolíticas ainda tão desiguais. Nesse sentido, Walsh (2009) destaca a importância de sustentar um posicionamento contínuo de transgressão dos saberes hegemônicos ultrapassados e da insurgência de novos saberes que ampliem a representatividade das diversas vozes que têm produzido saberes. Contudo, Ballestrin (2013) adverte que o pensamento pós-colonial não deve ser interpretado como uma recusa ao saber produzido no Norte global, mas como a sua ampliação:

O processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição da criação humana realizada pelo Norte Global e associado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul [...]. Ele pode ser lido como contraponto e resposta à tendência histórica da divisão de trabalho no âmbito das ciências sociais (Alatas, 2003), na qual o Sul Global fornece experiências, enquanto o Norte Global as teoriza e as aplica [...]. Essa busca tem informado um conjunto de elaborações denominadas Teorias e Epistemologias do Sul (Ballestrin, 2013, p. 108-9).

Resende (2014) esclarece que o pensamento pós-colonial é um processo de superação histórica do colonialismo, uma continuidade das lutas anticoloniais que resultaram na independência política das antigas colônias. Esse pensamento supõe uma subversão do padrão de poder colonial, em uma tarefa de desconstrução e reconstrução de outras formas de poder e conhecimento. Portanto, o que está em questão não é a desvalorização do conhecimento já produzido, mas a tentativa e o cuidado de dar visibilidade às contribuições teóricas e práticas produzidas nas periferias do mundo acadêmico, sobretudo pelas mulheres – ampliando, com isso, a representatividade nas ciências e profissões.

Walsh (2009) problematiza a postura moderna de colonialidade que insiste em manter o conhecimento científico hegemonicamente masculino, branco, europeu ou norte-americano como os únicos saberes legítimos e capazes de produzir verdades sobre a vida humana. A autora ressalta que essa lógica esteve presente no processo dominante da globalização por meio da ilusão da construção de um mundo homogêneo em direção ao progresso. Por isso, compreender os feminismos pós-coloniais, ainda tão pouco visibilizados no Brasil, significa dar reconhecimento à produção de teorias e de práticas de mulheres periféricas do mundo.

Lugones (2014) afirma que descolonizar o gênero significa compreender a opressão de mulheres subalternizadas pelo atravessamento dos marcadores sociais de colonização, racialização, exploração capitalista e heterossexualismo. Dessa forma, à medida que são desconstruídas as lógicas de opressões, também são desconstruídos os modos de subjetivação e de intersubjetividades que agenciam as mulheres colonizadas. Contudo, algumas autoras questionam até que ponto a produção acadêmica feminista tem conseguido, de fato, produzir ontologias pós-coloniais apropriadas às diferentes vozes acadêmicas, tornando as mulheres sujeito e não apenas objeto da fala. Ou seja, em que medida os saberes produzidos pelas mulheres têm conseguido descolonizar o próprio feminismo, ampliando a luta em prol da pluralidade das mulheres?

Segundo essas teóricas, os avanços dos movimentos feministas devem ser uma estratégia permanente para o efetivo enfrentamento das relações de poder-saber que deslegitimam determinadas experiências – sobretudo as experiências das mulheres periféricas, isto é, aquelas perpassadas por diversos marcadores de opressão social (Anzaldúa, 2005; Curiel, 2007, 2009; Mayorga, Coura, Miralles, & Cunha, 2013; Wittig, 2006).

A partir das contribuições do pensamento pós-colonial é possível pensar nas estratégias feministas para a construção de saberes que tenham como ponto de partida não apenas o rompimento com a parcialidade de gênero, mas também o rompimento com a parcialidade de raça/etnia, classe, orientação sexual, territorialidade, entre outros<sup>3</sup>. De acordo com Matos

<sup>3</sup> O feminismo descolonial ou, ainda, feminismos do sul, tem sido defendido por acadêmicas feministas aliadas aos

(2010), a proposta de construção de uma teoria política feminista a partir do Sul global está baseada no reconhecimento de uma “quarta onda” dos movimentos e estudos feministas na América Latina, em um movimento de reconhecimento de um “feminismo difuso” que engloba de forma horizontal diversos feminismos, como o negro, o acadêmico, o lésbico, o masculino etc.

Algumas atividades de visibilidade da mulher na ciência brasileira têm sido realizadas, em diversas universidades do Brasil, protagonizadas por estudantes e pesquisadoras. Tais ações podem ser analisadas a partir das pesquisas realizadas por Bandeira (2008) e Rago (1998), as quais apontam atividades semelhantes como estratégias para ampliar as possibilidades do fazer científico, sempre articulado aos processos socioculturais existentes – no caso, processos ainda permeados política e simbolicamente pela presença masculina.

As estratégias de efetivação de uma epistemologia feminista pós-colonial não se referem apenas ao âmbito universitário. Bolzani (2017) destaca a relevância da construção de projetos governamentais que incentivem as crianças e as adolescentes a se inserirem no mundo científico. Nesse sentido, entende-se que a escola tem um papel fundamental para a desconstrução de uma cultura que educa as meninas reproduzindo valores relativos à passividade e ao cuidado como inerentes ao gênero feminino, enquanto os meninos são incentivados à competição e ao desenvolvimento do raciocínio lógico-abstrato.

Por isso, para a superação desse modelo sexista de educação, faz-se importante o desenvolvimento de projetos político-pedagógicos que despertem nas crianças e adolescentes – independentemente do gênero – a curiosidade pelo universo do saber e da ciência. Além disso, no contexto social mais amplo, é preciso romper com a divisão sexista do trabalho e das relações humanas,

---

movimentos e lutas das mulheres. Porém, os feminismos latino-americanos são plurais e independem das teorizações acadêmicas. As experiências vivenciadas pelas mulheres da América Latina, Centro-América e Caribe não são idênticas. Ainda assim, é possível destacar semelhanças nas desigualdades e injustiças historicamente perpetuadas pelas estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, as quais permitem refletir sobre as múltiplas identidades, necessidades, reivindicações e interesses feministas (Matos, 2010).

incentivando tanto as meninas quanto os meninos a se inserirem nos espaços de poder e de participação social, âmbitos privilegiados para a formação do empoderamento e da ampliação das representatividades.

## Considerações Finais

O presente estudo realizou uma exposição crítica das epistemologias feministas, tanto do ponto de vista das suas questões centrais quanto das especificidades do contexto latino-americano – mais especificamente, o brasileiro. Para tal, foram destacadas evidências científicas e reflexões teórico-políticas que denunciam a desproporcionalidade de gênero na ciência e seus impactos na produção do conhecimento.

A pesquisa culminou na problematização da relação de saber-poder desigual entre os países do Norte e do Sul global, especificamente, na produção da ciência. Foi apontada a importância do reconhecimento dos aportes produzidos pelas pesquisadoras feministas, as quais têm dado visibilidade aos saberes pós-coloniais para a compreensão da complexidade humana e de suas relações.

A conquista de um espaço verdadeiramente democrático na agenda acadêmica ainda é um grande desafio, devido à ausência de um lugar social efetivo para produções científicas voltadas para uma perspectiva feminista que discuta as hierarquias patriarcais articuladas ao modo de fazer ciência. Contudo, gradativamente, as perspectivas feministas têm favorecido a ampliação da representatividade da produção científica, no contexto latino-americano, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero em todas as suas amplitudes. Nesse sentido, a Psicologia Social Crítica, na sua perspectiva feminista, tem se mostrado como um arcabouço teórico-metodológico propício a ocupar o lugar de uma ciência que é produzida por e para todas as pessoas.

Desconstruir as opressões impostas às vozes subalternizadas das mulheres pesquisadoras pode ser o caminho para avançar nos processos de descolonização dos saberes e poderes hegemônicos. Para tal, torna-se necessário questionar as percepções e ideologias preconceituosas que dificultam a participação

das mulheres na ciência e na própria gestão das estruturas acadêmicas. Tais posturas preconceituosas são empecilhos para que as próprias mulheres se vejam como cientistas, uma vez que as imagens que são apresentadas ou mesmo impostas às mulheres refletem os papéis estereotipados de gênero compartilhados culturalmente, na mídia, nos livros didáticos, na publicidade e nos próprios espaços científicos. Por isso, é necessário desconstruir as barreiras impostas para meninas e mulheres em diversos âmbitos da sociedade: em casa, na sala de aula e nos locais de trabalho, dentre outros espaços, contribuindo para o questionamento de estereótipos e para reconstrução de novas possibilidades de identificação e de atuação.

Especificamente no campo científico, defende-se a necessidade de reconhecer e intervir na lógica de inferiorização e de opressão do gênero feminino. Tal opressão se encontra calcada em uma hierarquização desencadeada por discursos, valores e práticas hegemônicas que contribuíram para a restrição das mulheres a lugares de subalternidade – inclusive, ou sobretudo – nos lugares de fala, saber e poder, como na ciência.

## Referências

- Anzaldúa, G. (2005). La conciencia de la mestiza: Rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, 13(3), 704-719. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2005000300015>
- Ayer, A. J. (1975). *As questões centrais da filosofia*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar Editores.
- Ballestrin, L. (2013). América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, (11), 89-117. <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>
- Ballestrin, L. (2017). Feminismos Subalternos. *Estudos Feministas*, 25(3), 1035-1054. <https://doi.org/10.1590/18066-9584.2017v25n3p1035>
- Bandeira, L. (2008). A contribuição da crítica feminista à ciência. *Revista Estudos Feministas*, 16(1), 207-228. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000100020>
- Bolzani, V. S. (2017). Mulheres na ciência: Por que ainda somos tão poucas? *Ciência e Cultura*, 69(4), 56-59. <https://doi.org/10.21800/23177-66602017000400017>
- Borges, L. S. (2014). Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias. *Psicologia & Sociedade*, 26(2), 280-289.
- Brum, C. N., Zuge, S. S., Rangel, R. F., Freitas, H. M. B., & Pieszak, G. M. (2015). Revisão narrativa da literatura: aspectos conceituais e metodológicos na construção do conhecimento da enfermagem. In M. R. Lacerda & R. G. S. Costenaro (Eds.), *Metodologias de pesquisa para enfermagem e saúde: da teoria à prática* (pp. 123-142). Porto Alegre: Moriá.
- Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais – CRP/MG (2015). *Jornal da Psicologia*, 29(1), 1-20.
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas* (26), 92-101. <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>
- Curiel, O. (2009, Junho). *Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe*. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxys Y Pensamiento Feinista. Buenos Aires, Argentina.
- Fanon, F. (2010). *Os condenados da terra*. Juiz de Fora, Brasil: Editora UFJF.
- French, S. (2007). *Science: Key Concepts in Philosophy*. London, England: Continuum.
- Haraway, D. (1988). Situated Knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599. <https://www.jstor.org/stable/3178066?seq=1>
- Haraway, D. (1989). *Primate visions: Gender, race, and nature in the world of modern Science*. New York, USA: Routledge.
- Harding, S. (1987). *Feminism & methodology*. Bloomington, USA: Indiana University Press.
- Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, 1(1), 7-31. <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2012). Mulher no mercado de trabalho: perguntas e respostas. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br>
- Jardim, G. S., & Cavas, C. S. T. (2017). Pós-colonialismo e feminismo decolonial:

- Caminhos para uma compreensão anti-essencialista do mundo. *Ponto e Vírgula*, 1(22), 73-91. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2017i22p73-91>
- Keller, E. F. (1984). *Reflections on Gender and Science*. New Haven, USA: Yale University Press.
- Kuhn, T. S. (2003). *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo, Brasil: Editora Perspectiva.
- Lima, B. S., Lopes, M. M., & Costa, M. C. (2016). Programa Mulher e Ciência: Breve análise sobre a política de equidade de gênero nas ciências, no Brasil. Resumos de comunicações científicas do XI Congresso Iberoamericano de Ciencia, Tecnología y Género (pp. 1-20). *San José*, Costa Rica: INIE.
- Lima, A. M., Lino, T. R., Borges, L. S., & Natividade, C. (2019). Epistemologias feministas e ciência psicológica: Notas para uma psicologia social crítica feminista. In A. M. Lima, T. R. Lino, L. F. V. Cardoso, & M. C. Marra. (Eds.), *Psicologia social crítica: tecendo redes e articulando resistências em contextos de retrocesso*. Porto Alegre: Abrapso.
- Lima, A. M. (2020). O lugar social das mulheres na ciência: reflexões a partir das epistemologias feministas. In C. M. Teixeira & L. Kind (Eds.), *Narrativas, mulheres e resistências* (pp. 111-124). São Paulo: Letra e Voz.
- Lhullier, L. A., & Roslindo, J. J. (2013). As psicólogas brasileiras: levantando a ponta do véu. In L. A. Lhullier. (Ed.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho* (pp. 29-61). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Lino, T. R., & Mayorga, C. (2016). As mulheres como sujeitos da ciência: Uma análise da participação das mulheres na Ciência Moderna. *Saúde & Transformação Social*, 7(3), 96-107. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=265347623012>
- Longino, H. E. (1990). *Science as social knowledge: Values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton, USA: Princeton University Press.
- Longino, H. E. (1999). Feminist Epistemology. In J. Greco, & E. Sosa (Eds.), *Blackwell Guide to Epistemology* (pp. 327-353). Malden: Blackwell.
- Longino, H. E. (2003). Does The Structure of Scientific Revolutions Permit a Feminist Revolution in Science? In N. Thomas (Ed.), *Thomas Kuhn* (pp. 261-281). Cambridge: Cambridge University Press.
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935-952. <https://doi.org/10.1590/%25x>
- Matos, M. (2010). Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global? *Revista de Sociologia e Política*, 18(36), p. 67-92. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782010000200006>
- Mayorga, C., Coura, A., Miralles, N., & Martins, C. V. (2013). As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: Colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, 21(2), 463-484. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000200003>
- Moss-Racusin, C. A., Dovidio, J. F., Brescoll, V. L., Graham, M. J., & Handelsman, J. (2012). Science faculty's subtle gender biases favor male students. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(41), 16474-16479. <https://doi.org/10.1073/pnas.1211286109>
- National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine. (2018). *Sexual Harassment of Women: Climate, Culture, and Consequences in Academic Sciences, Engineering, and Medicine*. Washington, USA: The National Academies Press.
- Nogueira, C., Neves, S. (2004). Metodologias feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex aequo*, 1(11), 123-138.
- Noronha, D. P., & Ferreira, S. M. S. P. (2000). Revisões de literatura. In B. V. Cendón, J. M. Kremer, & B. S. Campello. (Eds.), *Fontes de informação para pesquisadores e profissionais* (pp. 191-198). Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Nunes, J. A. (2009). O Resgate da Epistemologia. In B. S. Santos, & P. Meneses. (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 215-242). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Oelz, M., Olney, S., & Tomei, M. (2013). *Igualdade Salarial: Um guia introdutório*. Genebra: BIT – Bureau International du Travail.
- Oliva, A. (2003). *Filosofia da ciência*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.

- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2018). *Decifrar o código: educação de meninas e mulheres em ciências, tecnologia, engenharia e matemática*. Brasília, Brasil: UNESCO. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000264691>
- Popper, K. R. (2013). *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Brasil: Cultrix.
- Quijano, A. (2009). Colonialidade do Poder e Classificação Social. In B. S. Santos, & P. Menezes. (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Rago, L. M. (1998). *Epistemologia feminista, gênero e história - masculino, feminino e plural*. Florianópolis, Brasil: Editora das Mulheres.
- Resende, A. C. Z. (2014). *Direitos e Autonomia indígena no Brasil (1960 – 2010): uma análise histórica à luz da teoria do sistema-mundo e do pensamento decolonial* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasil.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática X revisão narrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, 20(2), v-vi. <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>
- Santos, B. S., Menezes, M. P. G., & Nunes, J. A. (2005). Introdução: Para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo. In B. S. Santos (Ed.), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (pp. 21-122). Rio de Janeiro, Brasil: Civilização Brasileira.
- Santos, B. S. (2009). Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In B. S. Santos, & P. Menezes. (Eds.), *Epistemologias do Sul* (pp. 23-72). Coimbra, Portugal: Almedina.
- Santos, M. (2006). *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos CES*, (18). <https://doi:10.4000/eces.1533>
- Shansky, R. (2019). Are hormones a “female problem” for animal research?. *Science* 364(6443), 825-826. doi: 10.1126/science.aaw7570
- Spivak, G. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte, Brasil: Editora UFMG, 2010.
- Steinpreis, R. E., Anders, K. A., & Ritzke, D. (1999). The impact of gender on the review of the curricula vitae of job applicants and tenure candidates: A national empirical study. *Sex Roles*, 41(718), 509-528. [https://www.igh.cnrs.fr/images/docs/pdf/sex\\_roles-1999.pdf](https://www.igh.cnrs.fr/images/docs/pdf/sex_roles-1999.pdf)
- Steup, M. (2018). Epistemology. In *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Retrieved January 6, 2020, from <https://plato.stanford.edu/archives/win2018/entries/epistemology/>
- Walsh, C. (2009). *Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala.
- Wittig, M. (2006). *El pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Madrid, España: Egales.
- Yamamoto, O. H., Oliveira, I. F., & Costa, A. L. F. (2013). As psicólogas e as mutações no mundo do trabalho. In L. A. Lhullier. (Ed.), *Quem é a psicóloga brasileira? Mulher, psicologia, trabalho* (pp. 114-132). Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Zihlman, A. L. (1981). Women as Shapers of Human Adaptation. In F. Dahlberg (Ed.), *Woman the Gatherer* (pp. 75-120). New Haven, USA: Yale University Press.

Recebido em: 08/11/2020

Reformulado em: 05/07/2021

Aceito em: 10/09/2021

Sobre a autora:

**Andréa Moreira Lima**

Psicóloga pelo Centro Universitário Newton Paiva. Mestra e Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, com estágio de doutoramento no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal. Integrante da Diretoria Ampliada da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO Regional Minas Gerais. Professora do Centro Universitário UNA, Brasil.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3629-2856>

*E-mail:* [andrea.m.lima10@gmail.com](mailto:andrea.m.lima10@gmail.com)

Contato com a autora:

Rua Geraldo Menezes Soares, 624 – Apt. 501, Bairro Sagrada Família

Belo Horizonte-MG, Brasil

CEP: 31030-440

Telefone: +55 (31) 9 9199-8222



# NORMAS PARA PUBLICACIÓN

## Tipos de manuscritos aceites pela Revista:

**CONOCER.** En esta sección se incorporan estudios de alta calidad académica y que aportan conocimiento original como resultado de investigaciones realizadas de manera rigurosa acerca de las problemáticas psicológicas y sociales de América Latina, y de otras regiones del mundo. Son artículos que reportan resultados de investigaciones teóricas o aplicadas. La revista impulsa la pluralidad de perspectivas teóricas y metodológicas de base científica.

**PENSAR.** Se incluyen ensayos de un alto nivel de elaboración conceptual, producto del análisis, crítica y reflexión teórica en relación a lo que se conoce de un objeto o tema en particular. Los ensayos deberán contar además con una estructura lógica y sintáctica que permita leer claramente las tesis del autor. Se trata no sólo de presentar la teoría existente, sino de pensarla, de modo que las tesis de los autores generen problematizaciones ulteriores.

**TRANSFORMAR.** Se trata de reportes y descripciones conceptuales de nuevas formas de ejercicio profesional de la psicología, que los autores dan a conocer al resto de la comunidad para su crítica y discusión. La intención es coadyuvar a la transformación positiva de la práctica profesional de la psicología, referida particularmente a la atención e intervención de las problemáticas psicológicas y sociales de América Latina y de otras partes del mundo. Parten de la problematización de las formas comunes del trabajo profesional de los psicólogos para arribar a la propuesta, científicamente fundamentada, de una nueva manera de hacer psicología. Considera experiencias personales y colectivas, así como públicas y privadas.

**RESEÑAR.** Se trata de reseñas, es decir, de análisis y crítica, de libros producidos en América Latina.

## Normas editoriales

Las Normas de Publicación de la Revista **Psicolatina** están basadas en *Publication Manual of the American Psychological Association* - APA/ 6a. edición (2010) en lo referente a organización y presentación del manuscrito.

**1. Selección de artículos:** Será evaluado el manuscrito que se encuadra en las categorías descritas anteriormente, según el análisis inicial hecho por el editor. Los criterios de análisis se refieren a originalidad, importancia del tema y calidad de la metodología científica, además de adecuarse a las normas editoriales adoptadas por la revista.

**2. Originalidad del material:** El contenido del material enviado para publicación en la Revista *Psicología para América Latina* no puede haber sido publicado anteriormente, ni tampoco estar en proceso de envío para publicación en otra revista. Se verificará el contenido plagiado, por medio de herramienta de detección de plagio y comprobación de datos fraudulentos. Esto se realizará en el final del proceso de evaluación editorial e, independientemente de los resultados presentados en los informes, en caso de ocurrencia de plagio, el manuscrito será sumariamente reprobado y archivado.

**3. Autores:** Todos los autores deben declarar conocimiento de los contenidos científicos presentados en el artículo así como confirmar veracidad y participación sustancial en el proceso de elaboración del mismo. Los autores deben estar dispuestos a realizar correcciones de posibles errores verificados durante el proceso de evaluación del manuscrito presentado. Los contenidos y declaraciones existentes en los trabajos son de total responsabilidad de los autores. Los autores son responsables por garantizar que no existan en el artículo informaciones que puedan

identificarlos. Deben ser respetados los procedimientos éticos para investigaciones con seres humanos, certificándose inclusive, la no identificación de participantes o instituciones investigadas.

**4. Revisión por parte de árbitros:** Los trabajos enviados serán evaluados por el Consejo Editorial, que solicitará el análisis de Consultores *ad hoc*, desde que no haya conflicto de intereses por parte de los evaluadores. La revisión del artículo es hecha de manera confidencial, preservando la identidad del autor(es) y Consultor(es) *ad hoc*. Las opiniones son objetivas, críticas y constructivas y están destinadas a calificar mejor la información científica. El(s) autor(es) recibirán una síntesis de opiniones sobre su artículo y cuál es la de responsabilidad del editor. El artículo podrá ser aceptado sin reformulaciones, con reformulaciones o rechazado. En caso de ser aceptado con reformulación será indicado al(s) autor(es) las alteraciones solicitadas y el trabajo reformulado deberá ser encaminado vía sistema online en el plazo máximo estipulado. El artículo reformulado será reevaluado por uno de los consultores para determinar si se alcanzó el objetivo deseado. En caso de rechazo con justificación explícita, se incentiva a una nueva presentación del artículo, a partir de las opiniones recomendadas.

**5. Derechos de autor:** Los derechos de autor de los artículos publicados pertenecen a la revista *Revista Psicología para América Latina*. La reproducción total de los artículos de esta revista en otras publicaciones, o para cualquier otra utilidad, está condicionada a la autorización escrita del editor de *Revista Psicología para América Latina*. Personas interesadas en reproducir parcialmente los artículos de esta revista (partes de texto que exceden 500 palabras, tablas, figuras y otras ilustraciones) deberán tener permiso escrito del (s) autor(es). Los trabajos enviados que contengan partes del texto extraídas de otras publicaciones deberán obedecer los límites especificados para garantizar originalidad del trabajo presentado. Se recomienda evitar la reproducción de figuras, tablas y dibujos extraídos de otras publicaciones, y, si no fuera posible, el manuscrito sólo será encaminado para análisis si viene acompañado de permiso escrito del propietario del copyright del trabajo original para la reproducción en *Revista Psicolatina*. De ninguna manera la *Psicología para América Latina* y los autores citados en los trabajos publicados en esta revista transferirán los derechos obtenidos.

## Forma de apresentação dos manuscritos

Formateo: Los artículos deben ser digitados en doble espacio (incluyendo referencias), en fuente tipo Times New Roman, tamaño 12, número de páginas apropiado a la categoría en que el trabajo es insertado, numerados desde la hoja de portada personalizada, la cual recibirá número de página 1. La Página deberá ser tamaño A4, con formato de márgenes superior e inferior de 2,5 cm, izquierda y derecha de 3 cm.

La presentación de los trabajos debe seguir el siguiente orden:

1. Hoja de portada con identificación, conteniendo:
  - a) Título completo en portugués, inglés y español, no debe exceder 12 palabras. El título debe ser pertinente, claro y puede ser creativo, informando al lector sobre el objetivo del artículo. No debe incluir nombre de ciudades, países u otras informaciones geográficas.
  - b) Sugestión de título abreviado para encabezamiento en el idioma del manuscrito, no debiendo exceder 5 palabras.
  - c) Nombre de los autores.
  - d) ORCID dos autores.
  - e) Afiliación institucional de cada autor (incluir nombre de la universidad y la ciudad).
  - f) Nota de pie de página opcional con agradecimiento de los autores e información sobre apoyo institucional o financiero para el proyecto.
  - g) Nota de pie de página con dirección postal y electrónica del autor, con el cual el lector del artículo podrá comunicarse.
  - h) Indicación de dirección para correspondencia con el editor sobre la tramitación del manuscrito, incluyendo teléfono (fijo y celular) y dirección electrónica.

2. Hoja de portada sin identificación, conteniendo apenas:
  - a) Título completo en portugués, inglés y español, no debiendo exceder 12 palabras. El título debe ser pertinente, claro y puede ser creativo, informando al lector sobre el objetivo del artículo. No debe incluir nombres de ciudades, países u otras informaciones geográficas.
  - b) Sugerencia de título abreviado para encabezamiento en el idioma del manuscrito, no debiendo exceder 5 palabras.
  
3. Hoja conteniendo Resumen, en portugués, español e inglés
  - a) El resumen debe tener como máximo 150 palabras para informes de investigación, estudios teóricos y revisiones de literatura. El resumen no es necesario en reseñas.
  - b) El resumen no precisa incluir informaciones sobre la literatura de la zona, ni referencias. El objetivo debe ser claro, informando, el problema, el método y las hipótesis del estudio. Para los informes de investigación, el método debe ofrecer informaciones breves sobre los participantes, instrumentos y procedimientos especiales utilizados. Sólo deben ser mencionados los resultados más importantes que responden a los objetivos de la investigación. El resumen de una revisión crítica o de un estudio teórico debe incluir: tema tratado (en una frase), objetivo, tesis o constructo sub análisis del organizador del estudio, fuentes usadas (p. ex., observación hecha por el autor, literatura publicada) y conclusiones.
  - c) Proporcionar, después del resumen, 3 a 5 palabras-clave en la lengua del manuscrito, con iniciales minúsculas y separadas con punto-y-coma. Para utilizar descriptores más adecuados, consulte la lista de terminologías BVS-Psi, que puede ser accesada por el link: [www.bvs-psi.org.br](http://www.bvs-psi.org.br).
  
4. *Títulos y subtítulos* en todas las categorías de trabajo original. El texto debe tener una organización de reconocimiento fácil, señalada por un sistema de títulos y subtítulos que reflejen esta organización. En el caso de informes de investigación, el texto deberá, obligatoriamente, presentar: introducción, método, resultados y discusión y consideraciones finales. Los manuscritos en las demás categorías editoriales deberán presentar títulos y subtítulos de acuerdo con el caso.
  - a) *Notas de pie de página*. Deben ser evitadas siempre que sea posible. Mientras tanto, si no hay otra posibilidad, deben ser indicadas por guarismos arábigos en el texto e insertadas al pie de página en que son indicadas.
  - b) *Figuras y Tablas*. Los locales sugeridos para inserción de figuras y tablas deberán ser indicados en el texto y las mismas deberán ser presentadas después de las Referencias, una por página. Las palabras Figuras y Tablas, que aparecen en el texto, deben, siempre, ser escritas con la primera letra en mayúscula y deben venir acompañadas del número respectivo al cual se refieren. Las normas no incluyen la denominación Cuadros o Gráficos, sólo Tablas y Figuras.
  - c) *Citación de los autores*. Las citas de autores deberán ser hechas de acuerdo con las normas de la APA, 6a. edición, con ejemplos en el ítem V. Todos los nombres de autores, cuyos trabajos sean citados, deben ser seguidos de la fecha de publicación, la primera vez que sean citados en cada párrafo. En el caso de transcripción completa de un texto, ella debe ser delimitada por comillas, y la citación del autor debe ser seguida del número de página. Una citación literal con 40 o más palabras debe ser presentada en bloque propio, comenzando una nueva línea, con retroceso de 5 espacios del margen, en la posición de un nuevo párrafo. El tamaño de la fuente debe ser 12, como el resto del texto. No utilice comandos como letra negrita o letra cursiva en esta sección. El énfasis debe subrayarse.

5. Anexos: Los anexos deben ser presentados en una nueva página, después de las referencias, y numerados consecutivamente. Deben ser indicados en el texto, identificados por números (1, 2, 3, etc.) y titulados apropiadamente. Utilice anexos si realmente fuera imprescindible para la comprensión del texto.
6. Figuras: Deben ser presentadas con las respectivas leyendas y títulos, una por página. Los títulos deben ser presentados abajo de las figuras, siempre en letras minúsculas. Para asegurar la calidad de reproducción, las figuras con el diseño deberán ser enviadas con la calidad de fotografía. No produzca figuras gráficas con colores o patrones elaborados que puedan ser confundidas entre sí, al editarse la revista. Como la versión publicada no podrá exceder el ancho de 8,3 cm para figuras simples y de 17,5 para figuras complejas, el autor deberá cuidar que las leyendas mantengan la calidad de lectura, en caso que la reducción sea necesaria.
7. Tablas: Deben ser preferentemente elaboradas en el MSWord y presentadas en blanco y negro. Los títulos de las tablas deberán ser colocados en la parte alta de las mismas, y deben indicar el contenido en hasta 15 palabras. La primera letra de cada palabra del título de las tablas debe ser escrita en letra mayúscula, y las demás letras deben ser minúsculas. No utilice letras mayúsculas, negrita o letra cursiva dentro de la tabla, y la misma no debe exceder 17,5 cm de ancho por 23,5 cm de largo.
8. Notas sobre el(s) autor(es): incluir una breve descripción (aproximadamente 60 palabras) sobre las actividades actuales del(s) autor(es) y sobre su formación, incluyendo dirección postal y correo electrónico de uno de los autores para contacto.

## V – Listas de Referencias

Inicie una nueva página para la sección de referencias. Utilice doble espacio y no deje espacio entre comillas. Las referencias deben ser citadas en orden alfabético, por el apellido de los autores, que no debe ser sustituido por raya o guiones. Las referencias deben aparecer según las orientaciones de la *Publication Manual of the American Psychological Association* - APA/ 6a. edición (2010). Los ejemplos presentados indican como organizar las citas y referencias del manuscrito.